

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**UM LONGO CAMINHO ATÉ O PORTO SECO: LUTAS E DISPUTAS POR ESPAÇO NO
CARNAVAL DE PORTO ALEGRE (1994-2004)**

Laura Spritzer Galli

Porto Alegre, outubro de 2019.

Um longo caminho até o Porto Seco: lutas e disputas por espaço no Carnaval de Porto Alegre (1994-2004)

Laura Spritzer Galli

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Mario Kerber

Porto Alegre, outubro de 2019.

CIP - Catalogação na Publicação

Galli, Laura Spritzer

Um longo caminho até o Porto Seco: lutas e disputas por espaço no Carnaval de Porto Alegre (1994-2004) /

Laura Spritzer Galli. -- 2019.

184 f.

Orientador: Alessandro Mario Kerber.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Carnaval. 2. Pista de Eventos. 3. Porto Seco. 4. Porto Alegre. 5. Sambódromo. I. Kerber, Alessandro Mario, orient. II. Título.

Laura Spritzer Galli

Um longo caminho até o Porto Seco: lutas e disputas por espaço no Carnaval de Porto Alegre (1994-2004)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Mario Kerber

Aprovada em: 08 de novembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Rivair Macedo – PPGH,UFRGS

Prof. Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa – Departamento de História, UFRGS

Prof^ª Dr^ª. Zita Rosane Possamai – PPGMUSPA, UFRGS

Aos heróis de barracões de Porto Alegre.

AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que pareça (e é) o processo de escrita acadêmica, acredito que nenhum trabalho de pesquisa aconteça plenamente sem contar com instituições e pessoas aliadas no processo de construção do conhecimento, que só faz sentido quando feito por e para a coletividade. Afinal, somos humanos, seres sociais, e constituímos redes de apoios e de afetos fundamentais para a própria existência.

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de formação de qualidade desde a graduação. Agora, mais do que nunca, precisamos afirmar a defesa de uma universidade pública, gratuita e plural pois só a diversidade de pensamentos poderá consolidar os espaços de produção de conhecimento no Brasil. Além disso, esta pesquisa só se desenvolveu graças à bolsa CAPES a que tive acesso, de forma que agradeço essa instituição que é imprescindível para o desenvolvimento da ciência e da educação brasileiras.

Agradeço ao meu orientador, Alessandro Kerber, pelo apoio durante este processo, pelo incentivo à realização do estágio docente e pela confiança em meu trabalho. Aos professores das disciplinas que cursei na pós-graduação, especialmente Carla Rodeghero, por ser uma incentivadora de longa data, e José Rivair Macedo, por ser inspiração e aprendizado constante além da participação na banca de defesa. Também agradeço aos colegas de PPG, pelas importantes discussões durante o mestrado, que muito contribuíram para este trabalho. Ao Marcus Vinícius de Freitas Rosa, pela disponibilidade e contribuições importantes desde nossa primeira conversa sobre a pesquisa e pelo aceite em participar das bancas de qualificação e de defesa do trabalho. Agradeço ainda à professora Zita Possamai, pela leitura atenta e pela arguição generosa na banca de defesa desta dissertação.

As instituições de salvaguarda de acervos são fundamentais para que se possa escrever a história, por isso agradeço às equipes do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Vereadores. Encontrar pessoas dispostas a ajudar a pesquisa num cenário difícil como o que vivemos é um alento. Trabalhadoras e trabalhadores, servidores públicos, que apesar da redução de investimentos e da desvalorização da preservação de documentos históricos, persistem. Fica o registro de um agradecimento especial ao Beto Costa Leite, do Museu Hipólito, e à Vera e à Ana do Moyses Vellinho, pela dedicação, pelo respeito ao trabalho e à história, e pelas boas conversas. Também agradeço à Michele, da Secretaria Municipal de Planejamento, que auxiliou com todo o empenho na busca por um documento

que infelizmente a nova estrutura municipal não nos permitiu encontrar. Agradeço ainda ao jornal Correio do Povo, que disponibiliza suas edições antigas digitalizadas na internet, sem custos.

A rede de relações estabelecidas ao longo desta pesquisa foi extensa, e devo agradecer também à Letícia Bauer, diretora do Museu Joaquim José Felizardo, que se tornou uma amiga e interlocutora importante ao longo dos últimos anos. Agradeço pelos encontros no Museu que me instigaram a realizar esta pesquisa e também pelo convite para contribuir na exposição “Deus Momo vem aí!”, sobre os antigos carnavais de Porto Alegre.

Muito obrigada à Caren Nurimar, ao Hélio Dias (*in memoriam*) e ao Silvio Aquino, carnavalescos de Porto Alegre que gentilmente me receberam para conversas sobre o carnaval daqui e que foram extremamente generosos ao compartilhar suas histórias. Por mudanças no percurso da pesquisa devidas à brevidade do mestrado, seus relatos acabaram não entrando nesta dissertação.

As reflexões sobre cultura na cidade de Porto Alegre ganharam fôlego com o trabalho no Programa de Alfabetização Audiovisual, onde atuo desde 2014. Sou grata a Maria Angélica dos Santos, Juliana Costa, Teresa Assis Brasil, Angelene Lazzareti e demais colegas desse espaço que é responsável por meu interesse nas políticas públicas para a cultura, especialmente no âmbito municipal. Estendo este agradecimento também aos funcionários da Cinemateca Capitólio, espaço público de cultura de Porto Alegre e a todos e todas servidores que resistem todos os dias ao atual desmonte da estrutura municipal de Porto Alegre.

Obrigada também aos colegas de Nonada – Jornalismo Travessia, especialmente Airan Albino, Rafael Gloria e Thaís Seganfredo, pela calorosa acolhida desde 2016 e pelo trabalho jornalístico incansável e sensível voltado à cultura.

Agradeço às parceiras e parceiros de rua, as mulheres do Não Mexe Comigo Que Eu Não Ando Só, pelos anos de crescimento musical e político, e aos colegas de Turucutá, Oficina e Batucada Coletiva Independente, coletivo que acolhe e amplia minha forma de ver o carnaval na/da cidade. Sou grata a ambos pela música, pelo afeto e pelos rolês infinitos. Um agradecimento especial a Sofia Robin, Vitória Fedrizzi, Iassanã Martins e Elisa Delfino, que nos *flashes* chegaram e ficaram.

Às amigas e amigos que trago da graduação e que seguem presentes na vida mesmo tomando os mais diversos e belos caminhos, obrigada a: Luiza Fischer, Jonas Fensterseifer,

Robinson Oliveira, Isadora Diehl, Mauri Zanirati, Alice Toldo, Grazielle Corso, Pedro Meirelles e Júlia Manzano por estarem comigo neste processo.

À Gabriela Lunardi, residente do novíssimo mundo mas habitante antiga do meu coração, agradeço pelo apoio e pela escuta sempre à frente do tempo, além do apoio com o abstract. Junto com ela, agradeço o amor de sempre de Catharina Conte, Gabriela Ruas e Maria Eduarda Rangel.

É inegável o quanto cresci ao longo desses dois anos de mestranda com o convívio cotidiano com o amigo de CHIST, pizzas e vandalismos, Cláudio Klippel, com quem tive a honra de dividir o teto, as cervejas com pastel e conversas sem fim ao longo de grande parte desse período do mestrado. Também agradeço o apoio e compreensão da Zuleica Kraemer na reta final de escrita da dissertação.

Obrigada à Maria Celia Detoni, por ajudar a ver minhas capacidades e por mostrar que pessoas mentalmente saudáveis são mais capazes de construir um mundo melhor.

A parceria e a presença constante de Marina Gris e Linaia Palacio certamente garantiram que esta dissertação fosse concluída. Não fosse sua escuta e incentivo, o processo seria muito mais difícil. Agradeço por me lembrarem da importância de qual história vai ser contada, pelos infindáveis debates teóricos, políticos e afetivos e por me inspirarem ao serem as mulheres incríveis que são. Que bom nos ver crescendo juntas!

Por fim, seria impossível concluir estes agradecimentos sem mencionar aqueles que me trouxeram ao mundo. À minha mãe, Mirna Spritzer, e ao meu pai, Luiz Carlos Galli, agradeço imensamente por proporcionarem todo o tipo de apoio desde que me entendo por gente (e certamente desde antes disso), e por acreditarem nos meus projetos e escolhas. Por me ensinarem cotidianamente e cada um a sua maneira, a beleza de *investigar, escutar, rir e criar*.

RESUMO

Esta dissertação aborda o processo que desencadeou na transferência dos desfiles de Carnaval das escolas de samba do centro de Porto Alegre para a área do Porto Seco, na Zona Norte da cidade. Durante mais de dez anos, diversos projetos de uma “Pista de Eventos” foram elaborados pela prefeitura municipal, buscando construir um espaço adequado para os desfiles das escolas de samba, que vinham crescendo em tamanho e qualidade. Os projetos foram feitos para diferentes locais: o Parque da Harmonia, Parque Marinha do Brasil, bairro Humaitá e posteriormente o Porto Seco, tendo como objetivo primeiro sediar os desfiles de Carnaval, mas também eventos como o desfile da Independência do Brasil, no 7 de setembro, e as comemorações alusivas à Guerra dos Farrapos, do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Este trabalho trata dos motivos pelos quais as propostas de projetos não foram realizadas, quais segmentos da sociedade estiveram envolvidos nas discussões e quais argumentos foram utilizados para impedir a concretização de cada projeto, até a inauguração do Complexo Cultural do Porto Seco. Para isso, analisei notícias de dois jornais, o Correio do Povo e a Zero Hora, entre 1994 e 2004, e processos internos da Câmara Municipal de Vereadores. Procurei identificar como as discussões em torno da “Pista de Eventos” foram abordadas nas matérias jornalísticas e também como o tema foi tratado nas tramitações internas dos projetos no Legislativo porto-alegrense. Através dessas fontes, foi possível perceber uma *ideia de Carnaval* que estava posta nas discussões públicas travadas em torno da “Pista de Eventos”, de que os desfiles das escolas de samba trariam confusão e violência para a área onde fossem acontecer. Essa *ideia de Carnaval* está fortemente baseada em uma noção racista de que o Carnaval das escolas de samba não faz parte de uma identidade cultural de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, sendo visto como um *outro* no espaço da cidade. Assim, embora diversos esforços tenham sido feitos na direção de atender às demandas dos carnavalescos de construir um local para os desfiles das escolas de samba, uma *ideia de Carnaval* expressada por moradores de diferentes bairros, representantes de órgãos federais, tradicionalistas, ambientalistas e membros do Poder Judiciário, impediu que a “Pista de Eventos” fosse edificada em áreas centrais de Porto Alegre.

Palavras-chave: Carnaval; Pista de Eventos; Porto Seco; Porto Alegre; Sambódromo.

ABSTRACT

This dissertation addresses the process that unfolded the transfer of Carnival parades of Porto Alegre's samba schools from the central area of the city to *Porto Seco*, in the northern region. For more than ten years, the City Council has proposed several projects related to an "Events Laneway", seeking to build a suitable space for the samba schools' parades, which were growing in size and quality. The projects were designed for different locations: The parks *Parque da Harmonia* and *Parque Marinha do Brasil*, the *Humaitá* suburb and, later, *Porto Seco*. The projects' goals were to build an Events Laneway to host not only the Carnival parades but also public events such as the Independence Day Parade on September 7, and the celebrations of the Ragamuffin War, as part of the *Gaúcho* Traditionalist Movement. This study explores the reasons why these projects were not approved, which segments of society were involved in the discussions and which arguments were used to prevent the accomplishment of each project, until the inauguration of the *Porto Seco Cultural Complex*. In order to investigate this process, I analyzed news articles from 1994 to 2004 from two newspapers, *Correio do Povo* and *Zero Hora*, and internal documents of the City Council representatives from the Municipal Chamber of Porto Alegre. I sought to identify how the discussions about the "Events Laneway" were addressed in the news articles and also how the theme was approached in the internal procedures of the Legislative branch of the city. Through these sources, it was possible to identify an *idea of Carnival* that was set in the public discussions about the "Events Laneway", that the samba school parades would bring disarray and violence to the area where they were supposed to be settled. This *idea of Carnival* is strongly based on a racist notion that the samba schools' Carnival is not part of the cultural identity of the city of Porto Alegre and the Rio Grande do Sul state, being seen as "the *other*" in the city space. Thus, while several efforts have been made to meet the demands of the Carnival organizers to build a venue for samba school parades, residents from different neighbourhoods, representatives of federal agencies, members of the Traditionalist Movement, environmentalists and members of Judiciary branch of the city, have expressed an *idea of Carnival* which prevented the "Events Laneway" from being settled in the central areas of Porto Alegre.

Keywords: Carnival; Events Laneway; Porto Seco; Porto Alegre; Sambadrome.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto de satélite da área prevista para o Parque de Eventos e Cultura no Parque da Harmonia	54
Figura 2 - Planta do Parque de Eventos e Cultura no Parque da Harmonia (1994).....	55
Figura 3 – Foto de visita do prefeito Tarso Genro ao Parque da Harmonia com representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (1994)	57
Figura 4 – Planta para construção da Pista de Eventos em área próxima ao Parque Marinha do Brasil (1995).....	81
Figura 5 – Planta das três áreas sugeridas para implantação da Pista de Eventos na Zona Norte de Porto Alegre (2001)	130
Figura 6 – Mapa das três regiões avaliadas pelo Conselho do Plano Diretor para implantação da Pista de Eventos em 2002.....	141

SUMÁRIO

1. Introdução – Afinando os surdos	13
Primeira – a marcação.....	13
Segunda – a resposta	25
Terceira – a síncope	29
2. Lugar de samba-enredo é no asfalto: o Carnaval feito em Porto Alegre e seu espaço na cidade.....	31
2.1. Carnaval em Porto Alegre.....	31
2.2. A cidade e o Carnaval.....	36
2.3. A demanda por uma Pista de Eventos	43
3. “É muito papo na avenida, são muitos sonhos e mil ilusões” - os anos 1990 e os projetos que não aconteceram.....	44
3.1. “Entre o chimarrão e a serpentina” – o “Parque de Eventos” no Parque da Harmonia.....	46
3.1.1. O projeto em tramitação.....	47
3.1.2. O Carnaval de 1994.....	49
3.1.3. “Previsão: um grande Carnaval no ano que vem” – a continuidade do projeto do Poder Executivo.....	52
3.2. “As batucadas irão acabar com o nosso sossego” – disputas no bairro Menino Deus.....	76
3.2.1. O novo projeto da Prefeitura de Porto Alegre para uma Pista de Eventos.....	78
3.2.2 “Augusto de Carvalho é desmontada pela última vez: em 98, uma nova pista” – expectativa pela obra no Parque Marinha do Brasil.....	86
3.2.3. A decisão judicial.....	97
3.3. “Procura-se um lugar para o sambódromo”	105

4. “O projeto, que é grande e audacioso, saiu do papel” – a decisão pelo Porto Seco...	111
4.1. Anos de indefinição.....	112
4.1.1. A área do Porto Seco	114
4.1.2. Os anos 2000-2001 e a CPI do Carnaval – Prefeitura sob ameaça.....	121
4.2. “Pelo jeito, não vamos mais dormir por aqui” – disputas no bairro Humaitá	124
4.2.1. Nova Comissão Especial na Câmara de Vereadores.....	125
4.2.2. A Zona Norte em disputa	131
4.2.3. Enquanto isso, no Porto Seco.....	137
4.3. “Se o Humaitá não quer, nós queremos” – entram em cena Restinga e Porto Seco.....	138
4.3.1. Restinga.....	142
4.3.2. Porto Seco.....	146
4.3.3. A decisão do CMDUA.....	147
4.4. “Carnaval 2004 será no Porto Seco”.....	153
5. Considerações finais.....	163
Referências	168
Fontes consultadas	168
Bibliografia.....	170
Apêndice A – Gestões da Prefeitura de Porto Alegre.....	174
Apêndice B – Vereadores/as mencionados no trabalho.....	174
Apêndice C – Secretários/as Municipais mencionados no trabalho.....	177
Apêndice D – Representantes de outros Poderes, de entidades da sociedade civil e jornalistas.....	178

1. Introdução - Afinando os surdos

As conversas se misturam com o ruído do giro das chaves de afinação que apertam o couro dos surdos, instrumento que emite o som grave responsável por dar a sustentação e manter o andamento da música para o restante da bateria. Em qualquer ensaio de escola de samba, nada acontece antes que eles estejam afinados. Surdos, no plural, não apenas por serem muitos em quantidade, mas por serem de três tipos, desempenhando diferentes funções¹.

O surdo de primeira, também conhecido como de marcação, é o maior de todos e possui o som mais grave, responsável por marcar a referência do tempo da batida. O surdo de segunda é um pouco menos grave e responde ao *primeira*, completando o tempo do samba. Tum, dum: o compasso binário está marcado. E há ainda o surdo de terceira, o menor dos três, um pouco mais agudo, que preenche o tempo existente entre as marcações. É o responsável pela síncope², pela quebra da normalidade no ritmo da conversa entre surdo de primeira e de segunda.

Assim como o som grave é necessário para a marcação do samba, a introdução é parte fundamental do texto de uma dissertação. Esta etapa se divide em três momentos, assim como são três os surdos das escolas de samba no Carnaval.

Surdo de primeira – a marcação

Se o *primeira* marca o tempo básico para toda a bateria, esta seção faz a marcação da introdução: o que é preciso entender para começar o samba, ou seja, de onde parte este trabalho. No Carnaval de 2004 foi inaugurado em Porto Alegre o Complexo Cultural do Porto Seco, espaço destinado aos desfiles das escolas de samba no Carnaval. Após cerca de dez anos de indefinição sobre um local para a então chamada Pista de Eventos, as escolas de samba da cidade afinal pareciam ter conquistado um lugar com estrutura adequada para realizar os desfiles e condizente com a grandiosidade que o Carnaval tinha adquirido nas duas

¹ Esta proposta de introdução é inspirada no trabalho do professor e historiador Luiz Antonio Simas, mestre em História Social pela UFRJ e autor de livros como Dicionário da História Social do Samba (Ed. Civilização Brasileira, 2015), Samba de Enredo- História e Arte (Ed. Civilização Brasileira, 2010) e Almanaque Brasilidades (Ed. Bazar do Tempo, 2018).

² “A síncope é uma alteração no ritmo e é causada pelo prolongamento de uma nota emitida em tempo fraco sobre um tempo forte. Na prática, a síncope rompe com a constância, quebra a sequência previsível do som e proporciona uma sensação de vazio que é preenchida de forma surpreendente”, e muitas vezes improvisada, segundo o historiador Luiz Antônio Simas no texto Miquimba criou o mundo (2017). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/miquimba-criou-mundo-22046339>

décadas anteriores. A questão do espaço para o Carnaval de rua vinha sendo pauta presente em debates públicos da cidade desde o início da década de 1990 e só se resolveu com a inauguração do Complexo Cultural do Porto Seco, após diversas tentativas de implantação em outras áreas.

O Carnaval desde o final dos anos 1980 ocorria na Avenida Augusto de Carvalho, na região central de Porto Alegre, e antes disso em outros lugares também no centro. As localizações centrais facilitavam a chegada das escolas que tinham sede por todas as regiões da cidade, além daquelas localizadas na região metropolitana. Porém, conforme o Carnaval se desenvolvia, o espaço foi se mostrando pequeno, sem a infraestrutura adequada para exibir as alegorias criadas por cada escola e para acomodar as milhares de pessoas que acompanhavam os desfiles nas três noites em que ocorriam. As arquibancadas eram montadas de forma temporária todos os anos e a estrutura do Carnaval como um todo trancava o trânsito da avenida por cerca de dois meses durante o verão. Além disso, a inexistência de barracões para a montagem das alegorias dificultava o transporte das mesmas até o local dos desfiles. Através da Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (AECPARS) e das próprias escolas de samba, as pessoas envolvidas com a produção da festa-espetáculo começaram a reivindicar junto ao poder público do município um local que comportasse os desfiles e onde se pudesse erguer de forma permanente as construções necessárias para a realização da festa, como arquibancadas e barracões.

Ao mesmo tempo em que o Carnaval das escolas de samba crescia, a política municipal também se transformava. Saindo do período da ditadura-civil militar, a partir da década de 1980 Porto Alegre teve gestões municipais compostas por partidos progressistas e de esquerda. Em 1985 fora eleito Alceu Colares, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e depois, a partir de 1989, iniciou o período de gestões municipais da chamada Frente Popular, coalizão composta naquele momento pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e que foi responsável por uma série de mudanças na administração da cidade. Nas eleições seguintes, a chamada Administração Popular voltou a vencer por mais três vezes, permanecendo no Poder Executivo municipal até o ano de 2004.

O processo abordado nesta pesquisa está concentrado no período que abrange os anos 1990 e o início dos anos 2000. Embora não trate diretamente da experiência da Frente Popular na prefeitura, é importante entendê-la em diálogo com os acontecimentos sobre o Carnaval tratados aqui, já que a responsabilidade de organizar os espaços para os desfiles naquele momento era do Poder Executivo. A seguir, exponho alguns elementos desse cenário, que

será aprofundado no capítulo 2 desta dissertação. Segundo Milton Cruz (2006), que estudou as políticas de planejamento urbano em Porto Alegre, as quatro gestões da Frente Popular tiveram como principal marca a introdução de experiências em que havia participação da população nas decisões do município, como o Orçamento Participativo (OP). Como veremos adiante, já na gestão de Alceu Colares (PDT), em 1988, houvera uma primeira iniciativa de aproximar a população da esfera decisória da cidade através da criação dos Conselhos Populares. A gestão de Olívio Dutra (PT), que sucedeu Colares e implantou o OP, gerou expectativa sobre os efeitos da participação democrática nos problemas sociais da cidade. No OP, Porto Alegre foi dividida em 16 regiões e cada uma delas poderia definir em assembleia suas prioridades de investimento. O processo foi muito mais complexo, sendo estudado localmente por autores como Luciano Fedozzi (2000), além de a experiência do OP ter sido um tópico discutido nacional e até mesmo mundialmente para pensar novos formatos de consolidação da democracia. Aqui neste trabalho e neste momento, é importante saber que os governos da Frente Popular implantaram transformações no sentido de buscar uma participação mais direta da população nas decisões do município.

As mudanças implantadas pela Frente Popular, além do OP, também disseram respeito às políticas culturais. Em 1991, no governo de Olívio Dutra, o Carnaval deixou de estar alocado na pasta do Turismo (Empresa Porto-alegrense de Turismo – EPATUR), onde estava desde os anos 1960, para ficar sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, criada no final do mandato de Alceu Colares, em 1988. Essa transferência significou uma mudança de tratamento a respeito do Carnaval, que foi elevado à posição de manifestação cultural e artística no patamar das chamadas “Belas Artes”, como a Música, as Artes Plásticas, o Teatro e a Literatura.

Aos poucos, o Carnaval parecia ganhar outro status dentro da cidade e de sua estrutura institucional. A partir da demanda dos carnavalescos por um local adequado para os desfiles, que vinha crescendo desde anos anteriores, em 1994 na gestão de Tarso Genro na prefeitura, o Executivo Municipal propôs a construção de uma Pista de Eventos para realização do Carnaval e de outras comemorações, como desfiles cívicos e militares, incluindo as comemorações de 20 de setembro, realizadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho. A princípio, o projeto era de que essa pista fosse construída no Parque da Harmonia, no centro da cidade. A proposta foi avaliada por uma Comissão Especial na Câmara de Vereadores e posteriormente rejeitada em função de supostas inconsistências no projeto, e a partir desse momento o debate público em torno da Pista de Eventos/Sambódromo, cresceu. Já em 1997

na gestão de Raul Pont (PT) na prefeitura, foi indicado um novo local para a construção da Pista de Eventos: uma área próxima ao Parque Marinha do Brasil. Nesse momento, a discussão girou em torno da rejeição à obra por parte de moradores do bairro Menino Deus. O conflito chegou à Justiça, que embargou as obras, previstas para o início de 1998. Enquanto se aguardava a decisão oficial, novas propostas foram feitas e as discussões voltaram a se acirrar em 2001, quando uma nova Comissão Especial foi constituída na Câmara de Vereadores para estudar a melhor opção de localização da Pista de Eventos. Essa Comissão elegeu três possíveis áreas no bairro Humaitá para a construção da Pista. Porém, manifestações contrárias de moradores da região impediram mais uma vez o início das obras. Em 2002, foi escolhida a região do Porto Seco, no extremo norte da cidade, pela instância do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), e depois acatada pelo prefeito Tarso Genro. O Carnaval de 2004 foi o primeiro a ocorrer no Complexo Cultural do Porto Seco, onde os desfiles seguiram acontecendo até 2016 sob administração compartilhada da prefeitura com as entidades carnavalescas. Em 2017 a gestão municipal cortou qualquer apoio financeiro aos desfiles, que ocorreram com apoio da iniciativa privada, em 2018 não houve desfiles de Carnaval pelo mesmo motivo e em 2019 aconteceram por iniciativa independente da comunidade carnavalesca. Assim, este trabalho se insere num presente de transformações dos modos de fazer Carnaval em Porto Alegre.

Olhando hoje para a questão da Pista de Eventos, é recorrente a ideia entre muitos dos envolvidos no processo de que a transferência dos desfiles para o Porto Seco foi responsabilidade unicamente da prefeitura, frente a um cenário em que o Carnaval não era bem-vindo na região central de Porto Alegre. Entre pessoas que viveram de perto o processo e com as quais conversei informalmente, é muito comum se ouvir que a prefeitura simplesmente levou os desfiles para longe do centro. Muitas vezes, a memória guarda apenas aquilo que fica dos sentimentos vividos à época. Essas impressões, sejam as de quem olha superficialmente para o período, sejam os vestígios da memória, trazem o perigo de se incorrer em simplificações. Isso não significa dizer que as impressões de quem viveu o processo são inválidas, pelo contrário: são ricas e fazem parte da história, contam os acontecimentos a partir de determinada perspectiva. Mas é preciso ir além delas para compreender melhor como ocorreu o processo e quais relações de força estavam colocadas naquele momento.

Entre as questões que mobilizaram esta pesquisa, estavam principalmente os motivos pelos quais levou mais de dez anos para se definir um local para a Pista de Eventos e porque

havia sido uma obra tão controversa na história recente de Porto Alegre, diferente de outras construções públicas como, por exemplo, o Anfiteatro Por-do-Sol ou a designação do Parque da Harmonia para o Acampamento Farroupilha. Interessou-me investigar quais foram os obstáculos interpostos à Pista de Eventos, mesmo num cenário aparentemente favorável ao Carnaval das escolas de samba. Entre esses obstáculos, busco identificar quais foram os argumentos utilizados para negar a instalação de um local destinado aos desfiles de Carnaval e por quem haviam sido colocados.

Assim, este trabalho procura indicar possíveis caminhos para compreender melhor o processo que fez com que o Carnaval das escolas de samba de Porto Alegre fosse deslocado do centro para o Porto Seco, na Zona Norte. Busco entender quais segmentos da sociedade além do Poder Executivo se envolveram no processo, e identificar como determinadas *ideias de Carnaval* estiveram colocadas nas discussões travadas durante o período, ou seja, como as concepções de Carnaval orientaram práticas sociais, operando sobre diferentes sujeitos e influenciando a decisão sobre onde implantar a Pista de Eventos em Porto Alegre. Para isso, é preciso entender qual o lugar do Carnaval na cidade.

Quando se fala em Carnaval, especialmente no Brasil, múltiplos entendimentos são possíveis. A celebração da data, originada no calendário cristão, adquiriu formatos dos mais diversos conforme a época, o local e o grupo social relacionado, havendo a apropriação de um repertório comum, em circulação, e adaptação de acordo com cada realidade. Assim, uma história do Carnaval só é possível se pensarmos numa história dos significados do Carnaval, que estão em constante transformação. Entendido como parte de uma “cultura popular” brasileira, trato nesta dissertação de um tipo de Carnaval específico existente num determinado recorte temporal: aquele realizado pelas escolas de samba entre os anos 1990 e 2000, muitas das quais com origens em blocos e grupos carnavalescos da primeira metade do século XX.

Torna-se necessário entender do que se trata quando falamos em cultura popular. Stuart Hall, no livro *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2003), propõe que não existe uma “cultura popular” pura ou autêntica, e sim que ela está sempre em transformação, que é fruto de disputas, pautadas pelas relações de poder e de dominação cultural que estão estabelecidas em determinada sociedade.

Assim, o que estrutura o que é “popular” são as tensões e oposições entre o que pertence ao domínio central da elite/da cultura dominante e à cultura da periferia. E essas distinções não podem ser construídas de forma meramente descritiva, “pois, de tempos em

tempos, os conteúdos de cada categoria mudam.” (HALL, 2003, p. 284). Ou seja, o que numa determinada época ou local pode ser “popular”, em outro momento pode ser um elemento cultural da elite, ou vice-versa. Nesse processo, as manifestações culturais são transformadas. Segundo o autor, o que define “popular” não é necessariamente uma autenticidade no conteúdo do objeto analisado, de forma que se possa descrevê-lo ou enumerar suas características, mas sim as relações sociais colocadas.

Para Hall, o processo cultural depende dessa delimitação, por parte das elites, entre o que deve ser incorporado a uma “grande tradição”, sendo reconhecido como “cultura”, e o que não deve, ganhando o aposto “popular”. (HALL, 2003, p. 289). Nesse sentido, o Carnaval em Porto Alegre pode ser entendido como uma manifestação que ao longo do tempo foi perdendo o status de elite que tinha no final do século XIX, como veremos adiante, para ganhar a definição de popular. Não tanto por ser típica ou essencialmente do “povo”, mas por ser ressignificado e assim definido pelas elites e posteriormente pela própria comunidade que o realiza. Na definição da cultura local, predominam os traços associados a uma origem europeia ou às “tradições” gaúchas, não englobando aí o Carnaval das escolas de samba.

Assim, busco através dessa pesquisa perceber que discursos definidores do Carnaval como cultura popular estiveram presentes nas disputas por um local para a Pista de Eventos para os desfiles das escolas de samba. O que é o Carnaval é definido por quem o faz, mas também por aqueles que veem de fora e que através de relações de poder tem a possibilidade de impor limites. Durante os governos do PT e da Frente Popular na Prefeitura de Porto Alegre, houve uma maior convergência sobre a concepção de cultura, em que se reconheceu como válidas também as manifestações do “povo”, proporcionando uma provável abertura para levar em consideração as definições dos próprios carnavalescos. Contudo, apesar de um cenário aparentemente favorável, veremos adiante que não bastou a boa intenção dos governantes. Esta pesquisa busca perceber quais discursos – e de quais sujeitos – sobre o Carnaval operaram para que os desfiles fossem transferidos para o Porto Seco e, além disso, para que tenha havido tantos obstáculos na definição da construção da Pista de Eventos.

Além de ser visto como “cultura popular”, o Carnaval das escolas de samba, chamado Carnaval espetáculo, em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul é também um traço marcadamente da comunidade negra e afrodescendente. Se atualmente é uma manifestação cultural associada a esses segmentos da população, na virada do século XIX para o XX estava mais vinculada à elite branca da cidade com os bailes em sociedades como Esmeralda e Venezianos e o entrudo nas ruas, e a participação da população afrodescendente era

repreendida³. Iris Germano, no artigo “Carnavais de Porto Alegre, etnicidades e territorialidades negras no sul do Brasil”, publicado no livro RS Negro (2008), aborda a questão da consolidação do Carnaval como uma manifestação dessa comunidade, a partir de sua pesquisa de mestrado, “Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40” (1999).

Foi no período pesquisado pela autora, as décadas de 1930 e 1940, que o Carnaval de Porto Alegre foi apropriado pelas camadas populares e “particularmente pelos descendentes de africanos oriundos de antigos territórios ligados à população negra.” (GERMANO, 2008, p.108). A festa na rua passou a ser povoada por esses grupos fazendo com que as elites, que antes festejavam o Carnaval no espaço público e utilizavam diversos símbolos de distinção social (e também racial, ainda que de forma velada) como os corsos⁴, passaram a não querer ser confundidas “ou se misturar com as camadas populares e negras, acabando por se afastar progressivamente do carnaval.” (GERMANO, 2008, p. 113). Aos poucos, o significado atribuído ao Carnaval, antes uma festa de elites, passou a ser fortemente associado a grupos populares, empobrecidos e em sua maioria negros, afastando as camadas mais altas da sociedade, que viam o processo como uma decadência, e criando um estigma para os festejos. Além disso, foi se fortalecendo a relação do Carnaval e do samba com os chamados territórios negros de Porto Alegre, como Ilhota, Areal da Baronesa e Colônia Africana.

Enquanto no centro do país o Carnaval realizado pela população negra foi aos poucos entendido e apropriado como uma autêntica expressão da identidade nacional, em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, passou a ser visto com reservas, “como uma manifestação não ‘genuinamente brasileira’.” (GERMANO, 2008, p.113). Ao invés de ser associado como um elemento importante de formação da identidade, o Carnaval de Porto Alegre ao longo do século XX foi se consolidando como uma festa de pessoas negras, havendo uma ressemantização do Carnaval que resultou numa forma de afirmação da identidade negra local. Numa construção de identidade regional calcada na figura do gaúcho e do imigrante europeu, a população negra foi fortemente invisibilizada e apagada da construção dos mitos fundadores do Estado. Os negros e negras presentes aqui foram negados enquanto agentes históricos “não apenas através do silêncio da história oficial, mas também através de representações que alimentaram práticas de discriminação no imaginário social de Porto Alegre, contribuindo para a exclusão ou marginalização, material e simbólica, deste segmento

³ Sobre o carnaval de Porto Alegre no século XIX, ver LAZZARI (2001) e LEAL (2008).

⁴ Ver capítulos II e III de ROSA (2008).

social.” (GERMANO, 2008, p. 101). Essa exclusão esteve materializada, por exemplo, no acesso ao território. Segundo Marcus Rosa na dissertação “Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940” (2008), o Carnaval popular de Porto Alegre foi “estabelecido na fronteira simbólica entre negros e brancos”, sendo estigmatizado pelas elites e tendo os territórios negros dizimados através de reformas urbanas e processos de modernização da cidade. Dois movimentos simultâneos, portanto: a exclusão simbólica do imaginário da cultura local, e a exclusão material de determinados espaços que antes ocupavam.

Nas décadas de 1930 e 1940, o nacionalismo incorporou o elemento negro na identidade nacional brasileira, transformando o Carnaval em símbolo da nacionalidade e legitimando o mito da democracia racial. Rosa (2008) investigou como diferentes grupos se apropriaram de um modelo de festa que ganhava espaço, fazendo parte de um processo “civilizatório”, de disciplinarização, por parte da imprensa e dos poderes públicos. Oriundos de camadas da população estigmatizadas por questões de classe e raça, esses foliões, segundo o autor, desenvolveram práticas bem vistas pelas elites na busca por visibilidade, aceitação e respeitabilidade social. Ou seja, Marcus Rosa demonstrou a complexidade da luta para serem aceitos justamente por conta da existência do estigma em torno de suas práticas culturais num momento em que crescia o nacionalismo através das políticas dos governos de Getúlio Vargas. O Carnaval de Porto Alegre naquele momento envolvia uma luta para definir o imaginário social da cidade, onde a população negra buscava reconhecimento frente ao olhar das elites que marcavam um distanciamento do que era “popular”. “O carnaval tornou-se popular, mas a partir de então foi representado e estigmatizado como festa de negros, do ‘outro’, do elemento suspeito e perigoso.” (GERMANO, 2008, p.115). Em Porto Alegre, portanto, a identidade local foi formada de maneira excludente com esse grupo social, sendo o Carnaval das escolas de samba parte de uma cultura do *outro* da cidade.

Djamila Ribeiro (2017) aborda a partir da filosofia essa acepção da população negra (e no caso de seu estudo, especificamente as mulheres negras) como sendo o *outro* em determinados processos de construção do conhecimento, formação de identidades e elaboração de políticas públicas. A autora introduz o conceito de lugar de fala apresentando essa noção que é interessante para entender a posição do Carnaval das escolas de samba em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul: a construção de um *outro* pelos discursos oficiais/hegemônicos. No momento em que determinado grupo reconhece aquilo que entende

como a cultura própria de sua identidade, estabelece a alteridade em relação às culturas que lhe são estranhas. Esse é um processo comum em qualquer sociedade. No caso abordado nesta dissertação, a alteridade se instalou dentro da própria cidade, onde existe uma cultura normativa, representada pelas articulações de camadas dominantes, que definem quem são os seus *outros*. O direito aos espaços públicos nas diversas regiões é estabelecido por esses grupos de acordo com sua visão do que é cultura e do projeto de cidade que se tem. Os espaços centrais, assim, são destinados a essas mesmas classes e seus objetivos de modernização e higienização. Sobre esse aspecto, é notável que as populações negras de Porto Alegre desde o século XIX estiveram apartadas das áreas centrais, sendo periodicamente “removidas” de seus locais de habitação em prol de projetos excludentes no espaço urbano. Sendo o Carnaval de rua a partir dos anos 1940 uma manifestação fortemente relacionada a essas populações, vistas como o *outro* na cidade de Porto Alegre, há um esforço reiterado por parte das esferas de poder para organizá-lo, discipliná-lo e também afastá-lo das regiões centrais. Ainda que as comunidades carnavalescas façam parte da cidade no sentido mais estrito de nascerem e viverem aqui, suas manifestações, entre elas o Carnaval, não são vistas como parte de uma cultura compartilhada do que significa ser porto-alegrense. O Carnaval de rua, das escolas de samba, não é encarado como um dos símbolos comuns da cultura definida pelo poder local.

É importante entender esse processo de exclusão para perceber as disputas por uma Pista de Eventos/Sambódromo na década de 1990, que expuseram uma situação de conflito entre as populações que fazem o Carnaval das escolas de samba e outros segmentos da sociedade, como o Movimento Tradicionalista Gaúcho, o movimento ambientalista, os moradores do Menino Deus ou do Humaitá. Dessa forma, podemos perceber que a luta para consolidar um espaço para os desfiles de Carnaval oferece um resumo do imaginário social da cidade e de como os significados atribuídos ao Carnaval podem ter influenciado no longo processo até a definição pelo Porto Seco.

Assim, ainda que se tratasse de um equipamento cultural que operaria em prol do controle do poder público sobre a festa, trazendo uma ideia de oficialidade, controlando o acesso e disciplinando os espaços para os desfiles de Carnaval, mesmo assim houve resistências que tornaram necessária a luta de entidades carnavalescas para garantir seu espaço. Embora as disputas envolvessem o poder público e diversos segmentos da cidade, essa luta pela Pista de Eventos representou uma pauta específica daquela comunidade, e não algo que seria bem vindo para o conjunto de Porto Alegre. Chama a atenção nas

manifestações de carnavalescos ao longo dos mais de dez anos analisados que lutar por um espaço para o Carnaval frequentemente significava negar uma negação. Explico: ao invés de utilizarem argumentos sobre, por exemplo, os benefícios que a instalação de uma Pista de Eventos traria, muitas vezes os representantes da comunidade carnavalesca precisavam se defender de acusações baseadas no estigma sobre a população negra e ligada ao Carnaval. Os sujeitos contrários à Pista de Eventos, nos mais de três locais aventados, se utilizavam de uma *ideia de Carnaval* – que representava violência, confusão, balbúrdia – para posicionar-se contra a obra, obrigando que os carnavalescos justificassem, por exemplo, as poucas ocorrências policiais nos carnavais, ou o fato de serem todos trabalhadores honestos. A luta contra o racismo estabelecido comumente girava em torno de negar falácias, ao invés de afirmar a validade dos desfiles de Carnaval ou o direito ao espaço público. No subtexto dos discursos contrários ao Carnaval em determinadas regiões de Porto Alegre aparece o racismo à moda brasileira, escondido sob argumentos supostamente racionais, como se verá ao longo dos capítulos.

Iris Germano (2008) destaca ainda a importância do Carnaval para a população negra porto-alegrense e para sua afirmação de identidade, tornando-se um importante espaço de preservação de memória e história. Fruto de transformações, o Carnaval de rua, das escolas de samba, se consolidou como parte dessa identidade, reunindo anualmente milhares de pessoas nas quadras de escolas, nas baterias, na confecção de fantasias, adereços e carros alegóricos, na produção musical, nos ensaios. Esses ambientes, desde os blocos e grupos carnavalescos dos anos 1950 e 1960, carregam elementos afrodiáspóricos. Podem, inclusive, ser entendidos como legado do associativismo negro no Rio Grande do Sul, em que as comunidades reunidas em torno das escolas de samba fazem parte de um circuito de sociabilidades e de luta por direitos.

Petrônio Domingues (2011) também escreve sobre o conceito de cultura popular negra, buscando traçar um panorama da historiografia a respeito do tema. Retomando Hall, Domingues argumenta que não há uma “cultura popular negra” numa forma essencialista, ou seja, ela está colocada dentro da história e da cultura, e sendo assim em cada lugar da diáspora a experiência de uma cultura negra é diferente, onde se articulam heranças afrodiáspóricas e a cultura local. A cultura popular, reitera Domingues, é fruto de disputas onde se reproduzem simbolicamente as relações de forças sociais e de poder vigentes na sociedade. O campo da cultura é um campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas e onde é possível qualificar “como popular a produção cultural que se configura como manancial

crítico, alternativo e contraponto à cultura hegemônica e/ou dominante.” (DOMINGUES, 2011, p.417). O Carnaval, assim, assume um papel crítico de resistência e de afirmação de uma identidade.

Sendo o Carnaval das escolas de samba uma manifestação da população negra de Porto Alegre, as forças dominantes atuaram para cerceá-la e defini-la dentro de seus parâmetros. Foi nesse contexto que a prefeitura passou a assumir a organização da festa. Conforme Hall (2003), há um esforço por parte da cultura dominante de “desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confiar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes” (HALL, 2003, p.254).

Entre os anos 1940 e os anos 1960, o Carnaval de rua de Porto Alegre caracterizou-se principalmente por ser participativo, comunitário, onde diferentes blocos, grupos e tribos carnavalescas⁵ passavam pelos coretos, estruturas montadas em diferentes bairros da cidade. Alguns grupos fundados nesse período posteriormente se tornaram escolas de samba que existem até hoje, como Fidalgos e Aristocratas, Bambas da Orgia, Acadêmicos da Orgia, Academia de Samba Praiana e Imperadores do Samba. A organização dos coretos ficava por conta de comissões locais que realizavam a montagem e convidavam jurados para avaliar os grupos participantes. A partir da década de 1960 o chamado Carnaval participativo começou a dar lugar ao Carnaval espetáculo como o que temos hoje, protagonizado pelas escolas de samba. Em 1961 ocorreu um desfile da Academia de Samba Praiana que ficou marcado nas memórias dos antigos carnavalescos, pois consideram que inaugurou o novo formato de desfiles, com tema-enredo, alas, alegorias, fantasias elaboradas e um número maior de participantes.

Foi a partir desse período que a prefeitura oficializou a organização do Carnaval, que em 1962 passou a ser gerido pelo COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) – posteriormente transformado em EPATUR (Empresa Porto-Alegrense de Turismo) – dentro

⁵ A partir da década de 1940 surgiu um tipo de grupo carnavalesco em Porto Alegre: as tribos de índios, como os Caetés, os Xavantes, os Guaianazes, os Tapuias, as Iracemas, entre outras. Seus nomes e a estrutura interna faziam alusão a tribos indígenas, como o cacique (quem exercia a função de liderança) e os guerreiros (componentes da tribo). Segundo Germano (1999), a apropriação do índio pela população negra através das tribos “pode representar tanto a busca de uma identificação com a nacionalidade quanto a identificação com um elemento também excluído da sociedade brasileira e gaúcha”. (GERMANO, 1999, p.87) Desde a data de fundação da primeira tribo, os Caetés, no dia 19 de abril de 1945, houve a intenção de homenagear “o verdadeiro dono da nacionalidade” (BARROS apud GERMANO, 1999, p. 143) brasileira. O momento de afirmação da identidade nacional nos anos 1940 provavelmente influenciou a criação das tribos, onde se buscou identificação com um elemento visto como positivo formador da cultura nacional, reivindicando sua cidadania dentro da sociedade. As tribos podem ser consideradas uma manifestação de carnaval característica de Porto Alegre, mas não são exclusivas daqui. Em Nova Orleans, EUA, o carnaval da *Mardi Gras* também traz elementos que homenageiam povos originários das Américas.

de um processo de espetacularização da festa.⁶ Helena Catani (2014) estudou especificamente a consolidação dessa oficialização, de 1962 a 1973. A autora analisou como ocorreu o que ela chamou de processo de *cariocalização* do Carnaval de Porto Alegre. Para Catani, houve uma aproximação do formato de Carnaval realizado aqui com o do Rio de Janeiro no que diz respeito à estrutura das escolas, ao tipo de desfile, organização da bateria e especialmente na questão da utilização de um tema-enredo que guiaria a apresentação de cada agremiação. Contudo, entendo que a utilização desse termo não tenha sido adequada, visto que a influência do Rio de Janeiro no Carnaval porto-alegrense remonta aos tempos da corte, como Lazzari (2001) aponta em estudo sobre o século XIX. Além dele, Ulisses Duarte (2011), em estudo comparado sobre o Carnaval espetáculo nas cidades de Porto Alegre e Uruguaiana, reforça o argumento da antiguidade da relação entre o Rio de Janeiro e Porto Alegre. O autor afirma que as elites porto-alegrenses buscavam uma relação de integração com os símbolos da cidade considerada “centro político produtor da nação numa comunidade imaginada” (DUARTE, 2011, p. 27), utilizando o conceito de Benedict Anderson. Durante o século XX, notamos uma circulação ainda maior que no anterior (e com circulação quero dizer que as trocas ocorriam bilateralmente, não apenas no sentido do Rio de Janeiro para Porto Alegre) através da música, como por exemplo, a fama de Lupicínio Rodrigues nas rádios e bares do Rio, e a vinda de músicos do Rio de Janeiro para Porto Alegre. Muitas vezes, esses músicos se estabeleceram aqui e tiveram influência nas rádios locais.

A relação de Porto Alegre com o Rio de Janeiro, exposta acima, será importante também para entender o processo de transferência dos carnavais para o Porto Seco, nos próximos capítulos. Feitas as ressalvas a respeito da relação de Porto Alegre com o Rio de Janeiro e por isso a divergência a respeito do uso do termo *cariocalização*, entendo o estudo de Catani como relevante pois a autora pesquisou como se deu o processo de transformação interna do Carnaval de Porto Alegre do Carnaval participativo para o Carnaval espetáculo. Além disso, investigou a relação dele com a gerência da prefeitura sobre a festa, através da instituição ligada ao turismo (primeiramente o COMTUR e depois a EPATUR).

Torna-se importante levar em conta fatores ligados à consolidação do Carnaval em Porto Alegre como uma manifestação cultural associada à população negra para entender como esta pesquisa se organiza. Busco, com esta dissertação, esboçar como se deu o processo de transferência dos desfiles de Carnaval para o Porto Seco analisando especialmente os

⁶ Embora a pesquisa de Marcus Rosa mostre que o carnaval já tivesse relação com a Prefeitura desde os anos 1940, foi a partir dos anos 1960 que essa organização se consolidou e permaneceu até os dias de hoje, quando vem passando por novas transformações.

argumentos utilizados para que a Pista de Eventos não ocorresse nos locais propostos ao longo dos anos 1990 e início dos 2000. As negativas aos projetos de Pista informam sobre como o Carnaval das escolas de samba foi encarado por representantes das elites e como essa *ideia de Carnaval* influenciou nas decisões por parte da prefeitura e dos vereadores. A seguir, explico como foi realizada a pesquisa e as fontes utilizadas.

Surdo de segunda – a resposta

Estabelecido o andamento do samba com o surdo de primeira, o compasso binário se completa com o surdo de segunda, menos grave, que responde ao anterior. Igualmente importante, pois toca o primeiro tempo do ritmo, no qual os demais instrumentos da bateria entram. Nesta segunda seção, abordarei o que é preciso entender para completar a marcação do compasso e a partir de então recheiar o samba.

Entre os objetivos desta dissertação está compreender que *ideias de Carnaval* foram expostas por diferentes sujeitos sociais durante o processo de mais de dez anos para definir um local para a Pista de Eventos em Porto Alegre, procurando perceber como setores da sociedade atuaram na direção de disciplinar e excluir aquilo que era entendido como popular a partir de uma determinação espacial para a realização dos desfiles de Carnaval. Para articular como se relacionam as reflexões expostas acima, sobre a cultura popular e o Carnaval enquanto manifestação cultural negra em Porto Alegre, com as disputas em torno da construção da Pista de Eventos/Sambódromo, utilizei principalmente dois tipos de fontes: jornais de grande circulação e documentos oficiais do município, especificamente da Câmara de Vereadores.

Os jornais consultados foram edições de Correio do Povo e Zero Hora do período de Carnaval e dos períodos em que a discussão sobre a transferência foi mais intensa. O primeiro é o mais antigo ainda em circulação no Rio Grande do Sul, tendo sido fundado por Francisco Caldas Junior no final do século XIX. Passou por dificuldades financeiras na década de 1980, quando foi comprado pelo latifundiário Renato Bastos Ribeiro. Nesse momento, adotou-se um novo formato e a redação do jornal foi informatizada⁷. Em relação à cobertura do Carnaval, nos anos 1990 o Correio do Povo contemplava notícias locais sobre a festa, os desfiles e os preparativos das escolas. Na semana do Carnaval, trazia um encarte especial com

⁷ Ver dicionário de verbetes do CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/correio-do-povo>

notícias de Porto Alegre, interior do Estado, litoral, Rio de Janeiro e São Paulo. Zero Hora, fundada em 1964, consolidou no Rio Grande do Sul o formato tabloide para jornais diários, já existente com a Última Hora, trazendo notícias mais objetivas e imagens, numa proposta de periódico dinâmico e moderno. A partir de 1975, suplantou o concorrente Correio do Povo, até então o de maior circulação, em números de jornais avulsos vendidos.

Embora o Correio do Povo apareça mais nesta dissertação, julgo importante mencionar o texto de Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Jr., “A imprensa no carnaval”, que encerra o livro Carnavais de Porto Alegre, de 1992. O texto, portanto, já não é exatamente recente, mas traz dados interessantes a respeito da cobertura da imprensa sobre o Carnaval de Porto Alegre. Segundo o autor, a Zero Hora, por ter surgido da demanda de um jornal mais acessível ao grande público, acabou tendo um papel importante na divulgação de manifestações culturais populares. Até os anos 1960, “o carnaval não possuía identidade na imprensa conservadora e era tratado como uma festa pobre, decadente e melancólica” (BITTENCOURT Jr., 1992, p. 63). A Zero Hora, então, apresentou uma nova forma de cobrir a festa carnavalesca e os desfiles, destinando espaços nobres do jornal para tal tarefa, como capas e encarte especial, serviços de informações e orientação, cobertura pré-carnavalesca e realizando atividades como organização do baile e de prêmios do Carnaval. Foi esse jornal que começou a cobrir em Porto Alegre os ensaios das escolas de samba, “dando existência às alas e aos carnavalescos, aos profissionais do carnaval, aos destaques, bem como oportunizando o aparecimento do homem comum do cotidiano: o folião e o torcedor.” (BITTENCOURT Jr., 1992, p. 63). Bittencourt destaca, assim, a importância de Zero Hora para visibilizar o Carnaval das escolas de samba em Porto Alegre, esforço que reunia vinte repórteres e mais de dez fotógrafos, mobilizando editores e redatores. O Correio do Povo, principal concorrente da Zero Hora, também desenvolveu sua cobertura própria do Carnaval, adequada ao tamanho do jornal, mais diminuto e direto. É importante notar que o texto de Bittencourt foi escrito antes das disputas em torno da Pista de Eventos, que tiveram maior espaço nos veículos de comunicação ao longo dos anos 1990.

Ambos os jornais estão disponíveis para pesquisa no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, mantido pelo Estado do Rio Grande do Sul. A princípio a pesquisa se deteve nos meses de janeiro e fevereiro dos dez anos propostos nesta abordagem, de 1994 a 2004. Conforme desenvolvia o trabalho, percebi que as notícias próximas ao Carnaval não necessariamente abordavam a questão da Pista de Eventos, e sim tratavam dos desfiles e das escolas, o que não era meu foco. O período era extenso, sendo muitos anos de jornais diários

para pesquisar, então utilizei um recurso que considero ter sido fundamental: o acesso a “Edições Anteriores” disponível na página da internet do Correio do Povo. Com essa ferramenta, foi possível mapear as datas dos principais acontecimentos relativos às discussões da Pista de Eventos/Sambódromo para além dos meses próximos ao Carnaval. A busca se deu através das palavras-chave: “pista de eventos”; “sambódromo”; “carnaval”; “porto seco”.

Através dessa pesquisa mais direta, pude selecionar as notícias que considerei mais relevantes para buscar suas correspondentes em Zero Hora e cotejar os dois veículos. Por ser um jornal mais extenso, pela brevidade do tempo do mestrado e pelas limitações do Museu Hipólito, a pesquisa em Zero Hora foi feita por amostragem: investiguei o período prévio ao Carnaval de cada ano (meses de janeiro e fevereiro) e datas emblemáticas a partir da seleção de notícias na página do Correio do Povo na internet. Procurei identificar como as discussões em torno da Pista de Eventos foram abordadas nas matérias jornalísticas. Utilizei essas notícias como guias da narrativa das disputas sobre a Pista de Eventos, localizando os momentos de inflexão e trazendo-os para o leitor. Durante o percurso, o volume de fontes se revelou maior do que imaginava e com inúmeras possibilidades de caminhos ao longo de sua realização, sendo que cada etapa dos dez anos abordados aqui poderia ser uma única pesquisa aprofundada. Mas a intenção desta dissertação é a de traçar um panorama destas lutas e disputas e possibilitar que as questões que tenham ficado em aberto possam ser investigadas por outros pesquisadores ou pesquisadoras no futuro.

O segundo tipo principal de fonte que utilizei para entender os processos que envolveram as disputas por um local permanente para os desfiles de Carnaval foram documentos em processos da Câmara Municipal de Vereadores. Através da busca das mesmas palavras-chave (“pista de eventos”; “sambódromo”; “carnaval”; “porto seco”) no sistema da Câmara, foi possível localizar mais de 50 processos entre 1989 e 2004. Muitos deles constavam como ainda em andamento, estando retidos, por exemplo, em gabinetes de vereadores, de modo que me concentrei naqueles que estavam acessíveis no Arquivo Histórico da Câmara. Os processos traziam documentos dos mais diversos e foi difícil, num primeiro momento, entender qual sua ordem, nem sempre cronológica dentro do processo, e sim conforme foram anexados nos andamentos internos da Casa. Trato neste trabalho especialmente daqueles processos que dizem respeito às duas Comissões Especiais criadas no Legislativo para buscar definir um local para a Pista de Eventos (em 1994 e 2001), o processo que tentou autorizar a construção da segunda proposta da Pista (em 1998), e também aquele

que se tornou a lei que regulamenta a área do Porto Seco, aprovado em 2002. Os processos estão distribuídos nos capítulos de acordo com cada momento da discussão.

Além dos jornais e das fontes da Câmara de Vereadores, também contei com a possibilidade de pesquisa através da internet de leis municipais relativas à Pista de Eventos. Algumas delas vieram a contribuir com a confirmação de informações e com a elaboração do que chamei de linha do tempo do trabalho: após recolher as principais fontes, organizei-as cronologicamente, unificando num mesmo arquivo as notícias de jornal, os documentos de processos da Câmara e as leis municipais. Essa metodologia resultou num documento de 180 páginas de fontes transcritas, ainda sem tratamento. Foi possível, assim, ter uma visão geral das tramitações de cada projeto e de quais agentes sociais estiveram envolvidos em cada fase do processo. Também com a primeira versão da linha do tempo, pude identificar informações faltantes e voltar às fontes que se mostraram necessárias.

Esse documento me permitiu visualizar o conjunto dos projetos para a Pista de Eventos e perceber que a tônica das notícias de jornal dava conta de uma dimensão negativa a respeito dos mesmos. Representando os interesses de seus grupos editoriais, as notícias pareciam informar a partir de um lugar de contrariedade, caracterizando a busca por um local para os desfiles de Carnaval como um problema, algo de difícil solução. Além disso, fossem vereadores, juízes, prefeitos, colunistas de jornal ou leitores de jornal, o argumento utilizado para manifestar a contrariedade em construir a Pista eram variações da frase “não somos contra o Carnaval, mas não queremos a Pista nesse local”. Ou seja, uma preocupação em mascarar os argumentos contrários aos desfiles de carnaval e à comunidade carnavalesca reduzindo o problema às propostas de localização da Pista de Eventos.

Vale ainda marcar que, embora as discussões nos três momentos abordados nesta dissertação estivessem centradas nos desfiles de Carnaval, os projetos propunham uma estrutura que abrigasse diferentes eventos ao longo do ano. Por isso, a nomenclatura utilizada oficialmente pela prefeitura e pela Câmara de Vereadores era Pista de Eventos (ou Parque de Eventos, no caso do projeto de 1994). A diferença dessa proposta para a de um Sambódromo era a de que sediaria não apenas as festividades carnavalescas, mas também desfiles como o da Independência do Brasil, em 7 de setembro, e as comemorações relativas ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, próximas ao 20 de setembro. Essas informações serão importantes para entender a atuação desses segmentos da sociedade na pauta até a inauguração do Porto Seco. Contudo, apesar da preferência oficial por chamar de Pista de Eventos, em muitos momentos ao longo dos dez anos em que a discussão esteve em voga, especialmente a

imprensa utilizou as duas possibilidades de nomenclatura para a obra: Pista de Eventos e Sambódromo, como sinônimos.

Ainda que houvesse a previsão de construir um equipamento cultural em Porto Alegre que abrangesse diversos eventos de rua, é perceptível que grande parte dos argumentos contrários à Pista de Eventos tinham como foco de suas críticas os desfiles de Carnaval. Assim, o trabalho está organizado a partir das negativas impostas aos projetos de Pista de Eventos, buscando identificar as *ideias de Carnaval* que estavam postas nas discussões no âmbito jornalístico e na Câmara Municipal. Procuo, com essa narrativa, dialogar com as reflexões expostas acima a respeito da definição de uma cultura popular em Porto Alegre por parte das camadas dominantes. Como os argumentos contrários à Pista de Eventos revelam as relações estabelecidas em torno do Carnaval? Como essas *ideias de Carnaval* pré-estabelecidas evidenciam a posição de *outro* da comunidade carnavalesca na cidade? E como operaram para transformar discurso em prática social de exclusão do Carnaval da área central da cidade?

Surdo de terceira – a síncope

O surdo de primeira começa o samba, o de segunda entra com a resposta: compasso binário dando a marcação. Entre uma e outra batida, ainda há um vazio, espaço aberto para a brincadeira. Rompendo com a constância previsível dos outros dois, entra o surdo de terceira, o mais agudo. É o que completa o som base da bateria, responsável pelas sínopes que fazem a conversa dos tambores. Para concluir esta introdução, é necessário apresentar como este trabalho se organiza.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, “Lugar de samba-enredo é no asfalto: o Carnaval feito em Porto Alegre e seu espaço na cidade”, abordo questões já pinceladas nesta Introdução, a respeito de uma história do Carnaval de Porto Alegre. Além disso, na segunda seção do capítulo, apresento um preâmbulo da situação do Carnaval no âmbito municipal entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, relacionando com as gestões do Poder Executivo na prefeitura.

O segundo capítulo, “‘É muito papo na avenida, são muitos sonhos e mil ilusões’ - os anos 1990 e os projetos que não aconteceram” trata dos dois principais projetos de concretizar a Pista de Eventos em Porto Alegre nos anos 1990: o Parque de Eventos do Parque da Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho) e a Pista de Eventos em uma área entre o

Ginásio Gigantinho e o Parque Marinha do Brasil. Assim, o capítulo está dividido em três seções: “‘Entre o chimarrão e a serpentina’ – o ‘Parque de Eventos’ no Parque da Harmonia”; “‘As batucadas irão acabar com o nosso sossego’ – disputas no bairro Menino Deus” e “Procura-se um lugar para o sambódromo”. As duas primeiras correspondem às discussões travadas em torno dos dois projetos e os argumentos utilizados para que não acontecessem; e a terceira trata do período de indefinição em relação à pauta, que se estendeu até 2001. Tanto a primeira quanto a segunda seções são iniciadas cada uma com uma notícia sobre a negativa aos projetos, ou seja, sobre o final de cada etapa.

No terceiro capítulo, “‘O projeto, que é grande e audacioso, saiu do papel’ – a decisão pelo Porto Seco”, trato dos anos finais do recorte desta dissertação e do processo que resultou na construção do Complexo Cultural do Porto Seco. Assim como os demais, esse capítulo está dividido em seções, e todas iniciam com notícias finais da etapa que cada seção aborda. São elas: “Anos de indefinição”; “‘Pelo jeito, não vamos mais dormir por aqui’ – disputas no bairro Humaitá”; “‘Se o Humaitá não quer, nós queremos’ – entram em cena Restinga e Porto Seco”; e “Carnaval 2004 será no Porto Seco”.

2. Lugar de samba-enredo é no asfalto: o Carnaval feito em Porto Alegre e seu espaço na cidade

A história da busca por um espaço para os desfiles do Carnaval de Porto Alegre foi marcada por uma série de obstáculos impostos por diferentes segmentos da sociedade. Neste capítulo, pretendo abordar alguns elementos necessários para entender as disputas que aconteceram ao longo dos anos 1990 e início dos 2000 e que culminaram na escolha pelo Porto Seco. Assim, esta primeira parte do trabalho trata da história do Carnaval de Porto Alegre, bem como da relação da festa com a cidade e por fim a emergência da demanda por um local adequado para a realização dos desfiles das escolas de samba.

2.1. Carnaval em Porto Alegre

O Carnaval no Brasil, e em Porto Alegre não seria diferente, adquiriu inúmeros formatos conforme o lugar e o momento em que se manifestou. Podemos entender essas múltiplas versões a partir da circularidade cultural, que fez com que a data do Carnaval, existente no calendário brasileiro desde há muito tempo, fosse apropriada por diversos grupos, das diversas classes sociais, cada um adaptando-a a sua maneira. Assim, a festa assumiu contornos próprios conforme cada grupo que a produziu. Ao se falar em Carnaval muitos entendimentos da festa são possíveis, e nesta seção é importante localizar a qual deles estou me referindo neste trabalho.

No caso de Porto Alegre houve o Carnaval do entrudo, no século XIX, os bailes nos clubes, os corsos, os coretos, as tribos carnavalescas, os blocos, as escolas de samba⁸. Como explicado na Introdução, esta pesquisa aborda especificamente a manifestação cultural chamada de Carnaval espetáculo (DUARTE, 2011), ou seja, aquela dos desfiles das escolas de samba, produzidos por uma determinada comunidade, envolvendo diversos agentes e contendo algumas especificidades. O Carnaval espetáculo se caracteriza por uma organização da festa em torno da produção de desfiles competitivos, em que cada escola de samba elege um tema-enredo para o ano e uma composição que será o samba-enredo, responsável por transformar o tema em música. Nos desfiles, as escolas se organizam em alas referentes a subtemas dentro do enredo, entre elas a bateria formada por instrumentos de percussão. A escola de samba, assim, conta uma história através dos elementos do desfile, das fantasias,

⁸ Para saber mais sobre antigos Carnavais de Porto Alegre, tanto do século XIX quanto do início do XX, conferir, entre outros: Krawczyk (1992), Lazzari (2001), Leal (2008), Rosa (2008), Guterres (1996) e Germano (1999).

dos adereços, dos carros alegóricos e do samba-enredo. Aos foliões que não são componentes da escola, cabe assistir ao espetáculo, cantar, dançar e torcer⁹. Veremos nesta seção como se constituiu esse tipo de carnaval em Porto Alegre para entender como se chegou às disputas por uma Pista de Eventos/Sambódromo na cidade, nos capítulos seguintes.

Na década de 1960, houve transformações no Carnaval em todo o Brasil rumo ao modelo de Carnaval espetáculo, que ganhava força no Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, a recém-fundada Academia de Samba Praiana, formada por pelotenses, revolucionou o Carnaval local em 1961 nos moldes das escolas de samba do Rio de Janeiro, trazendo à avenida muito mais componentes do que o habitual, e constituindo alas, fantasias de luxo e tema-enredo. Iris Germano (1999) menciona que além de inovar no formato, a Praiana ainda ganhou o concurso daquele ano, tirando dos Bambas da Orgia o título que ganhariam de Doutores do Carnaval, por seis campeonatos seguidos. A partir desse momento o Carnaval no formato entendido como participativo aos poucos foi dando lugar ao Carnaval espetáculo, e os blocos e grupos existentes até então foram desaparecendo ou se adequando à nova realidade, como foi o caso de Bambas da Orgia, Fidalgos e Aristocratas, Embaixadores do Ritmo e Imperadores do Samba. Essas agremiações que já existiam modificaram seus desfiles e se adaptaram para continuar existindo a partir da década de 1960 como escolas de samba. A estrutura mudou, tendo “divisão por alas temáticas, maior número de componentes, harmonia e destaque de determinadas figuras como mestre-sala e porta-bandeira.” (KRAWCZYK, 1992, p. 37). Na música, as marchas-rancho e sambas foram dando lugar ao samba-enredo, vinculado ao tema principal do desfile. Aos poucos, o Carnaval de Porto Alegre foi se profissionalizando na direção da produção do espetáculo buscando uma qualificação e até mesmo a atração para turistas.

O Carnaval que nos anos 2000 foi transferido para o Porto Seco foi o chamado Carnaval espetáculo, formato que se consolidou em Porto Alegre entre 1962 e 1973, conforme o estudo de Catani (2014). A autora analisou a institucionalização do Carnaval pelo COMTUR, além da perspectiva de antigos carnavalescos e dos jornais da época sobre as mudanças em curso. Em relação à espetacularização, Catani (2014) constata que o modelo não fora bem recebido – ao menos pelos jornalistas – em relação ao novo papel dos foliões, que das arquibancadas passavam a ser apenas espectadores. Diferentemente dos carnavais

⁹ Essa definição não significa que a assistência a um desfile de escola de samba seja passiva, muito pelo contrário. Diferenciar o Carnaval espetáculo do participativo, formato anterior, significa apenas marcar que as pessoas que antes assistiam às apresentações mais de perto, entrando junto no cortejo, passaram a ter seu lugar mais demarcado como público. Ou seja, passou-se a ter espaços mais definidos de quem é público, e assiste ao espetáculo, e quem faz parte do desfile e da escola de samba.

participativos, em que segundo relatos havia um envolvimento mais orgânico do público com os grupos que se apresentavam, nesse momento é destacada a passividade do público. Enquanto os jornais pareciam ver com desconfiança o novo formato de desfiles, dentro das escolas de samba o tema da profissionalização ganhava força. Joaquim Lucena, antigo carnavalesco de Porto Alegre, disse em entrevista a Helena Catani que trouxera para a cidade uma proposta de organização das escolas de samba após uma temporada no Rio de Janeiro. “A Praiana trouxe até uma maior estruturação de desfile e eu trouxe organização, de gerenciamento.” (LUCENA apud CATANI, 2014, p. 97) A autora mostra que na década de 1970 algumas escolas passaram a utilizar estratégias para aumentar o quadro social, aumentando também o financiamento para realização dos desfiles, bem como buscaram ter suas próprias quadras para ensaios e profissionais responsáveis pelos figurinos e alegorias.

Junto com essas mudanças internas, e vinculado a elas, estava o processo de centralização da organização do Carnaval oficial da cidade, em que a prefeitura assumiu esse poder. A criação do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) na estrutura municipal, segundo Catani (2014), institucionalizou e incluiu o Carnaval no calendário cultural da cidade a partir de 1962, com desfiles na Avenida Borges de Medeiros. Além da estruturação interna das escolas de samba, também no âmbito da sua organização na cidade o Carnaval outrora participativo, com organização de coretos pelas comunidades locais, foi se transformando no Carnaval espetáculo, com organização sob responsabilidade e controle do poder público. Segundo a pesquisa de Catani, nesse momento houve um interesse da prefeitura em “acabar com os diversos coretos espalhados pela cidade” (CATANI, 2014, p.79) para concentrar o Carnaval apenas num único desfile oficial.

A partir do golpe civil-militar em 1964, o Carnaval foi apropriado e utilizado numa imagem ufanista do país, em que a festa aparecia como possibilidade de união de todas as classes sociais. A Prefeitura de Porto Alegre, alinhada a esse aumento de controle do poder público sobre as manifestações populares, passou a proibir e reprimir a festa em locais e circunstâncias além das permitidas, aumentando sua disciplinarização. Catani mostra que a partir de 1964 o tema da repressão policial ao Carnaval começou a aparecer com maior intensidade nos jornais locais. Itens como fantasias e alegorias passaram a ter proibições e as forças policiais passaram a agir no sentido de “garantir a moral e a ordem pública no Carnaval” (CATANI, 2014, p.88). Se por um lado o regime ditatorial exaltava um tipo de festa e o utilizava para reforçar os ideais nacionalistas, por outro reprimia tudo aquilo que poderia sair ao seu controle. Assim, considero importante marcar que o Carnaval, ao mesmo

tempo em que era valorizado pelas autoridades, era também colocado sob o controle dessas. Permitido e aceito, mas sob determinadas condições.

Os autores do livro “Carnavais de Porto Alegre” (1992), Flávio Krawczyk, Iris Germano e Zita Possamai, destacam que com a organização do carnaval pela prefeitura, através do COMTUR, foi adotada uma visão empresarial sobre a festa. Segundo os autores, naquela época foram realizados seminários para debater o tema e planejar a organização do Carnaval. Os meios de comunicação contribuíram para esse processo, vendo no Carnaval uma perspectiva de lucro, segundo os autores. Esse movimento acompanhou o que ocorria em outras cidades do Brasil, como o Rio de Janeiro, dando ao desfile o caráter de atração turística, espetáculo a ser assistido e admirado:

Todo trabalho é industrializado, com uso de mão-de-obra especializada; passa-se à exaltação de figuras individuais, os destaques, em detrimento do coletivo; exalta-se o luxo e a riqueza; ocorre a profissionalização de muitos componentes. (KRAWCZYK, 1992, p. 38).

Na perspectiva dos autores (e também de antigos carnavalescos), a normatização da festa através de intervenção oficial do município foi retirando a espontaneidade existente antes, dando um rumo profissionalizante para o Carnaval. Os “destaques” passaram a ser remunerados, assim como tantos outros artistas – artesãos de barracão, costureiras, desenhistas, mestre de bateria, músicos. O poder público passou a patrocinar os desfiles, dando cachês para as escolas conforme desempenho no Carnaval anterior, além de organizar a estrutura para a competição através do COMTUR. Távama Santos (2011), que estudou o processo de formação da escola Estado Maior da Restinga e as relações de identidade naquela comunidade, menciona que a competição, aos poucos, foi interessando também aos meios de comunicação, especialmente jornal e rádio, pois perceberam uma possibilidade de lucro com a festa, movimentando a pauta justamente numa época do ano que era carente de assuntos vistos como mais populares, já que cessavam as notícias do futebol no verão. Assim, a imprensa apoiou o Carnaval e incentivou as competições.

Também nos anos 1970 foi criada a Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (AECPARS), a princípio com a função de qualificar os desfiles, mas que teria um papel fundamental na reivindicação por uma Pista de Eventos na cidade posteriormente. A Associação representava diversas entidades entre escolas de samba e tribos carnavalescas junto à prefeitura e foi a responsável por intermediar a organização dos desfiles do Carnaval até 2012, quando foram criadas a LIESPA (Liga Independente das

Escolas de Samba de Porto Alegre) e a UECGAPA (União das Entidades Carnavalescas do Grupo de Acesso de Porto Alegre).

A partir do final dos anos 1980, houve um crescimento do Carnaval espetáculo em Porto Alegre, em que as escolas de samba começaram a fazer desfiles cada vez mais grandiosos, com incremento nas fantasias e alegorias. Com isso, começou a emergir a pauta da Pista de Eventos, provavelmente também inspirada inauguração em 1984 do sambódromo do Rio de Janeiro pelo então governador daquele Estado, Leonel Brizola. A Associação das Entidades Carnavalescas (AECPARS) teve um papel importante na reivindicação por uma Pista de Eventos.

O Carnaval espetáculo de Porto Alegre, embora tenha inspirações nas escolas de samba cariocas, tem suas especificidades locais, que considero importante explicar neste momento. Destaco, neste primeiro momento, duas delas. A primeira, um termo usado logo acima: “carnavalesco” em Porto Alegre, conforme Guterres (1998), pode ter dois significados. O primeiro é relativo à pessoa responsável pela idealização e concepção artística do enredo, coordenando os trabalhos no barracão, como no Carnaval do Rio de Janeiro. Nessa primeira acepção, “carnavalesco” é aquele (ou aquela) que concebe o enredo e ainda se responsabiliza pela sua transformação em fantasias e alegorias, tornando-se assim uma espécie de coordenador geral do espetáculo, organizando as várias etapas da sua realização.

Mas especificamente em Porto Alegre o termo também pode ser utilizado para todos aqueles e aquelas que participam ativamente dos ciclos do Carnaval, ou seja, pessoas envolvidas com as escolas de samba, dirigentes, passistas, ritmistas, técnicos da produção dos desfiles e até mesmo os simpatizantes e espectadores da festa. Considera-se que em Porto Alegre, participar do Carnaval é uma forma de compartilhar uma cultura que expressa práticas relativas a um universo bastante específico de pessoas. Para Ulisses Duarte (2011) o Carnaval espetáculo pode ser considerado um modo de vida das pessoas que o realizam. “Não apenas como um momento ritual, mas como uma adesão integral ao estilo de vida e às formas de pertencimento ao *mundo carnavalesco*” (DUARTE, 2011, p.30, grifo do autor). As pessoas que participam do Carnaval “constroem na festa sua relação com a cidade, suas redes de amizade, compadrio e familiares” (DUARTE, 2011, p.31), constituindo assim um grupo coeso e que segundo o autor tem fortes fronteiras simbólicas e de alteridade cultural em relação a outros grupos sociais da cidade, por ela ser um ambiente inóspito onde o Carnaval não é considerado representativo da cultura, como outras manifestações. As atividades vinculadas ao Carnaval das escolas de samba por um lado não são vistas como parte da

cultura da cidade, e portanto são excluídas, e por outro acabam operando justamente como forma de coesão entre seus componentes.

Além do termo “carnavalesco”, outra característica do Carnaval de Porto Alegre e que vai aparecer ao longo deste trabalho é a realização das muambas. As muambas são ensaios realizados antes das noites de desfile oficial no Carnaval de Porto Alegre, sem alegorias e fantasias. Funciona como um teste para os equipamentos de som, as arquibancadas, a estrutura dos desfiles de maneira geral. Com entrada gratuita, reuniam muitas pessoas que torciam para escolas mas não necessariamente iriam assistir aos desfiles nas datas oficiais. Ao longo dos governos do PT na prefeitura, também foram criadas muambas comunitárias, nas regiões correspondentes à divisão do Orçamento Participativo, descentralizando a possibilidade de assistir às produções das escolas.

Nessa seção, procurei estabelecer alguns parâmetros sobre o Carnaval de Porto Alegre e suas especificidades. Ao usar a expressão carnaval espetáculo, explico como compreendo a “festa de Momo” na cidade e como ela evoluiu desde o final dos anos 1980 para chegar no momento de grandeza que adquiriu nos anos 1990 e início dos 2000 e que fez com que a comunidade carnavalesca se mobilizasse em prol de uma Pista de Eventos. Entender os formatos do Carnaval naquele período é indispensável para compreender o processo de disputas por um local para os desfiles, já na década de 1990.

2.2. A cidade e o Carnaval

Nesta seção, serão abordadas as relações do Carnaval com a cidade e os primeiros movimentos para implantar uma Pista de Eventos em Porto Alegre. Após tratar da festa em si e suas particularidades locais na primeira parte do capítulo, nesta segunda parte pretendo estabelecer relações entre o Carnaval de Porto Alegre e o contexto político nacional e local.

O período de redemocratização no Brasil e a influência da Constituição de 1988 trouxeram à tona uma nova concepção de cultura, não mais exclusiva das Belas Artes, mas sim relativa a todas as manifestações culturais de diferentes grupos da população. Houve uma maior atenção aos investimentos em cultura e valorização da diversidade existente na sociedade brasileira. Fedozzi (2009), que estudou os impactos do Orçamento Participativo na política de Porto Alegre, explica que nesse período novos atores e movimentos sociais conquistavam espaço e visibilidade, vindos de classes subalternas, conferindo um caráter mais plural e diversificado à política. As cidades passaram a ser vistas como foco de participação

política e de exercício da cidadania, conceito então em disputa por interesses políticos antagônicos, e em Porto Alegre essa mudança foi visível.

A década de 1980 foi marcada pela emergência de organizações da sociedade civil e de candidaturas ligadas a movimentos sociais, incluindo o movimento negro, que já se organizava desde antes da ditadura civil-militar e ganhou força a partir dos anos 1970. A pauta da discriminação racial na sociedade brasileira foi ganhando destaque no âmbito de partidos políticos da oposição à ditadura através de candidaturas de pessoas ligadas ao movimento negro. Assim, a abertura política tornou o cenário favorável também para contestar o racismo brasileiro.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) sigla criada em 1980 após uma cisão com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e liderada por Leonel de Moura Brizola, foi um desses partidos que abriu espaço para a militância negra, tendo em Abdias do Nascimento um quadro importante desta luta. Nascimento foi um militante do movimento negro que atuou na introdução do debate da questão racial no âmbito da política institucional ao longo do século XX¹⁰. Participou da fundação do PDT que, segundo o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), foi o primeiro partido político a estabelecer o compromisso de lutar pela diminuição da discriminação racial no Brasil, criando inclusive uma estrutura interna como uma Secretaria do Movimento Negro. Através dela, reconheceu a necessidade de que mais pessoas negras ingressassem na política institucional a fim de estabelecer suas próprias propostas e políticas específicas. O partido, ainda segundo o IPEAFRO, foi o primeiro a nomear secretários de Estado negros e criar metas de participação política de afrodescendentes.¹¹

No Rio Grande do Sul, Alceu Colares¹² foi um quadro importante do PDT nesse contexto. Em 1985 foi eleito prefeito de Porto Alegre pelo PDT, depois de disputar a eleição municipal tendo como principal adversário Francisco Machado Carrion, da Aliança Democrática (coligação formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

¹⁰ Para uma noção geral sobre a biografia do intelectual e político Abdias do Nascimento, consultar o verbete no Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC/FGV. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abdias-do-nascimento> (acesso em 08/08/2019).

¹¹ “Abdias e o PDT”, material do IPEAFRO no site oficial de Abdias do Nascimento, disponível em:

<http://www.abdias.com.br/PDT/pdt.htm> (acesso em 08/08/2019).

¹² Natural de Bagé, fora deputado federal durante a ditadura civil-militar pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sigla da oposição oficial ao regime. Na reformulação partidária ocorrida em 1979, aliou-se aos trabalhistas e em 1980 participou da fundação do PDT, sendo escolhido o líder da agremiação na Câmara de Deputados. Em outubro de 1982 Colares foi candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo PDT gaúcho, indicação que foi celebrada por Brizola como uma expressão da vitória política das camadas periféricas da sociedade, numa alusão a sua origem humilde.

— sucessor do MDB —, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB))¹³. Na posse, Colares anunciou a prioridade do seu governo para a educação e o compromisso com “uma administração democrática, prometendo criar conselhos municipais formados por representantes indicados pela população”¹⁴.

Entre os conselhos criados por Colares, em 1988, através da lei 6319/88, foi criado o Conselho Popular de Carnaval. O Conselho estava incluído em uma estrutura maior de participação da sociedade nas decisões do município, o Sistema de Participação do Povo no Município, lei 195/88 sancionada em 1988 (e revogada em 2010). Ao Conselho do Carnaval competiria “Opinar, deliberar e fiscalizar sobre o planejamento, organização e execução do Carnaval”, além de “propor, sugerir, recomendar ao Executivo matérias, prioridades e percentuais para incluir no orçamento do Município, dentro das finalidades deste Conselho”. Formado por representantes de entidades carnavalescas, de entidades de classe, pelo diretor da Epatur e por um representante do Executivo Municipal. Nessa época, o Carnaval ainda estava na pasta do Turismo dentro da estrutura do Poder Executivo. Essa lei mostra que a festa do Carnaval era estimada por essa gestão municipal, a ponto de garantir um Conselho próprio para discutir as pautas pertinentes ao tema. Ou seja, já no governo Colares houve uma iniciativa da prefeitura de valorizar o carnaval, além de um esforço em buscar a participação popular nas decisões do município, refletindo o momento político nacional no microcosmo da cidade.

No mesmo ano, 1988, os desfiles das escolas de samba passaram a acontecer na Avenida Augusto de Carvalho com estrutura temporária, montada todos os anos. O Carnaval estava em pleno crescimento e tinha apoio financeiro e político do município, e foi a partir daquele momento, também com incentivo da nova prefeitura, que se começou a aventar a possibilidade de criar um espaço específico e permanente para os desfiles.

Em relação ao local dos desfiles, já no governo Colares houve um primeiro esforço de planejar a construção de uma Pista de Eventos. Vinícius Bittencourt (2015) pesquisou a participação popular na decisão pelo Porto Seco como local para os desfiles de Carnaval, e menciona a inauguração pelo então prefeito de uma pedra fundamental na Avenida Augusto

¹³ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV, verbete biográfico Alceu Colares. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbetes-biografico/alceu-de-deus-colares> (acesso em 08/08/2019).

¹⁴ Idem.

de Carvalho. Em 1988, foi feito um extenso projeto¹⁵, contendo plantas detalhadas de sistema hídrico, elétrico e demais estruturas do que ficou então conhecido como Pista de Eventos. O projeto estava relacionado à lei 182/1988, que dispunha sobre a urbanização da área adjacente à orla do Guaíba. Além de funcionar como local para os desfiles de Carnaval, com arquibancadas fixas, o projeto também incluía a construção de uma escola na área abaixo das arquibancadas. O curioso desse primeiro projeto é o fato de ter sido realizado exatamente pela Secretaria de Educação, indicando uma forma de priorizar a educação e a construção de escolas que era própria do PDT à época, a exemplo das ações do próprio Leonel Brizola no governo do Rio de Janeiro. Embora não tenha encontrado muitas informações, constatei que as plantas mencionadas acima foram realizadas por essa Secretaria, ao invés da de Planejamento, como seria de se esperar em se tratando de uma edificação em via pública. O projeto foi intitulado CIEM (Centro Integrado de Educação Municipal) Pista de Eventos. Com a mudança de governo em 1989, o projeto foi abandonado.

Outro momento importante foi em 1988, ainda na gestão de Alceu Colares (PDT), a transformação da antiga Divisão de Cultura da Secretaria Municipal de Educação em Secretaria de Cultura.

Após a gestão de Alceu Colares, em 1988 ocorreu novo processo eleitoral com votação direta para o governo municipal. As chapas com votação mais expressiva foram, nesta ordem: as de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Tarso Genro (PT) como vice, na coligação da Frente Popular, do PT com o Partido Comunista Brasileiro (PCB); a chapa do PDT com Carlos Araújo e Carrion Júnior como vice, sem coligação; a de Guilherme Socias Villela (Partido Democrático Social - PDS) e Germano Bonow (Partido da Frente Liberal - PFL) como vice, na coligação Aliança Democrática Popular (PDS, PFL e Partido Trabalhista Brasileiro - PTB); e a de Antonio Britto (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) e Mercedes Rodrigues (PMDB), sem coligação. Em 1989, Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o mandato como prefeito de Porto Alegre, iniciando um período de 16 anos de governos da chamada Frente Popular, coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores e que elegeu prefeitos nas eleições de 1992, 1996 e 2000, governando até 2004. Para Fedozzi (2009), esse governo foi construído a partir de um discurso de superação das “relações de subordinação paternalista e troca clientelista” (FEDOZZI, 2009, p.43) da política brasileira no que diz respeito aos direitos civis, políticos e

¹⁵ As plantas do projeto CIEM Especial Pista de Eventos estão no acervo de mapas e plantas do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, porém sem uma descrição por escrito do projeto.

sociais. Ou seja, no embalo da redemocratização e da emergência de novos atores sociais, buscavam estabelecer novos paradigmas políticos, rompendo com a lógica predominante.

O projeto de governo de Olívio Dutra estava focado na viabilização de investimentos públicos para população de bairros periféricos, e foi por essa finalidade que foi implantado o Orçamento Participativo (OP). Essa medida, que foi sendo assimilada aos poucos, possibilitou que as comunidades de dezesseis regiões de Porto Alegre pudessem votar na destinação de parte da verba municipal conforme suas demandas locais. Para Fedozzi (2009), houve um investimento por parte da prefeitura no diálogo com as já existentes associações de bairro e um incentivo à organização onde elas não existiam, de modo a se construir um ambiente de participação e “cidadania ativa”. Segundo Fedozzi (2009), o período inicial do OP foi marcado por um aprendizado coletivo para uma nova relação entre Estado e sociedade civil. Atores sociais de diversas classes, como associações de bairro, de moradores e outras organizações locais, começavam a desenvolver um novo formato de democracia participativa, enquanto a prefeitura municipal centrava suas ações em ganhar credibilidade junto às comunidades e demandas que surgiam. O processo de apropriação da lógica de funcionamento do OP pelas comunidades foi longo e envolveu conflitos, e não é razoável simplificá-lo aqui.

O governo de Olívio Dutra na prefeitura de Porto Alegre modificou também a estrutura das Secretarias municipais. A Secretaria da Cultura (SMC), criada na gestão de Colares, se consolidou e diversas políticas foram sendo aos poucos implementadas. Dentre as medidas tomadas na recém criada Secretaria da Cultura no início dos anos 1990, está a estruturação em coordenações, como o caso da Coordenação da Memória Cultural, que englobava o Centro de Pesquisa Histórica (CPH) e o Museu de Porto Alegre, instituições que passaram a ser responsáveis pela pesquisa e preservação da memória cultural da cidade. Fruto de uma exposição realizada no Museu, foi publicado em 1992 o livro “Carnavais de Porto Alegre”, já mencionado como referência desta dissertação nas páginas 25 e 33. O livro faz um panorama do carnaval da cidade desde o século XIX até o mundo das escolas de samba, que no início dos anos 1990 era a principal manifestação carnavalesca local. Até hoje segue sendo citado em pesquisas e reportagens sobre a festa em Porto Alegre.

Outra iniciativa relativa à valorização da memória da cidade foi a criação da Coordenação do Livro e da Leitura através dela a Unidade Editorial, em 1993. Foram publicados diversos títulos por essa editora, sendo alguns específicos sobre o Carnaval, como “Conversas entre confetes”, com organização de Luís Augusto Fischer, e “Memória dos

destaques do Carnaval de Porto Alegre”, de Liliane Guterres, além do “Memória do Carnaval do Bairro Santana”, da mesma autora. No contexto da redemocratização do país e do início das gestões petistas na prefeitura, diversos trabalhos foram produzidos visando recuperar a história da cidade sob uma perspectiva de outras camadas da população, não apenas dos grandes nomes e acontecimentos da política. O interesse colocado nos carnavais era o de mostrar uma valorização dessa manifestação cultural e uma tentativa de dar visibilidade a sujeitos que até então não eram vistos. Há, portanto, um deslocamento do lugar ocupado pela festa popular frente ao poder público na demonstração de agentes da cultura na prefeitura em valorizá-la.

Em 2016, foi publicado o livro “25 anos de Cultura”, escrito pelo jornalista Rafael Guimaraens, que retoma a história da Secretaria em Porto Alegre. Ele traz alguns depoimentos interessantes para esta seção do capítulo. Para Pilla Vares, Secretário de Cultura do município à época, a cultura deveria ser vista para além das Belas Artes e da suposta dicotomia entre erudita e popular:

Existe apenas uma cultura na qual os elementos populares intervêm e proporcionam conteúdo (...) Uma política de descentralização cultural, como a que estamos começando a por em prática, pode derrubar o muro abstrato que foi erguido, inclusive com a ajuda de alguns setores da esquerda. (PILLA VARES apud GUIMARAENS, 2016, p.55)

Junto com a ampliação do conceito de cultura empregado na Constituição de 1988, o novo secretário se colocava aberto a também pensar as manifestações populares como parte da cultura. O projeto de Descentralização Cultural, também dessa época, é exemplo disso. A Coordenação da Secretaria “foi pensada não no sentido de levar arte àqueles bairros distantes periféricos da cidade, mas na perspectiva de seus moradores agirem como atuadores do fazer cultural” (GUIMARAENS, 2016, p. 11). Nota-se um esforço de mudança no entendimento da cultura e do Carnaval.

Em 1991, a SMC assumiu a organização do Carnaval, até então sob responsabilidade da EPATUR (Empresa Pública de Turismo). Naquele ano, as entidades carnavalescas convidaram coordenadores da Secretaria de Cultura para assistir os desfiles e se manifestaram com camisetas dizendo “Carnaval também é cultura” e outras mensagens. A partir daí foi estabelecida uma nova relação entre poder público e a realização da festa.

No início da gestão de Olívio Dutra, algumas medidas legais haviam sido tomadas relativas ao Carnaval. Em 1989, o prefeito regulamentou a lei 195/88, de autoria de Alceu Colares, através do Decreto 9423, detalhando como funcionariam os Conselhos Populares. O

decreto define os conselhos como “órgãos de participação Governamental na orientação, planejamento, deliberação e fiscalização das matérias de sua competência”. Em relação ao Conselho Popular do Carnaval, o artigo 18 define:

Art. 18 Ao Conselho do Carnaval compete:

I - Opinar sobre questões referentes ao Carnaval, tais como:

- a) valorização do Carnaval como uma manifestação cultural de cunho popular;
- b) estímulo à melhoria e construção de instalações que digam respeito ao carnaval e desfiles das entidades carnavalescas;
- c) estabelecer critérios por avaliação dos diversos quesitos e itens de julgamento na apresentação do Carnaval;
- d) planificação e organização do Carnaval;

II - Opinar em qualquer assunto que lhe for submetido pelo Prefeito, responsável pelo órgão de turismo municipal ou por um ou mais conselheiros, sobre matéria de sua competência;

III - Propor, sugerir, recomendar ao Executivo medidas prioridades e inclusão de verbas no orçamento do Município, dentro de suas finalidades. (PORTO ALEGRE, Decreto 9423, 27 de abril de 1989).

Assim, a lei nos faz perceber que havia um esforço do governo municipal em mostrar abertura para o debate e a participação da comunidade carnavalesca nas instâncias oficiais para decisões relativas ao Carnaval.

Em 1990, a Lei 6619 tornou o carnaval um evento oficial do município. Embora a prefeitura já estivesse responsável por gerir a festa desde a década de 1960, através da EPATUR, e já houvesse registros de intervenções municipais na festa desde meados dos anos 1930, foi apenas em 1990 que o carnaval passou a ser considerado um evento oficial do município, elevando a festa a outro patamar. A Lei 6619, que ao que consta ainda está em vigor, determinou que administração, execução e comercialização do Carnaval seriam responsabilidade do “Poder Público e da Associação de Entidades Carnavalescas, sob orientação do Conselho Popular do Carnaval.” (PORTO ALEGRE, Lei 6619, 19 de junho de 1990). Desfiles ocorreriam em logradouros públicos, “com as condições de infraestrutura e ornamentação colocadas à disposição pelo Executivo Municipal”. Segundo Távama Santos (2011),

Com a Administração Popular, os carnavalescos da cidade passam a ter um novo tipo de relacionamento com o poder público. Sua entidade, AECPARS, é fortalecida, numa relação de tensão e acordos. Demandas oriundas dos setores culturais e do movimento negro pressionam a Prefeitura para a construção de uma alternativa definitiva para os desfiles carnavalescos. (SANTOS, 2011, p. 127).

Os desfiles de Carnaval desde 1988 vinham acontecendo na Avenida Augusto de Carvalho, mas à medida em que a festa ia ganhando em qualidade, a expectativa de um local em que não fosse necessário montar e desmontar as arquibancadas a cada ano aumentava. Além disso, havia a demanda pela construção dos barracões próximos à Pista de Eventos, onde as equipes de cada escola poderiam montar as alegorias, fantasias e adereços em local próximo à realização do desfile.

2.3. A demanda por uma Pista de Eventos

De um lado, o Carnaval das escolas de samba de Porto Alegre crescia, ganhando excelência digna de atenção não apenas local, mas nacional. De outro, a gestão do Executivo municipal parecia apoiar os desfiles, assumindo a organização para a pasta da Cultura e aprovando leis que regulamentavam a participação da comunidade nas decisões relativas à festa.

Além disso, com os avanços graduais do Orçamento Participativo, que ampliaram a possibilidade de participação da população nas decisões, a questão do local para os desfiles foi ganhando mais atenção, justamente a partir dessas reivindicações das pessoas que faziam Carnaval. Era preciso encontrar um local “que contribuísse para qualificar e potencializar o Carnaval como manifestação cultural legítima” (GUIMARAENS, 2016, p. 72), na visão da Secretaria de Cultura.

Ao longo deste capítulo, busquei apresentar o contexto de emergência das reivindicações por um local definitivo para os desfiles das escolas de samba de Porto Alegre. Para isso, tornou-se importante destacar as mudanças políticas pelas quais a cidade passava na virada da década de 1980 para a de 1990, período em que o Brasil saía da ditadura civil-militar. Uma dessas mudanças foi no entendimento de cultura, tanto no âmbito federal com a Constituição de 1988 quanto num âmbito local, com a criação da Secretaria de Cultura no município de Porto Alegre e na inclusão do Carnaval como pauta dessa pasta. Os desfiles de Carnaval, que já eram organizados pela prefeitura desde a década de 1960 na Empresa Porto-alegrense de Turismo (EPATUR), foram equiparados a outras manifestações culturais já valorizadas pelas elites, como as artes plásticas, a música, a literatura e o teatro. Isso significou uma mudança de tratamento sobre as festividades e também permitiu que fossem realizados esforços para a consolidação da Pista de Eventos. Esse é o cenário em que iniciaram os primeiros debates e estudos para implantar a obra, no início da década de 1990.

3. “É muito papo na avenida, são muitos sonhos e mil ilusões”: os anos 1990 e os projetos que não aconteceram

O verso da canção “Muito papo na avenida”, do Grupo Pau Brasil¹⁶, é adequado para as questões que serão abordadas neste capítulo. Embora o grupo formado na década de 1970 por Bedeu, Leleco Telles e outros músicos porto-alegrenses não estivesse falando especificamente da busca por um espaço no Carnaval, o verso se aplica ao contexto tratado neste capítulo.

Procuo abordar nesta etapa exatamente os “muitos papos na avenida” sobre a possibilidade de construção de um espaço para os desfiles de Carnaval e as “mil ilusões” sobre locais levantados para a obra. Tratarei especificamente dos principais projetos pensados para dois espaços diferentes da cidade: o primeiro, de 1994, no Parque da Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho), na região central, e o segundo, de 1997, entre o Parque Marinha do Brasil e o Ginásio Gigantinho, no bairro Menino Deus. Cada um deles está em uma seção diferente do capítulo e são trabalhados de maneira também distinta, em função das fontes disponíveis. As seções iniciam pelo final, ou seja, pelas notícias que marcam os argumentos negativos sobre cada projeto. Assim, procuro ressaltar o aspecto que conduz a narrativa deste trabalho: o de que a luta por um espaço para os desfiles de Carnaval de Porto Alegre foi marcada pelos obstáculos colocados, em geral baseados em uma ideia de Carnaval pré-concebida por aqueles responsáveis por tomar as decisões no município.

Ao longo da pesquisa nas notícias dos jornais Correio do Povo e Zero Hora a respeito da Pista de Eventos/Sambódromo, explicada na Introdução, me chamou a atenção que as notícias sempre abordavam assunto como algo que *ainda* não havia dado certo e ressaltavam as contrariedades colocadas aos projetos. As notícias relativas a essa discussão muitas vezes utilizavam termos negativos, como por exemplo: “A pista vai tirar 3 hectares do Centro Administrativo Federal”¹⁷, “Desaprovado local para Sambódromo”¹⁸, “Executivo municipal negocia para não sofrer nova derrota”¹⁹, “Harmonia livre da Pista de Eventos”²⁰, “Pista de Eventos gera discussão”²¹, “Tem gente que não quer saber de argumentos. Acredita que tudo

¹⁶ Sobre o grupo, conferir o verbete “Grupo Pau Brasil” no Dicionário Cravo Albin da Música Brasileira. Disponível em <http://dicionariompb.com.br/pau-brasil>. Áudio da canção Muito Papo na Avenida disponível em: <http://immub.org/index.php?artista/grupo-pau-brasil-2>. Acesso em 10/07/2019.

¹⁷ Zero Hora, 27 de agosto de 1994.

¹⁸ Correio do Povo, 16 de dezembro de 1994.

¹⁹ Zero Hora, 16 de fevereiro de 1995.

²⁰ “Livre” utilizado aqui como se a Pista de Eventos fosse necessariamente ruim para o Parque da Harmonia. Correio do Povo, 18 de janeiro de 1997.

²¹ Correio do Povo, 19 de fevereiro de 1997.

isso se traduz em muito barulho.”²², “MP avalia danos com sambódromo”²³, “Três bairros contra a nova pista”²⁴, entre outros, para caracterizar a luta que se estendia ao longo dos anos. Foram coberturas pautadas pela não realização dos projetos. Assim, optei por iniciar cada seção deste capítulo com notícias que evidenciam esse tratamento dado ao caso Pista de Eventos/Sambódromo como algo difícil de ser resolvido.

De um lado, os desfiles do Carnaval de Porto Alegre atingiam um nível cada vez mais grandioso e reivindicações pela Pista de Eventos/Sambódromo também cresciam; de outro, diversos agentes do poder público e autoridades, além de movimentos como o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), grupos ecologistas e associações de moradores colocavam barreiras das mais diversas para que os projetos não acontecessem.

É importante comentar aqui sobre a nomenclatura dada ao equipamento que se objetivava construir. Tanto em documentos oficiais quanto nas notícias de jornal analisadas, oscila a utilização entre os nomes Pista de Eventos e Sambódromo. No primeiro caso, trata-se da ideia oficial de um equipamento que serviria não apenas para o Carnaval, mas para todos os eventos e desfiles que ocorreriam na rua, ao ar livre. Os desfiles cívico-militares de 7 de setembro e as manifestações tradicionalistas do 20 de setembro também teriam lugar nessa mesma Pista de Eventos. Já a utilização do termo Sambódromo aparece principalmente em matérias e notícias de jornal, tanto em Correio do Povo quanto em Zero Hora. Em geral parece ser um recurso de redação para não repetir o termo Pista de Eventos, mas a escolha não se dá por acaso: utilizar o termo Sambódromo reforçava uma ideia de que seria um espaço de uso exclusivo do Carnaval, embora o objetivo dos projetos fosse mais amplo.

As duas seções deste capítulo tratam, respectivamente, do projeto de uma Pista de Eventos no Parque da Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho), na região central da cidade, e do projeto realizado para uma área entre o Parque Marinha do Brasil e o Ginásio Gigantinho, no bairro Menino Deus. Começamos, então, pelo veto da Câmara Municipal de Vereadores ao projeto no Harmonia.

²² Zero Hora, 02 de setembro de 1997.

²³ Correio do Povo, 14 de setembro de 1997.

²⁴ Correio do Povo, 23 de setembro de 1997.

3.1. Entre o chimarrão e a serpentina: o “Parque de Eventos” no Parque da Harmonia

Zero Hora, 22 de dezembro de 1994.

Câmara de Vereadores veta localização do Sambódromo - Uma nova área terá de ser escolhida para abrigar o desfile das escolas

O projeto que previa a construção de um centro de cultura e eventos populares, incluindo uma nova área para desfiles de carnaval – o sambódromo –, foi rejeitado ontem pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, por 20 votos a 12. A proposta da prefeitura despertou, desde o início das discussões, há dois anos, uma polêmica pública e a oposição acirrada da maior parte das entidades ambientalistas e tradicionalistas. Sua localização, junto ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, se constituiu no centro das divergências. O bloco majoritário de oposição ao projeto no Legislativo foi liderado pelo vereador Giovani Gregol (PT).

Conforme Gregol, o projeto teve “encaminhamento politicamente equivocado”, sem aprofundamento da discussão junto à sociedade. O vereador considerou também que a prefeitura não respeitou quesitos legais, como a anexação ao documento do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e realização de audiência pública. Ele disse que, “na verdade, a rejeição não se deveu tanto ao sambódromo, mal menor, mas ao restante das modificações previstas numa área de cinco quilômetros, da Usina do Gasômetro até a Ponta do Melo”. Os vereadores que votaram contra o projeto assumiram o compromisso de apresentar, com urgência, propostas para um projeto diferente e viável para a instalação da pista de desfiles carnavalescos.

O vereador suplente do PT Adroaldo Correa defendeu o projeto do parque de eventos naquela área, por sua proximidade do centro da cidade. Ele assegurou também que não haveria descaracterização das áreas verdes e de lazer existentes nas imediações da área escolhida. Na sua opinião, “quem perde com a decisão da Câmara é a população de Porto Alegre”.

No final de dezembro de 1994 houve o primeiro veto à construção de uma Pista de Eventos em Porto Alegre. O projeto elaborado na gestão do prefeito Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores (PT), previa a construção de um “Parque de Eventos” em uma área dentro do Parque da Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho). O projeto havia sido encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores no primeiro semestre de 1994 e fora analisado por uma Comissão Especial do Legislativo municipal. No final do ano, a Comissão rejeitou o projeto, que ainda assim foi a plenário, onde o “não” também venceu.

Na notícia acima, são destacadas as atuações de dois vereadores pertencentes ao mesmo partido do prefeito e tendo posições divergentes quanto à pauta, mostrando uma intenção do Correio do Povo em apresentar uma diversidade de opiniões. Giovani Gregol, contrário, argumentou sobre a falta de discussão do projeto junto à sociedade. Embora aquela gestão do Executivo se pretendesse participativa e democrática, aos olhos daquele vereador, ao menos nesta pauta específica, houve uma ação pouco aberta às opiniões da sociedade porto-alegrense. Ou seja, mesmo dentro do Partido dos Trabalhadores não havia consenso sobre o tema e os vereadores possivelmente tinham liberdade para argumentar individualmente, independente da posição geral do partido. O outro vereador citado pelo Correio do Povo era Adroaldo Correa, também do PT, que votou favoravelmente ao projeto do prefeito, defendendo a proximidade do Parque Harmonia do centro da cidade. Ele havia feito parte do Grupo de Trabalho responsável por fazer um estudo de localização para a Pista. Quanto à fala de que a obra não descaracterizaria o parque, diz respeito à argumentação utilizada por entidades ambientalistas ao longo do processo, que diziam que a construção prejudicaria a vegetação do Parque Harmonia.

Esses pontos serão melhor compreendidos nesta seção do capítulo, em que abordo as discussões que foram travadas em torno do Parque da Harmonia como localização para os desfiles carnavalescos. Para isso, utilizo as fontes dos jornais Correio do Povo e Zero Hora e também os processos 1174/94 e 2355/94 da Câmara Municipal de Vereadores.

3.1.1. O projeto em tramitação

Após o governo de Olívio Dutra, que não levou adiante o projeto de Pista de Eventos de seu antecessor Alceu Colares e nem apresentou uma nova proposta, o segundo mandato da

Frente Popular²⁵ na Prefeitura de Porto Alegre foi marcado pelo primeiro projeto mais aprofundado para a construção de um local que comportasse o tamanho que haviam adquirido os desfiles de Carnaval das escolas de samba. O local escolhido foi o Parque da Harmonia, localizado na região central, próximo à Avenida Augusto de Carvalho, onde o Carnaval acontecia desde 1988, e próximo à Câmara de Vereadores. O Parque já era sede do Acampamento Farroupilha desde 1987, funcionando como um lugar marcadamente simbólico do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Esse acampamento era (e ainda é) o momento em que os tradicionalistas gaúchos se reúnem e acampam no mês que antecede a data de 20 de setembro, emblemática da Guerra dos Farrapos, e realizam diversas atividades referentes a essas comemorações. De qualquer forma, ao longo do restante do ano o espaço estaria disponível para outros eventos.

Em 1992, Tarso Genro fora eleito prefeito de Porto Alegre, garantindo o segundo mandato da Frente Popular/PT no governo municipal. No início do governo, em janeiro de 1993, foram instalados Grupos de Trabalho de diversas áreas com a incumbência de fazer cumprir o programa de governo da Frente Popular. Através da ordem de serviço 01/93, o prefeito determinou que, entre esses Grupos de Trabalho, um deles teria a finalidade de “sugerir o local e propor o anteprojeto para a PISTA DE EVENTOS de Porto Alegre, tendo como Coordenador Executivo a Secretaria do Planejamento Municipal, e como participantes o Sr. Presidente da Associação das Entidades Carnavalescas e mais duas pessoas indicadas por ele, a Secretaria Municipal da Cultura, o jornalista Sr. Adroaldo Correa, o Sr. Presidente da Empresa Porto-Alegrense de Turismo e representantes da Universidade, a serem indicados, com prazo de 04 meses para a entrega do respectivo relatório.”²⁶

Em julho de 1993 o relatório foi entregue, e a partir dele se passou a chamar a obra de Parque de Eventos e Cultura, pois o anteprojeto englobava diversos equipamentos (como área para os barracões) além da pista em si. A partir desse relatório, o prefeito determinou a constituição de novo Grupo de Trabalho, com novos integrantes: “Secretário Municipal de Obras e Viação, Eng^o Estilac Xavier (Coordenador); Diretor-Presidente da EPATUR, Waldir Bronzatto; Secretário Municipal do Meio Ambiente, Giovani Gregol; Senhora Giselda Castro, Coordenadora do Projeto Guaíba-Vive; Arquiteta Marilu Maraschini (Secretária Executiva) da Secretaria do Planejamento Municipal; Economista Ubiratan de Souza, do Gabinete do

²⁵ Conforme explicado no capítulo anterior, a Frente Popular foi uma coligação de partidos de esquerda (liderada pelo PT e que teve em sua composição PCB, PPS, PSB, PV) que por quatro mandatos seguidos esteve à frente do Executivo municipal em Porto Alegre, entre 1989 e 2004.

²⁶ Ordem de serviço nº01/1993. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/ordem-de-servico/1993/1/1/ordem-de-servico-n-1-1993>

Planejamento; Elaine Guimarães, da Secretaria Municipal da Cultura; Arquiteto Carlos Eduardo Dias Comas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e um representante indicado pelo Conselho do Orçamento Participativo”. Nessa mudança, entraram mais arquitetos e profissionais técnicos e saíram os representantes do principal segmento interessado na pauta: os carnavalescos. O novo Grupo de Trabalho tinha como objetivos indicar recursos no orçamento do município para o exercício de 1994 para que a obra acontecesse; estabelecer um Conselho de Apoio com as entidades interessadas na pauta, a fim de captar recursos para os investimentos necessários; e por fim, definir o projeto junto com seu local de construção.

Enquanto o segundo grupo de trabalho estava em atividade, entrou o ano de 1994. Politicamente, o Brasil vivia os efeitos do processo de impeachment de Fernando Collor e era ano eleitoral. Nos meses de verão os jornais especulavam sobre as possíveis articulações e candidatos à disputa para a presidência do país, na qual Luis Inácio Lula da Silva, retratado como ameaça, era o único pré-candidato confirmado.

Naquele ano, as festividades carnavalescas ocorreram como em anos anteriores: as muambas comunitárias descentralizadas abriam o Carnaval e os desfiles oficiais e competitivos ocorreram na Avenida Augusto de Carvalho. A venda de ingressos para os desfiles acontecia no Ginásio Tesourinha e os barracões, onde ocorriam as montagens de carros alegóricos, fantasias e adereços, funcionavam nos armazéns do Cais do Porto. Os festejos de Carnaval se estenderam pelas cinco noites do feriado, havendo bailes e desfiles. A festa de entrega da chave da cidade ao rei Momo Queixinho aconteceu no cais da Usina do Gasômetro, reuniu cerca de 6 mil pessoas, segundo notícia de Zero Hora, e entrou pela madrugada. Sábado foi a noite de desfile do Grupo Extra na Avenida da Cavallhada. Domingo começaram os desfiles na Avenida Augusto de Carvalho, com o Grupo II, denominação da época da divisão mais baixa do Carnaval oficial.

3.1.2. O Carnaval de 1994

A cobertura dos jornais sobre o Carnaval, tanto em Correio do Povo quanto em Zero Hora, começava aos poucos ao longo dos meses de janeiro e fevereiro, ganhava seção específica conforme a data ia se aproximando e um encarte especial nos dias de festa. O Correio do Povo fazia uma cobertura completa, ainda que sucinta, do cenário porto-alegrense. Noticiava diariamente os principais eventos nas quadras das escolas, os bailes nos clubes e as

movimentações dos destaques entre entidades. Também tinham espaço as festas do interior e do litoral. O encarte especial, nos dias de Carnaval, contemplava os acontecimentos do litoral do Estado, do interior, as escolas de samba e clubes de Porto Alegre, as festas comunitárias e os carnavais de Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda e Salvador. As principais escolas de samba de Porto Alegre tinham destaque com reportagens especiais sobre os sambas-enredo. A coluna social do jornal também trazia notícias relativas ao Carnaval, mas dos clubes, marcando os diversos formatos que a festa pode assumir dependendo do contexto e do segmento social que dele se apropria.

Na Zero Hora, o Carnaval começava a aparecer apenas com uma página no final do jornal, após a previsão do tempo e antes da seção de polícia. Na semana precedente ao Carnaval, começava um encarte especial da festa, em que apareciam notícias de Porto Alegre, sobre o Carnaval das escolas e de clubes, do interior do estado, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, o Baile Municipal tinha bastante destaque, pois era realizado em parceria do grupo jornalístico com a prefeitura. Em relação ao Correio do Povo, Zero Hora é mais extensa e produzia mais conteúdo em relação ao Carnaval. A maior profundidade, porém, não significa necessariamente que o jornal cobria todas as notícias locais. Muitas vezes, ainda que sucintamente, o Correio do Povo trazia mais notícias do Carnaval local do que Zero Hora. A cobertura do Carnaval do Rio de Janeiro, porém, era maior em Zero Hora.²⁷

As duas escolas favoritas naquele ano foram a Estado Maior da Restinga, com o tema “Zumbi, o guerreiro da liberdade” e a Imperadores do Samba com o enredo “Ghandi, guerreiro da paz”. Embora a cobertura jornalística tenha dado destaque para a preferência do público pela Imperadores, quem ganhou o título do Carnaval 94 foi a Estado Maior da Restinga. Na perspectiva dos jornalistas, a escola não havia empolgado tanto o público, mas vinha crescendo e ganhando destaque naquela década no cenário do carnaval porto-alegrense. Fora campeã em 1991 e 1992 e vice-campeã em 1993. Segundo Távama Santos (2011), que estudou a formação de identidades no bairro da Restinga através da Estado Maior da Restinga, nessa época o Carnaval de Porto Alegre estava em plena transformação, com aumento da competitividade e da organização, assim como o nível de exigência. Os títulos da Estado Maior da Restinga, nesse momento, deram uma visibilidade positiva ao bairro.

Após a Quarta-Feira de Cinzas, aos poucos as notícias sobre o Carnaval vão diminuindo nos jornais. Há cobertura sobre a apuração das notas dos desfiles das escolas,

²⁷ Essas conclusões estão baseadas na análise das notícias sobre Carnaval em edições de Correio do Povo e Zero Hora de janeiro e fevereiro de 1994, pesquisadas no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

tanto de Porto Alegre quanto de São Paulo e Rio de Janeiro e as repercussões sobre os resultados, além de cobertura sobre o desfile das campeãs, tradicionalmente realizado no sábado posterior ao Carnaval. No dia 13 de fevereiro, domingo, o caderno especial de Carnaval de Zero Hora trazia a seguinte nota:

Novela – Os carnavalescos de Porto Alegre, que aguardam para o próximo ano a pista de eventos prometida pela prefeitura, deverão reivindicar, também, um local apropriado para barracões. A cada ano, às vésperas do carnaval, repete-se uma novela envolvendo a Associação das Entidades Carnavalescas e o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (Deprc), órgão do governo do Estado, pela cedência dos armazéns do Cais do Porto.²⁸

Uma das principais demandas dos carnavalescos para o novo local onde se realizariam os desfiles, o projeto da Pista de Eventos, era um local adequado para os barracões de montagem das alegorias do Carnaval. Carros alegóricos, fantasias, adereços... Os elementos essenciais para um desfile competitivo eram todos montados nos barracões que temporariamente se localizavam no Cais do Porto. Os armazéns próximos à Usina do Gasômetro se transformavam em oficinas para as escolas de samba às vésperas do Carnaval. Mas a estrutura não era a mais adequada, havia uma necessária negociação com o Estado para cedência dos armazéns e era distante da Avenida Augusto de Carvalho, o que muitas vezes provocou acidentes no transporte das alegorias. Assim, a reivindicação pela Pista de Eventos passava pela escolha de um local em que se pudesse construir barracões de forma definitiva.

No dia 17 de fevereiro de 1994, quinta-feira após o Carnaval, Zero Hora publicou:

Pista – Agora é oficial: o carnaval 95 em Porto Alegre vai mudar de lugar. O prefeito Tarso Genro confirmou que o executivo reservou 800 mil dólares do orçamento para construir uma pista de eventos no Parque Mauricio Sirotsky Sobrinho. Ela deverá comportar 30 mil pessoas e vai evitar a interrupção no tráfego de veículos na Avenida Augusto de Carvalho durante o verão, como tem sido desde que ela se transformou em passarela do samba.²⁹

Havia a expectativa de que o projeto da Pista de Eventos – em discussão no Grupo de Trabalho mencionado acima – em 1995 já tivesse saído do papel, possibilitando que o Carnaval fosse realizado no Parque da Harmonia. Além disso, o crescimento do Carnaval de Porto Alegre também despertava o desejo de divulgá-lo para os países vizinhos, fomentando o turismo. Para o Correio do Povo, o Secretário Pilla Vares fez um balanço positivo: “Prefeito Tarso Genro acredita que o Carnaval de Porto Alegre é o Carnaval do Mercosul. A AECPARS sai na frente e vai aos países do Prata, no inverno, vender a cultura popular

²⁸ Zero Hora, 13 de fevereiro de 1994, Caderno Especial de Carnaval.

²⁹ Zero Hora, 17 de fevereiro de 1994, Caderno Especial de Carnaval.

brasileira como atração do próximo verão no Rio Grande.”³⁰ Havia a aposta, no âmbito do Executivo, de que o Carnaval das escolas de samba de Porto Alegre pudesse atrair visitantes dos países vizinhos.

3.1.3. “Previsão: um grande Carnaval no ano que vem”³¹ – a continuidade do projeto do Poder Executivo

Como durante o Carnaval de 1994 as discussões do Grupo de Trabalho do Parque de Eventos e Cultura ainda estavam em andamento, os desfiles daquele ano tiveram lugar na Avenida Augusto de Carvalho, como ocorria desde 1988. Logo após o Carnaval, em 21 de fevereiro de 1994, o Correio do Povo publicou uma notícia que tinha como manchete “Previsão: um grande carnaval no ano que vem”. Na matéria, o presidente da Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (AECPARS), Ari Chagas Nunes, afirmava ao jornal que o Carnaval estava entrando numa nova era. “A entidade pretende que a Capital esteja pronta para receber foliões do Mercosul, trazendo muitos “hermanos” para a Passarela do Samba, que no ano que vem será na Pista de Eventos no Parque da Harmonia.”³². Ao final do feriado tinha-se a expectativa de que a construção da Pista já ocorreria para o Carnaval de 1995, como demonstrado acima. Porém, ainda haveria uma discussão ao longo do ano que dificultaria o processo.

A partir do levantamento feito pelo Grupo de Trabalho constituído em 1993, elaborou-se um projeto intitulado Parque Cultural de Porto Alegre, pensado para a área do Parque da Harmonia, que foi enviado pelo prefeito Tarso Genro à Câmara Municipal de Vereadores em 1994. A área estava localizada em uma zona central próxima a diversos prédios administrativos (e com projetos em construção) da União, do Estado e do Município, por isso chamada de Centro Administrativo Federal.

Em maio de 1994, o vereador Jocelin Azambuja (PTB) abriu processo na Câmara de Vereadores solicitando constituição de uma Comissão Especial dentro da casa legislativa para que o debate em torno do projeto do Executivo fosse ampliado, ouvindo os segmentos da sociedade civil interessados na pauta. Além do vereador, entidades ligadas ao movimento ambientalista, como Associação de Amigos do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, Associação Brasileira pela Preservação Ambiental, Fundação Gaia, Pangea, também

³⁰ Correio do Povo, 17 de fevereiro de 1994.

³¹ Correio do Povo, 21 de fevereiro de 1994.

³² Idem.

assinaram o documento que solicitava maior debate sobre o tema, dada a relevância e a urgência com que seria tratado. O processo passou pelas comissões permanentes da Câmara, que aprovaram a instalação da Comissão Especial. A Comissão de Educação, Cultura e Esportes aprovou, mas antes argumentou entendendo que o mecanismo mais adequado para ouvir a população seria a realização de um plebiscito, para “auscultar, democraticamente e com fidelidade insuspeita, a população”³³. Embora a realização de um plebiscito tenha sido discutida, acabou-se decidindo pela instalação da Comissão sugerida por Jocelin Azambuja.

Após a aprovação da instalação da Comissão, as bancadas dos partidos indicaram seus representantes para compor a comissão. A comissão ficou assim composta: Antônio Hohlfeldt (PSDB), Geraldo de Matos Filho (PMDB), Henrique Fontana (PT), Jair Soares (PFL), João Dib (PPR), João Motta (PT), Jocelin Azambuja (PTB), Lauro Hagemann (PPS), Luiz Negrinho (PP), Maria do Rosário (PCdoB) e Pedro Ruas (PDT).

Durante os trâmites de instalação dessa Comissão, em junho, representantes de órgãos da União sediados no Centro Administrativo Federal manifestaram contrariedade ao projeto. A localização prevista ficava onde funcionavam esses órgãos institucionais federais, na parte de Porto Alegre próxima à Câmara de Vereadores, entre o centro e o bairro Praia de Belas. Entre os documentos do processo 1174/94, analisado nesta seção, está uma correspondência para a Câmara de autoridades federais dos órgãos que ficam nessa região: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Fazenda, Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional. Entre os argumentos contrários levantados pelos representantes dessas instituições, estavam: as alterações no regime urbanístico e viário, que redefiniria espaços públicos e modificaria a titularidade de lotes em área de propriedade da União; a transação (vendas e doações) dos lotes entre prefeitura e os órgãos federais, que já estaria consolidada; o prejuízo da área destinada ao Centro Administrativo Federal, localizado entre as avenidas Loureiro da Silva e Augusto de Carvalho, contíguas ao Parque da Harmonia.

Segundo a manifestação, havia previsão de construção de novos prédios na área e o livre acesso ao público nos locais não construídos seria prejudicial à segurança das edificações e, por consequência, dos órgãos. Para eles, os foliões durante o Carnaval ameaçariam a segurança dos prédios. Os signatários apontavam o posicionamento do Tribunal Regional Eleitoral, que alertava já estar em andamento o projeto de construção da Coordenadoria de Informática e instalação de novo prédio com todas as Zonas Eleitorais de

³³ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 36.

Porto Alegre. Além disso, argumentavam que o TRE trabalha ininterruptamente em período pré-eleições, de dois em dois anos. Alertavam a Câmara para a inconveniência das alterações na legislação para que o projeto da Pista de Eventos fosse levado adiante, dizendo que as pessoas atendidas pelos órgãos federais e os servidores seriam prejudicados pelas obras. Finalizam, assim, dizendo que seria conveniente a Câmara levantar outros locais para a obra, preservando a implantação já prevista do Centro Administrativo Federal de Porto Alegre.

A área em questão concentra prédios de instituições federais, as mesmas que assinam o documento mencionado acima. São elas: Serpro, IBGE, Ministério Público, Justiça Federal, TRF4, Ministério da Fazenda, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério da Agricultura. Abaixo, apresento uma comparação entre a foto de satélite atual da área (na linha vermelha a pista de desfiles sugerida) e logo abaixo a planta constante no projeto Parque de Eventos e Cultura, do Executivo Municipal.



Figura 1: Foto de satélite de 2019 da área prevista para construção do Parque Pista de Eventos no projeto do Executivo Municipal, em vermelho destacada a área da pista. Recorte da foto feito pela autora a partir de imagem do Google Maps.



Figura 2: Planta do Parque de Eventos, sem data, integrante do Projeto Parque Pista de Eventos, do Executivo Municipal, e constante no processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Devido aos questionamentos colocados pelos representantes de órgãos federais, o projeto sofreu alterações e em 30 de junho o prefeito Tarso Genro enviou à Câmara o projeto de lei complementar que criava a “área funcional de interesse público” para que o projeto do Parque pudesse ser levado a cabo. Segundo a argumentação do prefeito, o parque “atende reivindicação legítima e antiga de diferentes segmentos sociais, cultural e politicamente significativos”, valorizando o segmento dos carnavalescos e sua participação na sociedade porto-alegrense.

Trata-se de investimentos de infra-estrutura fundamental para a reconstrução da identidade de Porto Alegre. De um lado, deve operar como agregador de diferentes grupos da cidade e instrumento de democratização do acesso à produção artístico-cultural. De outro, constitui estímulo para aumentar a atratividade, competitividade e eficiência econômica da cidade, sede de inúmeros órgãos da administração pública federal e estadual, enquanto centro polarizador regional e mesmo nacional, em função de sua vizinhança com os países do Cone Sul.³⁴

Através dessas afirmações, é possível perceber a intenção do prefeito de implantar a Pista de Eventos como um espaço que agregasse grupos distintos, operando para a “reconstrução da identidade de Porto Alegre”. Ou seja, ao unir os diferentes grupos na Pista

³⁴ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 48.

de Eventos, a cidade teria sua própria identidade cultural reconstruída. Entendo que esse argumento diz respeito a colocar em pé de igualdade, num mesmo espaço de eventos culturais, grupos como os carnavalescos, principais reivindicadores da Pista, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), que já ocupava o Parque da Harmonia anualmente no Acampamento Farroupilha, os desfiles da pátria como o 7 de setembro, entre outras atividades. Além disso, na visão do prefeito, a construção de um equipamento cultural do porte do Parque de Eventos projetado pelo Executivo atrairia investimentos e turismo para Porto Alegre.

Ainda entre os argumentos do prefeito, estavam o fato de o local ser “próprio municipal” e a necessidade, para o plano de ocupação da área de uma “legislação atual e moderna” que compatibilizasse com o projeto, e era o que o prefeito indicava na proposta que tinha ajustes em unidades territoriais de planejamento. O Parque de Eventos e Cultura ficaria definido, pela lei proposta, como “conjunto de espaços abertos e áreas edificadas para a realização de eventos diversos, tais como desfiles, espetáculos, festas, feiras, congressos e exposições, e as demais atividades complementares ao equipamento, tais como escolas, oficinas, restaurantes, bares e cafés.”³⁵. A lei trazia alterações na legislação sobre regime urbanístico da área e garantia a execução do EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) antes da construção das edificações³⁶. A abertura da Comissão Especial, em maio daquele mesmo ano, era em parte reivindicação de diversos movimentos ambientalistas, como foi mencionado anteriormente neste capítulo. Ao saberem das intenções de implantar a Pista de Eventos no Parque da Harmonia, essas entidades fizeram pressão para a ampliação dos debates em torno da pauta em virtude da preservação ao meio ambiente, que imaginavam estar ameaçada pela possível construção. A garantia do EIA-RIMA no novo projeto do prefeito, então, respondia a essa demanda dos movimentos sociais voltados ao meio ambiente.

As áreas não ocupadas por edificações seriam de livre acesso ao público. E foi a isso, entre outras questões, que os representantes dos órgãos federais se opuseram. Ou seja, a proposta do Executivo, elaborada a partir do Grupo de Trabalho de 1993, estava em conflito com as autoridades de órgãos federais mencionadas acima.

³⁵ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 53.

³⁶ O EIA-RIMA é o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, instrumento utilizado para verificar as condições ambientais de determinado local antes de autorizar ou não uma construção que pode vir a causar degradação ambiental. A realização deste estudo e posterior relatório é de responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM).



Figura 3: Fotografia de matéria de ZH de 1º de julho de 1994, do prefeito Tarso Genro com técnicos da prefeitura e representantes dos segmentos interessados no projeto. "Projeto do sambódromo enfrenta novas resistências". Considero representativa esta imagem por dar evidência aos tradicionalistas pilchados à frente.

Em julho de 1994, reportagem de Zero Hora³⁷ informava que ecologistas, grupos de tradicionalistas e representantes de órgãos federais localizados nas proximidades do local previsto para o projeto começaram a se movimentar contrariamente à obra. O prefeito Tarso Genro, na véspera, havia apresentado o projeto do Parque Cultural na churrascaria Galpão Crioulo, localizada no Parque da Harmonia, momento em que garantiu que o projeto passaria por um EIA-RIMA, o estudo de impacto ambiental. Além da pista e das arquibancadas, estava prevista a construção de oficinas e quiosques para comercialização de alimentos e bebidas. Segundo a notícia, o vice-presidente do MTG, Yeno Severo e os carnavalescos presentes gostaram da proposta, enquanto os ecologistas permaneceram contrários. Na foto, o destaque é para os tradicionalistas, ainda que a demanda da obra fosse primeiramente dos carnavalescos.

O Correio do Povo também tratou do encontro. Nas notícias dos dois jornais, vemos a escolha por utilizar o termo Sambódromo, denotando a opção da imprensa de caracterizar a obra pelo objetivo carnavalesco, quando parecia se tratar de um projeto maior. Ao mesmo tempo, davam bastante destaque para as entidades que eram contrárias ao projeto. Na matéria do Correio do Povo do mesmo dia, é apresentada uma suposta intransigência dos ecologistas ao projeto, que se colocaram contrários ao corte de árvores e outras intervenções na natureza

³⁷ Zero Hora, 1º de julho de 1994.

do Parque. Para Nei Gastal, integrante da Associação Brasileira de Preservação Ambiental, ouvido pelo Correio do Povo, “Ser contra o projeto é uma questão filosófica”³⁸.

A Comissão Especial da Câmara de Vereadores foi instalada oficialmente em 17 de agosto, com o objetivo de ouvir os segmentos interessados no projeto. Estavam previstos os depoimentos de Secretarias do Planejamento, do Meio Ambiente, de Obras e Viação, de funcionários do corpo técnico que elaborou a planta do projeto, de representantes de órgãos da administração pública federal. Ao todo foram oito reuniões de agosto a outubro de 1994.

A primeira reunião foi dia 24 de agosto e as autoridades convidadas a debater o projeto na ocasião foram os secretários municipais de Planejamento (Newton Burmeister), do Meio Ambiente (Gerson Almeida), de Obras e Viação (Estilac Xavier), da Cultura (Pilla Vares), entre outras autoridades. O projeto do Parque Cultural em discussão ia além da pista de eventos e envolveria diversos equipamentos e projetava a construção de uma nova avenida no Parque Harmonia, além da já existente. Na reunião, os secretários responderam perguntas dos vereadores da comissão.

Newton Burmeister, do Planejamento, falou sobre o Grupo de Trabalho de 1993 e disse que o conceito do projeto incluía outros equipamentos além da pista, como estruturas para os barracões de montagem de alegorias. Entre os locais levantados, o grupo entendeu que o Parque da Harmonia era a melhor escolha em função da acessibilidade, centralidade e disponibilidade da localização, por ser próprio da administração municipal. Segundo Burmeister, o estudo abrangeu doze áreas na cidade, incluindo Porto Seco e Restinga, que voltariam à discussão oito anos depois, como veremos no último capítulo. Algumas áreas, essas duas inclusive, foram rapidamente descartadas por não contemplar questões de transporte e centralidade. Em relação ao Porto Seco, ele argumentou ainda que o local não satisfazia uma boa relação com a cidade e que construir a Pista de Eventos na região traria conflito para as relações já existentes, pois a área já estava destinada ao uso de empresas transportadoras, que não tinham relação com o Carnaval. Esse tópico será explorado adiante, mas convém mencionar que nesse momento as empresas transportadoras começavam a se instalar na área do Porto Seco e, na visão do secretário, desempenhavam atividades incompatíveis com os desfiles de Carnaval.

O Secretário de Obras e Viação Estilac Xavier, mencionou todos os entes que se envolveram no processo do Grupo de Trabalho: MTG, movimento ecológico, Brigada Militar,

³⁸ Correio do Povo, 1º de julho de 1994.

Exército, técnicos da prefeitura e da sociedade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Chama a atenção que o segmento dos carnavalescos não estava presente nessas primeiras discussões do grupo de trabalho. O secretário esclareceu que as principais obras, num primeiro momento, seriam duas: a rua que seria suporte da pista e a adequação da iluminação para situações ordinárias e para eventos. Os demais equipamentos seriam executados em uma segunda etapa das obras. Xavier argumentou em favor da urgência da execução devido à grande expectativa “de um segmento bastante importante” da sociedade.

É claro que isto não impugna a importância da decisão desta casa, nem os apressa ou pressiona; quero apenas relevar e revelar a importância da expectativa que tem a comunidade que quer fazer o evento carnavalesco no dia 28 de fevereiro na parte que confere à pista, porque o Parque de Eventos não se resume apenas à pista. Por isto, sempre rejeitamos política e ideologicamente a ideia da caracterização de sambódromo. Pode ser um sambódromo, um estudantódromo, ou seja, todas as atividades que lá ocorrerem terão essa característica.³⁹

Assim, Estilac Xavier argumentou sobre a pressa e expectativa do segmento carnavalesco para realizar os desfiles já em 1995, e sobre a posição da gestão da prefeitura de marcar que a obra seria mais do que um “sambódromo” e que o Parque de Eventos abrigaria diversos espetáculos, desfiles e eventos da cidade.

Gerson Almeida, do Meio Ambiente, explicou que haviam sido feitas mudanças no projeto original em relação à localização da pista, a manutenção da chamada “Reservinha”, área de aterro e de vegetação nativa no Parque da Harmonia, e a diminuição no volume das arquibancadas a serem construídas.

Por fim, falou o então secretário da Cultura, Pilla Vares, que expôs seu envolvimento “quase pessoal” com a pauta, dizendo se empolgar com a pista do ponto de vista de uma necessidade cultural da cidade. Para ele seria importante examinar o projeto não apenas em sua dimensão técnica, mas também cultural. Havia a necessidade de se ampliar o conceito de cultura e, por consequência, as políticas culturais de Porto Alegre:

Cultura, para nós, não se reduz a mera reprodução das belas artes, mas intervém em todas as trocas simbólicas que os seres humanos realizam, e particularmente importantes são as trocas simbólicas numa cidade como Porto Alegre, onde a multiplicidade de culturas, a riqueza, a pluralidade e a diversidade das inscrições culturais, são raras. Eu chego mesmo a afirmar que poucas cidades, neste continente, possuem tanta diversidade cultural como Porto Alegre.⁴⁰

³⁹ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 102.

⁴⁰ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 107.

Para ele, seria um dos mais importantes projetos realizados para a cultura de Porto Alegre, pois a Pista serviria como um grande centro em que haveria a troca de expressões culturais, que se estendem dos eventos cívicos ao Carnaval, “expressão cultural que durante longo tempo foi relegada à margem, mas que possui na cultura brasileira um elemento formador e decisivo”⁴¹. A ideia do Parque de Eventos, segundo o secretário, fora amadurecida em debates com setores representativos da sociedade e da área da cultura. O secretário valorizava o Carnaval como sendo expressão da cultura brasileira, e usou isso para justificar a importância da construção da pista. Embora fale em uma cultura “à margem”, Pilla Vares não fala explicitamente sobre o Carnaval ser uma expressão majoritariamente negra em Porto Alegre. Ao longo das diversas manifestações presentes nesta dissertação, veremos que há uma tendência nos discursos sobre o Carnaval – fossem favoráveis ou contrários à Pista de Eventos – de não abordar abertamente a dimensão racial.

Em 27 de agosto de 1994, Zero Hora noticiava a segunda reunião da Comissão Especial da Câmara, que aconteceria no dia 31. Os convidados para esse encontro foram os representantes de órgãos federais localizados em área próxima à prevista para execução do projeto. Àquela altura das discussões, já havia uma forte movimentação entre os representantes desses órgãos se posicionando contrariamente à obra, pois a seu ver prejudicaria a construção do Centro Administrativo Federal. A notícia de Zero Hora traz alguns elementos que sugerem seu apoio a essas autoridades. Já na manchete temos um exemplo disso: “Câmara ouve órgãos federais sobre a obra do sambódromo – A pista vai *tirar* quase 3 hectares do Centro Administrativo Federal”⁴² (grifo meu). No corpo da matéria também aparece novamente a ideia de que a obra “roubaria” área significativa do Centro Administrativo Federal. São dois exemplos da forma como o veículo se posicionou na discussão. Fica evidente como o jornal (a notícia não está assinada) constrói um ponto de vista através do tipo de enfoque que dá para a pauta. Segundo a notícia, o projeto do “sambódromo” foi “bombardeado por todos os lados” e “diretores de órgãos federais, ecologistas e tradicionalistas *armaram uma fuzilaria* de críticas”⁴³, indicando forte contrariedade. Em que medida aquele jornal de grande circulação pode ter a opinião pública para ficar contra o projeto também? A utilização do termo “sambódromo”, sugerindo que seria uma obra apenas para o Carnaval, e o destaque para os argumentos contrários, ou

⁴¹ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 107.

⁴² Zero Hora, 27 de agosto de 1994, “Câmara ouve órgãos federais sobre a obra do sambódromo – A pista vai tirar quase 3 hectares do Centro Administrativo Federal”.

⁴³ Idem.

melhor, para os prejuízos que a obra traria, são indícios desse posicionamento e podem trazer uma ideia implícita sobre o Carnaval ser um evento nocivo àquele espaço. Por fim, a ênfase na disputa entre gaúchos e carnavalescos – a “briga entre o chimarrão e a serpentina” – dava enfoque ao fato de que o espaço supostamente já pertencia aos tradicionalistas.

Em 31 de agosto de 1994, ocorreu a segunda reunião da Comissão Especial, em que estiveram presentes os representantes de órgãos federais que vinham manifestando seu desacordo com a decisão do Parque de Eventos no Parque da Harmonia. Eram eles: Gilson Dipp (Tribunal Regional Federal da 4ª região – TRF4), Ernesto Saraiva (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), Luiz Jair Cardoso (Receita Federal), Luiz Antonio de Oliveira (Ministério da Fazenda) Gilberto Vilela (Procuradoria da Fazenda), Simone Lopes (Procuradoria da Fazenda), Ari Bueno (Procuradoria da União) e José Diogo Cyrilo (Advocacia-Geral da União).

Primeiro, os representantes de cada órgão expuseram seus posicionamentos quanto ao projeto do Parque de Eventos. Gilson Dipp, do TRF4, argumentou contrariamente à construção pois, para ele, o projeto era incompatível com a construção já autorizada de um prédio da Justiça Federal, que abrigaria 22 varas, e além disso prejudicaria toda intenção de criação do Centro Administrativo Federal. As atividades de lazer previstas para o Parque, em sua opinião, não combinavam com o funcionamento do serviço público federal localizado na mesma área. As arquibancadas impossibilitariam o acesso ao prédio.

Há uma total incompatibilidade entre o objetivo, a prestação de serviço público, localizado num Centro Administrativo, e uma área de lazer que ocupará, que demandará movimentação de pessoas durante um longo período do ano, porque esse Centro de Eventos, pelo que sabemos, não se restringe apenas ao Carnaval e, sim, a diversas manifestações culturais, esportivas e artísticas. Não é uma posição elitista, é uma posição apenas de conveniência e oportunidade, ou seja, não acreditamos que prestação de serviços, que proteção ao patrimônio público seja compatível com a área de lazer que, certamente, acarreta grande movimentação de público, com as decorrências previsíveis dessa movimentação.⁴⁴

Nessa colocação, seu argumento diz respeito justamente ao fato de que o espaço abrigaria eventos o ano todo, e por isso seria incompatível com a prestação de serviços públicos. Fala ainda em “decorrências previsíveis dessa movimentação”, e posteriormente explica o que seriam essas decorrências:

Evidentemente que ocorrerá movimentação do público adentrando nas dependências; (...) Toda movimentação de massa vai deixando, de maneira até mínima, quebrar vidraças, riscar o prédio, quebrar grades e, talvez, no aspecto da

⁴⁴ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fls. 176-177.

Justiça Federal, onde tramitam processos importantíssimos, sigilosos, processos criminais, processos vários, teríamos que reforçar de maneira drástica a segurança desses prédios, porque toda movimentação de massa, sempre, potencialmente, pode causar esses danos.⁴⁵

Assim, Dipp demonstrou preocupação especialmente com a segurança dos prédios e do patrimônio da União. Para ele a construção do Parque de Eventos aumentaria os casos de agressões aos edifícios oficiais da esfera federal.

Ernesto Saraiva do IBGE lamentou que os representantes federais estivessem sendo ouvidos pela Câmara apenas naquele momento. Para ele, a festa do Carnaval comprometeria a segurança do patrimônio e das pessoas, trazendo consequências para continuidade do serviço público. Saraiva disse ainda que as pessoas “jogam garrafas, agridem”⁴⁶, e que construir o Centro de Eventos naquele local seria uma agressão à área. Luiz Jair Cardoso, da Receita Federal, endossou a posição anterior e disse que o órgão era “obviamente contrário”⁴⁷ ao projeto. Consideravam incompatível o Parque de Eventos com o Centro Administrativo Federal, pois traria prejuízo à segurança dos prédios, das pessoas e também o livre acesso aos serviços. Sugeriu que se estudasse um local “mais apropriado”.

Luiz Antonio Oliveira, do Ministério da Fazenda, alegou as complicações decorrentes do movimento de pessoas durante os eventos. Para ele a construção iria desfigurar o parque, trazendo prejuízo à paisagem, e deveria se pensar em outra localização. E assim seguiram os posicionamentos de Gilberto Vilela e de Simone Lopes, da Procuradoria da Fazenda, também contrários. Simone argumentou que ninguém poderia garantir que as atividades no Parque de Eventos seriam apenas nos finais de semana, e também que os órgãos muitas vezes faziam expediente noturno, sendo assim dois projetos que não combinavam. Ari Bueno de Almeida, da Procuradoria Geral da União, seguiu a mesma linha de raciocínio: a ideia de um Parque de Eventos era boa mas não poderia ser implementada no local escolhido. Argumentou sobre os horários diferenciados de funcionamento do IBGE, do SERPRO e da Embratel e disse respeitar a competência do município em decidir, mas manifestou inconformidade.

Ari Bueno argumentou que o Banco Central tinha veículos circulando diariamente e que haveria problema com aglomerações que não eram “da cidadania”:

Administração pública é para o público, administração pública para o cidadão, administração pública não tem sentido se não for voltada para a cidadania. Não podemos admitir administração pública voltada para a cidadania com mistura de

⁴⁵ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 195.

⁴⁶ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 177.

⁴⁷ Idem.

aglomerados humanos com cidadania. O que se está a perquirir aqui é que aglomerações específicas possam ser manifestação de cidadania, podem, mas podem também não ser, no caso aqui, um aglomeração para lazer, não é manifestação de cidadania, mas manifestação de expressão.⁴⁸

Aqui o representante do BC contrapõe manifestações que seriam da cidadania a outras que não seriam. Não fala explicitamente do Carnaval, mas dá a entender que a aglomeração de pessoas nos desfiles seria danosa à administração pública. Continuou explicando que fora esse o motivo de escolha daquela área específica para implantar o Centro Administrativo Federal, por “não ter costumeiramente grandes aglomerações” (embora, como já vimos, o Acampamento Farroupilha já acontecia anualmente e ficava instalado no Parque da Harmonia por aproximadamente um mês). Negou haver problemas com o que chamou de “povão”:

Não temos preocupações com ele, lidamos com o povo toda hora. A Justiça Federal, de uma forma muito mais direta, trata das questões do dia a dia do cidadão, do indivíduo, do povo. Nós administradores públicos federais temos o dever de afirmar, reconhecer e otimizar o exercício da cidadania. Agora, o exercício da cidadania não se confunde com inconseqüências, no que concerne à perspectiva de visão do que vai acontecer daqui a dois, cinco ou vinte anos.⁴⁹

Ou seja, os órgãos federais, a seu ver, não temiam o povo, tanto que lidavam com ele a todo o momento, especialmente a Justiça Federal. Porém, para Bueno, exercer a cidadania não poderia se confundir com as “inconseqüências” que implantar o Parque de Eventos traria – provavelmente os problemas já mencionados à segurança dos prédios.

Nessa reunião, apareceu ainda a discussão sobre a propriedade do terreno: no projeto que estava sendo debatido, além de construir em área do município, a obra adentraria em parte, terrenos de propriedade da União e havia discordância dos representantes federais sobre esse ponto. O assunto voltou a aparecer na terceira reunião, que veremos a seguir.

O vereador Wilton Araújo (PDT) argumentou sobre a necessidade de Porto Alegre ter um equipamento dessa magnitude. Todos os eventos de aglomeração “junta muita gente, mas não traz nenhum estrago aparente”⁵⁰. Para ele, “o lazer do povo mais pobre é uma manifestação de cidadania”. Questionou aos participantes da reunião qual era a incompatibilidade a que se referiam:

Gostaria de saber até que ponto isso é incompatível, porque o simples entrar nos jardins, quebrar vidros pode acontecer e acontece sem ter nenhuma aglomeração. Passa um vândalo e atira uma pedra. Gostaria de saber se existem outros motivos, ou

⁴⁸ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 207.

⁴⁹ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 208.

⁵⁰ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 213.

se esse é o principal motivo para ilustres personalidades do nosso mundo jurídico e de administração da União colocarem de forma tão veemente essa contrariedade. Isso que eu procuro avaliar, até como instância de plenário da Casa, como relator desse processo na CCJ, mas a questão de mérito também, para uma futura posição minha em plenário. (...) Foi durante muito tempo uma luta muito grande das entidades carnavalescas conseguirem se manterem próximas à cidade, porque por vontades foram sendo expulsas. Daqui a pouco elas estarão em outras cidades, porque era incompatível com prédios de apartamento. Daqui a pouco, estão fora da cidade. É esse tipo de coisa que temos de avaliar, como representantes do povo de Porto Alegre.⁵¹

Com essa explanação, Wilton Araújo procurou se colocar ao lado das entidades carnavalescas para defender uma centralidade no projeto para a Pista de Eventos. Destacou a luta por se manterem “próximas à cidade” e que já haviam sido expulsas de outros locais anteriormente. De forma quase profética, alertou sobre o risco de perpetuar as expulsões dessa população das regiões centrais da cidade por diversos pretextos de incompatibilidade, como com “prédios de apartamento”. Na segunda seção deste capítulo, essa incompatibilidade com residências será abordada.

A discussão se seguiu, de um lado o argumento dos representantes de órgãos federais de que o Centro Administrativo Federal deveria ser preservado como tal, e que o Parque de Eventos traria prejuízos e riscos à segurança. De outro, Wilton Araújo, Maria do Rosário e outros vereadores argumentando que os desfiles ocorreriam em feriados e à noite, fora do horário de expediente, não havendo coincidência e portanto não havendo incompatibilidade das atividades.

Na terceira reunião, ocorrida em 14 de setembro, foram convidados representantes de outros órgãos federais, como o Ministério das Comunicações (que possuía o prédio da Embratel), através do delegado João Jacob Bettoni, e o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), com o representante Márcio André Brigidi. Trouxeram argumentos sobre a dificuldade de acesso ao prédio e mobilidade para a Embratel, caso as arquibancadas fossem construídas, e o representante do Serpro falou sobre a quantidade de trabalho ininterrupto, sem horário certo para acontecer, em finais de semana e feriados. Como já haviam ocorrido “invasões” em outros carnavais, o representante do Serpro se colocou contrário ao projeto por questões de segurança do prédio. Em relação à Embratel, havia a necessidade de manter a instalação ali por ser área aberta, que permitia instalação de satélites. Havia a intenção de estender a cobertura para o MERCOSUL, e além disso o terreno era de fácil acesso a outras partes da cidade.

⁵¹ Processo 1174/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 213.

Reforçando um argumento utilizado por outros representantes federais na reunião anterior, Brigidi lembrou que o próprio Patrimônio da União havia expressado a contrariedade em ceder a área para a prefeitura:

Efetivamente, uma interferência do Município no patrimônio da União Federal e através de uma Lei Complementar, sem que de modo algum, e expressamente o Patrimônio da União aqui disse nessa Sessão, que haja concordância da União Federal, que será atingida diretamente por essas medidas.⁵²

Além da discussão sobre os supostos riscos à segurança que o Parque de Eventos traria, havia ainda a questão da propriedade do terreno. Embora o prefeito Tarso Genro alegasse que era área do município, uma parte era da União, destinada ao Centro Administrativo Federal. Esse foi um dos pontos levantados pelos representantes de órgãos federais na reunião anterior, e agora aparecia de novo. A equipe técnica da prefeitura teria dito, na época de elaboração do projeto, que não havia necessidade de consulta aos órgãos federais. Contudo, Deroci Cyrillo, representante do Ministério Público Federal foi claro em seu posicionamento:

Temos que preservar o seu estado de direito: essas áreas que serão subtraídas ao domínio ou à titularidade da União, são áreas constituídas à luz das leis brasileiras. E não existe no Direito Brasileiro a possibilidade da Prefeitura desapropriar áreas federais.⁵³

Aos poucos, pareciam ganhar força entre os vereadores da Comissão Especial as posições contrárias ao projeto do Parque de Eventos.

Na reunião de 28 de setembro, foram ouvidas as entidades ligadas ao meio ambiente, que tinham requerido a constituição da Comissão Especial. O movimento ambientalista em Porto Alegre àquela época já era bastante forte, tendo várias entidades representativas. O questionamento central nessa reunião foi a necessidade – ou não – de um Estudo de Impacto Ambiental, o EIA RIMA, para a construção do Parque de Eventos. Um dos argumentos era de que só havia sido realizado o estudo para a área da pista em si, quando o projeto abarcava uma área maior, com outras construções além da pista. A Cooperativa Ecológica Coolmeia solicitou a realização de uma audiência pública para debater o projeto com os cidadãos. Além disso, o representante da Cooperativa ainda questionou a realização de “um estudo sério avaliando se o Carnaval de Porto Alegre necessita ou se é vocacionado mesmo a desfiles de

⁵² Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fls. 72-73.

⁵³ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 80.

escolas de samba em modo concentrado?”⁵⁴. Ou seja, chegou-se a questionar a vocação da cidade para o tipo de Carnaval que estava em discussão, desconsiderando toda a história dos desfiles e da festa na cidade. Falaram também técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), que exigiram a realização do EIA-RIMA. A Fundação Gaia e a Pangea, organizações de preservação do meio ambiente, também se posicionaram contra o projeto. Entre os argumentos, além da necessidade do EIA-RIMA, estava também a preservação da área conhecida como “Reservinha”, única reserva de mata nativa da região, que os técnicos alegavam ser de grande importância para estudos de fauna e flora, e que pelo projeto em discussão estaria em risco. Para eles, o projeto tratava-se apenas de cumprir promessa de campanha. Ao final da reunião, concluiu-se que deveria ser realizado o EIA-RIMA e não apenas em relação à área da pista, mas de todo o projeto. E, além disso, o representante da Fepam reiterou que, caso o laudo indicasse um grande impacto ambiental, deveria se pensar em medidas compensatórias.

Ao longo das reuniões da Comissão Especial da Câmara, podemos perceber pelo menos três argumentos principais de diferentes segmentos sendo contra a construção da Pista/Parque de Eventos/Sambódromo: os representantes dos órgãos federais alegando risco à segurança dos prédios e prejuízo ao patrimônio durante o Carnaval; os mesmos representantes com o argumento de que a área era de propriedade da União; e os ecologistas solicitando maior atenção à questão ambiental do Parque. Mas a Comissão ainda ouviu outras entidades.

A comunidade carnavalesca se fez presente na reunião de 05 de outubro da Comissão Especial. Ari Nunes, vice presidente da AECPARS, ressaltou a participação da entidade no Grupo de Trabalho do Poder Executivo realizado em 1993. Segundo ele, a pista de eventos na Avenida Augusto de Carvalho já não atendia as necessidades do Carnaval de Porto Alegre e há mais de dez anos era prometida a construção:

de um equipamento que atenda as necessidades específicas desta manifestação cultural popular, que se desenvolve durante os 365 dias do ano e atinge o maior contingente populacional cultural de Porto Alegre⁵⁵.

As escolas de samba mobilizavam milhares de pessoas ao longo do ano todo na produção de fantasias, adereços, carros alegóricos e movimentavam suas quadras com shows e eventos culturais. Como Porto Alegre não tinha outro equipamento parecido com o que se pretendia construir, ele argumentou ainda que o Parque de Eventos, ao atender os

⁵⁴ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 86.

⁵⁵ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 100.

carnavalescos, contemplaria “toda a coletividade” da cidade, fomentando inclusive o turismo. Nessa reunião, discutiu-se sobre as outras possibilidades de local levantadas pelo Grupo de Trabalho do ano anterior e os empecilhos de cada uma. A área da Rede Ferroviária Federal, localizada na Zona Norte de Porto Alegre, fora rejeitada por ser muito distante do centro e por não ter espaço suficiente para a concentração dos desfiles nem para os barracões.

Além de Ari Nunes, falaram nessa reunião os presidentes de diversas escolas de samba porto-alegrenses: Cláudio Vieira, do Bambas da Orgia; Ezio Nascimento, da Mocidade Independente da Lomba do Pinheiro; Adolfo Giró, da Embaixadores do Ritmo; Cesar Ribeiro da Estado Maior da Restinga; Francisco Barbosa, da Copacabana; Solange Dornelles, diretora de eventos da AECPARS. Em geral, as manifestações giraram em torno do pedido de urgência para que o projeto saísse do papel. Solange Dornelles questionou o argumento da segurança, colocado e reiterado por representantes dos órgãos federais da área. Em sua fala, destacou que o povo carnavalesco é formado por:

peças ordeiras, pessoas sofridas, pessoas pobres e que recebem a maior parcela do preconceito da nossa sociedade, mas que por isso mesmo eles se policiam. Nós mesmos, quando viemos à avenida com desfiles, cada escola de samba que aqui se representa, traz uma média de três mil pessoas ao desfile, e elas têm a sua própria segurança, além de toda a segurança que a própria Associação, junto com o poder público, para garantir isso.⁵⁶

Assim, contrapôs a justificativa das autoridades de que o Carnaval ocorrendo nos arredores do Centro Administrativo Federal colocaria em risco a segurança das pessoas e dos prédios, patrimônio da União, com o argumento de que a maior parte da população carnavalesca era ordeira, trabalhadora e capaz de fazer a própria segurança. Reiteradamente ao longo da história do Carnaval de Porto Alegre se percebe que a população que realiza a festa precisa justificar um bom comportamento, buscando vencer o estigma de violência criado sobre essas comunidades⁵⁷. Essa imagem é baseada muito mais no racismo estruturante da sociedade brasileira, que exclui a população negra e suas manifestações culturais, do que em números e dados concretos de índices de violência. O Acampamento Farroupilha, por exemplo, sofria menos reprimendas dos órgãos federais do que o Carnaval, embora também fosse uma situação de aglomeração de pessoas, algumas inclusive armadas com armas brancas, e realizada no mesmo Parque da Harmonia.

⁵⁶ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 104.

⁵⁷ Sobre os estigmas em relação ao carnaval de Porto Alegre e à população que o produz, ver: GERMANO (2008); ROSA (2008); LAZZARI (2001).

Nessa reunião, os representantes da AECPARS, Ari Nunes e Evaristo Mutti, falaram ainda sobre a importância do Carnaval se manter numa área central, e na localização escolhida no projeto Parque de Eventos seria possível “manter as raízes”. Quanto à segurança, argumentaram que bastaria as escolas estarem atentas e preparadas pra realizar esse trabalho, reforçando a colocação de Simone Dornelles. Ari Nunes finalizou a reunião falando sobre a história da AECPARS, sua integração com as escolas de samba e a influência dessa associação para o fortalecimento do Carnaval no centro da cidade nas décadas progressas.

A Comissão Especial da Câmara de Vereadores ouviu ainda representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e de outros movimentos da sociedade civil. No dia 06 de outubro, estiveram presentes na Comissão esses e outros grupos. Pela Coalização Internacional da Vida Silvestre, falou o representante José Truda Pallazio, argumentando em prol da preservação das áreas verdes e criticando que a obra alteraria a Orla do Guaíba como um todo. Cláudio Bonatto falou pelo Ministério Público, que havia instaurado inquérito para avaliar a necessidade do EIA-RIMA e ainda falou sobre a previsão de construção do prédio da Justiça Federal e do Banco Central, que trariam grande fluxo de pessoas para a área e eram incompatíveis com a Pista. Silvia Capelli, também pelo Ministério Público, reforçou que o estudo de impacto não poderia se restringir à pista/arquibancadas, devendo abranger o todo do projeto.

Da parte do tradicionalismo, Euclides Fagundes Filho, do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, disse que o projeto era uma agressão à cultura gaúcha, visto que invadia o espaço já tradicional do Parque da Harmonia para o Acampamento Farroupilha. Trouxe a informação de que muitos patrões de CTGs e piquetes⁵⁸ sequer sabiam sobre o projeto e “acusou o executivo de pressionar o legislativo para o apressamento da aprovação e de tentar jogar a comunidade tradicionalista contra os irmãos carnavalescos”⁵⁹. Luiz Rangel, do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), salientou que Porto Alegre não tinha a estrutura adequada para receber os eventos do tradicionalismo que ocorriam ao longo do ano. Antônio Fagundes, tradicionalista e radialista, disse também que o projeto feria os interesses do gauchismo. Apelou para que os vereadores negassem o projeto, “em nome do que o Rio Grande do Sul tem de mais autêntico que é a sua cultura tradicional.”⁶⁰. Aqui observamos uma ideia repetida em outros momentos da história, em que colocadas frente a frente as

⁵⁸ Patrão é a denominação dada ao diretor de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Piquetes são os pequenos galpões de cada CTG no Acampamento Farroupilha.

⁵⁹ Relatório da Comissão Especial, escrito por Pedro Ruas. Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 110.

⁶⁰ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 116-117.

culturas do Carnaval e do tradicionalismo, a segunda é considerada como “mais autêntica” que a primeira.

Iris Germano (2008) aborda o tema da invisibilidade da população negra e do Carnaval no Rio Grande do Sul a partir da construção de uma identidade gaúcha. A autora diz que, apesar dessa população ser numerosa, os negros e negras do Estado foram negados enquanto agentes históricos,

Não apenas através do silêncio da história oficial, mas também através de representações que alimentaram práticas de discriminação no imaginário social de Porto Alegre, contribuindo para a exclusão ou marginalização, material e simbólica, deste segmento social. (GERMANO, 2008, p.101)

Fortemente vinculado a essa população, o Carnaval de rua também acabou sendo excluído e não visto como uma manifestação cultural autenticamente gaúcha. Segundo Germano, o Carnaval e a população negra do Rio Grande do Sul “acabaram se tornando elementos estranhos à representação que a cidade ou o Estado faz de si” (GERMANO, 2008, p. 102). Essa representação é bastante evidente nos discursos dos tradicionalistas e daqueles que os defendem, como no caso citado acima. Embora a ideia do projeto do Parque de Eventos fosse agregar diferentes manifestações, se nota certa contrariedade dos tradicionalistas, o que tem lógica, já que o Acampamento Farroupilha estava estabelecido e não necessitava da obra em discussão para continuar existindo.

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos também teve voz na Comissão. Ainda na mesma reunião de 6 de outubro, o presidente Jair Krischke ponderou que os direitos humanos de lazer, cultura e meio ambiente seriam violados com o projeto, valorizando a importância do contato humano com a fauna e flora nativas, que vinham se regenerando naquela área do Parque da Harmonia. Falou ainda da importância da redação do projeto de lei ser acessível a todos os “municípios”, ou seja, os habitantes da cidade.

Paulo Guarnieri, representante da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), mostrou preocupação pois o projeto parecia ser o “Praia do Guaíba ressuscitado”. O projeto Praia do Guaíba, da época do governo de Alceu Colares, não foi levado a cabo, mas previa modificações na orla do rio, com construções de lojas, restaurantes, hotéis. Na época, a UAMPA fora contra, e Guarnieri reforçou a contrariedade da entidade novamente para o Parque de Eventos e Cultura. Em relação ao parque, segundo ele, o projeto dizia que o plano de ocupação seria detalhado progressivamente, mas até então isso não

acontecera. “Só nos resta esperar que o parque seja agredido”⁶¹, concluiu, sugerindo que a falta de informações significava um projeto prejudicial ao parque.

Na última reunião, em 11 de outubro, estiveram presentes mais representantes de entidades da sociedade civil, como a Associação Sapucaia de Proteção Ambiental ao Ambiente Natural, que se posicionou contrariamente ao projeto. A Companhia Riograndense de Turismo também se fez representar através de Artur Zanella, que trouxe a necessidade de reter em Porto Alegre os turistas da região do Prata, que costumavam se dirigir às praias gaúchas no verão. Assim, Zanella via a necessidade da construção da Pista de Eventos e que fosse um local que agregasse diversas atividades, como era o caso do projeto em discussão. Para Elizabeth Bohn, representante da OAB, a área onde estava prevista a construção da Pista de Eventos ficava num ponto da cidade que em pouco tempo abrangeria todo o sistema judiciário, o que criaria um conflito de interesses e congestionamentos de trânsito. Adélia de Castro Cardoso, da Associação de Moradores do Centro, também contrária, “temendo que este projeto possa abrir a porta para a concretização do projeto praia do Guaíba que, no seu entender, resultaria na privatização da orla do Guaíba”, solicitou que toda a população de Porto Alegre fosse consultada.

Bruno Ingang, do Departamento de Botânica da UFRGS, falou da importância da área da “reservinha” de recuperação e preservação da mata nativa. A presidente da Associação de Moradores do Menino Deus, Alzira Ban, também se posicionou contrariamente não ao projeto, mas ao local escolhido. Por ser muito central, argumentou que o barulho das festas seria ruim para as populações que moravam no entorno. Alzira veio a se tornar uma personagem importante na história da luta – mas principalmente dos obstáculos – pela Pista de Eventos em Porto Alegre. Na seção 3.2. seu nome voltará a aparecer.

Assim, muitos cidadãos que tiveram a oportunidade de falar na Comissão Especial da Câmara Municipal ressaltaram esta posição: não eram contra o projeto em si, ou contra uma Pista de Eventos, ou ainda contra um Sambódromo em Porto Alegre, mas contra a localização escolhida que estava em discussão. Cada um tinha seus motivos e justificativas, e não cabe aqui avaliar o mérito dessas explicações. O que posso fazer é colocar questões: em primeiro lugar, chama a atenção a intensa e diversificada participação da população nos debates realizados. Seja através de organizações, entidades, associações, seja de maneira individual. As reuniões da Comissão Especial proporcionaram debates abertos a respeito de uma pauta pertinente à população de Porto Alegre e os diversos setores envolvidos foram ouvidos. Mas,

⁶¹ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 118.

em segundo lugar: ainda que a população porto-alegrense estivesse participando das discussões sobre o projeto do Parque de Eventos e Cultura, e ainda que seus argumentos fossem válidos: o quanto a dimensão do debate aumentou e se tornou um imbróglio ao longo dos anos seguintes justamente por que o principal segmento beneficiado seria o carnavalesco? Ainda que o projeto final contemplasse outros eventos, a iniciativa começara em função das reivindicações da comunidade carnavalesca. Haveria tal nível de debate e discordâncias se o objetivo principal do projeto fosse outro?

Após cerca de dois meses de trabalho, em 09 de dezembro o relator Pedro Ruas (PDT) apresentou à Comissão Especial o relatório final. Dentro da própria Comissão o projeto foi rejeitado, mas ainda assim foi encaminhado para o plenário.

No relatório, Ruas citou os altos custos da construção e que mesmo com uma obra grandiosa, as instalações não contemplariam as necessidades dos dois principais grupos que se objetivava atender: os carnavalescos e os tradicionalistas. Argumentou ainda algumas contradições do relatório do Grupo de Trabalho de 1993 que resultou no projeto do Executivo. Segundo o relator, a escolha da área do Parque da Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho) se deu principalmente pelo critério da propriedade: sendo o parque uma área do município, seria mais simples a execução do projeto, ao contrário da outra localização bem cotada no estudo, uma área da Rede Ferroviária Federal, que na visão do relator não fora avaliada com profundidade.

Os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente (SMAM), segundo o relatório, foram contra o projeto pela falta do EIA-RIMA:

A falta de EIA-RIMA, que seria o estudo que nos balizaria quanto à preservação da “Reservinha”, bem como das demais áreas a serem ocupadas pelo empreendimento, as árvores a serem abatidas e as áreas do entorno da Pista de Eventos, é inadmissível mesmo que o projeto diga que será realizado EIA-RIMA para as arquibancadas, pois a legislação, como bem foi citado várias vezes pelos depoentes, principalmente pela Dra. Silvia Capelli e Dr. Cláudio Bonatto, ambos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, exige um estudo prévio para as atividades, não apenas para as arquibancadas. Portanto, a não existência do mesmo nos leva a reforçar a nossa posição pela rejeição do PLCE 013/94.⁶²

Conforme foi visto anteriormente, o EIA-RIMA apresentado no projeto do Executivo dizia respeito apenas à área da pista e das arquibancadas, o que era insuficiente, pois não abrangia toda a área projetada do Parque de Eventos e Cultura. Para o relator Pedro Ruas, o

⁶² Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.155.

projeto apresentava diversas lacunas quanto às dimensões das construções, a verba disponível, a exata localização e a existência ou não de licenciamento ambiental prévio.

Seria, no mínimo, uma temeridade este legislativo aprovar o projeto com tantas falhas e lacunas, deixando tudo a ser detalhado pelo Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, analisando apenas a viabilidade urbana e paisagística.⁶³

Por falta de maiores certezas quanto às medidas necessárias à implantação do projeto, o relator considerou “uma temeridade” aprová-lo. Em sua visão, era necessário um estudo mais aprofundado das questões ambientais, além de uma resolução sobre as áreas de propriedade da União. No relatório, Ruas avaliou que o projeto “invadiria” áreas do Centro Administrativo Federal, deduzindo que houvera desconsideração por parte do Executivo aos órgãos federais ali instalados. Haveria, na visão do relator, uma incompatibilidade da função de lazer do Parque de Eventos e Cultura com a função pública desenvolvida no Centro Administrativo Federal. Para Pedro Ruas “causa estranheza”⁶⁴ que em agosto o Executivo tenha recebido a notícia de que o pedido de cedência da área pela a União fora indeferido e ainda assim tenha mantido o projeto tramitando na Câmara. Verificou, assim, o que chamou de uma série de contradições e inconsistências na proposta.

As contrariedades colocadas pelo vereador se fixaram basicamente na localização proposta para os equipamentos, “posto que a ideia básica da existência da Pista de Eventos é boa e deve ser debatida, desde que outro seja o local de sua implantação”⁶⁵. Pedro Ruas encerra o relatório dizendo que a partir dos dados apresentados, que na sua visão não eram suficientes para sustentar a execução do Parque de Eventos, não era recomendável aprovar o projeto. Sugeriu, ainda, que na oportunidade de um novo projeto se realizasse um plebiscito para que a população participasse, votando no local que entendesse ser mais adequado para a obra.

Os processos analisados até aqui são documentos da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Em seu conteúdo, trazem atas de reuniões da Comissão Especial com notas taquigráficas de transcrições das reuniões, correspondências oficiais e a tramitação interna na Câmara do próprio processo, além do relatório final e os registros das votações que ocorreram. É preciso considerar que esses documentos oficiais são sempre produzidos com uma determinada finalidade, e nesse caso era a de documentar as discussões travadas em torno do projeto do Parque de Eventos e Cultura, enviado pelo prefeito Tarso Genro para a

⁶³ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.156.

⁶⁴ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.157.

⁶⁵ Processo 2355/94 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.159.

Câmara, e reunir no processo todas as etapas pelas quais passou o projeto. Escolhi trabalhar principalmente com as notas taquigráficas, por entender que traziam o conteúdo das falas dos participantes de forma mais aprofundada, e com o relatório final do processo, que trazia a visão do vereador Pedro Ruas a respeito das discussões que aconteceram, e que veio a embasar a rejeição do projeto.

O relatório datado de 9 de dezembro de 1994 foi lido e votado no dia 15 de dezembro, sendo rejeitado pela Comissão Especial. No dia seguinte, tanto Zero Hora quanto o Correio do Povo noticiaram a rejeição do projeto pela Comissão Especial, por nove votos favoráveis ao relatório (e contrários ao projeto) e uma abstenção.

A notícia de Zero Hora afirmava que a obra era “mais conhecida como sambódromo” e que a Comissão da Câmara havia ouvido “ambientalistas, tradicionalistas, carnavalescos, líderes comunitários e representantes da prefeitura.”⁶⁶ Destacava algumas informações técnicas do projeto e ainda ouviu o secretário Newton Burmeister, do Planejamento, que “explica que as mudanças projetadas fazem parte de um ‘rearranjo’ da área e incluem de propósito terrenos da União. O secretário revela temer uma rejeição popular à obra, caso ela fique rotulada apenas como sambódromo, exclusiva para o Carnaval.”⁶⁷. A notícia apresentava a visão do secretário e que parecia ser partilhada pelo Executivo municipal como um todo: ao propor um Parque de Eventos e Cultura, com diversos equipamentos além da pista e das arquibancadas, procurava ampliar o debate e incluir outros segmentos sociais possivelmente interessados, como o caso dos tradicionalistas. Considerando os aspectos já mencionados sobre uma identidade que via o carnaval das escolas de samba como uma manifestação não tão autêntica gaúcha e porto-alegrense, faz sentido pensar que essa ampliação do projeto tenha ocorrido na intenção de fazê-lo passar com maior aceitação. O receio do secretário acabou se concretizando, visto que foram inúmeras rejeições a um projeto que desde o princípio estava fortemente vinculado ao Carnaval.

No Correio do Povo, a notícia era mais sucinta e com informações parecidas. Em relação à nomenclatura, também é utilizado o termo Sambódromo, assim como Zero Hora. “O relator Pedro Ruas argumentou que as diversas entidades envolvidas não são contra a ideia do sambódromo, ‘mas sua localização é inadequada’. Segundo ele, a obra causaria danos ao meio ambiente.”⁶⁸. Os jornais, portanto, apenas repercutiram a decisão da Comissão, ambos dando

⁶⁶ Zero Hora, 16 de dezembro de 1994.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Correio do Povo, 16 de dezembro de 1994.

enfoque à finalidade principal da obra, a de se construir um espaço para os desfiles de Carnaval na cidade. Aparece aqui, assim como no relatório de Pedro Ruas e em várias falas de depoentes da Comissão, a ideia de que não se era contra o Carnaval ou contra a ideia de uma Pista de Eventos/Sambódromo, mas que aquele não era o melhor local. Essa justificativa se repete ao longo dos mais de dez anos de indefinição abordados nesta dissertação.

Mesmo rejeitado, o projeto foi a votação no plenário da Câmara, o que ocorreu no dia 21 de dezembro de 1994, quando foi definitivamente rejeitado por 20 votos a 12. As notícias, tanto em Zero Hora quanto no Correio do Povo, destacaram a polêmica desencadeada pela prefeitura ao elaborar o projeto. Enquanto o Correio do Povo trouxe as informações de maneira mais objetiva, Zero Hora ouviu um vereador contra o projeto e um a favor, como já abordado no início desta seção do capítulo. Giovani Gregol, contrário ao projeto, disse ao jornal que faltou aprofundamento da discussão junto à sociedade.

Ele disse que, “na verdade, a rejeição não se deveu tanto ao sambódromo, mal menor, mas ao restante das modificações previstas numa área de cinco quilômetros, da Usina do Gasômetro até a Ponta do Melo”.⁶⁹

Já Adroaldo Correa, vereador favorável ao projeto, argumentou pela centralidade do local e “assegurou também que não haveria descaracterização das áreas verdes e de lazer existentes nas imediações da área escolhida.”⁷⁰

Assim, a expectativa de “um grande Carnaval para o ano que vem”⁷¹ foi quebrada ainda em 1994. Ao longo desta seção, foi possível perceber como uma *ideia de Carnaval* fortemente associada a desordem, operou para que se afastassem os desfiles da região proposta no primeiro projeto de construir uma Pista de Eventos em Porto Alegre. Essa concepção de Carnaval amparada em estigmas racistas serviu como justificativa para os representantes dos órgãos federais alegarem proteção do patrimônio, dos prédios e dos funcionários; e para aqueles que defendiam o meio ambiente, apontarem os possíveis danos que os desfiles poderiam causar ao Parque da Harmonia. Assinalar esses argumentos não significa negar os possíveis efeitos de realizar os desfiles no parque – até porque não é esse o papel da historiadora que aqui escreve. O questionamento se dá ao perceber que nenhum dos grupos demonstrou provas consistentes de que havia de fato uma maior violência durante o Carnaval, e essa fragilidade cria a suspeita de que a desordem pode ter se transformado num pretexto para afastar os desfiles daquela zona por outros motivos, talvez menos palpáveis.

⁶⁹ Zero Hora, 22 de dezembro de 1994.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Correio do Povo, 21 de fevereiro de 1994.

Entre dezembro de 1994 e fevereiro de 1995, os dois jornais estudados apresentaram cartas de leitores relativas ao assunto da Pista de Eventos/Sambódromo, repercutindo a decisão da Câmara. No Correio do Povo, dia 12 de fevereiro, a carta da leitora Neusa da Silveira dava uma pista de onde seria o próximo debate sobre um local para os desfiles de Carnaval:

Sambódromo – A Pista de Eventos de Porto Alegre deve ser construída em espaço nobre da cidade, junto ao Parque Marinha do Brasil, onde lazer e civismo possam conviver e manifestar suas riquezas culturais. Neusa N. da Silveira, Porto Alegre.⁷²

O carnaval de 1995 seria realizado novamente na Avenida Augusto de Carvalho com estruturas provisórias. Em 14 de fevereiro, o prefeito Tarso Genro se reuniu com entidades carnavalescas e lhes garantiu que com o custo da montagem de dois carnavais se faria a Pista. O problema era que não havia local definido. No dia seguinte, uma comissão formada por representantes das secretarias de Cultura e de Obras e Viação, além de entidades da “cultura popular” visitou a Câmara para “sensibilizar os parlamentares sobre a importância da aprovação do projeto, que foi rejeitado no ano passado”⁷³. O grupo formado por representantes das entidades carnavalescas, tradicionalistas e do movimento negro foi à reunião com o prefeito Tarso Genro para solicitar a retomada do projeto.

Nesta seção, procurei abordar as discussões em torno da possibilidade de construção da Pista de Eventos/Sambódromo no Parque da Harmonia, através de projeto do prefeito Tarso Genro. Busquei evidenciar quais argumentos foram levantados a favor e especialmente contra a construção e qual *ideia de Carnaval* estava implícita nessas justificativas. O projeto foi analisado por uma Comissão Especial na Câmara de Vereadores, que ouviu diversos atores sociais envolvidos na pauta: órgãos federais localizados na área próxima ao Parque da Harmonia, carnavalescos, ambientalistas e representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Esse primeiro projeto foi rejeitado na Comissão e pelo plenário da Câmara, deixando a questão de um espaço para os desfiles de Carnaval em suspenso. Na próxima parte do capítulo, veremos as discussões em torno do segundo local aventado para realização da obra da Pista de Eventos. Assim como esta, a próxima seção é aberta por duas notícias que informam a rejeição ao local discutido, ou seja, inicia pelo fim daquela etapa do processo.

⁷² Correio do Povo, 12 de fevereiro de 1995.

⁷³ Correio do Povo, 15 de fevereiro de 1995.

3.2. “As batucadas irão acabar com o nosso sossego” – disputas no bairro Menino Deus

Correio do Povo, 15 de janeiro de 1998.

Sambódromo tem o início suspenso – projeto fere a legislação em diversos aspectos e tem vícios na tramitação. A prefeitura vai recorrer.

A polêmica sobre a Pista de Eventos chegou no Judiciário. O Ministério Público (MP) obteve, na terça-feira, uma liminar que suspende o processo de tomada de preços para a construção e o eventual início das obras. A decisão provisória foi tomada pelo juiz Luis Augusto Coelho Braga, da 2ª Vara da Fazenda Pública, no mesmo dia em que foi ajuizada a ação civil pública com pedido de liminar.

A coordenadora das Promotorias de Defesa Comunitária, Silvia Capelli, alega que o projeto fere a legislação em pontos como poluição por desmatamento, saturação do trânsito e poluição sonora, além de vícios na tramitação. “O Município deveria encaminhar um projeto de lei destinando a área à pista, mas optou por construir sem passar pelo crivo da Câmara.” Para o magistrado, o Parque Marinha do Brasil terá a área de lazer muito reduzida e o impacto ambiental será irreversível. “A população que está próxima da área sofrerá danos irreparáveis à sua saúde”, afirma.

O procurador-geral do Município, Rogério Favreto, diz que em até 10 dias ingressará com um agravo de instrumento para tentar cassar a liminar. “Foram adotadas todas as providências jurídicas e urbanísticas necessárias”.

Correio do Povo, 25 de junho de 1998.

Pista de Eventos ainda barrada – 1ª Câmara Cível do TJE negou recurso por unanimidade

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça negou ontem, por unanimidade, o recurso da prefeitura contra a liminar do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Luis Augusto Braga, que determinou a suspensão de qualquer tomada de preços para o início de obras do projeto da Pista de Eventos. A liminar foi concedida em decorrência de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual. A decisão, entretanto, tem caráter provisório, pois o processo principal continua tramitando no Foro Central, onde foi pedida perícia judicial, o que caracteriza que a matéria ainda está em fase de instrução.

Mesmo que a decisão dos desembargadores não signifique a suspensão do projeto da Pista de Eventos na área entre o Estádio Beira-Rio e o Parque Marinha, os moradores do bairro Menino Deus consideram a resposta negativa uma vitória. ‘Percebemos que há um entendimento dominante de que aquele não é o melhor lugar para um sambódromo’, disse o advogado da Associação dos Moradores, Marcelo Frantz.

O desembargador Celeste Rovani disse que a legislação municipal prevê aquela área como integrante do parque. Construções das dimensões de uma Pista de Eventos não estão entre as permitidas no local.

As duas notícias apresentadas acima se referem ao final do processo de discussão sobre a construção da Pista de Eventos no bairro Menino Deus. O projeto que será melhor explicado ao longo desta seção tinha como local de instalação da Pista uma área contígua ao Parque Marinha do Brasil, o que gerou manifestações contrárias novamente relacionadas ao meio ambiente e dessa vez, uma mobilização significativa de moradores do bairro Menino Deus que eram contrários à construção. O título desta seção, inclusive, é a fala de um morador do bairro ao jornal Correio do Povo em 21 de setembro de 1997.

A primeira notícia exposta acima, do final de janeiro de 1998, aborda a decisão por liminar da Justiça impedindo o início das obras porque o projeto feria a legislação ambiental e não havia passado pela Câmara de Vereadores. No verão daquele ano, o novo projeto elaborado pela prefeitura foi concluído e a tomada de preços de empresas executoras havia sido iniciada. Com a liminar, o andamento do processo foi suspenso. A prefeitura entrou com um recurso para tentar retirar a liminar e seguir a concretização do projeto, mas em junho o pedido foi negado. A segunda notícia trata dessa etapa, em que a negativa foi considerada uma vitória pelo movimento dos moradores do bairro Menino Deus.

Nesta seção, veremos qual foi a nova proposta, como se desencadeou, e quais foram as limitações por que passou. Após a proposta da Pista de Eventos no Parque da Harmonia ser rejeitada na Câmara, novas tentativas foram feitas para implantar o equipamento cultural em Porto Alegre. Um novo projeto apresentado pelo Executivo a partir de 1995 tentou, primeiro, adequar a proposta anterior novamente para o Parque da Harmonia. Não havendo boa recepção, a segunda opção nesse projeto foi a de implantação da Pista de Eventos na região do Parque Marinha do Brasil, no bairro Menino Deus, discussão que se estendeu por vários anos por conta de inúmeros obstáculos como a questão ambiental e a pressão dos moradores do bairro.

Ao longo dos primeiros meses de 1995, as notícias tanto do Correio do Povo quanto de Zero Hora abordavam os preparativos para a festa carnavalesca que, como no ano anterior, ocorreria na Avenida Augusto de Carvalho com montagem de estruturas provisórias. As notícias abordavam a realização de muambas comunitárias nos bairros, bailes nos clubes, campanha de prevenção à AIDS, o “troca-troca” dos destaques entre as escolas. Paralelamente, também tinham importância as notícias sobre a política nacional e estadual, com as primeiras medidas dos novos governos que assumiram naquele ano.

Em 15 de fevereiro, o Correio do Povo noticiou o envio de novo projeto por Tarso Genro à Câmara. Uma comissão formada por representantes das secretarias de Cultura e de

Obras e Viação foi ao parlamento municipal para “sensibilizar os vereadores” para aprovação do novo projeto. “Não pretendemos afrontar o legislativo e sim apresentar as reivindicações da sociedade”, salientou o secretário municipal da Cultura, Luiz Pilla Vares.”⁷⁴. No dia anterior, um grupo de representantes de entidades carnavalescas, tradicionalistas e do movimento negro⁷⁵ havia se reunido com o prefeito para solicitar a retomada do projeto. Zero Hora também abordou o encontro na Câmara, ressaltando o argumento do prefeito e do secretário de que o investimento geraria, a longo prazo, uma economia relevante aos cofres públicos, já que anualmente se gastava muito para a montagem temporária das arquibancadas. José Barrionuevo, que assinava a coluna de política do jornal, a Página 10, escreveu que Tarso havia defendido “com unhas e dentes” o novo projeto, que na sua leitura dificilmente seria aprovado se continuasse com localização no Parque da Harmonia.

3.2.1. O novo projeto da Prefeitura de Porto Alegre para uma Pista de Eventos

O Carnaval de 1995 aconteceu no final de fevereiro e a noite de terça-feira, a mais nobre do feriado por ter os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial, foi marcada por uma chuva muito intensa. A escola vencedora daquele ano foi a Imperadores do Samba, com um tema enredo sobre Monteiro Lobato.

Paulo Sant’Anna, um dos colunistas de jornal mais lidos da época, se posicionava diariamente sobre diversos assuntos do estado e de Porto Alegre em sua coluna em Zero Hora, que começara no final dos anos 1980. Muito ligado ao Grêmio, chegou ao jornal por ser torcedor, escrevia na seção de esportes e depois passou a ter uma coluna geral, que encerrava o jornal. Tinha relação pessoal com o carnaval e se colocou ao lado dos carnavalescos quando a discussão sobre a Pista de Eventos/Sambódromo estava acontecendo. Mais de uma vez Sant’Anna se posicionou sobre a discussão que mobilizou a cidade em alguns momentos dos anos 1990 e 2000. Por ter um largo alcance, considero importante trazer esses posicionamentos de Sant’Anna para o trabalho.

Em 04 de março de 1995, alguns dias após o carnaval, o colunista abordou o tema do Sambódromo. Segundo Paulo Sant’Anna, a chuva torrencial na noite de desfiles tornara mais visível a importância de se realizar o projeto da Pista de Eventos e que esse fosse planejado com arquibancadas cobertas. E acrescentou:

⁷⁴ Correio do Povo, 15 de fevereiro de 1995.

⁷⁵ A notícia não informa quais movimentos especificamente estavam na reunião.

A Câmara Municipal, desta segunda vez, tem que aprovar a pista de eventos. É uma unanimidade entre o povo carnavalesco a sua construção. Por que se há de sempre dificultar os melhores anseios e os sonhos mais deliciosos do povo?

Se há um governo municipal finalmente disposto a construir o sambódromo, que servirá também a todos os desfiles cívicos e militares e outros fins, qual o sentido de negar-se à cidade esta benesse?⁷⁶

Assim, o colunista desempenhava um importante papel entre as vozes favoráveis à Pista de Eventos/Sambódromo, endossando os argumentos dos carnavalescos e daqueles que estavam reivindicando a construção de um local apropriado para os desfiles em Porto Alegre.

Em março, o vereador João Dib (PPR) tentou aprovar na Câmara de Vereadores um projeto de lei para proibir construções em parques e praças de Porto Alegre, destacando que “o mundo começou a se dar conta de que o meio ambiente tem que ser preservado e que árvores não podem dar lugar a construções.”⁷⁷ O projeto refletia o que vinha sendo discutido na Câmara e na prefeitura: a possibilidade de construir a obra no Parque Harmonia, mesmo que já tivesse sido rejeitada no ano anterior, ou, em segunda hipótese, nos arredores do Parque Marinha do Brasil. Ambas as opções se localizavam em áreas verdes e o projeto de Dib parecia se dirigir diretamente a essa discussão da Pista de Eventos/Sambódromo, enquanto não havia definição quanto ao local da obra.

Em 06 de março, Zero Hora anunciou: “Estacionamento pode virar sambódromo”. Foi o primeiro sinal que encontrei, na imprensa, de uma proposta que não fosse a do Parque da Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho). Segundo a notícia, o prefeito enviaria em breve o novo projeto à Câmara de Vereadores. Dessa vez, para evitar a rejeição que já havia ocorrido, colocava duas opções. A primeira ainda no Parque da Harmonia, adequando o que havia sido rejeitado pela Câmara no ano anterior, e a segunda seria construir o mesmo projeto de Parque de Eventos e Cultura numa área de estacionamento entre as avenidas Padre Cacique e Beira-Rio, no bairro Menino Deus. Na notícia, o prefeito se manifestou dizendo que as pessoas precisariam ter uma visão mais ampla sobre o tema: “Não podemos pensar em ser a capital do Mercosul se não temos um local permanente para as atividades culturais”⁷⁸. Como já demonstrado anteriormente, havia esse interesse, num momento de crescimento da organização do Mercosul, de que Porto Alegre poderia ser a capital do órgão de integração regional por se localizar próxima a diversas fronteiras do chamado Cone Sul. O Carnaval, assim como os outros desfiles e eventos que poderiam ser realizados no Parque de Eventos,

⁷⁶ Zero Hora, 04 de março de 1995.

⁷⁷ Correio do Povo, 05 de março de 1995.

⁷⁸ Zero Hora, 06 de março de 1995.

poderia ser um atrativo turístico para a cidade, na visão da gestão da prefeitura. Tarso disse ainda que a obra traria uma economia para o município, já que em dois anos o investimento seria recuperado. O dinheiro despendido anualmente na montagem e desmontagem da estrutura necessária poderia ser recuperado a longo prazo, se houvesse esse investimento na construção permanente de arquibancadas, barracões e demais estruturas necessárias para os desfiles de Carnaval.

Ainda em março, a Câmara de Vereadores abriu uma nova Comissão Especial para discutir o tema e visitar os possíveis locais levantados pelo prefeito. Os membros, dessa vez, eram os vereadores: Geraldo de Matos Filho (PMDB), João Dib (PDS), Maria do Rosário (PC do B), Luiz Negrinho (PTB), Lauro Hagemann (PPS), Pedro Ruas (PDT), Antonio Hohfeldt (PT) e João Verle (PT). Milton Zuanazzi (PDT) foi o presidente, Reginaldo Pujol (PFL) o vice e Luiz Brás (PTB) o relator.

Em 02 de junho, após o trabalho da Comissão Especial, Tarso Genro reapresentou à Câmara o Parque de Eventos e Cultura como projeto de lei para instituir “área funcional de interesse público”. Entre os argumentos do prefeito para implantar o local, estavam as reivindicações de “diferentes segmentos sociais, culturais e politicamente significativos”⁷⁹ por uma obra desse porte para a cidade. O Parque de Eventos seria um conjunto de espaços que atenderia “congressos, exposições, feiras, desfiles e múltiplas manifestações artísticas e culturais” e seria um investimento na “reconstrução da identidade de Porto Alegre”. Ou seja, um projeto com justificativas muito parecidas com as do anterior. A área proposta pelo prefeito era a mesma do projeto de 1994, de construir a Pista de Eventos no Parque da Harmonia, mas desta vez apresentava uma segunda opção de área, o estacionamento do MAPA (Movimento Assistencial de Porto Alegre), localizado próximo ao Parque Marinha do Brasil, no bairro Menino Deus.

A primeira opção, como dito acima, era a mesma rua que entrava no Parque da Harmonia, conforme imagem da seção 3.1, com modificações pequenas no final do traçado da via que serviria como pista. Após as críticas ao projeto de 1994, algumas mudanças haviam sido feitas para tentar aprovar o projeto naquele mesmo local. A segunda opção se vê nesta planta, constante no processo 1332/95 da Câmara de Vereadores.

⁷⁹ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre.

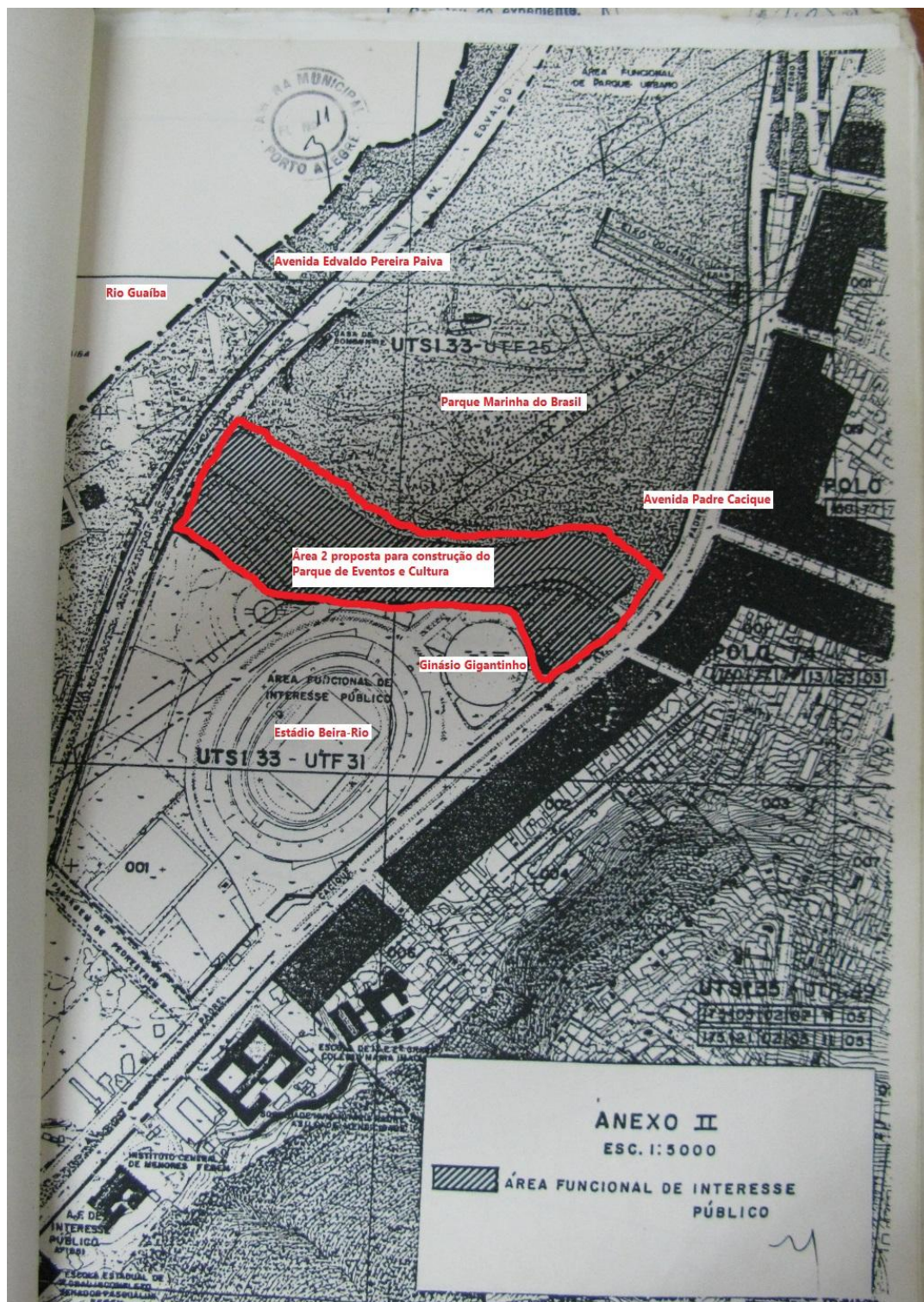


Figura 4: Anexo II do projeto de lei que implementa área funcional de interesse público em área contígua ao Parque Marinha do Brasil. Sinalizações dos locais feitas pela autora. Processo 1332/95 da Câmara de Vereadores.

Embora o projeto de lei trouxesse uma alternativa de localização para construção do Parque de Eventos, por alguns meses a Câmara trabalhou com a primeira opção, ainda no Parque Harmonia. Ao longo do processo 1332/95, fonte para este trabalho já citada na seção 3.1, é possível perceber as inúmeras idas e vindas, contestações judiciais e políticas ao

projeto. Durante o mês de junho de 1995, os vereadores trabalharam e apresentaram diversas emendas, subemendas e substitutivos à proposta de construção do Parque de Eventos no Parque da Harmonia. Antes de levar o projeto à votação, estudaram suas lacunas para propor modificações segundo entendiam ser melhor para a cidade. Abaixo apresento algumas das propostas e documentos constantes no processo 1332/95 da Câmara Municipal de Vereadores.

Entre as propostas de emenda⁸⁰, estavam a obrigação de realizar o EIA-RIMA antes de executar a obra da Pista de Eventos; a de que a localização não poderia afetar área do Centro Administrativo Federal (prevenindo o conflito que já havia existido no debate anterior); a de submeter o projeto à aprovação do Plano Diretor, da AECPARS e do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), entre outras. Como já foi demonstrado, o projeto da Pista de Eventos era uma iniciativa destinada primeiramente ao Carnaval, havendo a preocupação de que contemplasse também outras atividades ao longo do ano, como com a proposta de emenda para construção de um museu antropológico e histórico junto à Pista. O caráter plural o projeto justificava a inclusão do MTG nas discussões junto às entidades ligadas ao Carnaval e às escolas de samba, já que utilizaria o espaço nas comemorações da Guerra dos Farrapos. De qualquer forma, chama atenção a importância dada aos tradicionalistas nessa proposta de emenda de Artur Zanella (PDT) para um projeto cujas discussões giravam principalmente em torno dos desfiles de Carnaval. É de se questionar se o projeto fosse centralmente voltado ao Movimento Tradicionalista, se também haveria proposta de passar pelo aval de outras entidades, como a AECPARS.

Além das emendas, também foram propostos substitutivos⁸¹ à proposta de lei. Nesse caso, se tratavam de contrapropostas ao local sugerido pelo governo municipal. O primeiro, de Jocelin Azambuja (PTB), sugeria transformar a própria Avenida Augusto de Carvalho, onde eram realizados os desfiles de Carnaval, em Avenida de Eventos e Cultura. Segundo ele, o processo viabilizaria “um sonho de uma imensa maioria da população de Porto Alegre, de uma maneira simples e bastante econômica.”⁸² O segundo substitutivo, de Giovani Gregol (PT), sugeria outra localização para o Parque de Eventos, uma área ao sul do Estádio Beira-Rio. Por fim, o terceiro substitutivo, de autoria de Pedro Ruas (PDT), ratificava o de Jocelin Azambuja (PTB), propondo a Avenida Augusto de Carvalho como o local ideal para a construção. Conforme o vereador, estudos da Comissão Especial de 1995 apontaram que o

⁸⁰“Emenda é a proposição apresentada por Vereador ou Comissão que visa a alterar parte de projeto, devendo ter relação com a matéria da proposição.” (Cf. Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre, artigo 92).

⁸¹“Substitutivo é o projeto apresentado por Vereador ou Comissão para substituir outro já existente sobre o mesmo assunto.” (Cf. Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre, artigo 91).

⁸² Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 17.

melhor lugar seria aquele onde os desfiles já ocorriam, que na sua perspectiva era consagrado pelo seu uso há vários anos. Essa proposta previa a realização de concurso público para implantar as instalações. Todas essas propostas mostram que a pauta estava movimentando a Câmara, com o interesse de alguns vereadores buscando encontrar soluções para que o projeto acontecesse, mas não necessariamente no Parque da Harmonia.

Sabendo do projeto que tramitava na Câmara, diversas entidades se manifestaram para registrar seus posicionamentos sobre a proposta. Enquanto ainda estava indefinida a localização do projeto, em documento datado de 17 de julho de 1995, a diretoria do Hospital Mãe de Deus mostrou preocupação quanto à segunda opção apresentada por Tarso Genro, o Parque Marinha do Brasil. A direção do Hospital, localizado no bairro Menino Deus, a cerca de 1 km da área considerada segunda opção para construção da Pista de Eventos/Sambódromo, se dirigiu ao presidente da Câmara solicitando que a opção do estacionamento do MAPA não fosse escolhida, alegando que a poluição sonora prejudicaria os enfermos no hospital. Dizia o documento:

Instalado o sambódromo, sua ocupação será feita por muitos dias, muitas horas por dia, durante todo o período carnavalesco e pré-carnavalesco, além da utilização para outros eventos públicos, ao longo do ano, com consequências identicamente danosas a nossos pacientes internados⁸³.

O ruído não é permitido em áreas hospitalares e havia a preocupação de que a construção da pista poderia perturbar pacientes e funcionários do hospital, mesmo à distância. Antes mesmo de saber qual seria a decisão dos vereadores, a equipe diretiva do Mãe de Deus deixou registrada sua contrariedade à possibilidade da Pista de Eventos se localizar próxima ao Parque Marinha do Brasil.

Nessa nova discussão, o grupo de representantes de órgãos federais⁸⁴ que se manifestara em 1994 enviou novamente um documento à Câmara solicitando que a área do Centro Administrativo Federal (primeira opção do projeto) fosse definitivamente desconsiderada. No documento, reiteravam suas posições, que inclusive haviam sido acatadas pela Comissão Especial da Câmara. Para eles, a obra traria “mensuráveis e identificáveis prejuízos”, pois a grande concentração de público geraria “transtornos diversos aos serviços,

⁸³ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 93.

⁸⁴ Os representantes eram: Juiz Pedro Máximo Paim Falcão (TRF4); Ari Bueno de Almeida (Procurador Regional da União-RS); José Diogo Cyrilo da Silva (Procurador Estadual da União-RS); José Carlos Miguel (Diretor do Banco Central-RS); Deroci Giácomo Cirillo da Silva (Procurador-chefe da República – RS); Nelson Porto da Silva (Delegado de Administração do Ministério da Fazenda - RS); Armando Schram (Delegado do Patrimônio da União).

além da obstrução das áreas de acesso aos lotes do Centro Administrativo Federal.”⁸⁵. Além disso, alegavam novamente a impossibilidade da desapropriação, por parte da prefeitura, de lotes urbanos destinados e titulados pela legislação municipal à União Federal.

Percebemos aqui uma quantidade relevante de entidades que procuraram participar do processo de decisão – ou de impedimento? – sobre um local para os desfiles de Carnaval de Porto Alegre. No final de junho de 1995, enquanto o projeto ainda tramitava na Câmara de Vereadores, as organizações Associação dos Usuários do Parque Mauricio Sirotsky Sobrinho, Coalizão Internacional da Vida Silvestre, Pangea Entidade Ambientalista e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos solicitaram ao vereador Airto Ferronato (PMDB), presidente da Câmara, a observância da legislação ambiental da Lei Orgânica do município de Porto Alegre, artigo 236, que determinava a ampla divulgação, com 90 dias de antecedência, de votação de “projetos que impliquem em Impacto Ambiental negativo”⁸⁶ à cidade.

Internamente na Câmara, essa manifestação fez com que vereadores como João Verle (PT) e Pedro Ruas (PDT) sugerissem que o projeto do prefeito voltasse ao exame das comissões, especialmente a Comissão de Constituição e Justiça, para que fosse analisado à luz do argumento da obediência ao artigo 236 da Lei Orgânica Municipal, levantado pelas entidades ambientalistas. Por outro lado, Henrique Fontana (PT), vereador favorável ao projeto, solicitava a inclusão da votação na ordem do dia do Legislativo municipal, buscando acelerar o processo. A princípio, o pedido foi aceito pelo presidente da Câmara Airto Ferronato (PMDB). Percebemos que as discussões relativas ao projeto do prefeito não estavam divididas em “base” e “oposição” entre os vereadores, como seria de se supor. Embora Tarso Genro fosse do Partido dos Trabalhadores, nem todos os vereadores correligionários se posicionaram favoravelmente a ele: houve críticas tanto ao conteúdo quanto à forma com que foi encaminhado, como se pode perceber acima com as propostas de emendas e substitutivos. E também na oposição não eram todos os vereadores que se posicionavam contrários ao projeto. É possível inferir que a política municipal, pelo menos no que tange à discussão sobre a Pista de Eventos, era mais complexa do que uma simples divisão entre governo e oposição. A partir da leitura dos documentos, sustento a ideia de que os vereadores como um todo estiveram mais atentos às discussões pertinentes ao tema específico do que a sua filiação partidária.

⁸⁵ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 95.

⁸⁶ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 29.

A votação do projeto estava já na ordem do dia para ocorrer no início de agosto de 1995, mas o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) entrou na Justiça Federal⁸⁷ com um pedido de suspensão da votação do projeto, que estava na ordem do dia para entrar em votação no dia 11 de agosto. Levavam em conta os possíveis impactos ambientais da construção alegando o direito ao meio ambiente como um direito humano, além de argumentar que o projeto já havia sido rejeitado pelo plenário da Câmara no ano anterior e fora negado também pela Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental). O movimento dizia ainda que a atitude do presidente da Câmara de colocar a votação do projeto na ordem do dia violava a Constituição e a Lei Orgânica Municipal (LOM). Conforme o artigo 236 da Lei Orgânica Municipal era necessário que se divulgasse amplamente a votação do projeto nos 90 dias antecedentes à mesma, o que não havia sido feito. Esse artigo já havia sido mencionado em junho, na correspondência enviada pelas entidades ambientalistas. O MJDH requeria uma liminar que suspendesse a votação até o julgamento definitivo desse processo e solicitava que o presidente da Câmara cumprisse os 90 dias e desse ampla publicidade à votação. Em 10 de agosto a juíza Taís Cherutti concedeu a liminar⁸⁸, considerando ilegal a inclusão da matéria na pauta para votação, entendendo que tinha havido inobservância no artigo 236 da Lei Orgânica Municipal.

Enquanto isso, na Câmara de Vereadores, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisou o projeto observando a conformidade com o artigo supracitado da Lei Orgânica. Concluiu que “só o estudo prévio [EIA-RIMA] poderá decidir pela ocorrência ou não de impacto negativo ao meio ambiente”⁸⁹ e que o “o caminho a ser seguido está escrito na própria lei”⁹⁰. Ou seja, os vereadores da CCJ concluíram que deveria ser respeitado o prazo de 90 dias de antecedência e realizado o EIA-RIMA previamente para que o projeto se concretizasse. Assim, no final de setembro foi aprovado que se aguardasse a decisão final da Justiça para levar o projeto à votação.

Em 25 de setembro Taís Cherutti ratificou a liminar de agosto, suspendendo a votação do projeto “até que se observem as determinações legais e constitucionais pertinentes, procedendo-se ao estudo do impacto ambiental, relativamente à construção da obra em área do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, conforme prevista no projeto, e divulgando-o, assim como o correspondente projeto de lei, à coletividade, com antecedência de noventa dias da

⁸⁷ A instância que julgou foi a Justiça Federal, pois o projeto afetaria a área de órgãos federais, terrenos da União.

⁸⁸ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.53.

⁸⁹ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.76.

⁹⁰ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 77.

data prevista para a votação.”⁹¹ Suspensa a possibilidade de realizar a obra do Parque de Eventos e Cultura no Parque da Harmonia, entrava em cena a segunda opção de localização: o Parque Marinha do Brasil.

3.2.2 “Augusto de Carvalho é desmontada pela última vez: em 98, uma nova pista”⁹² – expectativa pela obra no Parque Marinha do Brasil

Em 18 de fevereiro de 1997, após a realização dos desfiles de Carnaval, o Correio do Povo noticiou a desmontagem da estrutura de arquibancadas da Avenida Augusto de Carvalho com expectativa de que no ano seguinte já haveria uma nova Pista de Eventos na cidade. Dizer que a estrutura seria “desmontada pela última vez” representava as sucessivas vezes que a expectativa fora criada e posteriormente frustrada na intenção de colocar um fim na busca por um lugar definitivo para o Carnaval de Porto Alegre. O novo local em questão para a construção era uma área entre o Parque Marinha do Brasil e o Ginásio Gigantinho, a mesma assinalada na figura 4 deste capítulo. Na notícia, a Secretária de Cultura Margarete Moraes garantia a realização da obra, pontuando que já se tinha inclusive um estudo técnico da Secretaria de Planejamento e um esboço de projeto para a Pista de Eventos. Além disso, o recurso de R\$1 milhão já havia sido aprovado no Orçamento Participativo⁹³. Mas ao longo do ano de 1997 a disputa se acirrou e novamente não foi possível concretizar a Pista de Eventos para o carnaval seguinte. Entenderemos nesta seção como as disputas em torno da área no bairro Menino Deus entre 1997 e 1998 se apresentaram nos jornais analisados, o Correio do Povo e a Zero Hora. Ou seja, como essas publicações abordaram a discussão, quais elementos foram valorizados e quais não apareceram nas coberturas jornalísticas.

Após a rejeição da área do Parque da Harmonia em 1995, no ano de 1996 houve poucos esforços dentro da Câmara de Vereadores para retomar os debates a respeito de um novo local para a Pista de Eventos. A situação não avançou, provavelmente por ser ano eleitoral de renovação de mandatos no âmbito municipal, de prefeito e vereadores. No Poder Executivo, o candidato Raul Pont, do PT, venceu no primeiro turno com 53,71% contra 22% do segundo lugar, a candidata Yeda Crusius, do PSDB. Além do novo prefeito, novos vereadores foram eleitos. A composição da Câmara subiu de 33 para 36 parlamentares, sendo

⁹¹ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 90.

⁹² Correio do Povo, 18 de fevereiro de 1997.

⁹³ Idem.

15 deles reeleitos para o mandato 1997-2000⁹⁴. Muitos dos já envolvidos com a pauta da Pista de Eventos voltarão a aparecer nas próximas páginas. Ainda é interessante mencionar que segundo a editoria de política do Correio do Povo, 70% dos moradores do Menino Deus votaram em Raul Pont para prefeito. Essa informação será importante no desenrolar das discussões que apresento a seguir.

Após assumir a prefeitura, em 1997, Raul Pont retomou o debate em torno da Pista de Eventos. Havia um indicativo de projeto na mesma área considerada segunda opção no projeto de Tarso Genro, contígua ao Parque Marinha do Brasil, onde se localizava o estacionamento do MAPA (Movimento Assistencial de Porto Alegre). Ainda em janeiro, o vice-prefeito José Fortunati garantiu ao Correio do Povo que o Parque da Harmonia estava descartado como local para a Pista de Eventos e que as chances agora eram “um estacionamento do antigo Mapa, ao lado do Gigantinho, e também a área adjacente ao Beira-Rio, que vai até a rótula, na direção do Estaleiro Só.”⁹⁵. A notícia informava ainda que a Pista de Eventos teria estrutura para “desfiles, shows, exposições e atividades”⁹⁶. Ou seja, a ideia de um lugar que reunisse eventos para além do Carnaval estava mantida.

Em fevereiro de 1997, os desfiles de Carnaval ocorreram novamente na Avenida Augusto de Carvalho com estruturas temporárias. A cobertura jornalística deu destaque à “garra” de algumas escolas frente a dificuldades financeiras e à chuva que marcou os desfiles do Grupo 1A e do Grupo Especial, nas noites de segunda e terça-feira de Carnaval. Imperadores do Samba, Bambas da Orgia e Estado Maior da Restinga eram as escolas que despontavam no Grupo Especial e, segundo as matérias, se distanciavam das demais na qualidade dos desfiles e dos enredos. Naquele ano, o título de campeã ficou com a Imperadores do Samba, que levou para a avenida o tema “Imperadores no século XXI”. A diferença de quatro pontos para o segundo lugar, a escola Bambas da Orgia, gerou reclamações dos Bambas, acusando problemas nos critérios de votação dos jurados.⁹⁷ Embora tenha noticiado o conflito, o Correio do Povo não deu seguimento ao desenrolar do caso.

Ao final do Carnaval a Secretária de Cultura, Margarete Moraes, afirmou que os desfiles de Porto Alegre já era grande demais para a pista da Avenida Augusto de Carvalho. “É um local acanhado e precário, que não oferece condições para uma boa apresentação e

⁹⁴ Essas informações, assim como as de qualquer processo eleitoral do período democrático, podem ser encontradas na página do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RS. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Acesso em 10/05/2019.

⁹⁵ Correio do Povo, 18 de janeiro de 1997.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Correio do Povo, 14 de fevereiro de 1997.

nem para quem pretende ser detentora do Carnaval do Mercosul. Este ano houve um grande desnível entre o espetáculo e o local de realização”⁹⁸, afirmou ao Correio do Povo em 18 de fevereiro – na mesma notícia que abre esta seção – e também garantiu que em 1998 o Carnaval já seria realizado em novo local. No dia seguinte o prefeito Raul Pont anunciou o projeto da nova Pista, o que causou mal estar entre os vereadores, que solicitavam que o projeto passasse pela Câmara. Do outro lado, o prefeito argumentou que não havia necessidade legal da consulta porque a área já era da prefeitura e não necessitaria de alteração no regime urbanístico.⁹⁹ Infelizmente na pesquisa de arquivo não encontrei documentos oficiais que mencionassem esse projeto. Como a discussão nessa etapa ficou mais restrita ao âmbito do Executivo, as fontes da Câmara Municipal não foram suficientes. No Arquivo Municipal Moyses Vellinho, que é onde se encontram os fundos municipais relativos ao Executivo, não encontrei documentação específica da tramitação interna do projeto de Pista de Eventos da gestão Raul Pont. Assim, as informações desta etapa dizem respeito principalmente ao que foi encontrado nos jornais, principalmente no Correio do Povo, que noticiava com mais assiduidade os acontecimentos locais, enquanto Zero Hora fazia reportagens mais extensas, mas menos frequentes.

Ao longo do primeiro semestre de 1997 o Executivo municipal levou adiante o projeto de Pista de Eventos na área próxima ao Parque Marinha do Brasil. A Secretaria de Planejamento da prefeitura realizou estudos e também o EIA-RIMA, feito pela empresa MRS Estudos Ambientais e entregue pela SMAM no final de agosto daquele ano. Consultada pela reportagem do Correio do Povo sobre o que pensava da proposta, conforme notícia do dia 11 de agosto, a presidente da Associação de Moradores do Bairro Menino Deus (Assamed), Alzira Ban, disse que primeiro queria ter conhecimento do projeto e depois submeter a ideia aos moradores do bairro, mas acreditava que o barulho do local não seria maior do que em dias de jogo (do Internacional, cujo estádio Beira-Rio fica na mesma região)¹⁰⁰. Ou seja, num primeiro momento, não se posicionou contrariamente ao projeto. Mas a partir do conhecimento do estudo da MRS, que autorizava a realização da obra na área, começaram as manifestações por parte dos moradores do bairro Menino Deus.

Os meses de setembro e outubro de 1997 foram marcados por manifestações daquela comunidade. A Assamed, bastante atuante, liderou e organizou diversas atividades contrárias ao projeto de Pista de Eventos. Realizaram um abaixo-assinado, organizaram assembleias e

⁹⁸ Correio do Povo, 18 de fevereiro de 1997.

⁹⁹ Correio do Povo, 18 de fevereiro de 1997.

¹⁰⁰ Correio do Povo, 11 de agosto de 1997.

fizeram manifestações de rua. Os jornais Correio do Povo e Zero Hora acompanharam os acontecimentos e, aos poucos, o tema ganhou destaque no debate público da cidade de Porto Alegre. Além das notícias de jornal, também há registros de realização de debates na RBS TV, como no programa Conversas Cruzadas, e na Rádio Gaúcha, como no programa Polêmica.

Após a divulgação do projeto, o Ministério Público (MP) abriu um inquérito civil para avaliar o dano ambiental da construção no Parque Marinha do Brasil¹⁰¹. Silvia Cappelli, promotora e coordenadora das Promotorias de Defesa Comunitária do MP, afirmou ao Correio do Povo que havia reclamações de moradores e de pessoas ligadas ao Asilo Padre Cacique¹⁰² em relação à poluição sonora, e por isso o MP havia solicitado uma cópia do EIA-RIMA para análise, acompanhando os prazos de licenciamento. Após a análise pela Secretaria de Meio Ambiente, seria aberto um prazo de 45 dias para acesso ao EIA por demais interessados, o que veio a acontecer no dia 02 de outubro.

Antes disso, ao longo do mês de setembro começaram as mobilizações dos moradores do bairro Menino Deus contrários à pista. A Assamed, associação de moradores, presidida por Alzira Ban, foi a entidade que exerceu uma liderança nesses movimentos. No feriado do dia 20 de setembro, ocorreu uma caminhada pelo bairro, com distribuição de panfletos e “apitação” realizado nos semáforos da região. “Não somos contrários ao Carnaval, mas as batucadas irão acabar com o nosso sossego”, disse o morador Wladir Ferri ao Correio do Povo. E seguiu: “já tem evento que chega. O som das escolas de samba vai prejudicar os pacientes do Hospital Mãe de Deus e os internos do Asilo Padre Cacique. As autoridades municipais têm que encontrar uma outra alternativa para o Sambódromo”¹⁰³. Quando a área próxima ao Parque Marinha do Brasil ainda era uma segunda opção no projeto de Tarso Genro, a direção do Hospital Mãe de Deus já havia registrado sua contrariedade à localização. No momento que o espaço se tornou a opção oficial da prefeitura no projeto da gestão de Raul Pont, o argumento do barulho excessivo passou a ser utilizado por moradores do Menino Deus e demais pessoas que se opunham à Pista de Eventos, ressaltando especialmente a existência dessas duas instituições (o Hospital e o Asilo) que requeriam um entorno silencioso.

¹⁰¹ Correio do Povo, 14 de setembro de 1997.

¹⁰² O Asilo Padre Cacique fica na Avenida Padre Cacique, praticamente em frente ao local aventado para a construção da Pista de Eventos naquele momento.

¹⁰³ Correio do Povo, 21 de setembro de 1997.

Nos jornais pesquisados, a discussão sobre a Pista de Eventos apareceu, além dos espaços de notícias, também nas colunas de opinião. A editoria política Panorama Político, do Correio do Povo, assinada por Armando Burd, feita com pequenas notas, destacou em 24 de setembro de 1997 o “confronto” entre prefeitura e moradores do bairro Menino Deus “que têm dado a maioria de votos ao PT nas três últimas eleições. Perigo.” A nota é pequena, mas dá a entender que seria ruim para o governo entrar em conflito com seus eleitores. Como já mencionado acima, os moradores do Menino Deus haviam votado majoritariamente em Raul Pont para a prefeitura. Agora, com a possibilidade de construção da Pista em seu bairro, se colocavam contra. O colunista era o responsável pela seção de política do Correio do Povo, sendo um dos primeiros jornalistas especializados nesse segmento no Rio Grande do Sul. Embora em entrevista (BURD apud MEDEIROS, 2015, p.88) afirme a importância da imparcialidade no jornalismo, Burd pode ser considerado um homem de posições políticas conservadoras, refletindo o posicionamento geral do veículo do qual fazia parte.

Além de Armando Burd, Flávio Alcaraz Gomes foi outro colunista do Correio do Povo que deu destaque à pauta. Alcaraz Gomes foi um importante comunicador, responsável por consolidar o segmento jornalístico na rádio Guaíba na segunda metade do século XX (FERRARETTO, 2015). A Guaíba é um veículo pertencente ao mesmo grupo do jornal Correio do Povo, naquele momento o Sistema Guaíba-Correio do Povo. O jornalista fora correspondente internacional da rádio e diretor comercial, responsável por inovações nos formatos da Guaíba. Além do trabalho na rádio, possuía uma coluna diária de opinião no Correio do Povo e assim como Burd, se localizava à direita no espectro político. Ao longo do processo de debates sobre a Pista de Eventos no Menino Deus, publicou em sua coluna cartas e manifestações de leitores contrários ao projeto, que classificou como uma “insensatez”¹⁰⁴ por parte da prefeitura. Dia 17 de setembro registrou em seu espaço no jornal o apoio ao protesto da Associação de Moradores do Menino Deus, dizendo que o bairro já estava “saturado de eventos esportivos, religiosos, culturais e políticos”¹⁰⁵. O sambódromo, como se referia à obra, traria “mais trânsito, mais violência e mais barulho” numa região que demandava silêncio por conta do Hospital Mãe de Deus, Asilo Padre Cacique e casas geriátricas. Divulgou, ainda, a próxima reunião da Assamed: “Os moradores estão se organizando, sem qualquer conotação política, com determinação firme e irremovível: construir um sambódromo no local pretendido pelos burocratas da prefeitura é insensatez que

¹⁰⁴ Correio do Povo, 17 de setembro de 1997.

¹⁰⁵ Idem.

não devemos permitir.”¹⁰⁶. Aqui é interessante notar que o colunista não considerava que a Assamed possuía conotação política, provavelmente por entender que política dizia respeito apenas àquela realizada pelos partidos. Mas só o fato de existir uma organização de moradores já era, em si, um ato político.

Flávio Alcaraz Gomes foi um forte aliado dos moradores do bairro ao longo das discussões, repercutindo reuniões a serem realizadas, manifestações e reproduzindo mensagens de leitores. Dia 20 de setembro publicou que recebera o abaixo-assinado realizado pela Assamed e o relato de uma leitora solicitando sua aliança. A moradora da rua Otávio Dutra, no bairro Santa Teresa, reclamava da “anarquia e desrespeito às nossas propriedades”¹⁰⁷ em dias de atividades no estádio Beira-Rio e do excesso de som dos ensaios das escolas de samba¹⁰⁸. Ela alegava que a construção da Pista de Eventos prejudicaria o trânsito, traria degradação ambiental do Parque Marinha do Brasil e aumentaria os níveis de poluição sonora, “que já atualmente superam os limites aceitos pela Organização Mundial da Saúde”¹⁰⁹. Ao final, o colunista indagava: “burocratas carnavalescos da prefeitura, quais suas razões contra tais judiciosos argumentos?”¹¹⁰, demonstrando seu apoio às justificativas apresentadas pela leitora.

Em 25 de setembro, Flávio Alcaraz Gomes novamente deu espaço ao leitor. Reproduziu mensagem de Augusto Chagas, morador do Menino Deus, que dizia passar as noites em claro com “a batucada dos Imperadores do Samba”¹¹¹. Para o leitor “a prefeitura deveria é criar para o bairro bibliotecas - ou será que fica com medo que o povo comece a ter alguma cultura?”. Nessa passagem, o leitor dava a entender que não considerava o Carnaval como um exemplo de “cultura”, além possivelmente de se colocar à parte do que considerava “o povo”.

É possível perceber, através desses exemplos, uma *ideia de Carnaval* e dos carnavalescos parecida com aquela apresentada ainda em 1994 quando das discussões sobre a Pista de Eventos no Parque da Harmonia: a de que os desfiles trariam confusão ao bairro, problemas de trânsito e degradações às construções locais. Tanto nas palavras do colunista quanto nas dos leitores por ele publicados, o Carnaval não é colocado como uma manifestação

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Correio do Povo, 20 de setembro de 1997.

¹⁰⁸ As quadras das escolas de samba Imperadores do Samba e Academia de Samba Praiana localizam-se na Avenida Padre Cacique, no Menino Deus.

¹⁰⁹ Correio do Povo, 20 de setembro de 1997.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Correio do Povo, 25 de setembro de 1997.

cultural que mereceria estar naquele espaço privilegiado da cidade. Há um contraponto evidente entre “nós” (moradores do bairro) e “eles” (carnavalescos), mediados por uma prefeitura “burocrática” que estaria supostamente impondo a obra naquele local.

No final do mês de setembro, o prefeito Raul Pont assinou um documento com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) em que a fundação transferia ao município a competência de licenciar a instalação da Pista de Eventos ao lado do Gigantinho, prerrogativa que antes era do Estado¹¹². Na mesma notícia que trazia essa informação, a secretária Margarete Moraes lamentava o conflito estabelecido com os moradores do bairro. Para ela, o equipamento iria valorizar a cidade e era necessário debater a questão com “mais racionalidade e menos ódio”¹¹³. Newton Burmeister, secretário do Planejamento, já trabalhava nessa pauta desde o primeiro projeto de Tarso Genro e já havia ressaltado a vontade da prefeitura de que construir a Pista. O secretário reforçou a importância da acessibilidade e da centralidade da localização: “em um local isolado, seria um elefante branco”. Uma espécie de profecia sobre o que viria a acontecer alguns anos depois no Porto Seco.

Além da associação de moradores, as notícias também informavam que havia militantes do PT do Menino Deus contrários à obra pressionando a prefeitura. Em 8 de outubro¹¹⁴ o diretório do PT se reuniu e não chegou a definir uma posição sobre a pauta. Segundo o Correio do Povo, Guilherme Barbosa, vereador e presidente da executiva municipal, aconselhou que o Executivo decidisse sobre a pauta sem autorização da Câmara, ato permitido pela Lei Orgânica Municipal. Embora a notícia não traga maiores informações sobre o desenrolar dessa discussão interna do partido, é relevante para mostrar que ela existia.

Também em outubro a Assamed encaminhou ao MP uma representação contra a obra, acompanhada do abaixo-assinado realizado na região, que contava com mais de 6 mil assinaturas¹¹⁵. A associação entregou ainda um mapa e um documento alegando que a obra seria ilegal, pois contrariava a lei municipal 268/92, que admitia apenas construções de “canchas cobertas, ginásios e estacionamentos descobertos”¹¹⁶ em parques e praças. A promotora Silvia Capelli ressaltou para o Correio do Povo que já havia um inquérito em andamento, e que agora os moradores teriam duas oportunidades para participar do processo,

¹¹² Correio do Povo, 30 de setembro de 1997.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Correio do Povo, 08 de outubro de 1997.

¹¹⁵ Correio do Povo, 07 de outubro de 1997.

¹¹⁶ Zero Hora, 07 de outubro de 1997.

incluindo formalizar o pedido de audiência pública. Assim, em 16 de outubro foi realizada uma audiência dos moradores com o prefeito em que receberiam formalmente o EIA RIMA.

Em 18 de novembro foi realizada uma manifestação de cerca de 50 idosos do Residencial Menino Deus, na Praia de Belas, que protestaram contra a construção da Pista, com camisetas pintadas com frases “Sambódromo Não” e cartazes. Reclamaram do barulho, do trânsito e da concentração de pessoas que o novo espaço traria. A atriz Carmen Silva esteve presente e afirmou: “sambódromo é coisa para o Rio de Janeiro, que é uma cidade turística e vive disso”¹¹⁷. Novamente, a ideia de que o Carnaval não era algo próprio da cidade de Porto Alegre.

A discussão sobre a implantação da Pista de Eventos foi ampla e não foram apenas as pessoas contrárias que se manifestaram publicamente. Houve também aquelas que se posicionaram a favor da Pista, entre carnavalescos e apoiadores em geral. No dia 26 de setembro de 1997, foi realizada uma grande manifestação na Esquina Democrática em prol da execução do projeto elaborado pela prefeitura. Diversos integrantes de escolas de samba e tribos carnavalescas, inclusive rivais, se reuniram em “manifestação embalada por muito samba e discursos inflamados em favor da construção do empreendimento por parte da Secretaria da Cultura”¹¹⁸. O Correio do Povo destacou a fala dos presidentes de Imperadores do Samba e Bambas da Orgia, escolas rivais e que no último carnaval haviam protagonizado um desentendimento após o resultado final. Os dois presidentes reforçaram que o equipamento traria benefícios para toda a cidade e que as alegações de aumento da violência na região, para eles, não condiziam com a realidade: “durante o Carnaval, a BM não registrou esse crescimento”, disse Odilon Vieira, dos Bambas. Ou seja, as pessoas ligadas ao Carnaval se viam na necessidade de justificar a legitimidade de sua manifestação artística e cultural utilizando inclusive argumentos que recorriam a dados da Brigada Militar para dizer que não havia a violência que os opositores afirmavam durante os desfiles. Assim, a comunidade carnavalesca lutava não apenas pela construção do espaço mas também para desfazer o estigma ao qual estava submetida, de que os desfiles – e o Carnaval, como um todo – trariam problemas à segurança pública.

O leitor de Zero Hora Wanderlei Fernandes dos Santos, advogado, se manifestou no dia 06 de outubro a respeito das discussões travadas em torno da Pista de Eventos:

¹¹⁷ Correio do Povo, 18 de novembro de 1997.

¹¹⁸ Correio do Povo, 27 de setembro de 1997.

A prefeitura tentou por a pista de eventos no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Houve grita dos nativistas¹¹⁹, ambientalistas e órgãos públicos. Entre os argumentos pífios, um em especial: comprometimento das atividades nas repartições públicas. Engodo. Eles não trabalham nos dias de Carnaval. Agora, o protesto vem do bairro Menino Deus. Por certo, dos mesmos que se opuseram ao Abrigo Marlene¹²⁰ porque atrairia mendigos, dos que combateram a Banda da Saldanha¹²¹ e ajudaram a sepultar a Rua do Perdão¹²². Não são preconceituosos, mas tem ojeriza a Carnaval e a mendigo. Pobre do meu Menino Deus. Tomara que teus poetas desconheçam tua nova face!¹²³

Esse é apenas um exemplo mais emblemático de casos de leitores que enviavam cartas aos jornais se posicionando favoravelmente ao projeto da Pista de Eventos. Para Wanderlei, a motivação das contrariedades dos moradores do Menino Deus, e mesmo antes quando a Pista estava prevista para o Parque da Harmonia, eram preconceituosas. O leitor ironiza a justificativa que parecia ser a mais comum daqueles que não concordavam com a construção da Pista de Eventos: a de que não eram contra o Carnaval, mas que os desfiles não acontecessem perto de si. Aparentemente o argumento era menos ofensivo do que dizer que eram contra os desfiles de maneira geral. Porém, o leitor ressalta através de outros exemplos, que se tratava de uma justificativa palatável para encobrir algo mais profundo sobre as disputas por espaços do bairro Menino Deus. Os vários casos de expulsão de iniciativas populares por uma parte dos moradores são reflexo de uma política de gentrificação¹²⁴ da cidade. O bairro Menino Deus e suas cercanias como Cidade Baixa e Praia de Belas eram reduto de populações pobres e majoritariamente negras até meados do século XX. Com as reformas e remoções realizadas nos anos 1970, restaram poucas comunidades naquela área e essas constantemente sofreram com a especulação imobiliária.

Como vimos até aqui, o debate de fundo em relação à Pista de Eventos girava em torno dessa *ideia de Carnaval* estabelecida pelas elites e fortemente arraigada, de que o a festa não era algo tipicamente porto-alegrense e que além disso representava uma ameaça à segurança do local onde a Pista fosse implantada. Assim, os argumentos favoráveis aos

¹¹⁹ “Nativista” é outra forma de se referir aos tradicionalistas gaúchos.

¹²⁰ O Abrigo Municipal Marlene foi fundado em 1995 e atende população em situação de rua de Porto Alegre. Fica na Avenida Getúlio Vargas, no bairro Menino Deus.

¹²¹ A Banda da Saldanha surgiu na rua Saldanha Marinho, também no bairro, reúne até hoje diversos eventos de samba e organiza o Arrastão da Saldanha, festa na rua que funciona como bloco de Carnaval várias vezes ao ano. O “combate” ao qual o leitor se refere é o processo de afastamento da banda da rua original onde fora criada.

¹²² Rua do Perdão foi um bloco de Carnaval criado na década de 1970 dedicado à inclusão das crianças nos carnavais da época. Acontecia na região entre a Cidade Baixa e o Menino Deus.

¹²³ Zero Hora, 06 de outubro de 1997.

¹²⁴ O termo gentrificação surgiu originalmente em inglês, *gentrification*, para designar um processo pelo qual passou a cidade de Londres no século XX. As zonas centrais da cidade tiveram uma valorização imobiliária e com isso, as populações mais pobres foram afastadas das zonas mais centrais, sem a estrutura que tinham antes. Isso ocorreu em Porto Alegre e em diversas cidades do Brasil. Cf. SANTOS (2011); SANTOS (2010).

desfiles de Carnaval e à construção da Pista de Eventos diziam mais respeito a negar acusações do que a afirmar possíveis benefícios ou mesmo debater mais a fundo o projeto. E o estigma sobre o Carnaval significar confusão e violência se transforma em uma barreira a ser superada antes de se chegar no mérito da pauta propriamente dita, o que torna a luta mais difícil. Mas as manifestações adeptas da Pista de Eventos tinham ainda outros aliados.

Em 09 de outubro, o colunista Paulo Sant’Anna, de Zero Hora, voltou a tratar do assunto. Em sua coluna referiu-se à sensibilidade da prefeitura em seguir o processo para a construção e considerou o local escolhido “perfeito”¹²⁵. Sobre a mobilização dos moradores do Menino Deus, escreveu: “Nunca pensei que esta coluna, que tantas vezes se presta à defesa das pretensões comunitárias fosse, um dia, como agora, se voltar contra uma delas”¹²⁶. Para ele, os motivos alegados não tinham consistência, já que o Carnaval ocorre apenas dois dias por ano e o trânsito era mais difícil em dias de shows no Gigantinho e jogos no Beira-Rio do que seria em eventos raros que ocorreriam no sambódromo. Com isso, apontava as contradições dos argumentos apresentados, já que tanto o Estádio Beira Rio quanto o Ginásio Gigantinho se localizam no bairro Menino Deus, e, portanto deveriam também ser alvo de reclamações, se a questão era a poluição sonora. Considerou “ótima ideia” fazer o projeto junto ao Parque Marinha do Brasil por não ter residências por perto e por implantar no Menino Deus um equipamento que abrigaria atividades diversas durante todo o ano. Finalizou a coluna dizendo:

E que força adquire o preconceito contra o Carnaval, que é capaz até de mobilizar um grupo de moradores que se baseia em motivos absolutamente infundados para ser contra a construção! Noto há muito tempo em nosso meio um desprezo pelas manifestações culturais mais autenticamente brasileiras, as que são adotadas e adoradas pelas camadas mais humildes da população. Isso é um contra-senso estupendo, uma ausência de consciência do país em que se vive de suas raízes antropológicas e exteriorização de costumes.

Mãos à obra na construção da pista de eventos, ali mesmo, que é o único lugar adequado. E parabéns à Administração Popular pela decisão.¹²⁷

Sant’Anna caracteriza o Carnaval como uma manifestação “autenticamente brasileira” e enfatiza o fato de ser celebrada entre as camadas mais humildes da população para abordar a importância da Pista de Eventos e da possibilidade de construção no Parque Marinha do Brasil. Embora em sua própria visão fosse um colunista alinhado às demandas de moradores de Porto Alegre em geral, se via na posição de colocar-se ao lado da comunidade carnavalesca – e da prefeitura – nessa pauta. Possivelmente por convicções pessoais, mas também por ter entre seu público leitor muitas pessoas ligadas ao Carnaval.

¹²⁵ Zero Hora, 09 de outubro de 1997.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Zero Hora, 09 de outubro de 1997.

Em 11 de novembro, a prefeitura recebeu representantes das associações de moradores das vilas Menino Deus, Renascença 1, Renascença 2, Lupicínio Rodrigues, Luiz Guarana, Zero Hora, das Placas, Casas Tigre, Marcílio Dias, Planetário, Nossa Senhora do Brasil e Gaúcha que foram demonstrar seu apoio ao projeto da Pista de Eventos. Entre os argumentos levados por eles ao prefeito Raul Pont, apontavam um elitismo da Associação de Moradores do Menino Deus, sustentando que a presidente Alzira Ban estava contra o projeto¹²⁸. As vilas representadas nessa reunião eram aquelas ligadas às comunidades mais humildes da região, muitas delas remanescentes de territórios que nos anos 1970 haviam sido retirados e desfeitos.

Apoiadores do Carnaval se organizaram em uma campanha favorável à Pista de Eventos e tinham o objetivo de mobilizar também os tradicionalistas e integrantes de outros movimentos sociais e religiosos para se juntar à causa. Um público de cerca de 5 mil pessoas, incluindo grupos nativistas gauchescos e as escolas de samba Bambas da Orgia, Praiana, Imperatriz Dona Leopoldina, Estado Maior da Restinga e Imperadores do Samba, fizeram manifestação favorável em frente ao Mercado Público, no Largo Glênio Peres, no dia 15 de novembro. O evento, embora tivesse a tônica da festa, terminou em agressões a manifestantes por parte da Brigada Militar, segundo o Correio do Povo¹²⁹.

Em 19 de novembro, foi realizada a audiência pública proposta pela vereadora Clênia Maranhão, no colégio Rosário¹³⁰. A pauta era não apenas a Pista de Eventos, mas sim o EIA RIMA. Segundo a arquiteta da prefeitura Lenora Ulrich a audiência seria “um sucesso”, o projeto era resultado de mais de oito meses de estudos e fora elaborado durante três meses. Estiveram presentes cerca de 600 pessoas, entre favoráveis e contrários à pista. Evaristo Mutti, presidente da AECPARS, ressaltou benefícios da construção como a criação de 10 mil empregos diretos além de outros milhares de indiretos. Alzira Ban, presidente da Assamed, disse que audiência teve aspecto formal e dizia desconfiar que prefeitura estivesse utilizando “pessoas estranhas à comunidade”¹³¹ para conseguir aprovar o projeto. As propostas feitas na audiência seriam levadas à SMAM.

No final de novembro de 1997, o movimento contrário à construção da Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil ganhou um apoio importante, o do ecologista José Lutzenberger. Considerado pioneiro na luta ambientalista não só no Rio Grande do Sul mas

¹²⁸ Correio do Povo, 11 de novembro de 1997.

¹²⁹ Correio do Povo, 16 de novembro de 1997.

¹³⁰ Correio do Povo, 20 de novembro de 1997.

¹³¹ Idem.

no Brasil, Lutzenberger publicou no Correio do Povo¹³² uma carta manifestando seu apoio à Assamed que dizia:

Este exercício de cidadania pela preservação do parque e pela qualidade devida de uma comunidade tem um significado importantíssimo, pois reflete o amadurecimento da luta ecológica, à qual tenho dedicado minha vida. (...) Entendo que a construção da Pista de Eventos junto ao parque Marinha trará danos permanentes a esta área verde”¹³³.

Assim, o ambientalista se colocava ao lado da Assamed, se opondo à Pista de Eventos alegando que os desfiles de Carnaval próximos ao Parque Marinha do Brasil causariam danos ao meio ambiente. Destacou, ainda, que a movimentação dos moradores do Menino Deus era uma manifestação de cidadania. O apoio de Lutzenberger tinha grande importância para aqueles que queriam impedir a obra.

Percebemos nesta subseção o destaque dado pelos dois jornais às manifestações contrárias à Pista de Eventos no Menino Deus. Embora houvesse movimentos de carnavalescos e de vizinhos favoráveis à obra, o maior espaço nos veículos foi para aqueles que se opunham a essa localização proposta pela prefeitura, possivelmente exercendo um papel de influência na opinião pública sobre a obra como algo que era um problema que a cidade não conseguia resolver e endossando a visão de que o Carnaval não fazia parte da cultura local.

3.2.3. A decisão judicial

Apesar de todas as mobilizações contrárias realizadas nos meses anteriores, no dia 29 de dezembro de 1997 a Secretaria Municipal de Obras e Viação de Porto Alegre publicou oficialmente o edital de tomada de preços para a construção da Pista de Eventos:

Edital nº81143/97.4 – Pista de Eventos entra em ritmo de obras

Reivindicação da população de Porto Alegre, através do Orçamento Participativo, a Pista de Eventos começa a se tornar uma realidade. Com ela a cidade passará a ter um local especialmente projetado para os seus desfiles, comemorações e festas da cultura popular.

TOMADA DE PREÇOS para construção da via da Pista de Eventos do Município de Porto Alegre, entre Av. Padre Cacique e Av. Edvaldo Pereira Paiva.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO comunica aos interessados que se encontra aberta a TOMADA DE PREÇOS para execução dos serviços em epígrafe.

A documentação e propostas serão recebidas no dia 13 de janeiro de 1998 às 14 horas na Sala de Reuniões do Gabinete do Secretário da SMOV.

¹³² Correio do Povo, 26 de novembro de 1997.

¹³³ Idem..

A despesa da referida LICITAÇÃO correrá por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1402 14103-411001, exercício de 1997 e dotação equivalente do exercício de 1998.

A taxa de R\$10,00 referente ao Edital, deverá ser recolhida no Protocolo Setorial da SMOV, na Avenida Borges de Medeiros nº 2244 – térreo e a retirada do mesmo, bem como quaisquer informações, na Seção de Licitações – 3º andar do mesmo prédio.

Porto Alegre, 29 de dezembro de 1997 / Eng. Estilac Xavier – secretário¹³⁴

Nessa publicação oficial, o secretário de Obras e Viação (SMOV), Estilac Xavier, além de noticiar a abertura do processo de tomada de preços, evidenciou a posição da prefeitura sobre a Pista de Eventos. O EIA-RIMA havia sido analisado pela SMAM, que autorizou a execução do projeto. A licitação que foi aberta se referia aos serviços de terraplenagem, implantação de rede de microdrenagem e envelopamento de rede de esgoto pluvial existente no local. O início das obras, segundo informava o edital da SMOV, estaria subordinado à obtenção da autorização de implantação do projeto, solicitada à SMAM. As empresas interessadas teriam até 13 de janeiro para enviar suas propostas e o projeto vencedor passaria novamente pela SMAM para que as obras iniciassem. Já no dia seguinte foi notícia no Correio do Povo¹³⁵ que a Assamed entraria na Justiça através do Ministério Público para tentar barrar o andamento do processo. A principal argumentação dos moradores tinha base em leis municipal, estadual e federal, que impediam construções em parques públicos.

O ano de 1998 começou e em 15 de janeiro o Ministério Público obteve uma liminar, expedida pelo juiz Luis Augusto Coelho Braga suspendendo provisoriamente a tomada de preços pela prefeitura, o que significou vitória daqueles que eram contrários ao projeto. A Assamed havia contratado uma empresa de consultoria ambiental, a Ecocyclo, para realizar um estudo como o EIA-RIMA, que faria o contraponto com aquele feito pela prefeitura. Sílvia Capelli, representante do Ministério Público e coordenadora das Promotorias de Defesa Comunitária, disse ao Correio do Povo¹³⁶ que o projeto feria a legislação e tinha vícios na tramitação, pois o Executivo deveria encaminhar à Câmara um projeto de lei regulamentando a área. Ou seja, não poderia realizar a tomada de preços sem o aval do Legislativo. Segundo Capelli, a área de lazer do Parque Marinha seria reduzida e o impacto ambiental seria “irreversível”. Após a decisão liminar, o procurador-geral do município, Rogério Favreto, disse ao Correio do Povo que o Município recorreria da decisão. Em 07 de fevereiro, o desembargador Celeste Vicente Rovani do Tribunal de Justiça, manteve a decisão liminar,

¹³⁴ Publicação oficial da prefeitura em Zero Hora e no Correio do Povo, 29 de dezembro de 1997.

¹³⁵ Correio do Povo, 30 de dezembro de 1997.

¹³⁶ Correio do Povo, 15 de janeiro de 1997.

sustentando que ainda havia dúvidas quanto à inexistência de danos ao meio ambiente do projeto da prefeitura. O Executivo, como anunciado, entrou com o recurso na Justiça.

Em fevereiro, novamente o Carnaval aconteceu na Avenida Augusto de Carvalho. Naquele ano de 1998 foi estabelecido um convênio entre a prefeitura e a AECPARS, em que o município repassaria a verba do Carnaval para que a Associação administrasse. O público aumentou para 10 mil pessoas e o espaço montado na Avenida trouxe novidades como baile para terceira idade, praça de alimentação maior e ingressos mais baratos. A passarela recebeu melhorias, como iluminação três vezes mais intensa que a de 1997, além da qualidade de som ampliada com distribuição de mais caixas ao longo da avenida e maior conforto nas arquibancadas com tábuas mais largas¹³⁷.

Os desfiles das escolas de samba começaram no domingo de Carnaval com o Grupo Intermediário B, seguindo pelo Grupo Intermediário A na segunda-feira e o Grupo Especial na terça-feira. As notícias indicavam “calor e bom público” e um júri com dificuldades para escolher a escola campeã: Bambas da Orgia e Imperadores do Samba se distanciavam cada vez mais das demais escolas, seguidas de perto pela Estado Maior da Restinga. E o resultado do Carnaval daquele ano foi este mesmo: empate entre as duas primeiras¹³⁸.

Nos meses após o Carnaval, seguiu a indefinição sobre a Pista de Eventos. O projeto do Executivo ficara suspenso desde a liminar de fevereiro, o carnaval ocorreu na Augusto de Carvalho e os jornais não deram maior cobertura à pauta da Pista até o final do primeiro semestre. Apenas em 24 de junho de 1998 o Parque Marinha do Brasil foi descartado do horizonte de possibilidades de local para instalação da Pista de Eventos. Foi julgado no Tribunal de Justiça o recurso impetrado pela prefeitura após a liminar de fevereiro. A decisão final foi tomada pela 1ª Câmara Cível de Porto Alegre, pelos desembargadores Celeste Rovani, Leo Lima e Irineu Mariani. O processo da Câmara de Vereadores 1332/95, abordado na seção 2.2.1, traz o relatório dessa decisão no Tribunal de Justiça, incluindo a íntegra dos votos dos desembargadores, que serão tratados a seguir. Provavelmente a documentação está no mesmo processo de 1995, pois trata da área que naquele projeto de lei era considerada a segunda opção.

O município de Porto Alegre, através do procurador Rogério Favreto, havia impetrado um agravo de instrumento tentando reverter a decisão liminar para poder retomar o processo de tomada de preços para a licitação da construção da Pista de Eventos. Na tentativa de

¹³⁷ Correio do Povo, 30 de janeiro de 1998.

¹³⁸ Correio do Povo, 25 e 26 de fevereiro de 1998.

recurso, a prefeitura alegava que desde 1993 se tentava implantar a Pista de Eventos na cidade, que se originou no disposto na lei municipal 182, de 1988, que tratava da urbanização da orla do Guaíba¹³⁹, e que desde então diversos empecilhos haviam sido colocados. Dizia também que o Parque Marinha, por ser um parque urbano, não teria “elemento natural significativo”¹⁴⁰ a ser protegido pela legislação ambiental, pois a área em discussão não integrava o parque e o projeto da Pista respeitava o limite arbóreo. A alegação da prefeitura afirmava ainda que todas as regras legais haviam sido observadas para elaboração do EIA RIMA. Para a prefeitura, a decisão da liminar de fevereiro fora fundamentada em laudo de empresa estranha ao processo, contratada pelos moradores do bairro Menino Deus, que supostamente teriam a intenção de inviabilizar a Pista de Eventos naquele local. Na arguição do procurador do município, a Pista de Eventos seria um equipamento complementar ao Parque Marinha do Brasil, com previsão no Plano Diretor e, portanto, passível de implantação sem necessidade de autorização legislativa específica.

A ação de autoria do Ministério Público à qual o município tentava recorrer trazia o argumento de que a construção no local pretendido era vedada pela lei 268/92 (mencionada a seguir), que não haviam sido observados requisitos legais de estudo de alternativas de local e ainda que as medidas do EIA-RIMA realizado pela SMAM seriam insuficientes e não se tinha certeza da sua eficácia. Além disso, segundo a argumentação do Ministério Público, o município não dava soluções para as questões da poluição sonora, do sistema viário e dos supostos prejuízos da obra à população do seu entorno. Os estabelecimentos comerciais e de serviços estariam em desconformidade com o Plano Diretor de Porto Alegre e era necessário um projeto de lei que passasse pelo Legislativo e fosse de amplo conhecimento da população de Porto Alegre.

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível de Porto Alegre votaram em junho de 1998 pelo desprovisionamento do agravo do município de Porto Alegre, ou seja, mantiveram a liminar que sustava a licitação das obras. Na visão dos desembargadores, além do EIA-RIMA e do parecer da SMAM, eram necessárias ainda perícias e “outros estudos bem mais consistentes e aprofundados, além da autorização do legislador”¹⁴¹, conforme constava no relatório final da decisão. Ou seja, no entender dos julgadores era necessário que o projeto passasse pela Câmara de Vereadores, o que não havia ocorrido.

¹³⁹ A lei, de autoria do então prefeito Alceu Colares, foi mencionada no primeiro capítulo.

¹⁴⁰ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 129.

¹⁴¹ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 127.

Junto ao relatório, o documento no processo 1332/95 da Câmara traz os votos transcritos dos desembargadores, os quais abordo a partir daqui. O relator, Celeste Rovani, iniciou dizendo que não caberia ao Poder Judiciário decidir acerca da conveniência política ou não de se construir a Pista de Eventos, pois isso competiria à Administração Municipal. O papel da Justiça seria apreciar apenas as questões concernentes à legalidade da matéria em questão. Para ele, o projeto do Executivo feria a legislação municipal, já que a Lei 268/92 “proíbe quaisquer construções sobre a área compreendida entre o estádio Beira-Rio e o Parque Marinha do Brasil, com exceção de canchas abertas, ginásios e estacionamentos descobertos.”¹⁴², ou seja, construções complementares às atividades de lazer ao ar livre. O projeto da Pista de Eventos não se enquadrava nessa categoria, pois exigia além da própria construção da Pista a criação de estabelecimentos comerciais e de serviços que não eram considerados complementares ao Parque.

Além desse descumprimento da lei, para Rovani o projeto ainda tinha vícios, como no EIA-RIMA. A SMAM estaria vinculada administrativa e politicamente à gestão que queria “deixar sua marca” da Pista de Eventos na cidade, e portanto não se opôs à obra, mesmo que esta tivesse “insuficiência de elementos técnicos seja quanto à localização, seja quanto aos eventuais prejuízos ao meio ambiente e ao próprio Parque Marinha”.¹⁴³ Para Rovani os membros do Conselho do Meio Ambiente também não eram isentos e teriam votado favoravelmente ao projeto por sua vinculação à prefeitura. O argumento da “centralidade, acessibilidade, possibilidade de implantação de sistema viário independente e o fato de ser próprio municipal”¹⁴⁴ era deficiente, já que nada fora dito sobre o “impacto que causariam ao meio ambiente os efeitos nocivos da poluição sonora e o sistema viário a ser introduzido, bem como os prejuízos que sofreria a população do entorno com a implantação da pista de eventos”¹⁴⁵. Para ele, a poluição sonora teria efeitos nocivos à população do bairro Menino Deus e arredores. O desembargador também dizia em seu voto que a Assamed fizera seu próprio estudo de impacto ambiental com a empresa Ecocyclo, que concluía que a Pista de Eventos mutilaria um parque público de Porto Alegre. Para ele, os dois estudos, tanto o da prefeitura quanto o da Assamed, estavam baseados em preliminares, ou seja, cada um tentando comprovar sua posição como a certa, um tentando viabilizar o projeto e outro tentando inviabilizar. Assim, na falta de evidências, ele votou pelo desprovimento do recurso.

¹⁴² Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 132.

¹⁴³ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 135.

¹⁴⁴ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 136.

¹⁴⁵ Idem.

Embora os argumentos do desembargador sejam consistentes, é interessante avaliar que sua decisão não levou em conta o fato de o Carnaval ocorrer apenas alguns dias por ano e a existência de outros equipamentos que causavam ainda mais transtorno para o trânsito e para a poluição sonora na região, como o estádio Beira-Rio e o ginásio Gigantinho.

Em seguida votou o desembargador Leo Lima. Tendo em vista a necessidade de mais estudos e o caráter provisório da decisão, pois se tratava de um agravo de instrumento relativo a uma questão liminar, considerava o mais prudente “evitar despesas antecipadas”¹⁴⁶ com novos estudos ou com o início da obra. O desembargador ponderou, ainda, a importância de se deter nas considerações técnicas, sem entrar em outros aspectos de ordem política que Rovani havia exposto. Com os elementos até então apresentados, disse não se sentir apto a solucionar a matéria e acompanhou o voto do relator.

O terceiro e último voto foi o do desembargador Irineu Mariani. Para ele, a alegação do município de que a área em discussão estava abandonada era incongruente e, em segundo lugar, argumentava que o prefeito parecia querer fazer a obra com pressa. Identificava “o vício da promoção pessoal, bastante comum neste país”¹⁴⁷, sugerindo que o prefeito queria se promover a partir da construção da Pista de Eventos, “ficando em segundo plano os interesses públicos”¹⁴⁸. Em segundo lugar, fazia ainda uma comparação que reproduzo abaixo:

Pelos termos do memorial, nenhum bairro deseja essa obra em seu território. Em suma: nada a opor, desde que seja em outro bairro, ou seja, em local que não afete a vida privada. Então, ninguém quer; a sociedade não quer. A partir disso, começamos a investigar qual será o bairro-vítima dessa obra que todos querem bem longe. Isso me faz lembrar a história da construção de presídios no Rio Grande do Sul. Nenhum município deseja presídio em seu território. A diferença está em que, enquanto o presídio é uma necessidade pública geral e urgente, e por isso independente da oitiva comunidade local, a pista de evento diz com o interesse de uma comunidade localizada. E se cada região dessa comunidade, pelos inúmeros incômodos, só aceita que seja construída na outra, o que não há na realidade é o próprio interesse na existência dessa obra¹⁴⁹.

Ao dizer que “nenhum bairro” queria a obra, Mariani reduzia o debate aos dois locais aventados até então e desconsiderava outros empecilhos que haviam se colocado além da vontade dos moradores. Compara a instalação de uma Pista de Eventos/Sambódromo à construção de presídios como um recurso retórico, mas que em última análise diz bastante sobre como ele entendia os desfiles de Carnaval. Implicitamente, o que estava colocado era

¹⁴⁶ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 138.

¹⁴⁷ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 142.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Processo 1332/95 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 143.

que tanto os presídios quanto a Pista de Eventos/Sambódromo trariam confusão, violência (reforçando uma *ideia de Carnaval*) e desvalorização do território, que se tornaria um “bairro-vítima”. Diz ainda que a diferença estaria na necessidade, que no caso do presídio era mais geral da sociedade e da Pista de Eventos era específica de uma comunidade. Desconsiderava, assim, a existência de comunidades carnavalescas no bairro Menino Deus, por exemplo, além de tomar o todo das pessoas envolvidas com o Carnaval de Porto Alegre (que nos desfiles em três noites por ano reuniam milhares de pessoas) como uma pequena parcela da população. Caberia também problematizar a questão sobre a necessidade “geral e urgente” de presídios, mas não é o foco deste trabalho abordar o encarceramento em massa vigente no Brasil, também fruto do racismo, justamente porque a pauta demanda estudo e aprofundamento.

A terceira questão levantada por Mariani dizia respeito à localização proposta para a obra, um parque “arborizado e ajardinado” como o Parque Marinha do Brasil, que a seu ver poderia sofrer depredações. Comparou ao momento de Copa do Mundo de Futebol¹⁵⁰, com os *hooligans* na França, torcedores que segundo ele iriam aos jogos unicamente para brigar, e diz que em Porto Alegre também teríamos os nossos *hooligans*:

Queiramos ou não, o fato é que essa dita ‘pista de eventos’ será palco de acontecimentos festivos essencialmente populares, quero dizer, que atraem milhares de pessoas. Valem como exemplo as festividades de carnaval. Aí são dezenas de milhares. Não tenho dúvida de que, em meio a essa multidão, há também os *hooligans*, dispostos tão-só a aproveitar o momento, escudados pelo anonimato, para praticar atos de agressão, inclusive contra as árvores. Após três ou quatro dias de carnaval no parque muito provavelmente o aspecto da vegetação será o do desabamento de uma tempestade. E a vegetação, não precisamos dizer, demora para se recuperar.¹⁵¹

Nessa citação, o desembargador segue reproduzindo a mesma *ideia de Carnaval* implicitamente racista e o estigma sobre as pessoas que fazem a festa e os desfiles. Embora as ocorrências policiais fossem poucas durante o Carnaval, Mariani, membro de uma elite econômica e intelectual e não frequentador dos desfiles, julgava que poderia haver *hooligans* na festa, baseado unicamente em sua visão de mundo pessoal. E concluiu seu voto pelo impedimento do início da obra, “pelo menos até que me provem que sambódromo em parque arborizado não é elefante em loja de cristais”¹⁵², sugerindo que tal qual um elefante as pessoas frequentadoras do Carnaval não saberiam conservar o “cristal” que seria o Parque Marinha do Brasil.

¹⁵⁰ A decisão foi votada em finais de junho de 1998, mesma época de realização da Copa do Mundo de Futebol Masculino na França.

¹⁵¹ Processo 1332/95, Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 144.

¹⁵² Idem.

Assim, o relatório do desembargador Celeste Rovani foi aprovado por unanimidade na 1ª Câmara Cível de Porto Alegre. Essa decisão do Tribunal de Justiça foi provisória, já que deliberava sobre uma liminar e o processo principal seguia tramitando no Foro Central. Considero relevante trazer os votos dos desembargadores, pois evidenciam os argumentos utilizados para barrar a construção da Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil, baseados numa *ideia de Carnaval* que não necessariamente correspondia com a realidade. Os motivos alegados por eles levaram em conta as manifestações contrárias de moradores e de ambientalistas, reforçadas pela ampla divulgação jornalística, e também as inconformidades do processo, como uma suposta incongruência na elaboração do EIA-RIMA por parte da prefeitura e o fato de o projeto não ter passado pela Câmara de Vereadores. Porém, junto às justificativas, revelaram também uma *ideia de Carnaval* que reiterava o estigma sobre os desfiles e sobre os carnavalescos que já aparecia desde as negativas ao primeiro projeto de Pista de Eventos.

A decisão foi notícia no Correio do Povo no dia seguinte. A matéria destacava que os moradores do Menino Deus consideraram-na como uma vitória do movimento¹⁵³. Em janeiro de 1999, o mesmo jornal publicou que a Pista de Eventos dependia de decisão da Justiça para ocorrer, o que poderia levar muito tempo já que o processo se encontrava ainda na primeira instância. Alzira Ban, ouvida pela reportagem, reafirmou que a Associação de Moradores do Menino Deus faria o possível para impedir a obra e sugeriu que a Pista de Eventos fosse construída na entrada de Porto Alegre, próxima ao Shopping DC Navegantes, pois era “central e valorizaria a área para os turistas”¹⁵⁴.

Nesta segunda seção do capítulo, procurei abordar as discussões travadas em torno da possibilidade de construir a Pista de Eventos no bairro Menino Deus, na área contígua ao Parque Marinha do Brasil. Após a área ser cotada pela gestão de Tarso Genro na prefeitura, seu sucessor Raul Pont levou adiante a ideia da Pista de Eventos naquele bairro. Essa segunda proposta não passou pela Câmara dos Vereadores e gerou protestos por parte da Associação de Moradores do Menino Deus, que teve grande repercussão na mídia e fez com que o projeto fosse objeto de processo judicial. O início da obra foi embargado no âmbito do Tribunal de Justiça em 1998, deixando mais uma vez a situação do Carnaval das escolas de samba indefinida. Busquei demonstrar como as notícias de jornal que deram destaque às manifestações contrárias à Pista impactaram na opinião pública, além de entender que *ideia*

¹⁵³ Correio do Povo, 25 de junho de 1998.

¹⁵⁴ Correio do Povo, 15 de janeiro de 1999.

de Carnaval estava implícita nas manifestações de moradores, jornalistas e membros do Poder Judiciário. Ou seja, procurei evidenciar como essa concepção sobre o Carnaval compartilhada por uma elite branca porto-alegrense influenciou na tomada de decisões a respeito da Pista de Eventos.

3.3. “Procura-se um lugar para o sambódromo”

Em 07 de fevereiro de 1999, foi publicada em Zero Hora uma reportagem de Marcelo Gonzatto intitulada “Procura-se um lugar para o sambódromo”. A matéria teve bastante destaque no jornal, tendo duas páginas inteiras na seção Geral, com imagens e quadros explicativos. Considero-a um bom resumo da discussão vista até aqui.

O repórter dizia que depois de uma década (desde a proposta de Colares) de impasse, Porto Alegre seguia sem uma Pista de Eventos permanente. Uma foto da Avenida Augusto de Carvalho trazia a legenda que dizia que em 10 anos, a prefeitura já gastara cerca de R\$ 10 milhões para montagem e desmontagem da estrutura da pista, arquibancadas e demais equipamentos na Avenida Augusto de Carvalho. Além disso, o trânsito na avenida a cada ano ficava interrompido por cerca de quatro meses para o Carnaval e o transporte de carros alegóricos dos barracões no Cais do Porto para a Avenida era temerário. Segundo o repórter, a população de Porto Alegre não era contra a Pista de Eventos/Sambódromo. “Desde que ele não fique do lado da sua casa”, completava.

A reportagem faz um resumo do mesmo processo abordado até aqui, dizendo que em 1997 a prefeitura havia decidido pela área próxima ao Parque Marinha do Brasil, mas que os moradores do Menino Deus recorreram ao Ministério Público e conseguiram impedir o início da obra até o julgamento da questão, que até aquele momento não tinha data prevista para ocorrer. Segundo a reportagem, a prefeitura garantia que o problema da poluição sonora seria resolvido com barreiras físicas que direcionariam o ruído para o Guaíba. O caso estava em fase de coleta de provas e, segundo a promotora Silvia Capelli, seria julgado ainda em 1999. O prefeito em exercício, José Fortunati (vice de Raul Pont), afirmou para a reportagem que a prefeitura aguardaria a decisão da Justiça para buscar outra área. Para ele, o melhor local era o Parque da Harmonia, que também estava suspenso por liminar. Estavam ainda entre as possibilidades uma área da Rede Ferroviária Federal (já presente no primeiro levantamento realizado, em 1993), a própria Avenida Augusto de Carvalho e uma área próxima à FIERGS, na Zona Norte. A Secretária de Cultura Margarete Moraes afirmou ao repórter Marcelo

Gonzatto que os critérios básicos para a escolha do Executivo eram a centralidade e a universalidade, ou seja, o fácil acesso.

Na segunda página da reportagem havia ainda alguns quadros contendo notas específicas. O primeiro, que trazia no título as “discussões sem fim” acerca da Pista de Eventos/Sambódromo, listando as principais áreas cotadas para receber a obra. Outro quadro abordava a iniciativa da AECPARS de procurar outra opção para a Pista de Eventos antes de esperar a decisão sobre o Parque Marinha do Brasil. Havia contratado, segundo a notícia, engenheiros e arquitetos para elaborar um projeto alternativo para construir a pista na Augusto de Carvalho, onde o Carnaval vinha acontecendo. A intenção era de que as arquibancadas não invadissem a área do asfalto da avenida, para que não houvesse obstrução no trânsito, principal preocupação do prefeito Raul Pont. Contudo, a reportagem afirmava que essa opção já havia sido avaliada e rejeitada com veemência pela prefeitura. Para o prefeito em exercício, José Fortunati, a área precisava ser maior e além disso, havia o mesmo problema levantado quando foi avaliado o Parque da Harmonia: a proximidade de prédios públicos e possível prejuízo a suas atividades.

Na noite do dia 07 de fevereiro, mesmo dia de publicação da reportagem acima mencionada, ocorreu a Muamba na Augusto de Carvalho. Choveu muito, mas isso não foi empecilho para a animação dos carnavalescos e carnavalescas. Segundo Zero Hora, foram 18 horas de festa na avenida, começando às 16h de domingo e encerrando por volta das 10h de segunda-feira. O público variou entre 5 mil e 8 mil pessoas ao longo da noite e manhã¹⁵⁵.

Em 09 de fevereiro, o Correio do Povo publicou um editorial específico sobre o assunto intitulado Muamba e congestionamento. No texto, que expressava a posição do jornal como um todo, afirmava-se que Porto Alegre precisava encontrar um local que garantisse conforto e segurança a quem participasse dos eventos carnavalescos, além de assegurar a continuidade da vida cotidiana para aqueles que precisassem trabalhar no entorno. Essa conciliação era considerada difícil e por isso a demora em definir o local para a Pista de Eventos definitiva. O editorial considerava a muamba daquele ano como ilustrativa, pois se estendera até o meio-dia de segunda-feira, trancando a rua e dificultando acesso de ônibus e carros, e reforçava que isso não poderia se repetir no Carnaval. A responsabilidade de buscar uma solução definitiva era de todos: Câmara de Vereadores, Poder Executivo e cidadãos. E enquanto a decisão não era tomada, era necessário que os organizadores encontrassem um dia melhor para realizar a muamba. Assim, a demanda por um local para os desfiles de Carnaval

¹⁵⁵ Zero Hora, 08 de fevereiro de 1999.

não parecia ser apenas da comunidade carnavalesca por melhorias nos eventos, mas também daqueles que se sentiam incomodados com os “transtornos” causados pelo fechamento da rua.

Considero sintomático de uma *ideia de Carnaval* o fato dos donos do jornal contraporem, de um lado, aqueles que fazem festa e, de outro, aqueles que precisam trabalhar. Como se: 1) quem festejasse o Carnaval não trabalhasse durante o ano em diversas ocupações; 2) a festa não fosse também um trabalho, uma atividade que gerava empregos desde os músicos até as costureiras, serralheiros, marceneiros etc e também movimentava a economia local. Ou seja, o Carnaval aqui novamente era visto como um entrave para a cidade, algo a ser solucionado, uma festa fora de lugar não pertencente à identidade local.

Nesse sentido, retomo a discussão já apresentada anteriormente sobre o lugar do Carnaval como um *outro* na cidade de Porto Alegre, por não ser uma manifestação das elites, e sim da população mais pobre e marginalizada. O pensamento de Djamila Ribeiro (2017), articulando autoras como Patricia Hill Collins e Grada Kilomba, é interessante para embasar esse argumento. No momento em que determinado grupo reconhece aquilo que entende como a cultura própria de sua identidade, estabelece a alteridade em relação às culturas que lhe são estranhas. Isso é inerente à condição humana e está na raiz da construção de identidades de qualquer grupo. O que trago para esta dissertação é justamente que essa alteridade se estabelece dentro da própria cidade, onde existe uma norma, representada pelas elites brancas, que define quem são os seus *outros*. No caso tratado neste trabalho, o *um* pertencente à norma estabelece o direito aos espaços centrais da cidade e à rua, e define também o *outro*, o que não tem o mesmo espaço nem os mesmos direitos. Assim, pertencer à comunidade de Porto Alegre e ter direito a ocupar seus espaços privilegiados não diz respeito apenas a ter nascido ou viver na cidade, mas a compartilhar o conjunto de símbolos que diz respeito a uma cultura dominante, geralmente definida por homens brancos. Para Ribeiro (2017), apoiando-se em Collins, existem condições sociais que definem as possibilidades de acesso à cidadania por esses *outros*, estranhos à norma estabelecida.

No caso de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, a invisibilidade da população negra foi um projeto político de construção de uma identidade regional excludente. É perceptível, ao longo da história local, o quanto o racismo operou também na distribuição espacial das cidades. E o Carnaval associado à população negra, portanto, era visto como uma festividade que não fazia parte dessa construção identitária. Sendo constituinte de uma cultura do *outro* da cidade, o Carnaval das escolas de samba não recebia prioridade para suas demandas, muito embora houvesse, como vimos, algum esforço por parte do Poder Público para que essa situação mudasse.

O projeto da Pista de Eventos continuava parado na Justiça enquanto acontecia mais um Carnaval. A grande vencedora do Grupo Especial de 1999 foi a Estado Maior da Restinga, com o tema “O Bailado do Cisne nas Asas da Imaginação”. Foi de destaque o campeonato da escola, que havia feito um grande investimento para aquele ano e, segundo Zero Hora, o desfile estabelecera um novo padrão no Carnaval de Porto Alegre, “apresentando alegorias de um porte antes só visto nos desfiles do Rio.”¹⁵⁶ Mereceu atenção também o desfile da campeã do Grupo de Acesso em 1999: a Imperatriz Leopoldense. A escola de São Leopoldo, nascida em 1995, fora campeã na cidade de origem e já na estreia em Porto Alegre conquistou o título do Grupo de Acesso após um ótimo desempenho, segundo a notícia do Correio do Povo, com o tema Se Esta Rua Fosse Minha. O enredo cobrava justamente a promessa feita à população de um novo local para os desfiles de Carnaval. A notícia em Correio do Povo informava que assim que começou o desfile, já às 6h do domingo de Carnaval, a escola conquistara a preferência do público, fazendo uma apresentação comparável à das escolas dos grupos intermediários de Porto Alegre:

A Imperatriz levou para a avenida as maiores e mais bem acabadas alegorias. As fantasias luxuosas e ricas em detalhes abusavam das plumas, dando um belo efeito na noite. A comissão de frente era composta por dez homens representando leões (o símbolo da escola), com espadas na mão, como se fossem guerreiros em busca de uma conquista. Nas alas, figuravam representações de gaúchos, de militares, carnavalescos, enfim, os usuários da pista de eventos. Durante todo o desfile, os integrantes da escola dançaram, cantaram e deram vida ao samba-enredo(...).¹⁵⁷

Os desfiles dos enredos das escolas de samba contam histórias. Através de diversos simbolismos tornados concretos com fantasias, alegorias e encenações, as escolas levam para a avenida sua mensagem. E no caso da Imperatriz Leopoldense em 1999, ao que tudo indica, a mensagem reivindicando uma Pista de Eventos foi passada e aceita pelo público. Infelizmente, por estar do Grupo de Acesso, os registros que encontrei nos jornais foram poucos. Por exemplo, seria de grande utilidade acessar a letra do samba-enredo daquele ano, mas a imprensa só publicava as letras dos sambas dos Grupos 1A e Especial.

Ao longo deste capítulo, procurei abordar dois dos projetos elaborados na tentativa de concretizar um local específico para os desfiles do Carnaval de Porto Alegre. Ambos os projetos tratados aqui, tanto o de 1994 para o Parque da Harmonia, quanto o de 1997 para o Parque Marinha do Brasil, foram chamados de Pista (ou Parque) de Eventos, e não Sambódromo, pois previam a construção de um equipamento cultural que desse conta não

¹⁵⁶ Zero Hora, 19 de fevereiro de 1999.

¹⁵⁷ Correio do Povo, 15 de fevereiro de 1999.

apenas do Carnaval como também de outros eventos que ocorriam no formato de desfile, como o 07 (dia da Independência do Brasil) e o 20 de setembro (data comemorativa do início da Guerra dos Farrapos, celebrada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho). Possivelmente esse foi um recurso encontrado pelo poder público para tentar aprovar mais facilmente o projeto, já que o Carnaval, como se viu até aqui, embora reunisse milhares de pessoas, nem sempre era bem visto aos olhos das elites.

No primeiro projeto, realizado pela gestão do prefeito Tarso Genro, a localização escolhida foi fruto de estudo de um Grupo de Trabalho contando com especialistas de diversas áreas. O estudo se transformou em projeto de lei que foi encaminhado à Câmara de Vereadores, que formou uma Comissão Especial para avaliá-lo e ouvir segmentos da sociedade implicados na possível obra da Pista de Eventos. Ao longo do processo, ficou evidente a contrariedade de alguns desses segmentos, como o movimento ambientalista, que era contrário por ser uma construção dentro de um parque e por haver problemas na elaboração do EIA-RIMA; representantes de órgãos públicos federais, que se opunham por entender que a realização do carnaval traria problemas à segurança do patrimônio e do pessoal, além de invadir uma área da União; e por representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que defendiam que realizar os desfiles de Carnaval num mesmo local em que ocorriam manifestações da cultura gaúcha não seria adequado. O vereador Pedro Ruas (PDT), relator da Comissão Especial, utilizou esses argumentos para sugerir a rejeição do projeto da prefeitura, ressaltando, contudo, que não havia uma contrariedade à ideia de se construir uma Pista de Eventos em Porto Alegre, mas que se estudasse outra localização.

O debate público sobre o segundo projeto, elaborado pela equipe do prefeito Raul Pont, foi abordado aqui utilizando principalmente fontes de jornal, em que procurei identificar como foi retratada a disputa pelo espaço do bairro Menino Deus. A proposta era de construir uma Pista de Eventos próxima ao Parque Marinha do Brasil, que fica naquele bairro. Nesse segundo momento, a contrariedade mais manifesta foi a da Associação de Moradores do Menino Deus (Assamed), respaldada por argumentos de defesa do meio ambiente, mas também apoiada em uma mesma *ideia de Carnaval*, de que a festa não fazia parte da cultura local e que traria confusão à região. A Associação entrou na Justiça e ganhou uma decisão provisória votada pelos desembargadores da 1ª Câmara Cível de Porto Alegre em junho de 1998. Os votos dos desembargadores foram trazidos ao final da segunda seção deste capítulo.

Em ambos os momentos e entre os diversos agentes que se manifestaram, estava presente uma mesma *ideia de Carnaval* que reforçava uma exclusão da população com ele

envolvida. Assim, mesmo que as propostas fossem de ampliar a obra para acolher diversos eventos, no fundo as justificativas para que não ocorresse baseavam-se principalmente no Carnaval e no não pertencimento dessa festa aos locais aventados. Noto, também, que em ambos os momentos abordados neste capítulo, pouco foi ouvida a comunidade carnavalesca a respeito das decisões. Nas discussões na Comissão Especial da Câmara, tratadas na seção 3.1, foram ouvidos na mesma frequência que entidades com menos interesse na obra, e no caso da seção 3.2, o segmento do Carnaval apareceu pouco nas notícias de jornal relacionadas à Pista de Eventos. Embora os dois veículos dessem alguma atenção para as notícias relativas à realização da festa, como notícias específicas das escolas e desfiles, quando se tratou da pauta da Pista de Eventos, o ponto de vista dos carnavalescos foi pouco abordado. Aparecia mas sem destaque, com exceção do apoio do colunista Paulo Sant'Anna e da longa reportagem assinada por Marcelo Gonzatto.

4. “O projeto, que é grande e audacioso, saiu do papel”¹⁵⁸ – a decisão pelo Porto Seco

No dia 02 de fevereiro de 2004, o Rei Momo de Porto Alegre, Otávio Ubirajara Frota de Azevedo Júnior, afirmou ao Correio do Povo que tinha valido a pena esperar tantos anos pela Pista de Eventos, pois o projeto, “grande e audacioso”, estava finalmente sendo construído. A notícia dizia respeito à festa ocorrida no sábado anterior, onde AECPARS e escolas de samba fizeram shows como forma de agradecimento à comunidade da Zona Norte por acolher a obra, que ainda não estava totalmente concluída. Aquele seria o primeiro ano que os desfiles de Carnaval aconteceriam na Pista de Eventos do Complexo Cultural do Porto Seco.

Neste capítulo, abordo as discussões travadas entre os anos de 2000 a 2004 para entender como se chegou à ideia de uma Pista de Eventos naquela área da Zona Norte de Porto Alegre. O capítulo está dividido em quatro seções. A primeira aborda os anos de 2000 e 2001, enquanto o processo sobre a área do Parque Marinha do Brasil tramitava na Justiça. A segunda seção trata de mais uma Comissão Especial que foi instituída na Câmara Municipal de Porto Alegre para estudar uma nova localização para o projeto da Pista de Eventos. As reuniões foram registradas em processo interno da Câmara, o que permite acompanhar como se sucederam os debates. Além disso, trabalho com a repercussão dessas decisões nos jornais Correio do Povo e Zero Hora. Ao final da Comissão Especial, três lugares estavam cotados para receber uma possível Pista de Eventos: uma área no bairro Humaitá, na Zona Norte; outra no bairro Restinga, na Zona Sul; e uma terceira próxima ao Porto Seco. Na terceira seção deste capítulo trato sobre cada uma dessas regiões e a decisão final pelo Porto Seco. Por fim, a última seção do capítulo aborda o período entre a escolha do Porto Seco e a construção do Complexo Cultural Pista de Eventos naquela área. Em cada uma delas, busco entender quais foram os agentes sociais envolvidos e verificar se havia uma *ideia de Carnaval* presente nas discussões abordadas.

Assim como no anterior, cada seção deste capítulo inicia com uma notícia do processo a ela correspondente. No caso das três primeiras, trata-se de notícias que dão conta das negativas sobre as propostas e indefinições sobre a Pista de Eventos. Na última, trago a notícia que vem a ser o fim do recorte desta dissertação: a inauguração da Pista de Eventos do Complexo Cultural do Porto Seco, em 2004.

¹⁵⁸ Correio do Povo, 02 de fevereiro de 2004.

4.1. Anos de indefinição

Correio do Povo, 26 de fevereiro de 2001. Coluna de opinião “Nosso Colaborador”

CHORA, CUÍCA - Sebastião Melo (vereador)

As cuícas estão roncando novamente. No passo gingado, quebrando cadeiras, o velho espírito das matas se move ao ritmo marcado dos tambores. O carnavalesco faz festa, porque é quase atávico. Dança, porque homenageia a ancestralidade. Mas o altar condigno ainda não existe.

Há 12 anos uma promessa permanece não cumprida: a construção da pista de eventos de Porto Alegre. Tamanha reincidência só tem um significado: a prefeitura não quer construir esse equipamento urbano. E atira a responsabilidade para outros lados. A primeira tentativa, em área do parque Harmonia, esbarrou na Justiça Federal. A outra foi atribuída ao 'conservadorismo e preconceito' dos moradores do Menino Deus, que impediram a construção da pista de eventos, em uma tentativa de jogar a comunidade contra os carnavalescos. No terceiro momento, os culpados são os ambientalistas xiitas, que impedem a construção na margem do rio Guaíba.

A grande verdade é que, nesses 12 anos, a prefeitura gastou mais de R\$ 10 milhões na montagem da pista de eventos. Dinheiro jogado no ralo. Com esse volume de recursos já daria para ter construído duas pistas de eventos, com tudo a que tem direito, mais os barracões.

E a indústria do turismo teria tido um grande empuxo. Imaginem um show de Madonna na pista de eventos. Dezenas de milhares de turistas afluiriam à cidade, do Interior, de outros estados e do exterior. Os hotéis e restaurantes ficariam lotados, táxis rodariam para todos os lados. Centenas de jovens seriam empregados. Mas nada disso ocorre.

É evidente a má vontade da administração pública da Capital a despeito de manter uma política cultural de suposta abertura para a expressão carnavalesca. Essa política maquiavélica, de fazer a não fazer, tem por objetivo manter a comunidade carnavalesca em uma condição infantilizada, dependente das 'verbinhas' públicas, com o setor público eternizando a paternização do carnaval e dos carnavalescos. É evidente que a decisão sobre esse assunto precisa sair das mãos da prefeitura e ser assumido pelos cidadãos interessados. Do contrário, as cuícas continuarão roncando lastimosamente, muito além de seu significado ancestral.

Início esta seção com uma coluna de opinião escrita pelo vereador Sebastião Melo (PMDB) e publicada no Correio do Povo durante o Carnaval de 2001. A coluna “Nosso Colaborador” publicava diariamente textos de pessoas públicas de Porto Alegre, não necessariamente vinculadas ao jornal, a respeito de assuntos em debate no âmbito da cidade. Na coluna, o vereador se coloca ao lado da comunidade carnavalesca no sentido de pleitear um “altar condigno” para os desfiles. Na mesma semana, propôs na Câmara Municipal uma “moção de solidariedade aos carnavalescos que continuam sem uma pista de eventos”, através do processo 1032/01. Sebastião Melo situava-se na oposição ao governo municipal, e portanto faz sentido que responsabilizasse a prefeitura pela demora na realização da Pista de Eventos. Para ele, havia “má vontade” dos gestores do Poder Executivo, que gastavam muitos recursos anualmente com a montagem e desmontagem da estrutura na Avenida Augusto de Carvalho e faziam uma política do “fazer a não fazer”, deixando a comunidade carnavalesca dependente das ações da prefeitura. A decisão sobre o local de construção da Pista, na opinião de Melo, precisaria ser tomada pelos principais interessados, os carnavalescos. Nesta seção veremos como se desenvolveram as discussões até a situação crítica do dia 26 de fevereiro de 2001.

Entre 1999 e 2001, algumas iniciativas foram tomadas na direção de resolver a questão que já se arrastava por vários anos, mas sem sucesso. Após o Carnaval de 1999, as matérias de jornal ressaltavam a qualidade que os desfiles vinham ganhando a cada ano¹⁵⁹, e tendo como consequência um incremento na economia, e paralelamente as dificuldades enfrentadas na Avenida Augusto de Carvalho. A reportagem do Correio do Povo destacou a participação da Imperadores do Samba e da Estado Maior da Restinga (que veio a ser a campeã) naquele ano: “a evolução e as alegorias apresentadas pelas duas entidades carnavalescas na madrugada da Quarta-Feira de Cinzas conseguiram evidenciar que a Augusto de Carvalho não comporta mais o Carnaval de rua de Porto Alegre”¹⁶⁰. Uma carta de leitor¹⁶¹ informava ainda problemas no asfalto da avenida, que formou poças d’água com a chuva que houve durante as noites de desfile. No Informe Especial de ZH, coluna de opinião editorial do jornal, foi ressaltada a importância do Carnaval da cidade. Os donos do jornal, do Grupo RBS, marcavam sua posição favorável à construção da Pista de Eventos, dizendo que:

¹⁵⁹ Cito como exemplos, ainda: “O carnaval de Porto Alegre viveu na terça-feira sua maior noite dos últimos anos”, “A Estado Maior da Restinga apresentou um grande espetáculo, com carros alegóricos de porte nunca antes visto na capital”, Zero Hora, 18 de fevereiro de 1999.

¹⁶⁰ Correio do Povo, 18 de fevereiro de 1999.

¹⁶¹ Carta do leitor Ricardo Luís Rebelo Schramm em Zero Hora, 15 de fevereiro de 1999: “As imperfeições anuais da passarela do samba, com poças d’água concentrando-se no centro da pista, dificultando a evolução das escolas, reafirmam a necessidade da construção da pista de eventos próximo ao Estádio Beira-Rio”.

[o Carnaval] atua como um poderoso catalisador de projetos pessoais e coletivos. Trata-se de um fenômeno de integração social e de estímulo ao desenvolvimento de talentos que não deve ser colocado em segundo plano. Seria importante que a Capital pudesse contar com um sambódromo, em cujas instalações as oportunidades abertas pelo carnaval pudessem se multiplicar em atividades semelhantes ao longo do ano.¹⁶²

Naquele momento, o Carnaval de Porto Alegre reunia anualmente milhares de pessoas, movimentava a economia local e a qualidade do espetáculo crescia a cada ano. Embora nos argumentos contrários à Pista de Eventos houvesse uma *ideia de Carnaval* negativa, havia também uma cobertura jornalística afirmativa, principalmente durante os dias de desfile. Os dois jornais de maior circulação do Estado mantinham encartes especiais nos dias que antecediam o Carnaval, contemplando de maneira aprofundada a rotina das escolas de samba e seus preparativos, demonstrando uma valorização do evento. Pode-se depreender que mesmo envolto em preconceitos o Carnaval de Porto Alegre vivia um momento de ascensão de popularidade.

Além dos jornais que publicavam não só as notícias relativas à festa mas também espaços de opinião favoráveis a ela, os gestores públicos também se manifestavam a respeito do Carnaval. Miguel Rossetto, recém-eleito vice-governador do Estado, e Raul Pont, prefeito de Porto Alegre, estiveram presentes no desfile das campeãs do Carnaval 1999 e registraram a intenção de realizar a Pista de Eventos para o ano 2000. Segundo o *Correio do Povo*¹⁶³, Raul Pont não abria mão do espaço no Parque Marinha do Brasil, até então embargado pela Justiça, pois para ele nenhuma outra área tinha condições tão ideais. Já Miguel Rossetto afirmou que havia visitado quadras de escolas de samba e que comprovara “a energia e a força das agremiações”¹⁶⁴ para realizar os desfiles. Havia se comprometido a articular esforços junto ao Estado para que no ano seguinte houvesse Pista de Eventos. A expectativa da prefeitura era de que os processos que estavam parados na Justiça fossem resolvidos ainda no primeiro semestre de 1999¹⁶⁵.

4.1.1. A área do Porto Seco

O ano de 1999 seguiu e nos jornais pesquisados as notícias sobre a possibilidade de uma Pista de Eventos cessaram. Outra pauta começou a chamar a atenção: o aumento de

¹⁶² Zero Hora, 20 de fevereiro de 1999, coluna Informe Especial.

¹⁶³ *Correio do Povo*, 22 de fevereiro de 1999.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ *Correio do Povo*, 15 de fevereiro de 1999.

matérias relativas ao Porto Seco, na Zona Norte de Porto Alegre, que veio a ser a área escolhida para implantação da Pista. Por exemplo, a notícias relativas à “invasão”, ou ocupação, de uma área na região por famílias sem teto.

Como já foi dito na Introdução deste trabalho, a pesquisa no sistema do Correio do Povo foi feita utilizando diversos termos que pudessem levar a fontes que dissessem respeito à temática trabalhada. Entre eles, após procurar por “Carnaval”, “sambódromo”, “pista de eventos”, também busquei por “Porto Seco”. A certa altura da pesquisa, me chamava a atenção que em todos os trabalhos lidos e nas fontes pesquisadas até então, o local do Porto Seco só aparecia bem no início do processo, entre os locais levantados pelo Grupo de Trabalho da Prefeitura em 1993, e depois voltava a aparecer em meados de 2002, quando foi escolhido para sediar a Pista de Eventos. O que havia acontecido nesses anos em que não apareceu como opção? Por que demorou tanto tempo para se trabalhar com essa possibilidade? Esse mesmo questionamento e posterior atualização da busca se estenderam também aos processos na Câmara de Municipal de Porto Alegre, onde pude verificar os trâmites legislativos a respeito da área.

Como já tratado no capítulo 3, em 1993 a região do Porto Seco havia sido levantada como um dos doze locais possíveis para instalação da Pista de Eventos, assim como o bairro da Restinga. Ambos foram rapidamente descartados pelo Grupo de Trabalho porque não contemplavam aspectos de transporte e centralidade, conforme afirmação do então secretário de Obras e Viação, Estilac Xavier. Além disso, construir a pista no Porto Seco poderia trazer conflito para as relações existentes no local, em função dos depósitos das transportadoras que lá se localizavam.

Existia um Projeto Porto Seco desde a década de 1970, ainda durante a ditadura civil-militar, para que o espaço integrasse a entrada da cidade abrigando transportadoras de cargas. Já nos anos 1990, paralelamente às discussões sobre a Pista de Eventos/Sambódromo no Parque da Harmonia, em janeiro de 1995, iniciou-se um processo de venda de lotes da área do Porto Seco, processo que transcorreu durante os anos seguintes. A venda fazia parte de um projeto de consolidar a área, localizada na Zona Norte, como um local de chegada e saída de produtos por via terrestre. Os lotes serviriam para que as transportadoras pudessem carregar, descarregar e armazenar as mercadorias numa região de fácil acesso para as estradas. Até esse momento, a área era considerada apenas parte de um projeto de expansão da malha terrestre de transportes.

Até o início de 1999, as poucas notícias que aparecem sobre a área se relacionavam primordialmente com a questão das transportadoras, eventos sediados no local e ocorrências policiais. As licitações para venda de lotes da área, gerenciadas pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) também apareciam nos jornais conforme aconteciam. Aos poucos, se colocava em prática o projeto de descentralizar a chegada de mercadorias em Porto Alegre por via terrestre, desafogando o trânsito do centro ao afastar de lá os grandes caminhões e concentrando as atividades nas proximidades da BR-116 e da BR-290 (conhecida como Free Way), na Zona Norte, bairro Rubem Berta, quase na cidade de Alvorada.

Com o gradual aumento da ocupação da área por transportadoras, aumentam também as notícias sobre a região. Por exemplo, a instalação de um pelotão da Brigada Militar em 1998 ou a reivindicação por um posto do Corpo de Bombeiros. No dia 20 de agosto de 1998, o prefeito Raul Pont anunciara a terceira etapa da venda de lotes no Porto Seco e o início de obras de infraestrutura para apoio a caminhoneiros e empresários. Segundo a notícia do Correio do Povo, a área abrigaria escritórios de profissionais liberais, comércio, lanchonetes e representantes empresariais. Ou seja, os jornais mostravam uma prefeitura trabalhando para incrementar a região como um polo empresarial e com atividades comerciais relacionadas.

Nas notícias de 1999, o que salta aos olhos são as tentativas de ocupação urbana naquela região por famílias de pessoas sem-teto. Em 22 de março, o Correio do Povo noticiou que na noite anterior cerca de 200 pessoas haviam “invadido” uma área de propriedade do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), mas que depois de negociações com os funcionários, teriam deixado a área “pacificamente”. Ainda que tenham ficado apenas algumas horas, a reportagem noticiou que chegaram a demarcar lotes na área. Segundo a Brigada Militar informou ao jornal, a origem provável dos ocupantes era “alguma outra área irregular das proximidades”¹⁶⁶. Ou seja, a matéria dá conta de que a região estava povoada por ocupações urbanas irregulares. Uma parte da área já estava destinada, pelo Demhab, para receber o assentamento de 17 famílias cadastradas no Departamento.

No mês de junho de 1999, uma nova notícia de ocupação no Correio do Povo. Conforme o jornal, havia encerrado no dia 16 o prazo para os “invasores” deixarem o local, informando que a prefeitura entraria com pedido de reintegração de posse para que até o final do ano fossem licitados os espaços para “hotel, restaurantes, prédios de escritórios,

¹⁶⁶ Correio do Povo, 22 de março de 1999.

concessionária de caminhões”¹⁶⁷, dando seguimento ao projeto de “valorizar” a região. Havia ainda a previsão de construções de *minishopping*, posto de combustíveis e banco 24 horas por parte da Petrobras.

Em 13 de julho de 1999, ocorreu a reintegração de posse da área ocupada na vila Santa Fé, de propriedade de uma construtora e incorporadora. Segundo a notícia do Correio do Povo, a área fora ocupada em maio por 322 famílias vindas da região Metropolitana de Porto Alegre. A desocupação ocorreu com acompanhamento à distância da Brigada Militar, e o oficial de Justiça Velercy Klein Morawski autorizara o desmonte das casas pelos próprios ocupantes. A notícia informava ainda que no final da manhã ocorrera um “princípio de tumulto” entre o presidente da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre) e os representantes da Justiça. Além disso, noticiava que durante a madrugada haviam sido montadas barricadas e trincheiras para evitar a ação.

'Queremos apenas um lugar para morar', disse Sirlei. Já o subcomandante da BM comentou com os oficiais de Justiça que era mais fácil lidar com os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do que com os que participam do Movimento Urbano.¹⁶⁸

Apesar do prazo para desocupação, nem todas as famílias saíram da região e no dia seguinte os oficiais voltaram para retirar “os casebres restantes”¹⁶⁹. A notícia informava que a desocupação completa só ocorreria no final da noite, segundo expectativa do oficial de justiça, que disse ainda que os próprios ocupantes estavam desmanchando suas moradias.

Além das notícias relativas às ocupações, a área do Porto Seco começava a aparecer mais nas páginas de jornal em matérias sobre as atividades de caminhoneiros e das transportadoras que se instalavam. Por exemplo, a procissão de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas, no dia 18 de julho de 1999, que saiu do centro da cidade e foi até o Porto Seco, onde foi realizada uma missa campal, e no início de agosto, a notícia de cargas paradas no Porto Seco em função de uma greve de caminhoneiros no final de julho. Os quatro dias de greve, segundo o Correio do Povo, causaram parada total dos negócios da Associação dos Proprietários e Usuários do Porto Seco, integrada por 52 proprietários de transportadoras. Elso Kruger, vice-presidente da Associação, estimou que as perdas chegariam a 10% da folha de cada empresa. Mesmo assim, parabenizou os caminhoneiros “que provocaram a tão

¹⁶⁷ Correio do Povo, 17 de junho de 1999.

¹⁶⁸ Correio do Povo, 14 de julho de 1999.

¹⁶⁹ Correio do Povo, 15 de julho de 1999.

esperada reflexão do governo federal”¹⁷⁰. A greve durou quatro dias e mobilizou cerca de 700 mil caminhoneiros, influenciando o abastecimento em diversas cidades brasileiras. Os caminhoneiros reivindicavam redução da tarifa de pedágios, isenção de impostos e regulamentação da aposentadoria. A maior parte das exigências foi atendida.

Já em janeiro de 2000, os empresários do Porto Seco receberam do prefeito Raul Pont o alvará de funcionamento de seus estabelecimentos. E a partir de fevereiro uma série de notícias voltam a abordar as ocupações urbanas, como no dia 20, em que a prefeitura ganhou ação na justiça para reintegração de posse de área destinada ao Projeto Porto Seco. Segundo o jornal, cerca de 600 pessoas estavam habitando o local desde meados de 1999, como o morador Paulo Souza, que vinha de Esteio. Ele afirmou ao Correio do Povo que sabia que o terreno era propriedade da prefeitura, mas não tinha outro local para ir. Segundo Vicente Zanella, coordenador do projeto do Porto Seco, haviam sido vendidos 52 lotes para empresas e entregues oito alvarás em janeiro. Dos 622.042 mil metros quadrados da área pública, 347.688 mil já estavam nas mãos da iniciativa privada em fevereiro de 2000 e uma nova licitação estava prevista para março, sem haver um planejamento para o destino das famílias que ocupavam a área.

No dia 1º de março, um grupo formado por cerca de 200 pessoas integrantes da UAMPA e da Associação dos Moradores do Jardim Porto Seco protestaram contra o despejo das 250 famílias que ocupavam um terreno pertencente à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC). Após a notícia de que a Justiça acolhera o pedido da prefeitura de reintegração de posse da área, houve essa mobilização para tentar solucionar a questão. O Correio do Povo ouviu Sérgio Cupini, vice-presidente da UAMPA, que afirmou que as famílias não tinham para onde ir, e de outro lado Eduardo Raupp, supervisor de empreendimentos da SMIC, que disse que há mais de um ano havia um acordo para que as famílias deixassem a área¹⁷¹.

Frente ao impasse, foi agendada uma reunião na Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação (CUTHAB) da Câmara Municipal de Vereadores, com representantes dos movimentos de moradores, da SMIC e do DEMHAB. A intenção da mobilização liderada pela UAMPA era de negociar com o município a transferência daquelas famílias para outro local, já que a SMIC obtivera na Justiça a reintegração de posse. Leodomar Duarte, presidente da UAMPA, afirmou ao Correio do Povo que entre as famílias

¹⁷⁰ Correio do Povo, 03 de agosto de 1999.

¹⁷¹ Correio do Povo, 02 de março de 2000.

havia um grande número de crianças e todos vivendo em condições precárias. Para a Secretaria, o local estava sendo destinado há anos para a concentração de transporte, não para moradias, e não estava nas suas competências destinar o local para onde as pessoas iriam. A princípio, a desocupação deveria ocorrer em poucos dias¹⁷².

Um processo da Câmara de Vereadores aberto pelo vereador João Dib (PPB) em junho com a finalidade de averiguar a situação do Porto Seco, traz a ata da reunião de 09 de março na CUTHAB. Através desse documento foi possível ter acesso às discussões travadas na ocasião e os principais argumentos apresentados. Foram ouvidos representantes da Associação de Moradores do Jardim Porto Seco, o presidente da UAMPA, representantes da SMIC, do DEMHAB e alguns vereadores.

Na reunião de 09 de março na Câmara de Vereadores, estava em discussão, de um lado, a impossibilidade de saída da área alegada pelos moradores e, de outro lado, a necessidade da prefeitura retomar os lotes destinados às empresas transportadoras, que faziam parte do Projeto Porto Seco. Os ocupantes reivindicavam maior tempo para sair da área e também um cadastro no DEMHAB, para que pudessem ser assentados em outra parte da cidade. Leodomar Duarte, presidente da UAMPA, fez uma fala contundente em defesa das famílias que lá estavam:

Ninguém está lá no meio do mosquito, do rato, da barata porque quer; estão lá porque não têm onde morar. Claro, é uma área da SMIC, é uma área para a construção do Porto Seco, entendemos isso, entendemos que tem que ser preservado, que o Porto Seco tem que ser feito, inclusive, está muito devagar, deveria ter andado mais acelerado.¹⁷³

Disse ainda que se tratava de famílias pobres, de pessoas que vindas do interior do Estado e da região metropolitana, que não conseguiam pagar aluguel em Porto Alegre. Sugeriu a organização de uma cooperativa com essas pessoas, salientando que não se poderia sair “de mãos vazias” da reunião.

O representante da SMIC, Eduardo Raupp, nessa reunião na Câmara, ressaltou a importância do projeto Porto Seco do ponto de vista urbanístico e de desenvolvimento econômico da cidade. O coordenador jurídico do DEMHAB, Bruno Neto, alegou que faltou articulação com a comunidade, e que ainda que o Departamento tivesse disposição para resolver a questão, considerava problemático serem chamados apenas “na hora do despejo”, quando a situação já estava urgente e as famílias não tinham alternativas. O ideal, na visão

¹⁷² Correio do Povo, 05 de março de 2000.

¹⁷³ Processo 1853/00 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 14.

dele, seria uma organização prévia e mais consistente. As famílias conseguiram assegurar o prazo de 60 dias para a execução da reintegração de posse.

A próxima notícia sobre o caso da ocupação específica da área da SMIC é de 22 de julho. No dia anterior, ocorrera uma tentativa de reintegração de posse, mas a falta de policiamento impossibilitou a conclusão da ação. Alguns policiais acompanharam a movimentação à distância, mas as equipes da prefeitura decidiram deixar o local sem concluir a tarefa, levando apenas algumas estruturas de marcação dos lotes e materiais de casas desabitadas. O vocabulário utilizado, tanto pelos representantes do poder público quanto pelos jornalistas, marca uma posição: chamar de invasão o que era uma ocupação e tratar a moradia de centenas de famílias como um problema a ser solucionado. Evidentemente este ponto mereceria um aprofundamento na questão da regulamentação da terra em Porto Alegre e nas políticas públicas de acesso à moradia, que são assuntos da maior relevância, mas não são objeto deste trabalho.

Foi possível acompanhar que em maio de 2000 a Associação de Proprietários e Usuários do Porto Seco (APS) elaborou um dossiê a respeito da situação quanto às dificuldades “no que respeita a invasões na área, à fuga de investimentos, à não-liberação da Carta de Habite-se e do Alvará de Licença para Funcionamento e à situação viária”¹⁷⁴. A APS fora constituída ainda na década de 1980, com o objetivo de impulsionar o Porto Seco. Segundo o dossiê, é possível perceber o crescimento do Porto Seco através de investimentos que surgiram a partir da instalação de diversas empresas. Naquele momento, o Porto Seco contava com 50 empresas proprietárias de lotes, sendo 23 em operação, gerando 1352 empregos diretos e aproximadamente 1500 indiretos. O dossiê aponta as dificuldades enfrentadas para uma melhor operação¹⁷⁵.

Em agosto, um texto de Milton Pantaleão, secretário de Produção, Indústria e Comércio (SMIC), foi publicado no *Correio do Povo*. Ali defendia o projeto Porto Seco dentro de um complexo portuário de Porto Alegre. O texto abordava a importância de se investir no potencial turístico do Guaíba, com revitalização da orla, reformulação do Porto e construção de uma Marina Pública. Além do incremento das atividades, o secretário apresentava a meta de implantar um “complexo portuário logístico na capital gaúcha, aproveitando o potencial da cidade num raio de apenas 3 quilômetros, envolvendo o Porto

¹⁷⁴ Processo 1853/00 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 2.

¹⁷⁵ Processo 1853/00 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 4.

Seco e o aeroporto”¹⁷⁶. A seguir, detalhava o plano para a modernização e desenvolvimento econômico da orla. Ou seja, a gestão da prefeitura parecia estar investindo num tipo de desenvolvimento econômico da cidade através de melhorias na logística para a circulação de mercadorias e o projeto do Porto Seco fazia parte dessa ideia de complexo portuário, em que em poucos quilômetros haveria a chegada e o escoamento de produtos na cidade pelas três vias: terrestre, aérea e fluvial. Para isso, era necessário garantir as áreas de propriedade da prefeitura.

A intenção aqui não é a de coadunar com as propostas da prefeitura daquele momento, até porque não é o foco deste trabalho avaliar se esses projetos se concretizaram ou não, e sim demonstrar o que estava acontecendo em relação à área do Porto Seco, que parecia também estar em disputa entre o final dos anos 1990 e início dos 2000. Porém, até o final de 2001, não encontrei nenhuma referência sobre a possibilidade de voltar a ser cotada para receber a Pista de Eventos, como fora em 1993, sendo abordada nas notícias em função de seu potencial para o desenvolvimento da cidade através da circulação de mercadorias ou pelos acontecimentos que figuravam nas páginas policiais. A disputa pelo Porto Seco, até aqui, era pautada pelos usos da área para comércio, transportes e moradia.

4.1.2. Os anos 2000-2001 e a CPI do Carnaval – Prefeitura sob ameaça

Ao longo de 1999, não apareceram mais notícias relativas a iniciativas de projeto de Pista de Eventos/Sambódromo e nem notícias da Justiça sobre a área próxima ao Parque Marinha do Brasil. A área que estava embargada passou a servir como estacionamento até que fosse resolvida a ação que tramitava na Justiça. A instalação do estacionamento gerou críticas do vereador João Dib (PDS), que considerou que com isso a prefeitura estaria “forçando a construção da Pista de Eventos”¹⁷⁷.

O ano 2000 foi marcado por mais um Carnaval na Avenida Augusto de Carvalho em que os barracões de montagem de alegorias foram instalados nos armazéns do Cais do Porto. Naquele ano novamente as favoritas foram Imperadores do Samba e Estado Maior da Restinga, vencendo a primeira. O Correio do Povo¹⁷⁸ destacou o “luxo” e a “garra” das escolas do Grupo Especial de Porto Alegre, que fizeram desfiles bonitos e trouxeram inovações para a avenida. Alguns carros alegóricos, como da Imperatriz Dona Leopoldina e

¹⁷⁶ Correio do Povo, 27 de agosto de 2000.

¹⁷⁷ Correio do Povo, 16 de janeiro de 2000.

¹⁷⁸ Correio do Povo, 09 de março de 2000.

Bambas da Orgia, tiveram dificuldade de acesso por serem muito grandes para o tamanho da passarela, evidenciando a incompatibilidade da Pista de Eventos com o tamanho que o Carnaval vinha assumindo.

Naquele ano, outra pauta que teve destaque e que interessa neste trabalho foi a chamada CPI do Carnaval. Estava vigente desde 1998 um convênio assinado entre a prefeitura e a AECPARS de repasse de verbas do município para a realização dos desfiles¹⁷⁹. Em julho de 2000, foi denunciado um suposto desvio de verbas da estrutura de montagem das arquibancadas, que veio a ser um ponto importante nos debates para a eleição municipal, conforme Távama Santos (2011, p. 125). A prefeitura, nas pessoas do próprio prefeito Raul Pont e do procurador do município, Rogério Favreto, negou as denúncias de irregularidade, afirmando que havia realizado os repasses conforme a lei municipal e que cabia à AECPARS prestar contas¹⁸⁰.

Em agosto foi aberta na Câmara Municipal a CPI do Carnaval para investigar as denúncias e analisar a legalidade do convênio. Em notícia do Correio do Povo, a vereadora Helena Bonumá (PT), defendeu a gestão de Raul Pont, questionando as intenções das denúncias em ano eleitoral. Para ela, se a empresa contratada pela AECPARS não tinha uma administração contábil eficiente, não era responsabilidade da prefeitura resolver, endossando a posição do procurador do município. Clênia Maranhão (PMDB), da oposição, afirmou que a polêmica se devia à falta de vontade política da prefeitura para resolver a questão da Pista de Eventos¹⁸¹.

Segundo as notícias do Correio do Povo, a Comissão da Câmara procurou ouvir depoimentos de integrantes do governo, objetivando entender os motivos que levaram ao convênio com a AECPARS. Segundo o procurador Rogério Favreto, a parceria estava dentro da lei, em que os recursos da prefeitura eram liberados gradualmente à AECPARS. Os trabalhos da Comissão seguiram até novembro, já passadas as eleições. Um novo compromisso foi firmado naquele mês estabelecendo novas diretrizes para o convênio do carnaval seguinte, enquanto a investigação seguia tramitando na Justiça¹⁸². Após essa data, não encontrei notícias nem processos da Câmara que dissessem respeito a essa CPI.

Em outubro daquele ano ocorreram as eleições no âmbito municipal e aquele processo eleitoral foi o último vencido pela Frente Popular no Poder Executivo. Com 63,51% dos

¹⁷⁹ Ver capítulo 3, p.100.

¹⁸⁰ Correio do Povo, 28 de julho de 2000.

¹⁸¹ Correio do Povo, 03 de agosto de 2000.

¹⁸² Correio do Povo, 11 de novembro de 2000.

votos, Tarso Genro e o candidato a vice João Verle ganharam da chapa composta por Alceu Colares (PDT) e Sônia Santos (PTB). Dos 33 vereadores eleitos, quatorze estavam em reeleição e três já haviam feito parte do governo (Margarete Moraes como secretária da Cultura, Estilac Xavier, de Obras e Viação, e José Fortunati, vice-prefeito).

O ano 2001 iniciou com a posse dos novos vereadores e do prefeito e vice. Embora o ano anterior tenha sido marcado por debates quanto à polêmica dos repasses da prefeitura para a Pista de Eventos, os dois primeiros meses do ano trazem as notícias costumeiras do Carnaval: fechamento da Avenida Augusto de Carvalho para montagem da pista, escolha do Rei Momo e da corte do Carnaval, a venda de ingressos. Naquele ano, a disputa pelo título novamente ficou entre Imperadores do Samba e Estado Maior da Restinga, vencendo novamente a Imperadores. A escola Bambas da Orgia, que no ano anterior havia caído para o Grupo 1A, venceu e garantiu a volta à disputa do Grupo Especial em 2002.

No domingo de Carnaval, o vereador Sebastião Melo (PMDB) publicou no Correio do Povo a coluna de opinião intitulada “Chora, cuíca”, que abre esta seção. No texto, argumentava que o Carnaval porto-alegrense vinha acontecendo sem um “altar condigno” para os desfiles. A promessa de uma Pista de Eventos demorava a se concretizar e, para ele, isso representava a falta de vontade política da prefeitura para construir o equipamento. Melo colocava-se ao lado dos carnavalescos, comprometendo-se com seu eleitorado, e consolidando-se como oposição à gestão do PT na prefeitura.

Em 25 de janeiro o vereador Humberto Goulart (PDT) abriu processo na Câmara de Vereadores para constituição de uma nova comissão especial para estudar um local para a Pista de Eventos. Paralelamente, em 11 de março, foi notícia que o prefeito Tarso Genro encaminhara à Secretaria de Planejamento a solicitação de que fosse feito novo estudo para o local da Pista de Eventos. A verba já estava aprovada no Orçamento Participativo, sendo necessária apenas a definição do local. O projeto, mais uma vez, era de uma pista que contemplasse diversos eventos, além do Carnaval, incluindo desfiles de 7 e 20 de setembro.

4.2. “Pelo jeito, não vamos mais dormir por aqui”¹⁸³ – disputas no bairro Humaitá

Correio do Povo, 1º de outubro de 2001.

Humaitá rechaça o sambódromo

A Associação dos Moradores do Bairro Humaitá voltou a se mobilizar sábado contra a construção da pista de eventos em terreno da avenida A. J. Renner, na zona Norte da Capital. Embora a área tenha sido aprovada pela Comissão Especial da Câmara de Vereadores, o presidente da entidade, João Alberto Farias da Fontoura, alega não ter sido convidado a participar dos debates.

Segundo ele, como o equipamento não ficará restrito ao Carnaval, acabará por alterar o perfil do bairro. 'Pelo jeito, não vamos mais dormir por aqui', disse, destacando que os moradores do Humaitá continuarão lutando para reverter a situação. Fontoura explica que a edificação poderá ser feita no bairro, desde que sejam respeitadas as sugestões dos representantes das cerca de 10 mil famílias residentes no Humaitá. Os moradores encaminharam abaixo-assinado à prefeitura em busca de uma solução para o impasse.

A equipe técnica da Secretaria Municipal do Planejamento deverá agendar reunião com as lideranças do bairro para um entendimento.

Ao longo do ano de 2001 uma nova Comissão Especial na Câmara Municipal de Vereadores trabalhou em possibilidades de localização para a Pista de Eventos. A mais cotada foi uma área no bairro Humaitá, na Zona Norte de Porto Alegre. A notícia que abre esta seção diz respeito à manifestação do presidente da Associação de Moradores do Bairro Humaitá sobre sua contrariedade à obra. Segundo o depoimento dado ao jornal, a Associação de Moradores havia encaminhado sugestões que não foram ouvidas junto ao abaixo-assinado pelos moradores do bairro.

No ano de 2001 a proposta de se construir uma Pista de Eventos em Porto Alegre voltou à pauta na Câmara de Vereadores. A Comissão Especial proposta em janeiro pelo vereador Humberto Goulart (PDT) foi instalada em abril e trabalhou durante alguns meses em estudos de possíveis localizações para a construção. Em julho, a decisão pela região do bairro Humaitá foi encaminhada à prefeitura municipal e, tomando conhecimento da escolha, os

¹⁸³ João Alberto Farias da Fontoura, presidente da Associação de Moradores do Bairro Humaitá, Correio do Povo, 1º de outubro de 2001.

moradores daquele bairro começaram uma série de manifestações contrárias à obra. Nesta seção veremos com se desenrolou a discussão e porque o projeto também não foi concluído.

4.2.1. Nova Comissão Especial na Câmara de Vereadores

Em 18 de abril de 2001 foi instalada uma nova Comissão Especial na Câmara de Vereadores de Porto Alegre com objetivo de avaliar as possibilidades de local para a Pista de Eventos/Sambódromo. A comissão foi composta pelo proponente Humberto Goulart (PDT) presidente, vice Reginaldo Pujol (PFL), relator José Fortunati (PT), e membros: Carlos Alberto Garcia (PSB), Cassiá Carpes (PTB), João Carlos Nedel (PPB), Paulo Brum (PTB), Raul Carrion (PC do B), Sebastião Melo (PMDB), Sofia Cavedon (PT) e Valdir Caetano (PTB). Embora nem todos os partidos presentes na Câmara compusessem a comissão, todas as coligações tinham seus representantes¹⁸⁴.

Na primeira reunião, em 24 de abril, estiveram presentes membros do Legislativo, Executivo, do MTG, da AECPARS e outras entidades civis. Foi uma abertura dos trabalhos da Comissão com manifestações positivas quanto à necessidade de implantação da Pista por parte de todos os segmentos presentes e vereadores dos diversos partidos.

Reginaldo Pujol (PFL)¹⁸⁵ mencionou a importância de ver grupos outrora antagonistas e naquele momento “irmanados”, como era o caso dos representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho e carnavalescos da AECPARS. Os grupos em 1994 foram protagonistas da disputa pela construção do Parque de Eventos no Parque da Harmonia, como foi visto no capítulo 3 desta dissertação. Fortunati (PT), relator da comissão, fez sua fala dirigida especialmente aos carnavalescos, salientando o crescimento do Carnaval de Porto Alegre nos últimos anos e garantindo que a comissão faria a reflexão buscando “tornar

¹⁸⁴ As coligações que elegeram vereadores no ano 2000, o número de vereadores eleitos e a porcentagem em relação ao total da Câmara podem ser conferidos abaixo. A tabela foi feita pela autora com base em dados do TRE-RS, disponível em www.tre-rs.jus.br.

Coligação – vereadores - porcentagem

PDT / PTN	5	15%
PMDB / PL	3	9%
PSC / PFL	2	6%
PSDB / PPB / PSDC	5	15%
PT / PCB / PSB / PC do B	12	37%
PTB / PMN	6	18%

¹⁸⁵ Távama Santos (2011) menciona o papel de Reginaldo Pujol desde a ditadura civil-militar no bairro da Restinga, em que atuou procurando proporcionar ao bairro espaços de lazer e incentivou a criação da Estado Maior da Restinga (talvez por ter lá uma base eleitoral formada).

realidade a Pista de Eventos que todos nós desejamos e que certamente tornaremos realidade durante a atual gestão”¹⁸⁶.

Manuelito Savaris, presidente do MTG, exaltou a iniciativa da Câmara para tentar resolver os anseios de “toda” a sociedade de Porto Alegre, cidade que a seu ver era a mistura de todas as culturas do Rio Grande do Sul. Para ele era necessário valorizar o Carnaval, manifestação “autêntica e pura” que deveria ser respeitada e ter seu espaço na cidade. Ou seja, anos após o desentendimento em relação ao Parque da Harmonia, a manifestação pública do MTG valorizava as demandas do Carnaval. Jorge Sodré, da AECPARS, disse que os carnavalescos exigiam participar da escolha do local, bem como do planejamento, da elaboração e da execução da obra, salientando a importância dos barracões, pois “Pista de Eventos sem barracões é um Carnaval pela metade”¹⁸⁷. Ressaltou a importância dos barracões para que a pista funcionasse o ano todo, proporcionando atividades que movimentariam a economia. Nos barracões, funcionariam oficinas, cursos, eventos culturais, etc. Além do apoio da Secretaria da Cultura, reivindicou ainda um olhar do turismo para o Carnaval. Aqui é interessante lembrar que o Carnaval estava na pasta do Turismo do Município até 1991, quando passou para a Cultura. Há, ainda hoje, uma diferença de entendimento sobre em qual pasta a organização dos desfiles deveria estar alocada. Por um lado, o Carnaval como cultura reforça para a sociedade porto-alegrense a importância da festa carnavalesca como parte constituinte da cultura da cidade e que portanto merece não apenas investimentos continuados como um olhar atento na elaboração de políticas públicas culturais para o desenvolvimento das escolas de samba. Por outro lado, o Carnaval na pasta do turismo tinha como objetivo atrair visitantes de outros locais para Porto Alegre por meio da festa. Assim, investimentos também poderiam ser feitos nessa direção.

Maristela Maffei, vereadora pelo PT, falou na reunião sobre o que no seu entendimento era uma discriminação em relação ao Carnaval que ocorrera nas outras vezes que se tentou implantar a Pista de Eventos:

Deus queira que na concepção de todos e dessas pessoas que tanto nos discriminaram, também vão entrar na Justiça, dizendo que lá não dá, porque, na verdade, parece aos olhos e ao coração de muita gente que perto de suas casas não dá, que perto da minha casa não dá para ter negros, homens e mulheres empobrecidos desta sociedade. É isto que nós temos que enfrentar. Pior do que a questão legal que às vezes impede, é a discriminação humana que fazem contra essa comunidade tão importante, principalmente a comunidade carnavalesca.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 24.

¹⁸⁷ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 25.

¹⁸⁸ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 34.

A vereadora se referia nessa fala às disputas travadas em anos anteriores entre moradores de regiões como o bairro Menino Deus e as propostas de Pista de Eventos. Nas discussões, vistas no capítulo 3 desta dissertação, predominou o argumento de que não havia uma contrariedade ao projeto da Pista de Eventos em si, mas às localizações propostas. Segundo a vereadora, esse argumento escondia o preconceito existente entre comunidades dos bairros mais centrais em relação à comunidade carnavalesca.

Nessa mesma reunião, a vereadora Clênia Maranhão (PMDB), que desde o processo para implantar a Pista no Parque Marinha do Brasil havia participado das discussões na Câmara Municipal, afirmou que via dessa vez vontade política do Executivo para concretizar a obra. Clênia não só havia tomado parte se colocando ao lado dos moradores do Menino Deus nas discussões como também chegou a elaborar um projeto de Pista de Eventos para a Avenida Augusto de Carvalho, em 1998, que foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal¹⁸⁹.

A Comissão Especial uniu Executivo, Legislativo, carnavalescos e a sociedade como um todo e realizou reuniões ao longo de dois meses em 2001 com o objetivo de escolher a área para instalação da Pista de Eventos. Neste caso, novamente existe um material rico como fonte, que é o processo 596/01 da Câmara de Vereadores, que compila todas as movimentações da Comissão Especial desde sua instalação, incluindo atas com transcrições dos debates realizados. Em muitas falas, de vereadores a secretários e também carnavalescos, havia a expectativa de que era naquele momento que a decisão sairia definitivamente.

Em uma reunião de quatro secretarias – Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), Secretaria Municipal da Cultura (SMC) e Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) –, o Poder Executivo estudara dez possíveis locais para instalação da Pista de Eventos. O estudo, entendido como bastante criterioso pelo relator José Fortunati (PT)¹⁹⁰, foi apresentado em 26 de abril na Comissão. Os responsáveis pelo estudo, funcionários das secretarias citadas, analisaram as áreas a partir de uma série de quesitos¹⁹¹ e finalizaram classificando as áreas que atendiam plenamente,

¹⁸⁹ Processo 764/98 da Câmara Municipal de Porto Alegre.

¹⁹⁰ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 54.

¹⁹¹ Os quesitos avaliados foram propostos por todas as secretarias envolvidas no estudo e diziam respeito a: compatibilidade da área com os critérios e determinações do Plano Diretor; projeto de governo em torno da área; acessibilidade dos usuários (carnavalescos, tradicionalistas e outros) e do público em geral; disponibilidade do espaço quanto ao tamanho da pista, existência de possíveis barracões, possibilidade de estacionamento e áreas complementares; impacto do equipamento na circulação do entorno residencial e comercial; possibilidade de fechamento e compartimentação da pista; condicionantes do terreno como necessidade de terraplanagem,

parcialmente, ou não atendiam aos requisitos para abrigar a Pista de Eventos. As dez áreas avaliadas foram: Área da Rede Ferroviária Federal S.A.; Avenida Augusto de Carvalho; Hipódromo do Cristal; na Zona Norte (1) próximo à Avenida Voluntários da Pátria; Área do condomínio Landell de Moura; Área do Porto Seco; Área do entorno da orla do Guaíba, próximo ao Anfiteatro Por-do-Sol; na Zona Norte (2) próximo à Avenida A.J. Renner; na Zona Norte (3), próximo à Av. Neugebauer; Área da Hípica¹⁹². Das dez áreas, sete foram descartadas por não atender aos requisitos colocados, ou atendê-los parcialmente, e três apresentaram maiores condições de receber a obra, as três localizadas na Zona Norte.

Destaco, aqui o argumento usado pela arquiteta da prefeitura Ignez D'Ávila para descartar duas áreas que considero de interesse deste trabalho: a primeira, a Avenida Augusto de Carvalho. Por algum tempo durante a pesquisa, tive dificuldade de entender porque razões a avenida onde já acontecia o Carnaval não poderia ser o local escolhido para a construção da Pista de Eventos. Durante o processo relativo ao Parque da Harmonia essa possibilidade surgiu na Comissão Especial e foi negada, e no momento em que foi colocado o impasse em relação ao Parque Marinha do Brasil a ideia voltou a aparecer, sem sucesso. Agora, novamente era cotada para receber a obra e descartada. Segundo a arquiteta, a conclusão do estudo de 2001 sobre essa área foi de que a pista era pequena para as dimensões alcançadas pelos desfiles do Carnaval de Porto Alegre, havia dificuldade do acesso para as escolas e carros alegóricos, implicava numa grande interferência no trânsito da área central da cidade e não havia a possibilidade de construir áreas complementares e os barracões, reivindicação primordial dos carnavalescos. E de fato, as coberturas de jornal dos carnavais de finais dos anos 1990 e primeiros anos dos 2000 dão conta de reclamações da comunidade a respeito da realização dos desfiles na Avenida Augusto de Carvalho em função de problemas estruturais e incompatibilidade com a grandeza que os desfiles vinham adquirindo.

A outra área que interessa comentar aqui é a do Porto Seco, que como se viu estava entre as dez elencadas pela comissão do Executivo, mas foi uma das sete descartadas na avaliação do grupo de estudos. A região já havia sido considerada nos estudos de 1993 e também havia sido rejeitada. Considero importante mencioná-la aqui pois, como sabemos, foi onde veio a se construir a pista posteriormente. A arquiteta Ignez D'Ávila expôs que o Porto Seco tinha apenas dois pontos negativos, na avaliação realizada: os projetos do governo

infraestrutura. Notas taquigráficas da Comissão Especial da Pista de Eventos, Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 48.

¹⁹² A nomenclatura das áreas corresponde àquela citada nas notas taquigráficas da Comissão Especial, não havendo no documento maior detalhamento sobre o local preciso dentro da região aventada.

municipal para a área (de consolidá-la como um local importante de chegada e escoamento de produtos pela via terrestre) dificultariam a possibilidade de se medir uma expansão do projeto de Pista de Eventos ali. Além disso, o outro problema apresentado era de que não haveria espaço para o estacionamento de carros alegóricos. Com esses dois pontos negativos, não se seguiu a realização de estudos da área e, além disso, a arquiteta trouxe outra informação importante: “Quanto ao Porto Seco nós não aprofundamos os estudos sobre ele, porque foi meio que descartado pelo pessoal ligado ao Carnaval”¹⁹³. Essa informação é importante para entendermos como se deu a recepção da escolha pelo Porto Seco, no item 4.3. Embora a arquiteta não aprofunde essa colocação, dá a entender que a comunidade carnavalesca, principal interessada na pauta, participou da avaliação e também rejeitou a possibilidade do Porto Seco. Concluindo, a arquiteta demonstrou que após a realização dos estudos, o grupo das quatro secretarias teve como foco os três locais da Zona Norte: junto ao DC Navegantes; junto ao final da Av. A.J. Renner e junto ao Parque Mascarenhas de Moraes.

Na mesma reunião de 26 de abril de 2001 houve ainda a manifestação do jornalista Amílcar Capelari, que sugeria oficialmente frente à Comissão a possibilidade de se construir a Pista de Eventos na Avenida Ipiranga, na altura do número 7500, entre o aglomerado de lojas de móveis e a sede da CEEE. Seus argumentos tratavam da centralidade, da facilidade do acesso por grandes avenidas, da distância de residências, da grande área disponível e da proximidade de várias escolas de samba. A área era de propriedade particular e precisaria ser desapropriada pela prefeitura, mas na sua avaliação o gasto na desapropriação seria menor do que o que já se havia despendido ao longo dos anos em montagem e desmontagem da estrutura para o Carnaval. A Comissão encaminhou a proposta ao Executivo, responsável por realizar um estudo sobre a área parecido com o que havia sido feito com as dez áreas iniciais.

A partir dessa primeira reunião, iniciou-se uma série de debates públicos na Comissão Especial da Câmara envolvendo vereadores, Poder Executivo, os segmentos interessados na construção da Pista de Eventos e os moradores da região escolhida, nos moldes da Comissão de 1994. É interessante pontuar que nessa terceira tentativa mais concreta de realizar a Pista de Eventos fica evidente a ampla discussão com a sociedade que a pauta tomou. Em documentos do processo 596/01 quando da instalação da Comissão, são inúmeras as manifestações de vereadores favoráveis à resolução do assunto, que já se prolongava há muitos anos.

¹⁹³ Ignez d’Ávila, reunião da Comissão Especial de 2001. Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 51.

Com a apresentação dos três locais mais cotados, a Comissão Especial da Câmara começou a considerá-los como os possíveis de receberem a obra, até mesmo em função do curto prazo previsto de atividade da Comissão (até junho daquele mesmo ano). E as três áreas apresentadas como as mais bem cotadas ficavam na Zona Norte da cidade, conforme imagem abaixo.

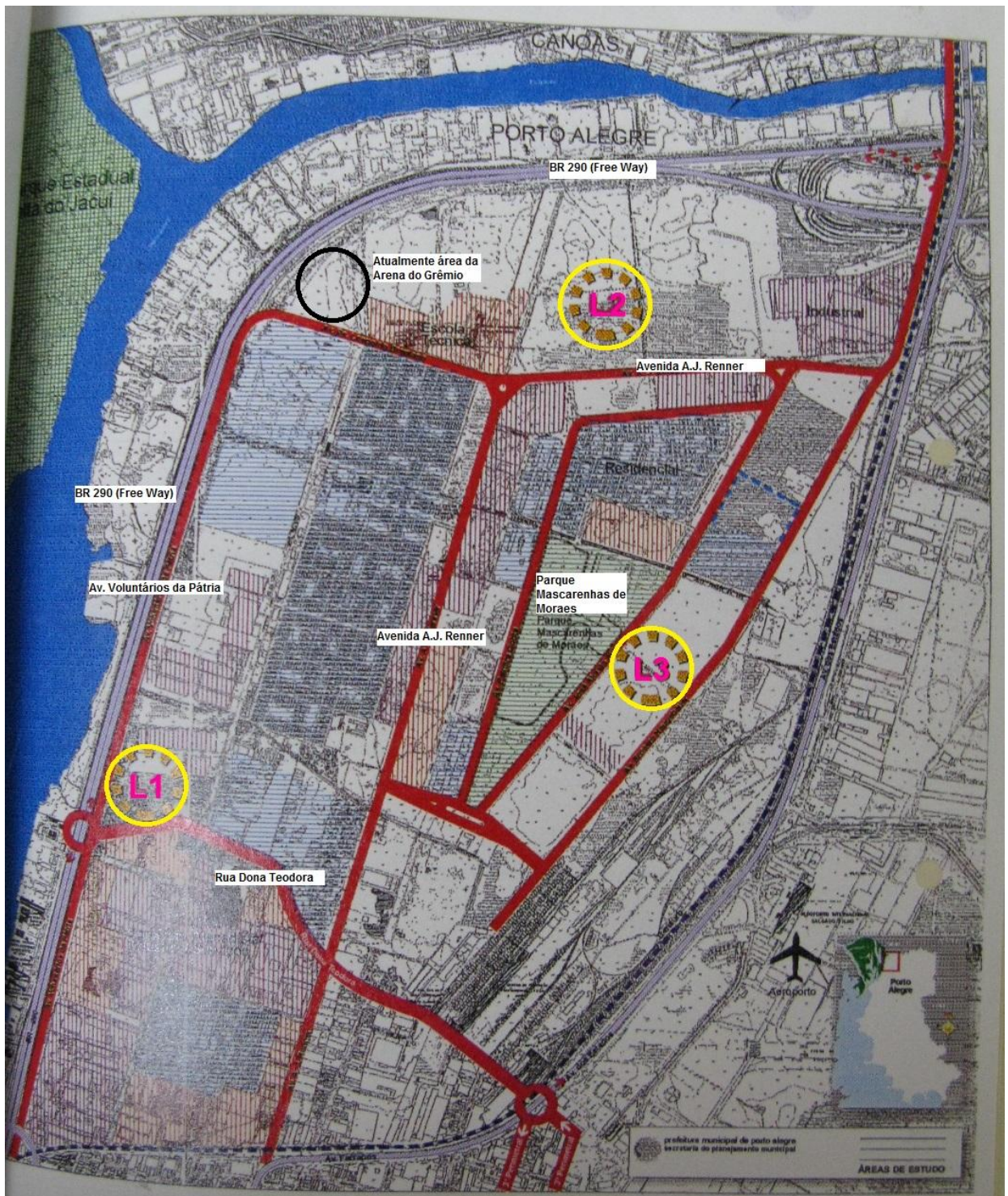


Figura 5: Planta das três áreas selecionadas pelo Executivo como prioritárias para estudo de implantação da Pista de Eventos. Constante no processo 596/01 da Câmara Municipal de Vereadores, fl.72. Indicações feitas pela autora.

4.2.2. A Zona Norte em disputa

No dia 07 de maio de 2001, os vereadores integrantes da Comissão visitaram os três locais mais bem cotados para a Pista de Eventos. Representantes do MTG, da AECPARS e comunidade carnavalesca e moradores da região também estiveram presentes¹⁹⁴. A conclusão preliminar da visita oficial apontou que a L2, área próxima à Avenida A.J. Renner, era o local que melhor preenchia os requisitos colocados. E a decisão da comunidade carnavalesca fora convergente: no dia da visita Jorge Sodré, presidente da AECPARS, entregara ao presidente da comissão, Humberto Goulart (PDT), um documento assinado por diretores de escolas e demais movimentos carnavalescos, concordando com a área localizada na A.J. Renner e aceitando usar barracões já existentes próximos à área denominada L1 temporariamente, enquanto se construísse os definitivos. A área L2 era propriedade da empresa Habitasul, mas segundo o vereador José Fortunati (PDT) havia interesse de fazer a negociação (venda) da área com o município. Contudo, ainda que os segmentos envolvidos estivessem chegando a um possível consenso, ainda era necessário ouvir a população do Humaitá.

Na reunião seguinte da Comissão, dia 14 de maio, destacou-se a importância do diálogo com a comunidade para evitar o que já ocorrera na região do Menino Deus. Raul Carrion (PC do B) afirmou que a vizinhança no Humaitá já estava se mobilizando contra a obra, e chegou a sugerir a realização de um seminário sobre o Carnaval como um todo, não apenas relativo à pista, para que se debatesse a situação¹⁹⁵.

No entendimento de Reginaldo Pujol (PFL) ninguém, publicamente, havia se colocado contrariamente ao Sambódromo até aquele momento. A obra, segundo o vereador, sairia em algum lugar de Porto Alegre, e essa era uma preliminar importante de ser dita naquele momento, “porque não quero que, amanhã ou depois, sejamos acusados de estarmos-nos integrando a um movimento protelatório dessa decisão”¹⁹⁶. O vereador ressaltou a necessidade de um fortalecimento junto às comunidades, para reduzir o que chamou de “inimigos” do projeto. Na reunião de 14 de maio, diversos representantes carnavalescos tiveram a oportunidade de se manifestar e a maioria se colocou favoravelmente à escolha.

Betinho, presidente da Imperadores do Samba, argumentou ser importante que houvesse entendimento na cidade sobre a construção da Pista. Para ele, Porto Alegre deveria “abrir as portas” para a comunidade do Carnaval e não entendia:

¹⁹⁴ Correio do Povo, 08 de maio de 2001.

¹⁹⁵ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 117.

¹⁹⁶ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 118.

as facilidades que outros segmentos sociais têm para adquirir seus equipamentos, como o nosso anfiteatro Por-do-sol. No Parque da Harmonia estão sendo construídas as instalações do parque de eventos do pessoal do tradicionalismo. Então, o que nos causa estranheza em cada discussão é essa dificuldade quanto ao equipamento que vai beneficiar a maioria dos porto-alegrenses de baixa renda, que é o nosso sambódromo. Por que o nosso equipamento sempre suscita uma série de discussões e não é contemplado com mais tranquilidade?¹⁹⁷.

O Anfiteatro Por-do-Sol, localizado no bairro Praia de Belas, a poucos metros do Parque da Harmonia, havia sido inaugurado no ano 2000 para abrigar eventos como shows e outros espetáculos a céu aberto. Ou seja, eventos com alto nível sonoro numa área em que já havia sido cogitada a construção da Pista de Eventos em anos anteriores e rejeitada, entre outros motivos, pela questão do ruído. Além disso Betinho lembrou dos incrementos que vinham sendo feitos no Parque da Harmonia para abrigar o Acampamento Farroupilha, que seguia acontecendo anualmente. Assim, apontou duas contradições da própria cidade, em que os problemas alegados quando se tratava da Pista de Eventos (poluição sonora, segurança dos prédios do Centro Administrativo Federal, degradação ambiental do parque) não foram levados em conta quando se tratava de shows e do Acampamento Farroupilha.

José Fortunati (PT) complementou:

Temos de ter clareza de que há um preconceito muito grande contra a pista de eventos. Se não tivermos clareza entre nós, esta comissão, entidades, poder público, certamente nós não conseguiremos construir a pista de eventos. Esse é um aspecto que não pode ser menosprezado: o preconceito tem impedido, até hoje, que a pista de eventos seja construída. Não faltou, sou testemunha disso, vontade política do poder executivo (...) Porque se formos olhar o Anfiteatro Por-do-sol, nos dias de show, certamente ele produz muito mais barulho, em termos de decibéis, do que o auge do carnaval na agosto de carvalho, e mesmo assim, estranhamente, ninguém levantou qualquer óbice, qualquer obstáculo para a construção do anfiteatro. Construímos – e eu estava na prefeitura – com tranquilidade, com conhecimento público, sem que uma única voz se levantasse contra.¹⁹⁸

Essa colocação do vereador é interessante porque traz explicitamente a questão debatida nesta dissertação. Aqui volta a problemática que já havia aparecido nas duas outras ocasiões em que se tentou implantar a Pista de Eventos: não havia uma contrariedade explícita à construção do equipamento, mas reiteravam-se as adversativas com argumentos baseados em uma *ideia de Carnaval* relacionada ao estigma da comunidade carnavalesca, de que trariam violência para onde os desfiles se instalassem.

¹⁹⁷ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 124.

¹⁹⁸ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 130.

Além das questões relativas ao “sossego”, a moradia também era outro ponto importante a ser debatido junto à comunidade do Humaitá. No dia 17 de maio ocorreu uma reunião da CUTHAB (Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação) da Câmara com os moradores da Zona Norte, na Vila Farrapos, para que representantes do município explicassem aos moradores a situação do projeto Zona Norte Integrado, dentro do projeto “Entrada da Cidade”. A prefeitura estava captando recursos no exterior para a construção de cerca de três mil moradias na Zona Norte de Porto Alegre, além da urbanização e desenvolvimento econômico da região, e nesse encontro expôs para os moradores da região o projeto e qual era o fundo que disponibilizaria a verba. Nesse momento, ainda não havia uma definição precisa por parte do DEMHAB ou de outro órgão da prefeitura sobre a localização exata da obra de habitação popular. É importante pontuar que, segundo o Correio do Povo¹⁹⁹, no âmbito do Orçamento Participativo a habitação havia sido escolhida como prioridade pelos moradores daquela região e veio a se tornar um ponto de pauta quando ocorreram os debates na Câmara em relação à Pista de Eventos.

O tema apareceu poucos dias depois na Comissão Especial da Câmara de Vereadores. Na reunião do dia 21 de maio de 2001, foram ouvidos os representantes da comunidade para se manifestarem sobre a possibilidade de construção da Pista de Eventos em um dos três locais levantados na Zona Norte. Em suas colocações, demonstraram receio de que ocupasse o local destinado às três mil moradias constantes do Projeto de Integração da Zona Norte, ou Entrada da Cidade. Humberto Goulart (PDT) explicou que a Pista e o projeto eram assuntos diferentes e inclusive possuíam verbas distintas, de modo que um não excluiria a realização do outro.

A concomitância dos dois projetos apareceu como uma preocupação de alguns moradores, com receio de que se deixassem de lado as obras prioritárias, de moradia, em benefício da Pista de Eventos. Cerca de quinze representantes de comunidades da Zona Norte se manifestaram nessa reunião, como da Vila Esperança, do Humaitá, da Vila Farrapos, da Rua Dona Teodora, da A.J. Renner. Muitas dessas lideranças argumentaram que a prioridade das comunidades, tanto no Orçamento Participativo quanto na escolha eleitoral do ano anterior, fora a questão da habitação. João Barbosa, da Vila Esperança, falou na grande expectativa pelas três mil moradias e disse que a comunidade ficara surpresa com a notícia de

¹⁹⁹ Correio do Povo, 18 de maio de 2001.

que a Pista de Eventos seria construída na região²⁰⁰. Embora afirmasse que não se opunham totalmente à ideia, argumentou que a população da vila pressionava para que a regulação da habitação também fosse resolvida. Para ele, a dita geração de empregos da Pista de Eventos seria apenas de vendedores ambulantes e de pessoas já concursadas da prefeitura, já que a maioria da população só trabalharia no local durante o mês do Carnaval. Exigia, portanto, prioridade à moradia, já que a verba no Orçamento Participativo fora garantida através de muita luta desde os anos 1990. Arnaldo Fiuza, da Associação Comunitária Barcelona denunciou uma falta de atenção do poder público em relação à questão da moradia e sugeriu outro local para a Pista de Eventos. Domingos Fagundes da Associação Comunitária da Vila Santo Antônio, criador de uma cooperativa habitacional entre os vizinhos, argumentou que os jovens do bairro aprovavam a realização da Pista, que traria atividades culturais para a região. Zenaide Ribeiro, presidente da Associação de Moradores da Vila Teodora, disse: “se não fosse tirar a habitação concordo plenamente com a Pista de Eventos, porque é o seguinte: uma coisa que vai trazer, e não é só o Carnaval, quem não quiser ficar no Carnaval que faça um retiro porque acho que isso vai trazer muita coisa para a nossa comunidade”²⁰¹. Assim, não eram só os moradores de classe média que eram contrários ao Carnaval, mas a demanda por regularização de moradias também teve destaque no debate no bairro Humaitá. Em geral, a maioria das lideranças enfatizou a questão de habitação, sendo algumas contra a Pista na Zona Norte e outras favoráveis, desde que as moradias fossem consideradas como prioridade.

Foi muito presente nessa reunião a dúvida quanto à interferência ou não do projeto da Pista de Eventos no Projeto Entrada da Cidade, ou seja, o receio de que a construção da Pista ocupasse áreas destinadas às habitações a serem construídas, ou que a verba destinada à Pista fosse retirar recursos do “Entrada da Cidade”. Vereadores como Raul Carrion (PC do B) e José Fortunati (PT) garantiram que se tratava de projetos diferentes, com fontes diferentes de recursos. Ao final da reunião, o vereador José Fortunati (PT) sugeriu que se cobrasse do DEMHAB a apresentação do local escolhido para construção das moradias populares.

Além dessa dúvida, houve ainda manifestações preocupadas com o barulho e o sossego da região. Como por exemplo Ivone Machado, moradora do Humaitá que estava preocupada com a segurança, com o barulho e com o uso de drogas. “Eu não venho [no Carnaval no centro] porque só vemos falar em arrastões, em assaltos. Isso é comum nos

²⁰⁰ Notas Taquigráficas da Comissão Especial da Câmara Municipal, processo 596/01 da Câmara Municipal de Vereadores, fl.145.

²⁰¹ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 149.

jornais, todo mundo está aí para ver, não sou eu que estou falando, é o que acontece.”²⁰². Para ela, o local da Pista de Eventos deveria ser escolhido pelas próprias comunidades, apesar de entender que era um problema a ser resolvido e que não era boa para a cidade: “se fosse boa ela não estaria sendo empurrada por ninguém. Ninguém ia dizer que não quer, se ela fosse boa todo mundo estava correndo atrás.”²⁰³.

Na mesma linha de raciocínio sobre a suposta confusão que o carnaval representava, a moradora Claudete Hoehs, do Parque Humaitá, argumentou que a construção de uma Pista de Eventos desvalorizaria os imóveis da região. “Ninguém em sã consciência vai querer comprar um apartamento onde não vai mais ter sossego”²⁰⁴. Questionou aos vereadores e representantes do Executivo por que não levavam o projeto da Pista

...lá para o Porto Seco porque ali converge, Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, pessoal da Restinga, ou, até mesmo, porque não procuram uma área da Restinga uma vez que boa parte desse pessoal de carnaval vem de lá daquela zona. Sinceramente, não dá pra entender o porquê de querer colocar isso ali no Humaitá.²⁰⁵

Essa colocação é interessante para demonstrar que as possibilidades do Porto Seco e da Restinga estavam presentes nas arguições. Chama a atenção ainda que a moradora ressalta a Restinga como um local apropriado já que “boa parte desse pessoal de Carnaval vem de lá”, o que em parte era verdade, visto que aquela comunidade se fortaleceu a partir da organização em torno da escola Estado Maior da Restinga além de, posteriormente a União da Tinga, como demonstrou Távama Santos (2011) em estudo sobre a consolidação de identidade da Restinga a partir do Carnaval. Contudo, embora o bairro da zona sul tivesse esse envolvimento com a festa, o Carnaval estava por toda a cidade, com escolas em diversas regiões, incluindo a própria Zona Norte, com escolas como Império da Zona Norte e Imperatriz Dona Leopoldina, além das escolas próximas na região metropolitana.

Percebe-se, assim, que havia dois argumentos principais em jogo na discussão sobre a Pista de Eventos no Humaitá: a da moradia e a da *ideia de Carnaval* como um evento que traria desordem e perigo à segurança pública. Em ambos os casos, os manifestantes não se colocavam contra a Pista de Eventos em si, mas sim contra a localização.

²⁰² Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 160.

²⁰³ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 161.

²⁰⁴ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 153.

²⁰⁵ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 154.

Em maio, a Associação de Moradores do Humaitá havia iniciado um abaixo-assinado contra a construção da Pista de Eventos no bairro. Entre os argumentos elencados, estavam: nível de ruído gerado pelos eventos, movimento dos caminhões que poderia gerar problemas de trânsito, o terreno proposto que se localizava em área de banhado, e a preocupação de que a área se tornasse “local de desordem e anarquia”²⁰⁶.

Apesar dos protestos contrários, em 18 de junho o parecer do relator José Fortunati (PT) foi apresentado, votado e aprovado por unanimidade na Comissão Especial da Câmara de Vereadores e seguiu para o plenário. A conclusão do estudo da Comissão indicava a área chamada acima de L2, junto à Avenida A.J. Renner, como a melhor localização para implantação da Pista de Eventos. Fortunati ressaltava que qualquer lugar escolhido estava sujeito a ter obstáculos em relação à aceitação da comunidade local, que nas discussões traria suas demandas, não necessariamente vinculadas à pauta. Dizia ser:

Necessário um esforço de todos aqueles que objetivam de fato a construção da Pista de Eventos, para que questões meramente políticas e interesses privados de grupos de toda ordem não venham a obstruir a possibilidade real da construção deste importante equipamento.²⁰⁷

Nas considerações finais, o parecer aprovado pelos vereadores exigia do Executivo que a obra não trouxesse prejuízos para o Projeto Integrado da Zona Norte, além de exigir a realização do EIA RIMA para implantação da Pista de Eventos. Ou seja, agregava as diversas colocações feitas por de moradores da região à conclusão do relatório.

Depois da aprovação em plenário, o parecer foi encaminhado ao Executivo que teria 60 dias para dar uma resposta. Em 03 de outubro, o prefeito Tarso Genro comunicou que considerava possível construir a pista na região sugerida pela Comissão. O município não teria despesas com compra do terreno, que seria em parte doado pela Habitasul, que era a proprietária, e em parte negociado com o Estado, para a área que compreenderia a construção dos barracões.

O período entre o segundo semestre de 2001 e o início de 2002 foi de indefinição. De um lado, foi criada uma Comissão Pró-sambódromo, que fez um abaixo-assinado para apoiar a decisão²⁰⁸, além de realizado um ato da AECPARS e do Movimento Negro Unificado (MNU) no Esquina Democrática, local histórico de diversas manifestações na cidade de Porto Alegre, em prol da Pista no Humaitá²⁰⁹. De outro lado, representantes comunitários do

²⁰⁶ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 228.

²⁰⁷ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 287.

²⁰⁸ Correio do Povo, 07 de outubro de 2001.

²⁰⁹ Correio do Povo, 18 de dezembro de 2001.

Humaitá seguiam com o abaixo-assinado contrário e solicitavam à Câmara que intercedesse na decisão definitiva²¹⁰. Estava prevista para o dia 7 de janeiro de 2002 a reunião do Conselho do Plano Diretor que aprovaria ou não a decisão da prefeitura de acatar a sugestão da Comissão Especial da Câmara de Vereadores, como será visto na seção 4.3.

4.2.3. Enquanto isso, no Porto Seco

Nas notícias desse período, especialmente do Correio do Povo, a região do Porto Seco aparecia principalmente na seção policial, com casos de mortes, assaltos e atropelamentos. A área, em geral, aparecia associada à sua finalidade de abrigar as transportadoras de cargas por via terrestre. No final do relatório de José Fortunati (PT) na Comissão Especial da Câmara, o vereador mencionou o recebimento de um documento da comunidade do Porto Seco, que colocava à disposição uma área para caso fosse necessária para construção da Pista de Eventos²¹¹. Segundo o relatório, a área não pôde ser avaliada pela Comissão Especial em função do esgotamento de seu prazo de funcionamento.

Nas discussões da Comissão, o presidente Humberto Goulart (PDT) havia sugerido que se escolhesse uma segunda opção, além do Humaitá, para o caso da primeira não ser aprovada ou ter dificuldades. De acordo com o documento, essa área seria o Porto Seco, apesar de, na visão do relator Fortunati, ter problemas em relação à distância da maioria das escolas de samba. O relatório indicava que, como medida secundária, o Executivo realizasse o EIA RIMA do Porto Seco, para que pudesse entrar em discussão caso a prefeitura não conseguisse negociar a área da A.J. Renner. O curto prazo de 60 dias era visto como dificultoso para essa negociação.

Nesta seção, procurei abordar as discussões em torno da possibilidade de realizar a Pista de Eventos no bairro Humaitá. Para isso, utilizei principalmente os documentos constantes no processo 596/01 da Câmara Municipal, que reúne as tramitações relativas à Comissão Especial que foi constituída para debater e escolher uma localização para a Pista de Eventos. Ao longo das discussões, foi possível perceber uma resistência por parte de alguns moradores do bairro à concretização da obra. Em parte, ela estava baseada na *ideia de Carnaval* já presente desde as discussões de 1994 (e certamente desde antes disso), e em parte dizia respeito às reivindicações por regularização de moradias na Zona Norte.

²¹⁰ Correio do Povo, 3 de janeiro de 2002.

²¹¹ Processo 596/01 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl. 291.

4.3. “Se o Humaitá não quer, nós queremos”²¹² – entram em cena Restinga e Porto Seco

Correio do Povo, 09 de janeiro de 2002.

Sambódromo pode ser em três áreas - Como a escolha pelo Humaitá enfrenta resistências, Restinga e Porto Seco também serão estudados / Conselho reuniu-se ontem e adiou a decisão por 30 dias.

Duas novas áreas começam a ser analisadas para sediar a pista de eventos de Porto Alegre: uma na Restinga e outra no Porto Seco. A sugestão foi apresentada pelas comunidades desses locais e acatada pelos 25 conselheiros que compõem o Conselho do Plano Diretor durante reunião realizada ontem, que deveria aprovar a inclusão da pista de eventos no bairro Humaitá no mapa da Capital. Após o gravame, começaria o processo de licitação para a construção da pista.

A proposta das áreas alternativas ganhou força por causa da polêmica criada no bairro Humaitá, onde os moradores estão divididos em relação à instalação. 'A confusão começou porque a decisão sobre a localização do terreno veio de cima para baixo', argumentou Nei Carvalho, morador do bairro e delegado do Orçamento Participativo. Já Gislaíne de Sousa, da comissão pró-pista e moradora da Vila Farrapos, acusa os moradores do Humaitá de preconceito. 'A pista não será usada apenas no carnaval. Ela trará desenvolvimento para a região, com oficinas durante o ano', afirmou. Segundo ela, as vilas do entorno são deixadas de lado nas discussões.

A possibilidade de instalação em outros locais deixou a presidente da Comissão de Moradores contra a Pista de Eventos, Claudete Hoehr, dividida. 'Ao mesmo tempo em que ficamos felizes com essas novas possibilidades, ficamos tristes, pois teremos mais 30 dias de discussões pela frente', relutou.

O Secretário Municipal do Planejamento, Carlos Eduardo Vieira, explicou que serão feitas análises técnicas, além de discussões com as comunidades. 'Tanto na Restinga quanto no Porto Seco existe apoio dos moradores e empresários. Mesmo assim, vamos discutir com todos os envolvidos', afirmou. Apesar dessas duas novas alternativas, Vieira ainda não descarta a possibilidade de a pista de eventos ficar no Humaitá. 'Será escolhido o melhor local, tanto tecnicamente quanto em relação à aprovação dos moradores.'

Os resultados deverão estar prontos em 30 dias, quando deverão ser submetidos à análise do conselho. Se não for possível chegar a uma conclusão, existe a possibilidade de o prazo ser prorrogado por mais 30 dias. Mesmo assim, Vieira acredita que as escolas de samba de Porto Alegre poderão desfilar na nova pista já em 2003.

²¹² Correio do Povo, 28 de janeiro de 2002.

Em janeiro de 2002, o Correio do Povo noticiou que a resistência imposta por moradores do Humaitá à construção da Pista de Eventos naquele bairro resultara na avaliação de mais duas áreas para possivelmente receber a obra. Segundo o jornal, havia sido criada uma polêmica em torno do Humaitá, em que os moradores estavam divididos sobre instalar ou não a Pista. Estavam em jogo, de um lado, argumentos baseados na possibilidade de geração de emprego e renda, além das atividades culturais, e de outro lado, uma visão de que o Carnaval traria problemas para o bairro e que a decisão não havia surgido da comunidade, e sim “de cima para baixo”. Moradores do bairro Restinga e do Porto Seco haviam entregue ao Conselho do Plano Diretor sugestões de que suas áreas fossem estudadas. Nesta seção, veremos com mais detalhes como se deram as discussões em torno das três áreas que estavam postas em 2002: o Humaitá, a Restinga e o Porto Seco.

O ano de 2002 iniciou em Porto Alegre com uma indefinição em relação ao local da Pista de Eventos. Embora tenha havido um esforço por parte da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em sugerir um lugar para a prefeitura, e embora o prefeito Tarso Genro tivesse acatado a sugestão de fazer no Humaitá, as manifestações contrárias de moradores à Pista acabaram adiando a decisão final. No dia 3 de janeiro uma comissão de representantes do bairro entregou à Câmara de Vereadores um abaixo-assinado com cerca de 5 mil assinaturas de pessoas contrárias à instalação da Pista de Eventos. A intenção era marcar publicamente essa posição tendo em vista a proximidade de realização da reunião do Conselho do Plano Diretor, que ocorreria no dia 8 de janeiro. A líder da Comissão de Moradores contra a Pista de Eventos, Claudete Hoehr, afirmou ao Correio do Povo que a prefeitura teria que respeitar a vontade da população, garantindo que a decisão fosse democrática²¹³.

Dado o impasse que estava colocado em relação ao bairro Humaitá, a decisão sobre a Pista de Eventos, que já havia sido aprovada no Legislativo e no Executivo, passou para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA, também chamado de Conselho do Plano Diretor), que tinha a finalidade de formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. O Conselho era formado por representantes da sociedade civil e do governo, e regido pela legislação municipal, na Lei Complementar 434/99. Entre suas tarefas estavam: promover debates sobre os planos e projetos relativos ao planejamento urbano; discutir matérias de interesse coletivo.²¹⁴ Segundo Bittencourt (2016), que estudou a participação popular no processo de decisão sobre a Pista de Eventos no Porto

²¹³ Correio do Povo, 3 de janeiro de 2002.

²¹⁴ A lei completa em todas as tramitações está disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-porto-alegre-rs> (acesso em 22/06/2019).

Seco, no período de 2000 a 2003 o Conselho passou a decidir uma série de questões, amparado por maior representatividade e assumiu um papel mais ativo do que anteriormente, incentivando discussões sobre a cidade e colocando em debate ideias trazidas pela população. Também recebeu a tarefa de examinar projetos de empreendimentos propostos pelo poder público e pela iniciativa privada.

Na época da discussão sobre a Pista de Eventos, o Conselho era presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento e composto por 25 representantes. Conforme Bittencourt (2016), o CMDUA era formado por representantes do poder público federal, estadual e municipal²¹⁵, por entidades ligadas ao planejamento urbano²¹⁶ e por representantes de cada uma das oito regiões do Orçamento Participativo²¹⁷. Ou seja, havia uma pluralidade de vozes ali representadas, mas a comunidade carnavalesca não tinha cadeira no Conselho.

No dia 7 de janeiro de 2002, o CMDUA se reuniria para debater a decisão do local para a Pista de Eventos, que já se tornara um impasse na cidade. Naquela reunião, moradores e empresários da Restinga e do Porto Seco apresentaram suas regiões como possibilidades de instalação da Pista, frente à indefinição do bairro Humaitá. Frente às duas novas propostas, o Conselho decidiu adiar por trinta dias a avaliação. Seriam feitas análises técnicas e discussões nas comunidades, ambas a princípio favoráveis ao equipamento da Pista de Eventos, e se decidiria entre as três opções: Humaitá, Restinga e Porto Seco.

Abaixo, exponho um mapa constando as três possíveis localizações da Pista de Eventos e suas distâncias em relação à Avenida Augusto de Carvalho, onde os desfiles de Carnaval vinham acontecendo desde 1988. E nas próximas subseções, apresento as duas regiões que entraram em discussão, a Restinga e o Porto Seco.

²¹⁵UFRGS, Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), a Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), o Gabinete de Planejamento (GAPLAN), a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM).

²¹⁶Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, o Sindicato das Indústrias da Construção Civil, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, a Ordem dos Advogados do Brasil/RS, o Centro de Assessoria e Estudos Urbanos e a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura Sociedade de Economia.

²¹⁷Região de Gestão do Planejamento 01(Centro); Região de Gestão do Planejamento 02 (Humaitá/Navegantes/Ilhas e Noroeste); Região de Gestão do Planejamento 03 (Norte e Eixo Baltazar); Região de Gestão do Planejamento 04 (Leste e Nordeste); Região de Gestão do Planejamento 05 (Glória/Cruzeiro e Cristal); Região de Gestão do Planejamento 06 (Centro Sul e Sul); Região de Gestão do Planejamento 07 (Lomba do Pinheiro/Partenon) e Região de Gestão do Planejamento 08 (Restinga e Extremo Sul).

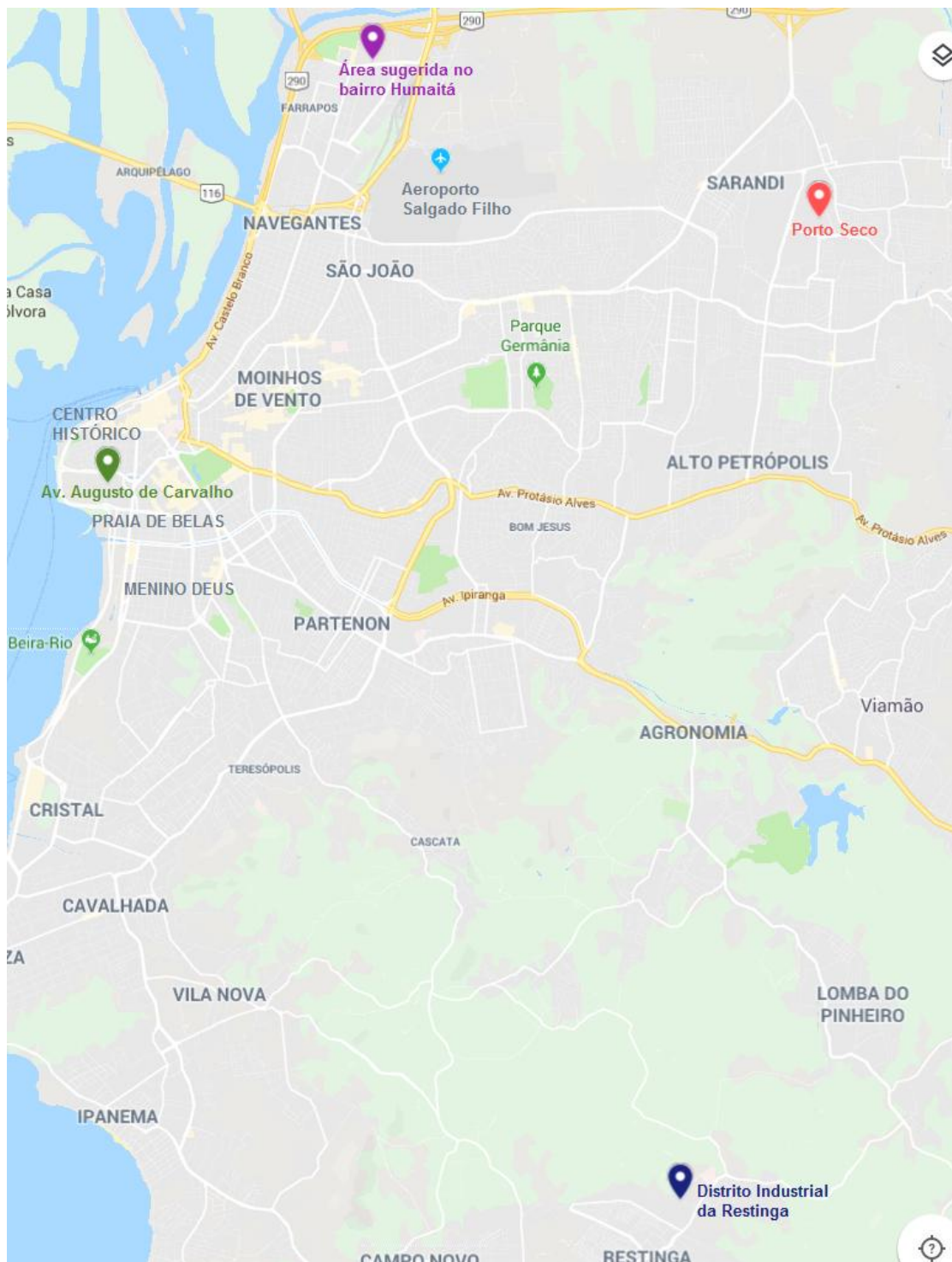


Figura 6: Mapa elaborado pela autora a partir do Google Maps para ilustrar os três locais em disputa em fevereiro de 2002. As distâncias aproximadas de cada um em relação à Avenida Augusto de Carvalho, onde ocorriam os desfiles até então, são: Augusto de Carvalho-Humaitá: 10km; Augusto de Carvalho-Porto Seco: 18km; Augusto de Carvalho-Restinga: 21km.

4.3.1. Restinga

Restinga é um bairro localizado no extremo sul de Porto Alegre, distante cerca de 20km do centro da cidade. A região já havia sido cotada para receber a Pista de Eventos na Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 1994²¹⁸, mas fora descartada em função da distância e das dificuldades de transporte, principalmente. Ao longo desses sete anos, não havia voltado ao noticiário ou às discussões públicas como possível local para sediar a Pista de Eventos. O final da década de 1990 foi um período que a comunidade cresceu, conquistou melhorias junto ao Orçamento Participativo e viu seu carnaval se desenvolver.

Ao longo dos anos 1990, a escola de samba Estado Maior da Restinga consolidou-se como uma das maiores escolas de samba de Porto Alegre, sagrando-se campeã ou vice mais de uma vez. Foi nessa época que apareceu como uma terceira via do carnaval da cidade, disputando em pé de igualdade com Bambas da Orgia e Imperadores do Samba, escolas mais antigas e com mais campeonatos. O crescimento da escola teve um papel importante dentro da comunidade contribuindo na consolidação de uma identidade, como constatou Távama Santos (2011). A seguir, apresento aspectos da formação do bairro que são importantes para compreender o processo de candidatura para receber a Pista de Eventos.

A Restinga foi formada a partir do final dos anos 1960, quando as primeiras famílias chegaram após terem sido reassentadas pela prefeitura. O primeiro grupo que lá se instalou era originário de uma região bastante central da cidade: a Ilhota, que se localizava entre os bairros Cidade Baixa e Praia de Belas, representando “uma espécie de cinturão pobre da cidade, com uma população predominantemente formada por descendentes e remanescentes da escravidão” (SANTOS, 2011, p.64). O nome da vila se devia ao fato de ser uma área de encontro de dois riachos contígua à Cidade Baixa, conhecida desde então como bairro boêmio. O território da Ilhota foi local de nascimento do músico Lupicínio Rodrigues e era considerado o berço do samba de Porto Alegre, frequentado não apenas pelos inúmeros músicos locais, mas também por integrantes da classe média e estudantes. Ali se originaram grupos e blocos de Carnaval, que através da música desempenhavam o importante papel de criar redes de sociabilidade.

Em 1967, já durante a ditadura civil-militar, a prefeitura municipal iniciou remoções dessas famílias e em 1973 consolidou o Projeto Renascença, que objetivava urbanizar aquela região alagadiça da Ilhota valorizando-a para o mercado imobiliário, procurando resolver problemas históricos de infraestrutura e saneamento básico. O intuito era modernizar a zona

²¹⁸ Tratada no terceiro capítulo deste trabalho.

central de Porto Alegre, dando-lhe nova aparência e adequando-a aos novos tempos. As famílias que ali viviam e, apesar das condições precárias, tinham estabelecido vínculos e laços sociais, não pareciam caber no novo cenário planejado de cidade moderna – e branca. Assim, ao invés de receberem moradias dignas após as obras, que eram necessárias, foram deslocadas para uma região distante cerca de 20km do centro de Porto Alegre: a Restinga. Após esse primeiro grupo, populações de outras vilas da cidade que passavam por processos parecidos foram sendo transferidas também. Segundo Távama Santos (2011), houve uma transferência de problemas estruturais existentes nas regiões de origem das famílias para a Restinga, que ainda não possuía a estrutura adequada para tantas moradias, constituindo uma *reterritorialização* da precariedade. Aquelas populações seguiram numa condição marginalizada.

Para enfrentar a situação, a população aos poucos começou a se organizar para reivindicar direitos como saneamento básico, e também houve iniciativas que buscavam restabelecer sua vida social e desenvolver a cultura local. Ainda fazendo referência ao trabalho de Santos (2011), os moradores trouxeram de seus locais de origem (chamados hoje de territórios negros) suas práticas e hábitos:

A experiência do samba, a vivência dos carnavais da Ilhota, da Santana, do Areal da Baronesa, realocaram suas estruturas e, sem perder de vista a articulação com a cidade, voltaram para a avenida, reafirmando sua identidade com o samba e com o carnaval. Reconstruíram, na vivência de um novo território, sua identidade cultural. (SANTOS, 2011, p.76).

Ao reconstruir suas sociabilidades na Restinga, um dos traços em comum que os moradores originários de diversas vilas de Porto Alegre perceberam era o apreço pelo samba e pelo Carnaval. Assim, começaram a ser organizados eventos comunitários, ensaios e encontros até que em 1977 foi criada a escola de samba Estado Maior da Restinga. Ao longo dos anos a escola ganhou notoriedade no Carnaval de Porto Alegre e internamente se consolidava como um elemento importante na constituição de uma identidade afirmativa dos moradores da Restinga. A maneira como se formou o bairro, uma exclusão daqueles considerados indesejados no centro da cidade, explica o grande estigma que sofreram. Por muito tempo, a Restinga foi vista como um bairro de criminalidade e violência associadas à pobreza. Assim, o crescimento da escola de samba Estado Maior da Restinga no Carnaval operou de forma positiva para a comunidade, simbolizada nas frases “Tinga, teu povo te ama” e “Sou Tinga, e daí?”, que marcaram o imaginário e operaram como fator de estabelecimento de uma identidade cultural e orgulho de quem fazia parte do bairro.

Considero importante abordar esse processo de formação, em primeiro lugar, porque revela a histórica e violenta exclusão promovida pelo poder público sobre as camadas mais pobres da população, violência essa arraigada no racismo institucional que marcou as relações na cidade. E em segundo lugar, é imprescindível saber o papel que o Carnaval desempenhava na Restinga no início dos anos 2000 para entender o contexto em que a comunidade se dispôs para receber a Pista de Eventos em 2002. As origens da Restinga auxiliam a explicar como a possibilidade da Pista de Eventos no bairro teve tal aceitação e entusiasmo, demonstrados por exemplo no abaixo-assinado pró-Pista de Eventos, que veremos adiante.

O bairro que figurava nas notícias como local de violência e precariedade foi ganhando visibilidade na imprensa por conta de notícias positivas sobre a escola de samba Estado Maior da Restinga e posteriormente também a União da Tinga. A excelência conquistada nos desfiles de Carnaval e na música puderam reverter, em parte, a imagem estigmatizada do bairro.

Em janeiro de 2002, a comunidade organizada em torno de um comitê pró-Pista de Eventos entregou um documento ao CMDUA se candidatando para receber o equipamento cultural, já que havia um impasse em relação ao bairro Humaitá. A partir da proposição, iniciou-se uma campanha favorável à Pista, com atos no centro da cidade e realização de um abaixo-assinado que reuniu milhares de assinaturas. Távama Santos (2011) ressalta que a articulação política da Restinga trouxe à tona argumentos que não vinham sendo amplamente falados:

Uma comunidade carnavalesca atuante e um movimento comunitário combativo deram voz a algumas questões: a recusa de outros lugares está baseada em argumentos preconceituosos; mais uma vez, o que a sociedade não quer, a Restinga acolhe; o samba tem o poder de integrar, Estado Maior da Restinga aqui é o “coração da cultura popular” diziam os cartazes. (SANTOS, 2011, p.130).

A autora ressalta que em virtude da origem do bairro havia uma receptividade maior ao Carnaval, que já fazia parte da identidade cultural do local. Assim, a comunidade organizada se utilizou de imagens que antes poderiam ter conotação pejorativa para reivindicar justamente que o lugar de uma Pista de Eventos era onde o Carnaval das escolas de samba era bem aceito. Além disso, era visto como uma possibilidade de gerar empregos para a população da região e ainda fomentar o desenvolvimento do Distrito Industrial²¹⁹.

²¹⁹ Desde o início da construção da Restinga, havia o projeto de instalar um Distrito Industrial na região para absorver a mão-de-obra residente no local e desenvolver economicamente o local. No início dos anos 2000, ainda havia poucas empresas instaladas no local.

Foi organizado um comitê pró-Pista de Eventos na comunidade, objetivando que a construção ocorresse junto ao Distrito Industrial, entre a Restinga e o bairro Lomba do Pinheiro. Um grupo de conselheiros da região no Orçamento Participativo apresentou a proposta para a comunidade, na intenção de que o projeto contemplasse atividades de inclusão social durante todo o ano. Elpídio Braga, conselheiro da Estado Maior da Restinga, defendia a instalação da pista no bairro, entendendo que poderia ser o início de um polo cultural e turístico, com geração de emprego e renda²²⁰. O projeto do comitê da Restinga previa ainda a criação de uma “universidade do Carnaval”, em que as estruturas das arquibancadas e barracões abrigariam atividades relacionadas ao Carnaval e às escolas de samba ao longo do ano.

No dia 23 de janeiro de 2002²²¹, antes da reunião do CMDUA que definiria o local definitivo da pista, a comunidade da Restinga realizou um ato-show no Largo Glênio Peres, junto ao Mercado Público. O conselheiro do OP da região 8, Carlos Comassetto, ressaltou à reportagem do Correio do Povo a importância de uma pista que funcionasse o ano todo. Para ele, a Pista de Eventos e o complexo de estruturas para as atividades regulares (os barracões) permitiriam o crescimento do Parque Industrial da Restinga. Em relação à localização, Comassetto garantia que com a conclusão da Terceira Perimetral e com a Via do Trabalhador, seria possível ter uma facilidade de acesso. A Terceira Perimetral foi um projeto de uma avenida que ligava a Zona Norte à Zona Sul da cidade, e a Avenida do Trabalhador é como é conhecido um conjunto de ruas e avenidas que unem a Restinga ao bairro Mathias Velho em Canoas, cidade da região metropolitana, passando também pelas cidades de Viamão, Alvorada e Cachoeirinha. Ou seja, procurava-se demonstrar que embora a distância do centro fosse grande, havia possibilidades de trânsito e ligação com diferentes áreas da cidade e da Grande Porto Alegre.

Simbolicamente, a candidatura da Restinga para receber a Pista de Eventos atuava no sentido de uma “volta às origens”, estabelecendo uma conexão entre um passado relacionado ao samba e ao início das escolas e blocos de Carnaval. Conforme Santos (2011), essa volta operava não num sentido de “guetizar” o Carnaval, excluí-lo, mas sim de dar visibilidade àquela comunidade através da festa. Tratava-se de valorizar um local onde o Carnaval tinha um papel importante na criação e manutenção de laços e de colocar a periferia como elemento

²²⁰ Correio do Povo, 18 de janeiro de 2002.

²²¹ Correio do Povo, 24 de janeiro de 2002.

central na realização dos desfiles. A comunidade, assim, retribuía à Estado Maior da Restinga o que a escola realizara em benefício de uma imagem afirmativa do bairro.

4.3.2. Porto Seco

A outra região que entrou no pleito para receber a Pista de Eventos foi a do Porto Seco, no bairro Rubem Berta. Como vimos no início deste capítulo, a área localizada na Zona Norte integrava um projeto que existia desde o período da ditadura civil-militar. O projeto visava o desenvolvimento econômico de Porto Alegre e região, com a chegada de grandes caminhões de mercadorias e local para armazenamento das mesmas, desafogando o trânsito do centro da cidade. A área era eminentemente industrial e de sedes das transportadoras, mas também havia zona residencial.

No dia 28 de janeiro de 2002 o *Correio do Povo*²²² noticiou a formação de um comitê pró-sambódromo na Zona Norte. Carnavalescos e simpatizantes haviam se reunido na quadra da escola Imperatriz Dona Leopoldina, na Zona Norte, para organizar o apoio à Pista de Eventos no Porto Seco. Os coordenadores do comitê, Alberto Terres e Sergio Marques, queriam angariar apoio de outras escolas de samba da Zona Norte e de cidades da região metropolitana. Em sua visão, o Porto Seco reunia todas as condições necessárias para impulsionar o Carnaval, tendo como vantagens a localização, a facilidade de acesso e a proximidade com municípios da Grande Porto Alegre. No domingo seguinte, dia 3 de março, ocorreria uma grande manifestação durante a Muamba na Avenida Augusto de Carvalho e os defensores do Porto Seco garantiam ainda um grande “barulhão” a ser realizado na Esquina Democrática ou no Brique da Redenção.

Segundo Vinícius Bittencourt (2016), que realizou entrevistas com pessoas envolvidas com o processo de escolha da Pista de Eventos, a comunidade do Porto Seco se mostrou favorável a sediar o desfile das escolas de samba, desde as associações ligadas aos moradores até os representantes de empresários que tinham seus negócios na região (Associação do Porto Seco). O autor expõe ainda que em suas entrevistas os depoentes afirmaram que essa vontade acabou ganhando algum apoio da AECPARS frente à negativa que fora recebida em relação ao bairro Humaitá.

²²² *Correio do Povo*, 28 de janeiro de 2002.

4.3.3. A decisão do CMDUA

Os primeiros trinta dias de prazo do Conselho do Plano Diretor chegaram ao fim e novamente o Conselho se reuniu no dia 5 de fevereiro. Havia sido feita uma avaliação do relatório técnico de cada uma das três áreas cotadas, com participação do CMDUA e secretarias municipais relacionadas: Meio Ambiente, Transportes, Cultura, Planejamento e Obras e Viação. Após a avaliação dos quesitos, houve empate técnico entre Humaitá e Porto Seco²²³. Porém, o vereador Humberto Goulart (PDT) apresentou um abaixo-assinado de moradores do Humaitá contrários ao projeto, criando um impasse. Ao Correio do Povo, o Secretário do Planejamento, Carlos Eduardo Vieira, garantiu que nenhuma área seria imposta e que seria realizado um “processo democrático”, afirmando que o consenso para a decisão final seria “dado entre comunidade, entidades carnavalescas e técnicos, além do Fórum de Planejamento do Plano Diretor”²²⁴. Embora em desvantagem, a comunidade da Restinga, através do conselheiro Carlos Comassetto, continuava pleiteando a Pista no anseio por uma “revolução no Carnaval da capital gaúcha”²²⁵, entendendo que a instalação naquela comunidade traria melhorias de infraestrutura para os desfiles.

Considerando contrariedade do Humaitá e reivindicação da Restinga, e levando em conta que aparentemente se buscava uma decisão por consenso, ao final da reunião, as entidades carnavalescas solicitaram mais trinta dias para posicionarem-se a partir dos relatórios apresentados. O presidente da AECPARS, Jorge Sodré, afirmou que a Associação já estava de acordo com a possibilidade do Humaitá e esperava analisar mais profundamente as propostas da Restinga e do Porto Seco, além de ouvir ambas as comunidades. Para ele, era inaceitável uma decisão sem a participação da comunidade carnavalesca. O pedido foi aceito e uma nova reunião do CMDUA foi agendada para o início de março.

Já parecia ser consenso em Porto Alegre a necessidade de uma Pista de Eventos para o Carnaval das escolas de samba, que crescia a cada ano. Desde o primeiro movimento nesse sentido, quando Alceu Colares propôs a construção de uma Pista de Eventos em 1988, já haviam se passado doze anos. Diversas propostas de locais haviam sido feitas, além de manifestações públicas de carnavalescos e carnavalescas reivindicando que o projeto se concretizasse, mas até o carnaval de 2002 nenhum projeto havia saído do papel.

²²³ Conforme Correio do Povo, 6 de fevereiro de 2002.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Ibidem.

O Carnaval daquele ano aconteceu na metade de fevereiro, novamente em clima de indefinição quanto à Pista de Eventos. A muamba, o ensaio geral dos desfiles, teve ausência de dezenove das vinte e quatro escolas de samba, que não compareceram em protesto à demora na decisão e alegando sucateamento do Carnaval por parte da prefeitura. As escolas de samba acusavam a prefeitura de não cumprir sua parte no convênio com a AECPARS, o que era desmentido pelo Executivo municipal. O clima de tensão estava colocado durante os desfiles de Carnaval. Na noite do Grupo Especial, um problema técnico no carro abre-alas da Imperadores do Samba atrasou os desfiles e gerou conflito na Avenida Augusto de Carvalho. Isso fez com que o conjunto dos desfiles atrasasse, além de causar danificações na avenida. Para retirar o carro do local onde travou, uma parada de ônibus foi removida, além de parte do meio fio e do canteiro central da Avenida Loureiro da Silva²²⁶. O carro só foi removido no dia 15 de fevereiro, na sexta-feira após o desfile do Grupo Especial.

O incidente causou mal estar entre escolas e prefeitura e ressaltou a importância de uma Pista de Eventos que comportasse as dimensões dos carros e desfiles. O secretário da SMOV, Guilherme Barbosa, cobrava uma responsabilização de quem depredara o patrimônio e também o ressarcimento dos prejuízos causados. Por outro lado, membros de escolas alegavam que o poder público não havia colaborado para a resolução do problema na noite dos desfiles e nem nos dias seguintes. O presidente da Imperadores do Samba, Roberto Barros, o Betinho,, afirmou ao Correio do Povo que era “uma vergonha Porto Alegre não ter um local apropriado para o desfile”²²⁷. Além de Betinho, o Correio do Povo também ouviu Ubirajara de Oliveira, da Estado Maior da Restinga, buscando mostrar a visão de representantes do Carnaval sobre a situação naquele momento. Chama a atenção que em todas as matérias no Correio do Povo havia um formato específico de notícia, em que apresentava-se, ainda que sucintamente, as diferentes vozes dos grupos envolvidos na questão abordada.

Naquele ano, a escola Bambas da Orgia ficou com o título de campeã do Carnaval de Porto Alegre, mas a escolha não foi reconhecida oficialmente pela prefeitura²²⁸. Os prêmios em dinheiro para primeiro, segundo e terceiro lugar foram cancelados. Segundo a Secretária de Cultura Margarete Moraes, a AECPARS seria cobrada a arcar com os custos de “depredação de bens públicos” e punir os responsáveis pelos danos na para de ônibus e no cordão da calçada da Avenida Loureiro da Silva²²⁹.

²²⁶ Correio do Povo, 14 de fevereiro de 2002.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Correio do Povo, 15 de fevereiro de 2002

²²⁹ Idem.

A data prevista para deliberação do CMDUA, 19 de fevereiro, foi adiada em uma semana já que a AECPARS não entregara a avaliação de viabilidade do Carnaval nas regiões. Segundo o secretário Carlos Vieira, do Planejamento, caso a entidade não se manifestasse em uma semana o Conselho teria legitimidade para tomar a decisão. Mas a AECPARS entregou seu parecer e declarou preferência pelo bairro Humaitá, e o Conselho se reuniu no dia 5 de março para a votação definitiva.²³⁰

Vinícius Bittencourt (2016) realizou entrevistas com pessoas envolvidas no processo, entre eles Juarez de Souza, então diretor de comunicação da AECPARS. Segundo o depoimento concedido a Bittencourt, havia um acordo com alguns componentes do CMDUA:

Tínhamos um pré-acordo com o Conselho da Cidade que decidia os locais e as destinações de áreas, e o Conselho tinha um acordo que nós votaríamos para ir para o Humaitá, que era um meio termo, nós saímos do nosso ninho, do nosso berço, mas estávamos indo ali para o projeto da entrada da cidade, que tinha uma relativa proximidade com o Centro. Na hora da votação, cinco votos pertencentes aos indicados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que tinham assentos no Conselho votaram contrariamente ao que estava acordado, e nós acabamos tendo que vir para o Porto Seco. (SOUZA apud BITTENCOURT, 2016, p.64)

²³⁰ Em meu percurso de pesquisa, procurei o quanto pude a ata da reunião do CMDUA de 5 de março de 2002. Considerava ser importante entender quais foram os argumentos levantados pelos conselheiros para defender este ou aquele local, inclusive para avaliar quais *ideias de Carnaval* eram trazidas à tona nas diferentes falas. Comecei a busca pela página da internet do Conselho, que dispõe de atas digitalizadas. Porém, as atas disponíveis são as de reuniões a partir de 2009. Em contato por telefone com a SPM, SMOV, e outros órgãos internos da prefeitura não encontrei respostas sobre onde poderiam estar as atas anteriores a 2009. No Arquivo Municipal, que armazena documentos e processos em tramitação ou mais recentes, fui informada que era possível que houvesse alguma cópia da ata do CMDUA, caso fizesse parte de algum processo interno do município. Para isso, precisaria saber um processo onde a ata pudesse ter sido utilizada e descobrir o número de identificação do mesmo. Segui a busca por duas vias: por um lado, pesquisar se ela poderia ter sido usada em algum processo do município e, por outro, buscar o documento original junto a seu fundo de origem – o próprio CMDUA ou a Secretaria de Planejamento Municipal (SPM). Consultei no Arquivo Histórico Moysés Vellinho os instrumentos de pesquisa relativos à SPM e aos Conselhos, e lá não encontrei. Chegando na própria Secretaria, fui informada que a nova gestão da prefeitura havia mudado a estrutura de secretarias e que o órgão responsável pelo CMDUA não se localizava mais naquele setor. Consultei a atual Secretária responsável, que disse também não saber, pois não havia recebido informações sobre arquivos físicos, apenas digitais. No mesmo prédio da SPM, me dirigi ao setor de atendimento ao público e serviços ao cidadão. Apesar de não ser o local específico onde a ata poderia estar, dois funcionários muito solícitos fizeram a busca no sistema interno de resoluções do CMDUA para a cidade, tentando encontrar alguma pista. Encontramos apenas documentos oficiais que determinavam a construção do Complexo Cultural do Porto Seco, quando a decisão pelo local já havia sido tomada. Considero importante retomar esse percurso de busca pelo documento não apenas para justificar sua ausência no trabalho, mas também como forma de reflexão sobre as políticas de memória em Porto Alegre. O esvaziamento de políticas para a memória ao longo dos últimos anos, bem como as mudanças na estrutura da administração do município, fizeram com que as atas do CMDUA anteriores a 2009 não estivessem disponíveis para acesso público. Certamente existem e estão armazenadas em algum lugar (provavelmente no mesmo prédio em que estive, onde funciona a SPM), mas estão inacessíveis a pesquisadores e qualquer cidadão ou cidadã. Esse episódio não está descolado do debate desta dissertação e também faz parte de uma história política recente de Porto Alegre, onde a gestão dos acervos serve como caso para revelar o gradual descuido do poder público para com as políticas de memória e história da cidade.

Assim, após as avaliações feitas pela AECPARS, Juarez de Souza relata que houve a preferência pela Humaitá e a realização de um acordo verbal com conselheiros que representavam a prefeitura para que votassem a favor do bairro. Porém, isso não ocorreu e parte da comunidade carnavalesca se sentiu traída²³¹.

O resultado da votação foi de 12 votos para o Porto Seco, 7 para a Restinga, 3 para o Humaitá e 2 abstenções²³². O Correio do Povo e a Zero Hora deram destaque para a decisão. Ao Correio, Juarez de Souza falou que “o processo foi todo direcionado pelo município para a construção no Humaitá e, agora, com seis votos de representantes do próprio município, foi escolhida uma área que nem sequer havia sido discutida.”²³³. O tempo de debate sobre a área do Porto Seco, no seu entendimento, havia sido muito curto. A notícia do Correio do Povo abordava de maneira objetiva a duração da reunião, em que “cada conselho expôs suas argumentações por cerca de dez minutos”, o resultado da votação e alguns depoimentos como o de Juarez Souza. Além disso, trazia a informação de que alguns conselheiros teriam acusado uma “descentralização dos debates em favor do Porto Seco”²³⁴. O conselheiro da região do Porto Seco, João Alberto Vieira, disse ao jornal que a comunidade estava de acordo com a instalação da Pista de Eventos na área.

Já em Zero Hora a decisão do CMDUA chegou a ser matéria de capa, destaque que até então não havia sido dado à pauta. Chama a atenção que a manchete de capa dizia “Prefeitura decide sambódromo no Porto Seco”, sendo que a decisão havia sido tomada pelo Conselho, que tinha representantes da prefeitura, mas também de outras entidades da sociedade. A decisão de 5 de março era um indicativo do Conselho, que repassaria à prefeitura e posteriormente à Câmara de Vereadores, que teria a palavra final, segundo Távama Santos (2011). Naquele momento, o CMDUA estava *sugerindo* uma localização, e a prefeitura ainda não havia se manifestado sobre a decisão. Ou seja, o jornal estava antecipando uma possível discussão sobre o Executivo municipal acatar a sugestão ou não.

A reportagem, de página inteira, era assinada por Fabiano Burkhardt e Renato Dornelles e trazia depoimentos de participantes da reunião, enfatizando o sentimento de

²³¹ É importante ressaltar que as repercussões sobre a decisão entre carnavalescos foram diversas, havendo pessoas favoráveis e contrárias à Pista no Porto Seco. Nesta pesquisa, o alcance das fontes é restrito às personalidades que foram entrevistadas por jornais ou realizaram falas em reuniões públicas, como as da Câmara de Vereadores, já que o foco aqui é justamente entender como que determinada *ideia de Carnaval* por parte das elites influenciou as decisões sobre a Pista de Eventos no município. Por isso não foi possível neste breve trabalho de mestrado dar conta da diversidade de opiniões entre a comunidade carnavalesca, o que certamente se tornaria – e merece – a realização de outra pesquisa.

²³² Correio do Povo, 06 de março de 2002.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem.

traição alegado pelos representantes da AECPARS. Zero Hora noticiava ainda que militares e tradicionalistas também não ficaram satisfeitos com a decisão. A Liga da Defesa Nacional, responsável por organizar o desfile de 7 de setembro, disse que a área não dava as condições necessárias a uma parada militar, garantindo que não haveria desfile naquela localização se a decisão fosse mantida. Coronel Pedro Dauro de Lucena afirmou que “o carnaval pode ser lá, mas não a parada militar. Não temos interesse em organizar o desfile tão longe do Centro, e o ambiente não será adequado”²³⁵. O Movimento Tradicionalista Gaúcho não emitiu uma posição oficial, mas segundo a notícia, a possível mudança de local do desfile de 20 de setembro preocupou os organizadores. Com o Acampamento Farroupilha montado no Parque da Harmonia todo ano, na perspectiva dos jornalistas “os cavaleiros terão de cavalgar horas até chegar até a Pista de Eventos, caso ela seja construída no Porto Seco”²³⁶.

No final da página de reportagem da Zero Hora, era apresentado um quadro com dados de uma pesquisa realizada pelo CEPA (Centro de Estudos e Pesquisas Administrativas) da UFRGS a respeito da preferência da população. A consulta, realizada em 24 de fevereiro daquele ano, apontava que 85,4% da população ouvida era a favor da construção de uma Pista de Eventos e 83% acreditava que essa obra melhoraria o Carnaval. Dos locais considerados mais adequados, a Avenida Augusto de Carvalho aparecia com 38,8% de preferência, seguida pela Restinga, com 19,2%. Em terceiro lugar ficava o Porto Seco, com 15,3% e o bairro Humaitá em quarto, com 10,4%. Das pessoas consultadas, 16,3% respondeu outras opções ou nenhum local. A reportagem trazia esses dados para comparar com as informações sobre a discussão no CMDUA. Implicitamente estava dito que votação controversa não correspondia às preferências populares sobre a localização da Pista de Eventos.

O jornalista Renato Dornelles foi outro entrevistado por Bittencourt (2016) a respeito de como se deu a decisão pelo Porto Seco no CMDUA. Segundo o relato, a deliberação passou para a competência do Plano Diretor por ter havido resistências a respeito da escolha oficial em outras áreas. Sendo o Conselho uma instância formada por representantes do município, do estado, da união e de organizações da sociedade civil, entendeu-se que poderiam chegar a uma solução que ouvisse as diversas esferas. O Conselho Diretor não daria a palavra final, a responsabilidade era da prefeitura, que acatou a decisão. A Prefeitura acatou esta votação e tomou a decisão do deslocamento dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Porto Seco, onde não só não havia resistência da população local como havia

²³⁵ Zero Hora, 06 de março de 2002.

²³⁶ Zero Hora, 06 de março de 2002.

apoio de uma parcela de moradores da área. Bittencourt (2016) afirma que houve aceitação dos carnavalescos pelo Porto Seco com a condição de que fossem construídos os barracões e as arquibancadas fixas estivessem garantidas. Ou seja, aceitavam ir para uma região distante e a princípio indesejada, desde que a obra trouxesse melhorias de fato para o Carnaval. Os desfiles militares e gauchescos permaneceram na região central da cidade.

Assim, embora houvesse uma forte discussão pública da questão pertinente à Pista de Eventos, a participação da comunidade carnavalesca na decisão final ficou restrita a um acordo com alguns representantes do CMDUA, já que o Conselho não tinha um assento específico para essa comunidade. Não há registros desse acordo, mas há indícios de que não foi cumprido, além das evidências de descontentamento por uma parcela da comunidade carnavalesca e de seus representantes políticos.

4.4. “Carnaval 2004 será no Porto Seco”²³⁷

Correio do Povo, 26 de fevereiro de 2004.

45 mil pessoas lotam a pista de eventos

Cerca de 45 mil pessoas acompanharam o desfile das sete escolas do Grupo Especial do carnaval de Porto Alegre entre a noite de terça-feira e a madrugada da Quarta-Feira de Cinzas. As arquibancadas e os camarotes do Complexo Cultural do Porto Seco estavam lotados, reunindo aproximadamente 12 mil pessoas. O público permaneceu até o dia amanhecer, para prestigiar as apresentações das escolas do Grupo Especial.

O desfile foi aberto pela passagem dos 250 componentes da tribo Os Comanches e pelo bloco infantil Integração dos Anjos. Nas arquibancadas, o público acompanhava com faixas, camisetas e bandeiras azul e branco, dos Bambas, e vermelho e branco, da Imperadores do Samba, dividindo as duas maiores torcidas de carnaval de Porto Alegre. Quem não conseguiu entrar no complexo Porto Seco para assistir de perto o espetáculo das escolas do Grupo Especial, se aglomerou junto às cercas que protegem o entorno da pista de eventos. A Brigada Militar dobrou a segurança nas imediações para garantir a tranquilidade do público.

Avaliação

A segurança no Complexo Cultural do Porto Seco foi um dos pontos fortes do carnaval. Cerca de 500 policiais revezaram-se na atuação. A área externa, no entanto, ainda tem problemas. A iluminação é fraca, os carros estacionados ficam muito distantes dos acessos à pista e a aglomeração impede a circulação de quem deseja assistir aos desfiles. Os registros policiais foram de porte de entorpecentes em pequena quantidade. Entre os itens a serem melhorados estão a rede de esgoto, que exala mau cheiro pelos bueiros.

²³⁷ Correio do Povo, 31 de julho de 2003.

Após dois anos de obras, em fevereiro de 2004, no Carnaval, foi inaugurado o Complexo Cultural do Porto Seco. A notícia acima, do Correio do Povo, foi publicada ao final dos desfiles daquele ano e buscava apresentar ao leitor os destaques a respeito da inauguração do novo local para o Carnaval. Na avaliação da reportagem, não assinada, a presença de policiais foi importante para garantir a segurança do local, mas alguns aspectos ainda precisavam de melhorias, como a questão do saneamento e da iluminação. Nesta última seção do capítulo, pretendo abordar o período que vai da decisão do CMDUA em 2002 até a inauguração do Complexo Cultural do Porto Seco. Para isso, utilizei especialmente notícias do Correio do Povo, além de publicações oficiais como a Lei 477/2002, o Diário Oficial de Porto Alegre e o processo 1235/02 da Câmara Municipal. Busquei, nesse momento, apresentar alguns dos principais acontecimentos na cidade do período e as questões em disputa em torno da região do Porto Seco.

A decisão do CMDUA pelo Porto Seco como local para implantação da Pista de Eventos, em março de 2002, não agradou aos três principais grupos envolvidos nas discussões. Nem carnavalescos, nem tradicionalistas, nem militares ficaram totalmente satisfeitos com a escolha do local, especialmente em função da distância do centro. Segundo o Correio do Povo²³⁸, a única celebração após a reunião do dia 5 de março de 2002 havia sido dos moradores do Humaitá que eram contrários à pista em seu bairro, contentes por não sediarem a construção. Apesar de mencionarem os três grupos envolvidos com a questão da Pista de Eventos, tanto Correio do Povo quanto Zero Hora dão ênfase ao termo Sambódromo nas notícias, mostrando que àquela época o entendimento já era de que o espaço seria usado principalmente para o Carnaval. As manchetes “Porto Seco receberá o sambódromo”²³⁹ e “Prefeitura decide sambódromo no Porto Seco”²⁴⁰ são exemplos disso. Ou seja, embora a insatisfação dos militares e tradicionalistas também aparecesse nas notícias, implicitamente o que se dizia era que o espaço seria destinado aos desfiles das escolas de samba.

No dia 7 de março, Zero Hora dedicou uma página inteira à reportagem “Sambódromo não fica pronto para 2003”. A matéria, assinada pelo jornalista Jaime Silva, afirmava que mesmo que a decisão do CMDUA fosse homologada pelo prefeito Tarso Genro, as obrigações legais em relação a estudos e licitações que precisariam ser feitos não possibilitariam a conclusão da obra até o carnaval seguinte. Além das questões burocráticas, a resistência dos carnavalescos também era assinalada como um dos empecilhos a serem enfrentados pela

²³⁸ Correio do Povo, 07 de março de 2002.

²³⁹ Correio do Povo, 06 de março de 2002.

²⁴⁰ Zero Hora, 06 de março de 2002.

prefeitura. A Liga de Defesa Nacional (LDN, responsável pelos eventos cívicos ligados ao 7 de setembro) e o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) se manifestaram afirmando que não realizariam seus desfiles no Porto Seco. Nos dias que se seguiriam, Tarso Genro daria sua posição sobre a decisão que, se fosse favorável, seria sucedida pelo EIA-RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental). Alberto Terres, da coordenação do Comitê Pró-Pista de Eventos da Zona Norte, disse à reportagem que a comunidade esperava ainda projetos de geração de renda junto à Pista de Eventos. A matéria trazia ainda um quadro sobre a região do Porto Seco, explicando a localização e o que já existia na área, além de dados sobre as dimensões do projeto.

No quadro intitulado “Contraponto”, a reportagem deu espaço à fala de Juarez de Souza, coordenador de comunicação da AECPARS, que disse que ainda naquela semana se reuniriam com o prefeito para tentar dissuadi-lo de aprovar o Porto Seco como local para a Pista de Eventos. Para o carnavalesco, a distância tornava inviável a realização dos desfiles, e insistia que o melhor lugar entre os três aventados era o bairro Humaitá.

Outro grupo que também ficou insatisfeito com a escolha do Porto Seco como Pista de Eventos/Sambódromo foram os empresários do ramo do transporte de cargas. No dia 8 de março o Correio do Povo noticiou que os empresários estavam inconformados com o anúncio da instalação da Pista de Eventos/Sambódromo no Porto Seco e que alegavam que a obra descaracterizaria a área. João Pierotto Neto, presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas do Estado do Rio Grande do Sul (Setcergs) disse ao Correio do Povo que a lei municipal estabelecia que todas as transportadoras e somente elas poderiam estar sediadas no Porto Seco. O fluxo diário de caminhões era grande, cerca de mil e quinhentos, e a região ainda tinha problemas de infraestrutura viária, em alguns casos fazendo os caminhões circularem por ruas estreitas e residenciais. Os empresários afirmavam que muitas questões deveriam ser regularizadas, como a própria concessão de alvarás e um acesso direto ao Porto Seco. O Estado tinha se comprometido em 1996 a construir o acesso direto caso o setor empresarial construísse uma delegacia de polícia e um prédio que serviria como posto do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) para vistorias nos caminhões. Os empresários, em 2002, se queixavam de que terem feito sua parte mas o Estado não. A matéria dizia ainda que eles tentariam reverter a decisão do CMDUA²⁴¹.

²⁴¹ Correio do Povo, 08 de março de 2002.

Em 26 de março, através do processo nº 1235²⁴², o prefeito Tarso Genro encaminhou o projeto de lei complementar que autorizaria a implantação do “Complexo Pista de Eventos no Porto Seco” e que veio a se tornar a Lei Complementar 477/2002. No documento, o prefeito sinalizava as inúmeras áreas estudadas ao longo dos anos e as tentativas frustradas de implantação da Pista de Eventos. No mesmo texto, utilizou a posição favorável dos usuários do Porto Seco como argumento para a aprovação do projeto:

(...) na medida em que visualizam uma possibilidade de criação de equipamentos comunitários que poderão ser utilizados durante todo ano, tanto para atividades complementares às atividades profissionais, como o programa de geração de renda, quanto para atividades comunitárias.”²⁴³

Além disso, colocava-se “convicto da necessidade inarredável de imediata construção do equipamento em Porto Alegre”²⁴⁴. De fato era um projeto para a cidade que já se estendia há muitos anos e havia uma construção da opinião pública em torno da necessidade de concluí-lo. E embora existissem as possibilidades de criação de projetos com atividades o ano todo na Pista de Eventos no Porto Seco, chama a atenção que o prefeito não menciona o principal grupo entre os interessados no projeto, os carnavalescos.

O projeto de lei complementar propunha a seguinte ementa: “Autoriza a implantação do Complexo Pista de Eventos no Porto Seco, modifica a Lei Complementar nº324/94 e dá outras providências”. A lei a qual se refere, de 1994, era a que regulamentava a área do Porto Seco, suas unidades territoriais e regime urbanístico. O projeto de lei de Tarso, então, autorizava a implantação da Pista de Eventos e explicava que entendia por Complexo Pista de Eventos, que seria “o equipamento público utilizado para festividades carnavalescas, comemorações cívicas, atividades culturais e outras afins”²⁴⁵. Neste projeto, incluía-se a área de desfile, as arquibancadas e os barracões. Trazia ainda, em anexo, a planta do local.

O projeto para o Porto Seco havia sido entregue num pacote com outros projetos de lei que o prefeito encaminhou à Câmara dez dias antes de deixar o cargo, como a venda de terrenos no Distrito Industrial da Restinga e outras obras na cidade. O ano de 2002 teria eleições para os governos estadual e federal e Tarso Genro se preparava para se candidatar a governador do Rio Grande do Sul. O vice-prefeito, José Verle, assumiria o governo municipal em seu lugar.

²⁴² Processo 1235/02 da Câmara Municipal de Porto Alegre.

²⁴³ Processo 1235/02 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.1.

²⁴⁴ Processo 1235/02 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.1.

²⁴⁵ Processo 1235/02 da Câmara Municipal de Porto Alegre, fl.2.

O prefeito Tarso Genro homologou a decisão do CMDUA em abril, antes de deixar a prefeitura. Além disso, na Câmara, o vereador Humberto Goulart (PDT) afirmou ao Correio do Povo²⁴⁶ que o projeto sofreria emendas para contemplar a construção de barracões e oficinas na área do Porto Seco. A princípio, o recurso de R\$1 milhão seria liberado com a aprovação do projeto na Câmara Municipal de Vereadores e o restante necessário seria captado junto ao setor privado. Além dos barracões e oficinas, o conselheiro de planejamento da Zona Norte, João Alberto Vieira, disse ao Correio do Povo em 3 de abril que a comunidade reivindicava ainda guarnições dos bombeiros e da Brigada Militar no local²⁴⁷.

Ainda em abril de 2002, cerca de noventa famílias que residiam na área onde seria construída a Pista de Eventos foram “retiradas”²⁴⁸ da região por 150 policiais militares. Houve resistência, e segundo a matéria do Correio do Povo algumas pessoas “se agarraram aos barracos” e alguns “invasores” foram detidos temporariamente. Em seguida ao acontecimento, 40 famílias foram à prefeitura protestar. É perceptível nesse evento uma disputa de narrativas à qual o jornal parecia tentar dar ares de imparcialidade. Os moradores expulsos alegavam violência por parte da Brigada Militar e diziam que uma moradora fora agredida. O Poder Executivo, na figura do secretário de Planejamento Carlos Eduardo Vieira, dizia que não tinha obrigação de garantir moradia para aquelas pessoas porque a ocupação era muito recente e as famílias teriam que pleitear junto ao OP. Os moradores expulsos tinham apoio da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre) e do presidente Leodomar Rosa Duarte, que pedia à prefeitura pelo menos um local para alguns dias, já que as pessoas não tinham para onde ir. Rodrigo Leal, advogado dos moradores, disse que teria havido má-fé, já que algumas famílias ocupavam a área há mais de um ano.

No dia seguinte, 17 de abril, o jornal seguiu repercutindo a disputa, dando espaço para depoimentos de moradores como Edir de Oliveira, que disse à reportagem que havia um acordo de derrubar quarenta casas do lado direito do terreno, “mas a prefeitura aproveitou e derrubou tudo”²⁴⁹. O chefe de fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) respondeu dizendo que aquela era uma área de risco porque se tratava de um local alagadiço. A Secretaria colocou quinze caminhões à disposição dos moradores, que seguiam sem ter para onde ir. A última notícia no Correio do Povo sobre essa questão foi no dia 21 de abril, em que se confirmava que os moradores expulsos da área onde seria construída a Pista

²⁴⁶ Correio do Povo, 2 de abril de 2002.

²⁴⁷ Correio do Povo, 3 de abril de 2002.

²⁴⁸ Correio do Povo, 16 de abril de 2002.

²⁴⁹ Correio do Povo, 17 de abril de 2002.

de Eventos do Porto Seco teriam que recorrer ao Orçamento Participativo (OP) para reivindicar as moradias, e isso só seria possível de acontecer em 2003. Ignez D'Ávila, arquiteta e supervisora de desenvolvimento urbano da SPM, disse ao jornal que se formaria uma comissão integrada por moradores afetados, Câmara e UAMPA, que agilizaria a participação das famílias do Porto Seco no OP. Depois dessa data, não apareceram mais notícias relativas à remoção dessas famílias, o que dificulta uma análise mais aprofundada sobre o caso. De qualquer forma, entendo ser simbólico o episódio para retratar a postura da prefeitura em relação à aparente pressa em construir a Pista de Eventos. Além disso, demonstra mais uma vez que a questão habitacional tinha inúmeras pendências na região do Porto Seco, como já demonstrado anteriormente neste mesmo capítulo.

O projeto de lei de Tarso Genro para a área do Porto Seco tramitou nas comissões da Câmara de Vereadores até agosto de 2002, quando foi aprovado pelo plenário do Legislativo. Naquele mês foram definidos os detalhes para utilização, ocupação e dimensionamento físico da área. Em 10 de setembro de 2002, a Lei Complementar nº 477 entrou em vigor no município, autorizando a implantação da Pista de Eventos e alterando alguns pontos da lei 324 de 1994. A lei original pautava o regime urbanístico da área do Porto Seco, e a 477 modificava o artigo 4º, que tratava da divisão da área em setores: setor de terminais privados, setor de abastecimento e oficinas, setor de apoio, parque de estacionamento e equipamentos urbanos e comunitários. A lei de 2002 substituiu o parque de estacionamento pelo “Complexo Pista de Eventos” e incluiu um parágrafo único esclarecendo que se considerava “equipamento urbano e comunitário” o Complexo Pista de Eventos, exigindo que o novo projeto arquitetônico definisse e dividisse as áreas para cada tipo de uso²⁵⁰.

Além da aprovação da lei que alterava o regime urbanístico da região, também em setembro foi lançado o Projeto Integrado do Porto Seco (PIPS) pelo prefeito João Verle, que assumira após Tarso Genro sair para se candidatar a governador. O projeto objetivava criar ações para impulsionar o desenvolvimento da região, como melhorias de infraestrutura e obras para agilizar a circulação de veículos. Na esteira da Pista de Eventos, então, foram feitas diversas iniciativas para desenvolver aquela região da cidade. A previsão era de construir equipamentos culturais, de lazer, de esporte, reunindo diversas secretarias da prefeitura. O secretário do Planejamento, Carlos Vieira, explicou ao Correio do Povo que a partir da manifestação da comunidade, “a prefeitura passou a discutir com os moradores a elaboração de propostas que irão contemplar um projeto amplo para atender às principais reivindicações

²⁵⁰ Processo 1235/02 da Câmara Municipal de Vereadores.

da região”.²⁵¹ Procurava-se demonstrar um esforço em promover esse desenvolvimento em múltiplos âmbitos, possibilitando que a região do Porto Seco se tornasse um polo de desenvolvimento econômico, social e cultural.

O Carnaval de 2003 foi o último a ocorrer na Avenida Augusto de Carvalho e novamente teve a Bambas da Orgia como a campeã. Ao final dos desfiles, o prefeito João Verle assinou a ordem de início das obras e a inauguração do Porto Seco para 2004 voltou a ser notícia. Em 07 de março de 2003²⁵², Verle assinou o contrato de elaboração do projeto com a empresa Beck de Souza Engenharia. Na planta da obra realizada pela Beck Engenharia, havia a previsão da construção de barracões e oficinas. A pista seria construída em duas fases. Uma primeira, com execução de terraplenagem, ruas de acesso, pista e barracões, e a segunda com as arquibancadas²⁵³. A partir da assinatura do documento por João Verle, ela teria sete meses para apresentar as duas etapas do projeto à prefeitura.

No final de julho o prefeito João Verle garantiu que o Carnaval 2004 seria realizado no Porto Seco, e que pelo menos a primeira etapa das obras já estaria concluída até lá. Fora lançado o edital de licitação para infraestrutura e pavimentação da pista, cujas obras faziam parte do PIPS (Projeto Integrado do Porto Seco). A previsão, após a publicação da licitação, era de que as obras tivessem início em outubro e ficassem prontas até fevereiro de 2004. Por serem realizadas em partes, outra licitação seria aberta para a construção dos quinze barracões previstos. Para o Carnaval de 2004 estavam previstas as obras estruturais e os barracões, ficando para o futuro as arquibancadas, sanitários e o restante dos equipamentos. A reportagem do Correio do Povo²⁵⁴ trazia ainda a informação de que o presidente da AECPARS, Jorge Sodré, classificava o espaço como uma vitória dos carnavalescos e da comunidade. Porém, em outras matérias, o jornal apontava o descontentamento de grupos carnavalescos com a distância do local em relação ao centro. Ou seja, às vésperas da inauguração, a construção da Pista de Eventos ainda era contraditória. E assim seguiu.

Em coluna publicada em 6 de setembro no espaço “Nosso Colaborador”, no Correio do Povo, o prefeito João Verle exaltava o Complexo Cultural Pista de Eventos como uma das obras que movimentava Porto Alegre naquele momento. Dizia que atendia uma reivindicação antiga dos carnavalescos e seria decisiva para o desenvolvimento da região norte da cidade.

²⁵¹ Correio do Povo, 03 de setembro de 2002.

²⁵² Correio do Povo, 07 de março de 2003.

²⁵³ Correio do Povo, 26 de março de 2003.

²⁵⁴ Correio do Povo, 31 de julho de 2003.

Conforme o previsto, em outubro foi definida a executora das obras de infraestrutura e pavimentação. As obras incluíam terraplanagem, drenagem pluvial, rede de abastecimento de água, rede de esgoto, sistema de hidrantes e serviços complementares²⁵⁵. Em 13 de outubro começou oficialmente a obra da Pista de Eventos, com o objetivo de que a primeira etapa fosse concluída até o Carnaval 2004. Na abertura dos trabalhos, o prefeito João Verle afirmou, segundo o *Correio do Povo*: “As comunidades que resistiram em receber a Pista irão se arrepender quando virem tudo pronto”²⁵⁶. O prefeito dava um recado para a população que anteriormente havia rejeitado os projetos de Pista de Eventos em outras localizações, projetando que aquele seria um equipamento cultural de grande valor na cidade. Havia a expectativa de que o Carnaval 2004 seria o melhor dos últimos anos. As obras de infraestrutura da área aconteceram em ritmo acelerado até fevereiro de 2004. Contudo, a segunda etapa prevista também para aquele ano não aconteceu. As arquibancadas, camarotes e barracões ficaram para 2005.

O discurso presente no *Correio do Povo*, a partir do momento em que foi definida a localização da Pista de Eventos, mudou bastante em relação ao início do recorte temporal desta pesquisa. Predomina nas notícias a expectativa favorável sobre a construção, como por exemplo no dia 23 de janeiro de 2004, quando foi noticiada a visita da corte do Carnaval (Rei Momo, Rainha e Princesas) ao local. Ali, tanto a corte quanto o presidente da AECPARS são retratados como estando contentes com a mudança, que possibilitaria o crescimento do Carnaval de Porto Alegre e traria novas possibilidades. Embora aparecessem as inconsistências, ou o que ainda estava faltando nas obras, a expectativa geral transmitida pelo jornal era de algo que seria benéfico para a cidade, muito diferente de quando se aventou a possibilidade que a Pista fosse construída no Parque Harmonia, no Menino Deus, ou no Humaitá.

“Sambódromo representa um desejo atendido”²⁵⁷, foi a manchete do *Correio às vésperas do Carnaval*. Na matéria, ressaltavam os longos anos até se definir o local para a Pista de Eventos em Porto Alegre. A Muamba oficial, grande ensaio do Carnaval, ocorreu pela primeira vez no Porto Seco no dia 14 de fevereiro de 2004.

Entre os dias 22 e 24 de fevereiro de 2004 ocorreram, então, os primeiros desfiles das escolas de samba no Complexo Cultural Pista de Eventos no Porto Seco. Cerca de 45 mil

²⁵⁵ *Correio do Povo*, 02 de outubro de 2003.

²⁵⁶ *Correio do Povo*, 14 de outubro de 2003.

²⁵⁷ *Correio do Povo*, 14 de fevereiro de 2004.

pessoas, segundo a Brigada Militar, acompanharam os desfiles do Grupo Especial na noite da terça-feira de Carnaval. O espetáculo de grandes proporções foi objeto de várias páginas do encarte especial do Correio do Povo, que trazia resumos detalhados sobre o desempenho das escolas. Quanto ao novo espaço para os desfiles, o jornal ressaltava a lotação máxima das arquibancadas e aglomeração no entorno da Pista de Eventos daqueles que não conseguiram entrar, conforme a notícia que abre esta seção. A segurança foi elogiada, sem ocorrências policiais, e foi criticada a iluminação, a distância entre o local para estacionar os carros e a pista, e a rede de esgoto que exalava “mau cheiro”²⁵⁸.

O Diário Oficial de Porto Alegre, além de ser publicação oficial das medidas realizadas pela prefeitura, trazia também reportagens àquela época. Evidentemente, por representar oficialmente o Poder Executivo, trazia as notícias locais com um verniz especial, como na manchete “Carnavalescos aprovam a nova pista de eventos”. No dia 26 de fevereiro, enquanto o Correio do Povo trazia notícias sobre os desfiles de Carnaval e a avaliação do funcionamento da nova Pista de Eventos, o veículo oficial da prefeitura ressaltou apenas as perspectivas positivas, como depoimentos de foliões e carnavalescos contentes com a novidade. “conquistamos esse local que ninguém nos tira”, dissera a foliã Maria de Lourdes Beliziário. Além dela, a edição trazia depoimentos do Rei Momo Otávio Frota Júnior e do presidente da escola Imperatriz Dona Leopoldina, Maurício Nunes Santos, valorizando a qualidade da pista e do espetáculo como um todo, sem incidentes com alegorias. Porto Alegre vivia um “Carnaval esplendoroso e muito superior ao da Avenida Augusto de Carvalho”, nas palavras de Santos²⁵⁹.

Supostamente, a longa disputa travada por mais de dez anos entre diversos entes da sociedade porto-alegrense em busca de um local digno para os desfiles de Carnaval havia sido concluída em 2004, com a inauguração do Complexo Cultural do Porto Seco e a realização de um Carnaval de alta qualidade. A longa distância havia sido compensada, em teoria, por uma melhor funcionalidade, uma estrutura mais adequada e permanente. Na prática, o equipamento foi inaugurado sem arquibancadas fixas e sem barracões definitivos, duas das principais reivindicações dos carnavalescos e carnavalescas desde os anos 1990. Além disso, a expectativa de que haveria atividades ao longo do ano que gerariam renda para a comunidade carnavalesca e do local também não foi correspondida, demonstrando que muitas das questões levantadas na disputa pela Pista de Eventos/Sambódromo ficaram suspensas

²⁵⁸ Correio do Povo, 26 de fevereiro de 2004.

²⁵⁹ Diário Oficial de Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2004.

após a inauguração do Porto Seco. Após o Carnaval de 2004, apenas algumas das promessas foram cumpridas, como a construção dos barracões para a montagem das alegorias. Até hoje, em 2019, o local não conta com arquibancadas permanentes.

5. Considerações Finais

Ao longo desta dissertação, procurei abordar as principais disputas por espaço para os desfiles no Carnaval das escolas de samba de Porto Alegre entre 1994 e 2004, tendo em vista as *ideias de Carnaval* estavam colocadas nas discussões públicas a respeito dos projetos de implantação de uma Pista de Eventos/Sambódromo. Nessas discussões, uma justificativa se repetia: a noção de que não se era contra a construção em si, mas sim às localizações sugeridas. A partir disso, procurei entender quais atores sociais estiveram envolvidos nas discussões para cada projeto proposto e porque o debate foi tão extenso para que se chegasse à definição no Porto Seco.

O chamado Carnaval espetáculo realizado desde 1961 vinha sendo organizado pela prefeitura municipal através do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), posteriormente EPATUR, e a partir de 1988 era realizado na Avenida Augusto de Carvalho, na região central da cidade. As estruturas para que os desfiles ocorressem até então eram temporárias. Desde o governo municipal de Alceu Colares, no final da década de 1980, havia a expectativa de que se consolidasse uma estrutura permanente, semelhante à do sambódromo do Rio de Janeiro. Porém, não foi naquele governo que a construção aconteceu. Os prefeitos que sucederam elaboraram projetos que foram consecutivamente rejeitados, seja pelos vereadores, seja pela Justiça, endossados por manifestações contrárias de moradores dos bairros cotados para receber a Pista de Eventos. Embora as reivindicações tivessem partido da comunidade carnavalesca, que buscava um espaço adequado para que os desfiles acontecessem, com arquibancadas fixas, sistema de som e iluminação, segurança, entre outros itens, os projetos elaborados pelo Poder Público buscavam uma construção mais abrangente. O nome “Pista de Eventos”, ao invés da palavra “Sambódromo”, explica que os projetos propuseram, ainda que com algumas variações entre si, um espaço que comportasse não apenas o Carnaval, mas outros eventos e manifestações culturais de rua, como desfiles militares e do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Contudo, as manifestações contrárias em 1994, 1997, 2001 e 2002 foram relativas especificamente ao Carnaval. Nos argumentos empregados, eram os desfiles das escolas de samba que trariam danos ao patrimônio, violência, depredação de prédios e poluição sonora. Ou seja, havia, no fundo das discussões, uma noção de que a Pista de Eventos acolheria especialmente o Carnaval.

A repetida contrariedade aos projetos elaborados durante as décadas de 1990 e de 2000 evidenciou a exclusão da população envolvida com o Carnaval da sociedade porto-alegrense, vista como um *outro*. Embora seja uma data ressignificada por diversos grupos

conforme a época e lugar em que se localizavam, durante o século XX o Carnaval das escolas de samba se consolidou como uma manifestação cultural da população negra em Porto Alegre. Ao mesmo tempo em que operou como um fator de coesão de parte dessa comunidade, também foi excluído de uma noção de identidade regional, que em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul foi construída associada a uma suposta tradição gaúcha e à imigração europeia. Essa construção da figura do gaúcho apartou a população negra e afrodescendente, negando esses importantes agentes históricos na formação da cidade e do Estado e excluindo suas manifestações culturais do imaginário da cultura local.

Assim, as manifestações contrárias à Pista de Eventos trouxeram à tona uma *ideia de Carnaval* que reforçava o estigma estabelecido, em que as elites da cidade utilizaram a prerrogativa de definir e estabelecer o “popular”, excluindo-o de uma tradição formadora constituinte. Por não fazer parte dessa tradição, não haveria espaço para o Carnaval das escolas de samba nas regiões onde a Pista foi cotada, sendo considerado um *outro* e excluído do acesso à cidade. Esse fenômeno não é exclusivo do Carnaval e faz parte de um processo mais amplo de exclusão da população negra dos espaços nobres e centrais da cidade, inclusive no âmbito da moradia, mostrando os efeitos práticos do racismo na organização urbana. Para reivindicar espaço para o Carnaval, muitas vezes os representantes das entidades carnavalescas precisaram justificar que o evento não era violento como se dizia, negando uma *ideia de Carnaval* predominante, muitas vezes sem conhecimento da realidade. Ou seja, precisaram despender energias em provar que o Carnaval envolvia toda uma cadeia produtiva, que merecia seu espaço na cidade e que não se tratava de confusão ou ameaça à segurança pública.

Com esta dissertação procurei demonstrar a complexidade de instâncias envolvidas com a pauta durante o tempo em que se manteve indefinida. Foram diversos agentes sociais colocados, como as próprias entidades carnavalescas (escolas de samba e AECPARS), que aceitaram os projetos do Parque da Harmonia, do Parque Marinha e do bairro Humaitá, colocando como condição a construção dos barracões próximos à Pista, e a princípio se colocaram contrários ao Porto Seco: o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que foi contrário ao projeto no Parque da Harmonia, participou menos das discussões no bairro Menino Deus e não aceitou a possibilidade de mudar seus desfiles para o Porto Seco; Organizações ambientalistas, que atuaram principalmente nas discussões dos dois primeiros projetos, no Parque da Harmonia e Marinha do Brasil; os moradores do Menino Deus, que realizaram manifestações contrárias à instalação da Pista através da Associação de Moradores

(ASSAMED); As associações de moradores do Porto Seco, do Humaitá e da Restinga, que em 2001-2002 se organizaram contra e a favor da Pista em suas regiões; Entidades representantes das transportadoras do Porto Seco, que a princípio foram contra a Pista naquela localização; vereadores; representantes do Poder Judiciário; membros do Poder Executivo Municipal. Evidentemente, cada um desses grupos não constitui uma unidade em termos de entendimento sobre a Pista de Eventos.

Para abarcar essa complexidade de agentes, utilizei fontes de dois tipos principais: jornais de grande circulação e documentos da Câmara Municipal. Através delas, procurei perceber quais *ideias de Carnaval* estavam colocadas nas discussões pela construção de uma Pista de Eventos em Porto Alegre. O que é o Carnaval passou por aqueles que o veem de fora e fazem parte do bloco de poder: imprensa e poder público. Busquei traçar um panorama do extenso processo até a inauguração do Complexo Cultural do Porto Seco entendendo que as fontes utilizadas fornecem material para analisar como a temática do Carnaval e da construção de um espaço para os desfiles das escolas de samba foi tratada nas esferas de poder em Porto Alegre. Com as fontes, foi possível perceber que uma *ideia de Carnaval* predominante influenciou no prolongamento da discussão e nos inúmeros obstáculos interpostos para a construção da Pista de Eventos. Ou seja, que essa ideia predominante e preconceituosa sobre o Carnaval orientou práticas sociais e foi a principal responsável pelas dificuldades enfrentadas para se definir um local para os desfiles. Assim, busquei através desta pesquisa perceber que discursos definidores de uma cultura popular – o Carnaval – estiveram presentes nas disputas por um local para a Pista de Eventos para os desfiles das escolas de samba e como se relacionam com a disciplinarização do espaço da cidade.

A dissertação foi organizada em três capítulos, de acordo com as fases da discussão e os locais cotados para abrigar a Pista de Eventos. No primeiro (item 2 do sumário), abordei um preâmbulo de quais foram os acontecimentos prévios ao primeiro projeto, elaborado pelo prefeito Tarso Genro. Considerei importante apresentar o contexto de emergência das reivindicações por um local para o carnaval das escolas de samba, articulando-o com a política local no final dos anos 1980 e início dos 1990. Estão incluídas nesse cenário as mudanças relativas às políticas culturais do município e o entendimento do carnaval como uma manifestação cultural, ficando sob responsabilidade da Secretaria da Cultura.

O segundo capítulo (item 3 do sumário) foi dividido em duas partes, cada qual relativa a uma proposta de localização da Pista, a primeira no Parque da Harmonia e a segunda no Parque Marinha do Brasil. Ambas foram marcadas por forte posicionamento contrário de

entidades ambientalistas e de grupos já estabelecidos em cada local. No caso do Parque da Harmonia, o conflito girou em torno da necessidade de elaboração de um EIA-RIMA para a execução do projeto, além da existência de planos para a área do Centro Administrativo Federal, que reuniria prédios dos poderes Executivo e Judiciário da União. No Parque Marinha do Brasil, a contrariedade mais manifesta foi a da Associação de Moradores do Menino Deus (ASSAMED), que conseguiu mobilizar diferentes entidades localizadas no bairro para impedir a construção da Pista. Embora a prefeitura tenha dado início ao processo licitatório, a Associação, com forte apoio de entidades ambientalistas e do Movimento Justiça e Direitos Humanos, conseguiu evitar, na Justiça, a execução da Pista de Eventos e a mudança de local para o Carnaval. As justificativas para ambos os projetos não acontecerem centravam-se numa noção de que não se era contra o Carnaval, mas contra a localização específica. Embora não fosse bem visto ser contra o Carnaval em si, a contrariedade aos desfiles era evidente. Especialmente na tentativa de implantar a Pista no Menino Deus percebi a forte influência de colunistas de jornal no debate público, como Burd e Alcaraz Gomes, no Correio do Povo, contrários e aliados das manifestações da ASSAMED, e Paulo Sant'Anna, favorável ao carnaval e à Pista no Parque Marinha do Brasil.

Já o terceiro capítulo (item 4 do sumário) trata dos anos finais do recorte temporal, da constituição da Comissão Especial na Câmara de Vereadores em 2001 até a inauguração do Complexo Cultural do Porto Seco, em 2004. Nessa etapa, utilizei novamente processos da Câmara Municipal e notícias de jornal. As discussões travadas na Comissão da Câmara possibilitaram entender como a proposta de realizar a Pista de Eventos no bairro Humaitá passou mais uma vez por ideias de carnaval que consideravam que a instalação traria confusão e desordem ao bairro. Com a recusa do Humaitá, entraram em cena as regiões da Restinga e do Porto Seco, ambas com moradores favoráveis à Pista, entendendo que a construção traria benefícios para suas regiões. A discussão se desenvolveu no âmbito do Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), que reunia representantes do governo e da sociedade civil, técnicos da área da arquitetura, urbanismo e engenharia, especialmente. No dia 5 de março de 2002, esse Conselho definiu a área do Porto Seco para receber a Pista de Eventos, o que foi encarado a princípio como uma traição por parte de representantes da AECPARS, que haviam feito acordos com conselheiros para que votassem no bairro Humaitá. Após a decisão, tanto os tradicionalistas quanto os responsáveis pelos desfiles da Independência afirmaram – e cumpriram – que não iriam transferir seus eventos para o Porto Seco. O que era pra se transformar num grande Complexo Cultural, com

atividades o ano todo, não apenas restritas aos desfiles e ao Carnaval, foi aos poucos se transformando num sambódromo. Os barracões, principal reivindicação das entidades carnavalescas, não ficaram prontos no primeiro ano de Porto Seco. As arquibancadas tampouco.²⁶⁰

A implantação do Complexo Cultural do Porto Seco inaugurou uma nova fase, mas não pôs fim aos conflitos em torno do Carnaval das escolas de samba em Porto Alegre. Essa história de lutas e disputas pelo espaço público através da festa e da cultura começa muito antes de 1994 e não parece ter hora para terminar.

Com esta dissertação, procurei evidenciar os meandros das discussões públicas em Porto Alegre para se chegar a um pretense acordo sobre a Pista de Eventos, processo complexo que envolveu inúmeros atores sociais e diferentes forças políticas. Os obstáculos colocados a cada novo projeto, afastando cada vez mais a Pista de Eventos do centro da cidade, e os argumentos utilizados principalmente por membros da elite local, baseados no que chamei de *ideia de Carnaval*, mostraram o quanto o racismo permeou e ainda permeia as relações sociais no Brasil e no Rio Grande do Sul. Assim, busquei demonstrar que determinadas ideias presentes no imaginário da camada dominante da sociedade podem criar estigmas e operar orientando práticas sociais de exclusão de sujeitos, seja na não-participação do processo de decisão sobre o espaço da própria festa, seja no afastamento dos espaços centrais da cidade. As diferenças e desigualdades não desaparecem durante o Carnaval; pelo contrário, se evidenciam através da disputa pela festa. Com o estudo da história do Carnaval e sua luta por espaços em Porto Alegre podemos compreender melhor as relações sociais e raciais da/na cidade.

²⁶⁰ Cada uma das fases abordadas nesta dissertação poderia se transformar numa pesquisa específica, tal a quantidade de fontes disponíveis e a complexidade do processo. Como já mencionei anteriormente, procurei com este trabalho realizar um primeiro esforço de reunir e tentar interpretar esses acontecimentos, entendendo a importância de sistematizar o que já existe para possibilitar aprofundamentos posteriores. Assim, em diversos momentos percebi diferentes caminhos que poderiam ser tomados.

Uma questão que tangencia o trabalho e que pode ser abordada é a relação do direito à moradia, as ocupações no espaço urbano e a instalação da Pista de Eventos no Porto Seco. Como apresentei no terceiro capítulo, as remoções realizadas pela prefeitura tem relação com o carnaval, tanto aquelas ocorridas em comunidades pobres nos anos 1960/1970, quanto aquelas realizadas no início da década de 2000. Além disso, o trabalho com fontes de imprensa me fez perceber que uma pesquisa do tema a partir de matérias de televisão e de rádio também poderia ser muito interessante. Se trata de fontes ainda pouco exploradas mas que falam muito sobre o contexto de virada de século, especialmente considerando que o carnaval era um assunto frequente nessas mídias. Outra fonte possível e rica de ser trabalhada é aquela proveniente da metodologia da História Oral. Por ser um período muito recente, há diversos personagens ainda vivos que podem contribuir com as reflexões sobre o tratamento do carnaval das escolas de samba em Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

Fontes consultadas

- Periódicos:

Jornal Correio do Povo de 1994 a 2004, meses de janeiro e fevereiro. Consulta digital em <https://correiodopovo.com.br/jornal/edicoesanteriores.asp> para outras datas.

Jornal Zero Hora de 1994 a 2004, meses de janeiro e fevereiro. Julho e agosto de 1994; setembro e outubro de 1997; Março de 2002.

Diário Oficial do Município, 20 e 26 de fevereiro de 2004. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/20Fevereiro04.pdf e http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/26Fevereiro04.pdf. Acesso em 10/07/2019.

- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Porto Alegre:

Processos 1174/94; 2355/94; 1494/94; 150/95; 1332/95; 3378/97; 378/98; 764/98; 1853/00; 596/01; 1235/02.

- Legislação:

PORTO ALEGRE. **Regimento interno da Câmara de Vereadores**. Porto Alegre, Câmara Municipal. [1992]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/regimento-interno-porto-alegre-rs>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº182 de 28 de setembro de 1988**. Porto Alegre, Câmara Municipal. [1988]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1988/19/182/lei-complementar-n-182-1988-dispoe-sobre-a-urbanizacao-da-orla-do-rio-guaiba-entre-a-usina-da-volta-do-gasometro-e-a-ponta-do-melo-cria-o-fundo-de-saneamento-basico-e-da-outras-providencias-projeto-praia-do-guaiba>. Acesso em: 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Lei ordinária nº6319 de 30 de dezembro de 1988**. Porto Alegre, Câmara Municipal. [1988]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1988/632/6319/lei-ordinaria-n-6319-1988-cria-o-conselho-popular-de-carnaval-e-da-outras-providencias>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº9423 de 27 de abril de 1989**. Porto Alegre, Câmara Municipal. [1989]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1989/942/9423/decreto-n-9423-1989-regulamenta-a-lei-complementar-n-195-de-30-de-dezembro-de-1988-que-cria-o-sistema-de-participacao-do-povo-no-governo-municipal>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Ordem de serviço nº34 de 18 de julho de 1989.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [1989]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/ordem-de-servico/1989/4/34/ordem-de-servico-n-34-1989>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Lei ordinária nº6573 de 08 de janeiro de 1990.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1990/658/6573/lei-ordinaria-n-6573-1990-denomina-carlos-alberto-barcelos-roxo-a-pista-oficial-de-eventos-e-desfiles-carnavalescos-do-municipio>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Lei ordinária nº6619 de 19 de junho de 1990.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [1990]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1990/662/6619/lei-ordinaria-n-6619-1990-institui-como-evento-oficial-do-municipio-de-porto-alegre-o-carnaval-de-rua-e-da-outras-providencias>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Lei complementar nº283 de 23 de outubro de 1992.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [1992]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1992/29/283/lei-complementar-n-283-1992-dispoe-sobre-o-incentivo-fiscal-para-realizacao-de-projetos-culturais-no-ambito-do-municipio-de-porto-alegre>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº12950 de 16 de outubro de 2000.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [2000]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2000/1295/12950/decreto-n-12950-2000-dispoe-sobre-a-organizacao-e-a-estrutura-do-conselho-municipal-de-desenvolvimento-urbano-e-ambiental-cmdua-e-da-outras-providencias>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Lei complementar nº477 de 10 de setembro de 2002.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [2002]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2002/48/477/lei-complementar-n-477-2002-autoriza-a-implantacao-do-complexo-pista-de-eventos-no-porto-seco-modifica-a-lei-complementar-n-324-de-25-de-maio-de-1994-e-da-outras-providencias>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº14185 de 09 de maio de 2003.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [2003]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2003/1419/14185/decreto-n-14185-2003-dispoe-sobre-a-organizacao-e-a-estrutura-do-conselho-municipal-de-desenvolvimento-urbano-ambiental-cmdua-e-da-outras-providencias>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº14260 de 01 de agosto de 2003.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [2003]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2003/1426/14260/decreto-n-14260-2003-permite-o-uso-de-proprio-municipal-a-associacao-das-entidades-recreativas-culturais-e-carnavalescas-de-porto-alegre-e-do-estado-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em 10/07/2019.

PORTO ALEGRE. **Lei ordinária nº9409 de 19 de janeiro de 2004.** Porto Alegre, Câmara Municipal. [2004]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2004/941/9409/lei-ordinaria-n-9409-2004-denomina-roberto-barros-betinho-o-espaco-destinado-ao-recuo-para-a-bateria-das-escolas-de-samba-na-pista-oficial-de-eventos-e-desfiles-carnavalescos-carlos-alberto-barcelos-roxo>. Acesso em 10/07/2019.

- Páginas da internet

Abdias do Nascimento – <http://abdias.com.br>

Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC - <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Tribunal Regional Eleitoral – <http://www.tre-rs.jus.br/>

Bibliografia

BARROS, Hemetério. **Memórias de um carnavalesco**. Porto Alegre: Editora Guapel, s/d.

BITTENCOURT, Vinícius. **Desfiles das escolas de samba de Porto Alegre no Porto Seco: uma análise da (ausência de) participação da sociedade carnavalesca no processo de tomada de decisão**. Trabalho de Conclusão de Curso. Administração Pública e Social, Escola de Administração. UFRGS. Porto Alegre, 2016.

CATANI, Helena. **G.R.E.S. Porto Alegre: o processo de cariocização do carnaval de Porto Alegre (1962-1973)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS. Porto Alegre, 2014.

CRUZ, Milton. **O impacto da participação social no processo de elaboração política de planejamento urbano de Porto Alegre: uma análise comparativa entre o processo de formulação do plano diretor de desenvolvimento urbano - 1º PDDU (1979) e o plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental - PDDUA (1999)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFRGS. Porto Alegre, 2006.

CUNHA, Maria C. P. **Carnavais e outras f(r)estas : ensaios de história social da cultura**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2002.

_____. **Ecoss da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DA MATTA, Roberto A. da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. **História (São Paulo)**, v. 30, n.2, p.401-419, ago/dez 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões: Revista de História da UFES**. Espírito Santo, n.21, 2008.

DUARTE, Ulisses Corrêa. **O Carnaval Espetáculo no Sul do Brasil: uma etnografia da cultura carnavalesca nas construções das identidades e nas transformações da festa em Porto Alegre e Uruguaiana**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. UFRGS. Porto Alegre, 2011.

FEDOZZI, Luciano. O poder da aldeia – gênese e história do Orçamento Participativo em Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento Participativo de Porto Alegre - Gênese, avanços e limites de uma ideia que se globaliza. **Cidades - comunidades e territórios**. N.18, pp.41-57, junho 2009.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Flávio Alcaraz Gomes e o segmento de jornalismo no rádio do Rio Grande do Sul**. Encontro Nacional de História da Mídia [Anais]. UFRGS, Porto Alegre, 2015.

FRY, Peter. Feijoada e soul food: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. In: _____. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GARCIA, Heitor Carlos Sá Britto. **Fragmentos Históricos do Carnaval de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edição do autor, sem data.

GERMANO, Iris. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, 1999.

GERMANO, Íris. Carnavais de Porto Alegre, etnicidades e territorialidades negras no sul do Brasil. In: SILVA, Gilberto Ferreira da. SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luis Carlos da Cunha. **RS Negro**. Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

GUIMARAENS, Rafael; Coordenação da memória cultural. **Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre: 25 anos de cultura**. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2016.

GUTERRES, Liliane S. **“Sou Imperador até morrer”, um estudo sobre identidade, tempo e sociabilidade em uma Escola de Samba de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. UFRGS. Porto Alegre, 1996.

_____. **Memória do Carnaval do Bairro Santana**. Porto Alegre: UE/SMC, 2004.

JESUS, Nara. **Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFRGS. Porto Alegre, 2005.

KRAWCZYK, Flávio; GERMANO, Iris; POSSAMAI, Zita. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre/SMC, 1992.

LAZZARI, Alexandre. **Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)**. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

LEAL, Caroline Pereira. **As Mulheres no Reinado de Momo: lugares e condições femininas no carnaval de Porto Alegre (1869-1885)**. Programa de Pós-graduação em História. PUCRS. Porto Alegre, 2008.

MEDEIROS, Vicente. **O jornalismo na ótica de seus sujeitos: as gerações porto-alegrenses de 1940 e 1960**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. PUCRS. Porto Alegre, 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Márcia R. de. **Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. Porto Alegre, 1995.

PRASS, Luciana. **Saberes musicais em uma bateria de escola de samba: uma etnografia entre os Bambas da Orgia**. Porto Alegre: Edufrgs, 2004.

_____. Saberes musicais em uma bateria de escola de samba (ou porque ninguém aprende samba no colégio). **Em Pauta** (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 14/15, p. 05-18, 1999.

RAMOS, Jeanice. **Os griôs como mediadores da memória oral dos afrodescendentes na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre, TCC Museologia UFRGS, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940**. 2008, 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Irene (org.). **Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria de Cultura/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2005.

_____. **Projeto Outros Carnavais: memória do carnaval de rua de Porto Alegre – 1930 a 1969**. Disponível em: <http://www.outroscarnavais.com.br/> e em CD-ROM.

_____. **Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre**. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SANTOS, Távama. **A trajetória da S.R.B. Estado Maior da Restinga e seu papel na constituição da identidade e visibilidade do bairro Restinga (Porto Alegre -1977 a 2002)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. PUCRS, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Josiane Abrunhosa da. **Bambas da Orgia: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. UFRGS, Porto Alegre, 1993.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **Reflexões sobre o carnaval na historiografia - algumas abordagens.** Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 7, p. 169-188, 1999.

TRAMONTE, Cristiana. **O samba conquista passagem – as estratégias e a ação educativa das escolas de samba.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

APÊNDICE A – GESTÕES DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Prefeito / vice	Partido	Gestão
Alceu Colares / Glênio Peres	PDT	1985-1988
Olívio Dutra / Tarso Genro	PT (coligação Frente Popular)	1989-1992
Tarso Genro / Raul Pont	PT (coligação Frente Popular)	1993-1996
Raul Pont/ José Fortunati	PT (coligação Frente Popular)	1997-2000
Tarso Genro / João Verle (assumiu em 2002, quando Tarso se candidatou ao governo estadual do Rio Grande do Sul)	PT (coligação Frente Popular)	2001-2004

APÊNDICE B – VEREADORES/AS MENCIONADOS NO TRABALHO

Nome ²⁶¹	Partido	Gestão ²⁶²	Referências
Giovani Gregol	PT	1989-1996	Contrário ao primeiro projeto de Tarso Genro, de 1994. Militante do movimento ambientalista. Também ocupou o cargo de secretário municipal do Meio Ambiente na antiga Smam durante a primeira gestão do então prefeito Tarso Genro (1993/1996).
Adroaldo Correa	PT	1993-1996	Componente do primeiro grupo de trabalho que estudou um local para a Pista de Eventos, em 1993. Favorável ao projeto de Tarso Genro.
Jocelin Azambuja	PTB	1993-1996 (suplente na eleição de 1996)	Presidente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994.
Antônio Hohlfeldt	PSDB/PT	1983-2004 (cinco mandatos)	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994. Membro da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995.
Geraldo de Matos Filho	PMDB	1993-1996	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994. Membro da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995.

²⁶¹ Em ordem de aparição no texto.

²⁶² As gestões aqui referidas são apenas aquelas que dizem respeito ao recorte temporal desta dissertação, até 2004.

Henrique Fontana	PT	1993-2000 (dois mandatos)	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994.
Jair Soares	PFL	1993-1996	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994.
João Dib	PPR/PDS	1989-2004 (quatro mandatos)	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994. Autor de projeto de lei que tentou impedir construções em áreas de praças e parques municipais. Membro da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995. Instituiu processo para averiguar a situação do Porto Seco, em 2000.
João Motta	PT	1989-2000 (três mandatos)	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994.
Lauro Hagemann	PPS	1989-2000 (três mandatos)	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994. Membro da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995.
Luiz Negrinho	PP	1993-1996	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994. Membro da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995.
Maria do Rosário	PCdoB e depois PT	1993-1998 (um mandato e meio. Deixou o cargo para concorrer para deputada estadual em 1998).	Componente da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994. Membro da segunda Comissão Especial da Câmara em 1995.
Pedro Ruas	PDT	1993-2000 (dois mandatos)	Relator da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994. Membro da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995.
Wilton Araújo	PDT	1983-1996 (três mandatos)	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara que avaliou o projeto de Tarso Genro em 1994. Favorável ao Parque de

			Eventos.
João Verle	PT	1993-2000 (dois mandatos)	Membro da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995.
Milton Zuanazzi	PDT	1993-1996	Membro da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995.
Reginaldo Pujol	PFL	1972-1976 (ARENA) 1992-2004 (PFL)	Membro e presidente da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995. Vice-presidente da Comissão Especial de 2001.
Luiz Brás	PTB	1983-2004 (sete mandatos)	Membro e relator da segunda Comissão Especial da Câmara, em 1995.
Airto Ferronato	PMDB	1989-1997 (dois mandatos completos e início de um terceiro. Saiu para ser diretor do Departamento de Esgoto Pluvial)	Presidente da Câmara de Vereadores em 1995.
Guilherme Barbosa	PT	1997-2000	Presidente da Executiva municipal do PT.
Clênia Maranhão	PMDB	1993-2004 (três mandatos)	Propôs audiência pública em novembro de 1997. Propôs projeto de Pista de Eventos na Avenida Augusto de Carvalho, em 1998. Participou de reuniões da Comissão Especial de 2001.
Luiz Fernando Záchia	PMDB	1993-2004 (três mandatos)	Propôs realização de plebiscito sempre que houvesse projeto de médio ou grande porte em áreas municipais.
Sebastião Melo	PMDB	1993-2000 (suplente) 2001-2004	Propôs moção de solidariedade aos carnavalescos em prol da pista de eventos. Membro da Comissão Especial da Câmara em 2001.
Humberto Goulart	PDT	2001-2004	Presidente da Comissão Especial da Câmara em 2001.
José Fortunati	PT	2001-2004	Relator da Comissão Especial da Câmara em 2001.
Carlos Alberto Garcia	PSB	1997-2004 (dois mandatos)	Membro da Comissão Especial da Câmara em 2001.
Cassiá Carpes	PTB	2001-2004	Membro da Comissão Especial da Câmara em 2001.

João Carlos Nedel	PPB	1997-2004 (dois mandatos)	Membro da Comissão Especial da Câmara em 2001.
Paulo Brum	PTB	1997-2004 (dois mandatos)	Membro da Comissão Especial da Câmara em 2001.
Raul Carrion	PC do B	2001-2004	Membro da Comissão Especial da Câmara em 2001.
Sofia Cavedon	PT	2001-2004	Membro da Comissão Especial da Câmara em 2001.
Valdir Caetano	PTB	2001-2004	Membro da Comissão Especial da Câmara em 2001.
Maristela Maffei	PT	2001-2004	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara em 2001.

APÊNDICE C – SECRETÁRIOS/AS MUNICIPAIS MENCIONADOS NO TRABALHO

Nome ²⁶³	Secretaria	Gestão ²⁶⁴
Newton Burmeister	Planejamento	1993-1996 (Tarso Genro) e 1997-2000 (Raul Pont)
Gerson Almeida	Meio Ambiente	1994-1996 (Tarso Genro) 1998-2000 (Raul Pont) 2001-2002 (Tarso Genro) 2003-2004 (João Verle)
Estilac Xavier	Obras e Viação	1993-1996 (Tarso Genro) e 1997-2000 (Raul Pont)
Luiz Pilla Vares	Cultura	1989-1992 (Olívio Dutra) 1993-1996 (Tarso Genro)
Margarete Moraes	Cultura	1996 (Tarso Genro) 1997-2000 (Raul Pont) 2001-2003 (Tarso Genro/João Verle)
Milton Pantaleão	Indústria e Comércio	1999-2000 (Raul Pont)
Carlos Eduardo Vieira	Planejamento	2001-2004 (Tarso Genro/João Verle)

²⁶³ Em ordem de aparição no texto.

²⁶⁴ As gestões aqui referidas são apenas aquelas que dizem respeito ao recorte temporal desta dissertação, até 2004.

APÊNDICE D – REPRESENTANTES DE OUTROS PODERES, DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E JORNALISTAS

Nome ²⁶⁵	Movimento/Entidade	Data/referências
Ari Chagas Nunes	Vice-presidente da AECPARS	Notícia de julho de 1994. Reunião de 05/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Yeno Severo	Vice-presidente do MTG	1994. Favorável ao projeto da pista no Parque da Harmonia.
Gilson Dipp	TRF4	Reunião de 31/08/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Ernesto Saraiva	IBGE	Reunião de 31/08/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Luiz Jair Cardoso	Receita Federal	Reunião de 31/08/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Luiz Antonio de Oliveira	Ministério da Fazenda	Reunião de 31/08/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Gilberto Vilela	Procuradoria da Fazenda	Reunião de 31/08/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Simone Lopes	Procuradoria da Fazenda	Reunião de 31/08/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Ari Bueno	Procuradoria da União	Reunião de 31/08/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
José Diogo Cyrilo	Advocacia-Geral da União	Reunião de 31/08/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da

²⁶⁵ Em ordem de aparição no texto.

		Harmonia.
João Jacob Bettoni	Ministério das Comunicações	Reunião de 14/09/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Márcio André Brigidi	Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados)	Reunião de 14/09/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Deroci Cyrillo	Ministério Público Federal	Reunião de 14/09/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Cláudio Vieira	Bambas da Orgia	Reunião de 05/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Ezio Nascimento	Mocidade Independente da Lomba do Pinheiro	Reunião de 05/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Adolfo Giró	Embaixadores do Ritmo	Reunião de 05/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Cesar Ribeiro	Estado Maior da Restinga	Reunião de 05/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Francisco Barbosa	Escola de Samba Copacabana	Reunião de 05/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Solange Dornelles	Diretora de eventos da AECPARS	Reunião de 05/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Evaristo Mutti	Presidente da AECPARS de 1992 a 2000	Reunião de 05/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
José Truda Pallazio	Coalização Internacional da Vida Silvestre	Reunião de 06/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.

Cláudio Bonatto	Ministério Público	Reunião de 06/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Sílvia Cappelli	Ministério Público. Coordenadora das Promotorias de Defesa Comunitária.	Reunião de 06/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia. Abriu inquérito no MP para avaliar projeto de Pista de Eventos próximo ao Gigantinho, em 1997.
Euclides Fagundes Filho	Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore	Reunião de 06/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Luiz Rangel	Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)	Reunião de 06/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Antônio Fagundes	Tradicionalista e radialista	Reunião de 06/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Jair Krischke	Movimento de Justiça e Direitos Humanos	Reunião de 06/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Paulo Guarnieri	União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA)	Reunião de 06/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Artur Zanella	Companhia Riograndense de Turismo	Reunião de 11/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Elizabeth Bohn	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Reunião de 11/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Adélia de Castro Cardoso	Associação de Moradores do Centro	Reunião de 11/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Bruno Ingang	Departamento de Botânica	Reunião de 11/10/1994 da

	da UFRGS	Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Alzira Ban	Associação de Moradores do Menino Deus	Reunião de 11/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
Geraldo Stedile	Rotary Club	Reunião de 11/10/1994 da Comissão Especial sobre o projeto no Parque da Harmonia.
José Barrionuevo	Zero Hora	Colunas de jornal "Página 10"
Paulo Sant'Anna	Zero Hora	Colunas de jornal
Taís Cherutti	Juíza da 11ª Vara da Justiça Federal	Concedeu liminar e posteriormente a ratificou, suspendendo a votação do projeto de lei do Parque de Eventos, de autoria de Tarso Genro, em 1995.
Armando Burd	Correio do Povo	Setembro-novembro de 1997. Colunista de política, atuante nas discussões sobre a Pista de Eventos no Menino Deus.
Flávio Alcaraz Gomes	Correio do Povo	Setembro-novembro de 1997. Colunista de política, atuante nas discussões sobre a Pista de Eventos no Menino Deus, fortemente contrário ao projeto.
José Lutzenberger	Fundação Gaia	Novembro de 1997. Pioneiro do ambientalismo no Rio Grande do Sul. Se manifestou contra a Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil.
Luiz Augusto Coelho Braga	Juiz	Concedeu liminar interrompendo o processo de tomada de preços do projeto de Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil.
Rogério Favreto	Procurador-geral do	Entrou com recurso para

	município de Porto Alegre	tentar dar seguimento ao processo de licitação das obras da Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil.
Celeste Vicente Rovani	Desembargador da 1ª Câmara Cível de Porto Alegre	Decidiu sobre o impedimento para se realizar a obra da Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil.
Leo Lima	Desembargador da 1ª Câmara Cível de Porto Alegre	Decidiu sobre o impedimento para se realizar a obra da Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil.
Irineu Mariani	Desembargador da 1ª Câmara Cível de Porto Alegre	Decidiu sobre o impedimento para se realizar a obra da Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil.
Leodomar Duarte	Presidente da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA)	Intercedeu junto à Câmara de Vereadores para buscar soluções para as famílias que ocupavam a área do Porto Seco, em 2000.
Manuelito Savaris	Presidente do MTG	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Jorge Sodré	Presidente da AECPARS de 2000 a 2006	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Ignez D'Ávila	Arquiteta da prefeitura na SMIC	Participou de reuniões da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Amilcar Capelari	Jornalista	Sugeriu, na Comissão Especial de 2001, a construção da Pista de Eventos na parte final da avenida Ipiranga.
Roberto Barros, Betinho	Presidente da Imperadores do Samba	Participou de reuniões da Comissão Especial de 2001 e aparece em notícias de jornal a respeito das

		discussões.
João Barbosa	Associação de Moradores Vila Esperança	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Arnaldo Fiuza	Associação Comunitária Barcelona	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Domingos Fagundes	Associação Comunitária da Vila Santo Antônio	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Zenaide Ribeiro	Associação de Moradores da Vila Teodora	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Ivone Machado	Moradora do Humaitá	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Claudete Hoehs	Moradora do Humaitá	Participou de reunião da Comissão Especial da Câmara de Vereadores em 2001.
Elpídio Braga	Conselheiro da escola Estado Maior da Restinga	Participou das discussões sobre a Pista de Eventos em 2001, defendendo que fosse construída no bairro da Restinga.
Alberto Terres	Coordenador do comitê pró-pista de eventos na Zona Norte de Porto Alegre.	Participou das discussões sobre a Pista de Eventos em 2001, defendendo que fosse construída na Zona Norte.
Sergio Marques	Coordenador do comitê pró-pista de eventos na Zona Norte de Porto Alegre.	Participou das discussões sobre a Pista de Eventos em 2001, defendendo que fosse construída na Zona Norte.
Carlos Comassetto	Conselheiro do Plano Diretor para a região da Restinga-Extremo Sul.	Participou das discussões sobre a Pista de Eventos em 2001, defendendo que fosse construída no bairro da Restinga.

Juarez de Souza	Diretor de comunicação da AECPARS	Participou das discussões sobre a Pista de Eventos em 2001, sendo porta-voz da entidade e defendendo a construção no Humaitá. Expôs o sentimento de que os carnavalescos se sentiram traídos com a escolha do Porto Seco.
João Alberto Vieira	Conselheiro do Plano Diretor para a região da Zona Norte.	Defendeu a construção de guarnições da Brigada Militar no Porto Seco.
Renato Dornelles	Jornalista de Zero Hora	Repórter especial de carnaval ao longo dos anos 1990 e 2000.
João Pierotto Neto	Presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas do Estado do Rio Grande do Sul (Setcergs)	Manifestou-se contra a construção da Pista de Eventos no Porto Seco.